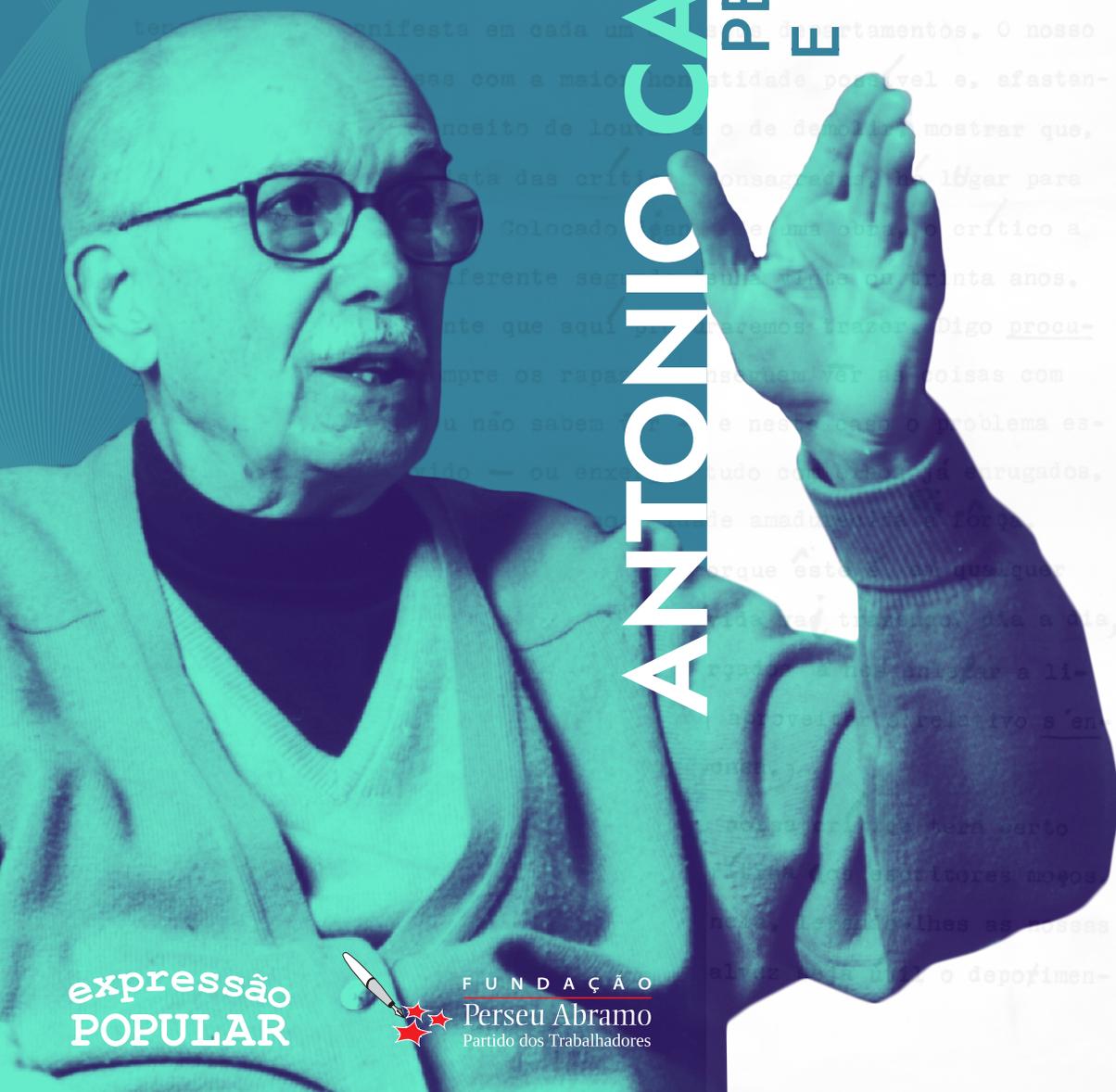


ORGANIZAÇÃO
FLÁVIO AGUIAR

2ª EDIÇÃO

ANTÔNIO CANDIDO PENSAMENTO E MILITÂNCIA



expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

DIRETORIA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Geraldo Magela

Jorge Bittar

Valter Pomar

COORDENADOR EDITORIAL

Rogério Chaves

ASSISTENTE EDITORIAL

Raquel Costa

REVISÃO

Angélica Ramacciotti, Juan Molina, Claudia Andreoti

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Patrícia Jatobá Urbano de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse

Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,

Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz

Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita

Kehl, Marisa Midori Deaecto, Rita Sipahi, Sílvio

Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Antonio Candido: pensamento e militância /

A64

Flávio Aguiar, org. – 2.ed. – São Paulo: Fundação Perseu

Abramo, 2022.

302p.

ISBN 978-65-5626-032-7

I. Título II. Candido, Antonio III. Estudos literários IV. Militância

política V. Vida e obra 1. Aguiar, Flavio (Org.)

(Bibliotecário responsável: Eduardo Fahl – CBR 8/6387)

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br



Nota editorial para a 2ª edição, 6

Apresentação, 7

Seminário Antonio Candido: pensamento e militância, 10

Evocação de Antonio Candido e de suas paixões, 13

Flavio Aguiar

Serenidade e paixão – o socialismo de Antonio Candido, 17

Paulo Vannuchi

PERFIS DE ANTONIO CANDIDO

O dom dos grandes professores, 25

Antonio Manoel dos Santos Silva

Professor, militante e pensador, 27

João Wanderlei Geraldi

Universalismo, ética e solidariedade, 28

Jacques Marcovitch

Destemor e coerência, 29

Zilah Abramo

O *Clima* de uma época, 31

Décio de Almeida Prado

Vida, obra e militância, 47

Walnice Nogueira Galvão

Um mestre no ensino e no ensaio, 54

Lígia Chiappini Moraes Leite

Significação de *Recortes*, 62

Antonio Arnoni Prado

Nação e narração, 71

Octavio Ianni

Os sete fôlegos de um livro, 80

Roberto Schwarz

Discurso de agradecimento, 92

Antonio Candido

ESTUDOS LITERÁRIOS

Os novos centuriões, 97

João Alexandre Barbosa

Os estudos literários na era dos extremos, 101

Alfredo Bosi (falecimento 7 abril 2021)

Leituras biculturais (Mistral), 108

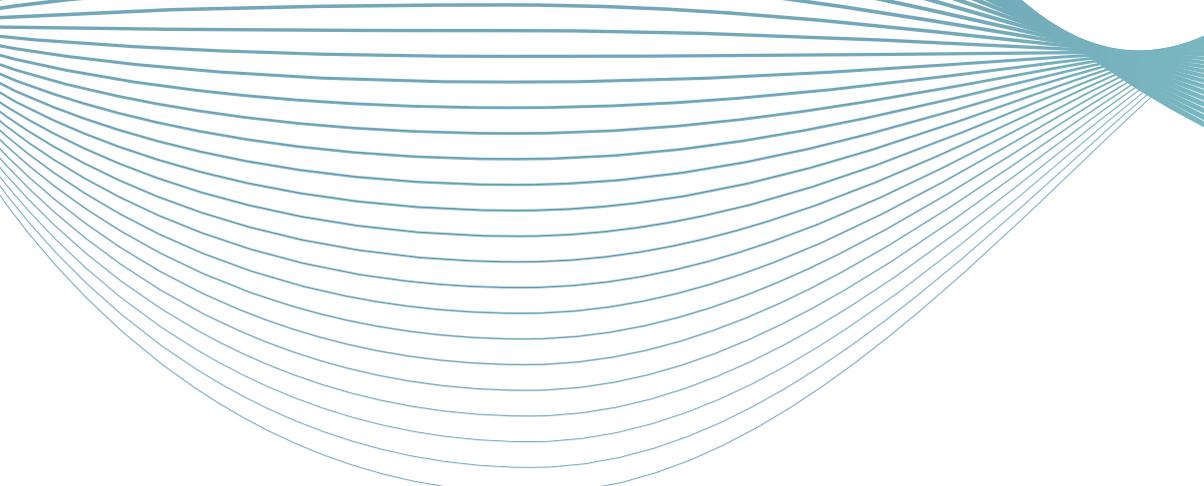
Ana Pizarro

Ocaso da literatura ou falência da crítica?, 117

Benedito Nunes

Os romances da semana e as formas da ficção oitocentista brasileira, 126

Flora Sussekind



CONJUNTURAS POLÍTICAS E MILITÂNCIA: DO ESTADO NOVO À NOVA REPÚBLICA

Abertura, 155

Zilah Abramo

Os meus mestres, 157

Paul Singer

A militância não partidária, 162

Walnice Nogueira Galvão

Os intelectuais e a criação do PT, 171

Luiz Dulci

EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE E MOVIMENTO DOCENTE

Abertura, 182

Jair Borin

Antonio Candido: a passagem pela UNICAMP, 184

Carlos Franchi

A ANDES-SN em memória e existência: um depoimento, 192

Ígnez Pinto Navarro

Educação, universidade e movimento docente, 200

Modesto Carvalhosa

Esboço de figurino, 205

Tereza de Jesus Pires Vara

A SOCIOLOGIA E A FILOSOFIA

Abertura, 217

Sedi Hirano

Sobre como se diz o outro, 218

Carlos Rodrigues Brandão

Reminiscências, 237

Maria Isaura Pereira de Queiroz



A UNIVERSIDADE HOJE

Abertura, 244

Pedro Tierra

Universidade e liberdade, 246

Francis Henrik Aubert

A universidade hoje, 250

Marilena Chaui

ANEXOS

Antonio Candido, a Maria Antonia e o pensamento radical, 262

Adélia Bezerra de Menezes

Antonio Candido: humanista militante, 265

Dalmo de Abreu Dallari

Um intelectual, 268

Dom Paulo Evaristo Arns

Antonio Candido e a sociologia em São Paulo, 270

José de Souza Martins

Antonio Candido e a literatura na escola, 273

Norma Seltzer Goldstein

Lucidez e coerência, 275

Pedro Tierra

Nota biográfica, 277

Obras de Antonio Candido, 278

FAC-SÍMILES, CAPAS DE PRIMEIRAS EDIÇÕES E FOTOS

Nota editorial para a 2ª edição

Este livro foi lançado, originalmente, em setembro de 1999 como fruto do Seminário que homenageou o professor Antonio Candido em seus 80 anos comemorados à época.

Entre as inúmeras contribuições do professor à literatura brasileira e à luta pelo socialismo no País, somos gratos a ele por também presidir o primeiro conselho editorial da Fundação Perseu Abramo (FPA) formado ainda no final dos anos 1990.

Assim, duas décadas depois, com o apoio do atual conselho editorial e da diretoria da FPA, lançamos essa segunda edição, revisada e ampliada. Muitos e muitas que estavam conosco na ocasião do Seminário não estão mais conosco, assim como o estimado professor Antonio Candido. A eles e elas, rendemos nossas homenagens.

Por fim, um agradecimento especial ao amigo e companheiro Flávio Aguiar.

Apresentação

No começo de 1998, a reunião de uma série de iniciativas, a princípio isoladas, definiu a proposta de se realizar um encontro em homenagem aos 80 anos do professor Antonio Candido de Mello e Souza. Entre os proponentes, ficou claro que a homenagem deveria compreender todos os aspectos da sua vida pública, inclusive o de sua militância. E que deveria também, como homenagem, propiciar uma reflexão sobre o período histórico de sua atuação até os dias do presente. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), cuja Congregação aprovou a realização da homenagem em 5 de março, sediaria o encontro.

As demais entidades que se dispunham a organizá-lo, ou que depois aderiram, foram: o Instituto de Estudos Avançados e o Núcleo de Literatura e Crítica Literária, sediado na Casa Mário de Andrade, ambos ligados à USP; o Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); a Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP - Seção Sindical); e a Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores.

Formou-se, então, uma Comissão Organizadora que, durante os meses seguintes, delineou a proposta do evento “Antonio Candido: pensamento e militância”, a se realizar nos dias 12, 13 e 14 de agosto no prédio da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na rua Maria Antonia (hoje Centro Universitário Maria Antonia, da USP), e no Anfiteatro da História, na Cidade Universitária, em São Paulo.

O homenageado, recebendo a comunicação, mostrou-se recalcitrante. Acabou aceitando a ideia de comparecer, com a seguinte condição: não se falaria nele nem em sua obra, a não ser nos momentos inevitáveis, como numa abertura que justificasse o encontro e numa apresentação para os estudantes, definidos como o público fundamental da celebração. Os aspectos variados de suas atividades serviriam como definidores de campos de abordagem, para que então se discutissem os problemas e a situação, hoje ou em outras épocas, de campos do conhecimento, da educação, da cultura, das artes, da vida social

e política. Como o leitor ou leitora poderão ver, pelo teor das contribuições, nem sempre esta norma foi devidamente obedecida; mas deve-se registrar que tanto os transgressores como os que obedeceram à regra foram compreendidos e bem recebidos pelo público. A proposta registrou, então, conforme se encontra no índice desta edição, seis áreas: Apresentação e Perfis de Antonio Candido (dividida em duas sessões, uma no Centro Universitário Maria Antonia e outra no Anfiteatro da História); Estudos Literários; Conjunturas Políticas e Militância, do Estado Novo à Nova República; Educação, universidade e movimento docente; A sociologia e a filosofia; e A universidade hoje.

Além disso, haveria uma Exposição Comemorativa no prédio de História e Geografia da USP, durante os dias do encontro, com o tema “Diálogos com Antonio Candido”, mostrando dedicatórias, cartas, fotos e outros materiais; e o encerramento seria com música ao vivo, em duas sessões, uma a cargo de José Miguel Wisnik e Luiz Tatit, e a outra da dupla Renê e Renato, com música caipira de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

O evento foi um sucesso. O recinto do Teatro da Universidade de São Paulo (TUSP), no Centro Universitário Maria Antonia, onde se realizou a abertura, estava lotadíssimo; e na Cidade Universitária foi necessário utilizar o Anfiteatro da Geografia, além do da História, instalando-se naquele, com a colaboração do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH) e dos funcionários do prédio, um telão para atender o público. Os dois anfiteatros foram usados em todos os momentos, e em duas ocasiões estiveram completamente tomados, com gente de pé, outras sentadas pelo chão, outras amontoadas perto da porta.

A Comissão Organizadora ficou assim constituída:

Pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – Flávio Wolf de Aguiar (Centro Ángel Rama), Presidente da Comissão; Norma Goldstein (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas); Sandra Guardini T. Vasconcelos (Departamento de Letras Modernas); Adélia T. Bezerra de Menezes e Ariovaldo José Vidal (Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada); Salete de Almeida Cara e Maria Cristina Fernandes Sales (Departamento de Linguística); Arlete Cavalieri (Departamento de Línguas Orientais); Sedi Hirano (Departamento de Sociologia); Lilia K. Moritz Schwarcz (Departamento de Antropologia); Lourdes Sola (Departamento de Ciência Política); Franklin Leopoldo e Silva (Departamento de Filosofia); Zilda Márcia Gricoli Iokoi e Maria Inês M. Borges Pinto (Departamento de História); Odete Carvalho de Lima Seabra (Departamento de Geografia);

Márcia Elisa Garcia de Grandi (Biblioteca, Seção de Letras) e Marlene Petros Angelides (Secretária Administrativa do Centro Ángel Rama).

Pelo Instituto de Estudos Avançados da USP – Alfredo Bosi.

Pelo Núcleo de Literatura e Crítica Literária da USP – Lizandra Guedes, José Luiz Herência e Milton Ohata.

Pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP – Enid Y. Frederico.

Pela Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis – Tânia Celestino de Macedo.

Pela Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP – Seção Sindical) – Iracy Gomes de V. Palheta.

Pela Fundação Perseu Abramo – Zilah Wendel Abramo e Ludmila Frati.

Estiveram, também, nos trabalhos da Comissão, Walnice Nogueira Galvão e Roberto Schwarz.

Cabe, também, agradecer às seguintes entidades ou pessoas pelo auxílio que, de diversas formas, prestaram à realização do evento, além, naturalmente, dos palestrantes convidados: Centro Universitário Maria Antonia; Teatro da Universidade de São Paulo; Centro de Documentação Alexandre Eulálio da UNICAMP; Comissão de Cooperação Internacional da USP; Museu Paulista da USP; Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa; Jornal *O Estado de S. Paulo*; Décio de Almeida Prado e Pedro Drummond.

Na época do encontro, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma seção especial de seu “Suplemento Cultura” sobre a vida e a obra de Antonio Candido, com parte das colaborações indicada pela Comissão Organizadora. E o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma parte de seu caderno “Mais!” com o mesmo assunto.

Finalmente, mas não menos importante, a estudante de Letras da USP, Laura Melloni, preparou a primeira versão do texto da presente edição.

A Comissão Organizadora

Seminário Antonio Candido: pensamento e militância

Programa

ABERTURA

Antonio Candido, pensamento e militância

(12 de agosto de 1998, 20h)

Local: Centro Universitário Maria Antonia

Palestrantes: Antonio Manuel dos Santos (reitor da Unesp)

João Wanderlei Geraldi (pró-reitor da UNICAMP, representando o reitor da UNICAMP Hermano Tavares)

Jacques Marcovitch (reitor da USP)

Zilah Wendel Abramo (presidente do conselho curador da Fundação Perseu Abramo)

Francis Hendrik Aubert (diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP)

Depoimento: Décio de Almeida Prado: *Antonio Candido e o Clima*

Conferência: Walnice Nogueira Galvão (USP): *Vida, obra e militância*

Depoimento: Antonio Candido: *Discurso de agradecimento*

MESAS

Perfis de Antonio Candido

(13 de agosto de 1998, 9h)

Local: Anfiteatro da História, USP

Presidência: Ligia Chiappini Moraes Leite

Palestrantes: Antonio Arnoni Prado (UNICAMP): *Significação de Recortes*

Octavio Ianni (USP): *Nação e narração*

Roberto Schwarz (UNICAMP): *Os sete fôlegos de um livro*

Estudos Literários

(13 de agosto de 1998, 15h)

Presidência: João Alexandre Barbosa (USP): *Os novos centuriões***Palestrantes:** Alfredo Bosi (USP): *Os estudos literários na Era dos Extremos*Ana Pizarro (Universidade Católica do Chile): *Leituras biculturais*Benedito Nunes (Universidade Federal do Pará): *Ocaso da literatura ou falência da crítica?*Flora Sussekind (Fundação Casa de Rui Barbosa): *Os romances da semana e as formas da ficção oitocentista brasileira***Conjunturas políticas e militância,
Estado Novo à Nova República**

(13 de agosto de 1998, 19h30)

Presidência: Zilah Abramo (Presidente do conselho curador da Fundação Perseu Abramo)**Palestrantes:** Luiz Dulci: *Os intelectuais e a criação do PT*Paul Singer (USP): *Os meus mestres*Walnice Nogueira Galvão (USP): *A militância não partidária***Educação, universidade e movimento docente**

(14 de agosto de 1998, 9h)

Local: Anfiteatro da História (USP)**Presidência:** Jair Borin (Associação dos docentes da USP – ADUSP)**Palestrantes:** Carlos Franchi (UNICAMP): *A passagem pela UNICAMP*Ignez Navarro (Universidade Federal da Paraíba): *A Andes-SN em memória e existência: um depoimento*Modesto Carvalhosa (Associação dos Docentes da USP – ADUSP): *Educação, universidade e movimento docente*Teresa Vara (USP): *Esboço de figurino*

A sociologia e a filosofia

(14 de agosto de 1998, 15h)

Presidência: Sedi Hirano, USP

Palestrantes: Carlos Rodrigues Brandão (Universidade Federal de Uberlândia):

Sobre como se diz o outro

Maria Isaura de Queiroz (USP): *Reminiscências*

A universidade hoje

(14 de agosto de 1998, 18h)

Palestrantes: Francis Hendrik Aubert (diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP): *Universidade e liberdade*

Pedro Tierra (Secretário de Cultura do Distrito Federal): *Apresentação*

Conferência – Marilena Chaui (USP): *A universidade hoje*

Evocação de Antonio Candido e de suas paixões¹

Flavio Aguiar

Um por todos, todos por um.

Os três mosqueteiros,
Alexandre Dumas, Père.

Dentro da equipe editorial da revista *Clima* (maio de 1941 a novembro de 1944), quatro de seus membros repartiram, entre si, a identidade dos mosqueteiros de Dumas, apropriando-se de seus nomes: Antonio Candido era D'Artagnan; Paulo Emílio Salles Gomes, Aramis, o mais político. Conjeturo, mas sem dúvidas sobre a identidade dos redatores, que Lourival Gomes Machado seria Athos, o mais reservado; e Décio de Almeida Prado seria Porthos, o mais teatral.

O personagem D'Artagnan era o portador de uma duplicidade: amava Constance Bonacieux, mas também tinha seu pendor pela tentadora Milady. Em sua trajetória intelectual, o D'Artagnan, de *Clima*, também guardou uma duplicidade, pelo menos por algum tempo: ligava-se à sociologia, mas amava os estudos literários.

Contou-me o próprio Professor (como o chamávamos) uma anedota verdadeira, sobre o momento em que se decidiu pelos estudos literários, anedota que deve ser entendida dentro do *Zeitgeist* dos anos 1940/50. Ao tomar tal decisão, em 1958, seu primeiro passo foi comunicá-la a seu mestre Fernando de Azevedo, de quem era assistente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo desde 1942.

¹ Pequeno ensaio a partir do texto em homenagem ao Professor que apresentei no TUCA/PUC-SP, em 05/06/2017, em seminário organizado pela Boitempo Editorial.

Disse-lhe o catedrático: “Hoje o senhor está casado com a sociologia e tem uma bela amante, a literatura. Agora quer abandonar seu atual casamento e casar-se com sua amante. Cuidado, pode perder as duas”.

Felizmente o temor do grande mestre do “nosso” grande mestre não se concretizou. Sem desmerecer sua contribuição às ciências sociais, como no caso de sua tese *Os parceiros do Rio Bonito*, o casamento entre Antonio Candido e a literatura brindou o Brasil, a América Latina e o mundo com um de seus mais importantes críticos literários e intelectuais militantes dos séculos XX e XXI.

Nesse percurso, desenvolveu várias parcerias. Cito duas, como exemplo: no começo de sua carreira universitária foi colega de Florestan Fernandes na sociologia; mais adiante, junto com o crítico uruguaio Ángel Rama, ajudou a reinventar a América Latina.

Tornou-se um erudito extraordinário no campo das Letras, e uniu, com brilho, também ímpar, o fulgor e o rigor de sua inteligência à sua generosa e incansável militância pela justiça social. Militante do antigo Partido Socialista Brasileiro, foi também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, figura de proa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, depois Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, teve papel seminal na Fundação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Premiado várias vezes no Brasil, recebeu também o Prêmio Alfonso Reyes, no México, e o Prêmio Camões, instituído conjuntamente pelos governos de Portugal e do Brasil.

Dos quatro mosqueteiros de Dumas, D'Artagnan é o mais impetuoso ao viver suas paixões. Sem o espalhafato que caracteriza o personagem literário, ao contrário, sempre discreto, mas também ardente em suas opções, em sua trajetória de intelectual militante, Antonio Candido nos brindou com o universo de suas várias paixões, ao lado da clareza iluminada e luminosa do rigor de sua inteligência. E são estas paixões que esta comunicação vai tratar daqui por diante.

Em primeiro lugar, destaco a palavra que acabei de mencionar: a inteligência.

Antonio Candido tinha uma paixão incontornável pelo mundo inteligente. Nada nele era vulgar, mundano, tudo era brilhante, aberto ao mundo. Tratasse ele da teoria literária, dos destinos do socialismo democrático, de culinária ou de vinhos, sempre o fazia buscando ampliar a sua erudição e a de quem o ouvisse.

Mantivemos uma pequena correspondência, veja só, sobre a neve no Brasil! Não se tratava de alguma imagem fora do lugar, diletante, eurocêntrica. Era, isto sim, a decorrência do fato de que tudo, absolutamente tudo sobre o Brasil, lhe interessava, sem preconceitos nem clichês pré-concebidos. Reitero: conversar com Antonio Candido era sempre um banho de inteligência. Nunca improvisava, a não ser, em suas aulas, naquele sentido definido pelo professor e crítico literário canadense Northrop Frye, de que o pináculo de uma carreira docente era a capacidade de fazer a “improvisação erudita” diante, por exemplo, de uma pergunta surpreendente. Tudo isto mediado pela capacidade humilde e honesta de responder: “não sei, mas vou estudar a questão”.

E havia a paixão pelo jornalismo de alta qualidade. Em termos de livro, *Brigada ligeira* está aí para nos lembrar dela. Nada aborrecia mais o Professor do que a dicotomia que atribui ao texto acadêmico a profundidade, de um lado, e a chatice, do outro; e ao texto jornalístico a leveza aliada à superficialidade. Convivi com ele num momento em que nos meios jornalísticos, quando se queria dizer que um texto era enfadonho, se dizia que ele era “acadêmico”. E vice-versa, no meio acadêmico, se qualificava um texto superficial de “jornalístico”.

O crítico de rodapé da *Folha da Manhã* inspirou a criação do *Suplemento Literário* do Estadão, confiado à sapiência de seu colega Porthos, quero dizer, Décio de Almeida Prado, até as desavenças de 1968. Foi uma grande contribuição para o jornalismo cultural brasileiro, que veio a soçobrar em meio à torrente da massificação midiática e também de intolerância ideológica de direita que devastou a mídia corporativa brasileira.

A paixão pelos estudos literários no mundo acadêmico, redigidos e/ou apresentados em ensaios, aulas, arguições, palestras, sempre com rigor e erudição na pesquisa, elegância e clareza na comunicação, distantes dos jargões e da estreiteza pesadamente teórica, da adoção acrítica de cacoetes e escolas, paróquias e modas. Esta qualidade ele compartilhava com Dona Gilda, sua companheira de tantos anos, que também pude acompanhar na USP.

A paixão pelo Brasil e sua literatura, graças a qual deixou monumentos – verdadeiros *lieux de mémoire*, na acepção de Pierre Nora, como *Formação da literatura brasileira - momentos decisivos*. A amplitude de visão e de coração de Antonio Candido levou-o a se empenhar pela construção de um horizonte latino-americano para a literatura brasileira, ombro a ombro com Ángel Rama e a amizade que cultivaram, que foi a base da *Biblioteca Ayacucho*, projeto

editorial construído na Venezuela.

A paixão pela justiça social aliada, indelevelmente, à democracia em todos os seus aspectos: culturais, políticos, sociais e econômicos, aborrecendo todas as formas de discriminação e injustiça, que o levou ao Partido Socialista Brasileiro e ao Partido dos Trabalhadores. Seria uma injustiça fazer de Antonio Candido um santarrão, como desses que hoje brandem numa mão a luta contra a corrupção e com a outra acariciam o bezerro de ouro do arbítrio, do estado de exceção, do assalto aos direitos dos povos de uma forma despudorada. Mas devo dizer que, dentre as pessoas que conheci, ele era sempre uma inspiração ética *sans peur et sans reproche*.

Por fim, ressalto sua paixão pelo prazer de viver e pelo bom humor. Confidenciou-me ele, certa vez, que depois do golpe de 1964 nunca mais rira ou sorria como antes. Imagino quão delicioso esse “antes” deve ter sido, pelo que pude conviver com ele, com seus exemplos de graças e ironias, nunca desrespeitosas, por mim presenciadas. Antonio Candido era dos melhores imitadores que já vi “atuar”, imitando colegas de universidade, personalidades do mundo político e intelectual, demonstrando o extraordinário poder de observação que detinha e exercia.

Termino estas observações com uma de caráter inteiramente pessoal. Com seu passamento fiquei mais órfão. Tenho certeza de que compartilho este sentimento com seus familiares, amigos, com a Universidade, o Brasil a América Latina, o socialismo democrático, o povo brasileiro e os povos de uma maneira geral. Que ele continue entre nós, o intelectual de raiz iluminista, paixões românticas, avaliações realistas, projetos vanguardistas, a nos iluminar com o universo vasto de seu caráter afetuoso.

Muito obrigado.

Serenidade e paixão – o socialismo de Antonio Candido¹

Paulo Vannuchi

Jornalista formado pela ECA-USP, mestre em Ciência Política (USP), ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ex-membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. É membro fundador da Comissão Arns e atual presidente da TVT – TV dos Trabalhadores

Juntas, essas duas palavras resumem com rigor o que Antonio Candido foi em sua vida profissional, intelectual e social. Notável crítico literário e com lugar assegurado na galeria dos grandes intérpretes do Brasil no século XX – ao lado de Sergio Buarque, Raymundo Faoro, Caio Prado, Florestan e Celso Furtado –, pautou sua longa vida por uma militância socialista também regida pelos dois termos.

Essa composição é rara. Na literatura, por exemplo, serenidade fala de Machado, Graciliano e Drummond; enquanto paixão é atributo de Castro Alves, Augusto dos Anjos e do seu amigo Oswald. No socialismo, quem não conhece a figura do jovem apaixonado, que esbraveja em casa, no trabalho e na escola? Que não hesita em desprezar a serenidade como virtude burguesa?

Pois é. Descrever o socialismo de Antonio Candido é contar sobre episódios, textos, entrevistas, discursos e conversas onde convivem – nítidas – a paixão mais convicta por esse ideal histórico e a serenidade dos grandes sábios. Ou do caipira que ele reencontrou em Bofete, às margens do rio Bonito, identificando naquele homem do povo muito do que tinha conhecido em sua própria infância na Mantiqueira.

No Brasil de hoje, onde a palavra serenidade soa como verdadeira peça de arqueologia, parece estranho valorizar esse dom. Também na Itália do mes-

1. O texto foi originalmente publicado no livro *Antonio Candido: Afeto e convicção*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021, pp. 89-95. Foi gentilmente cedido pelas Edições Sesc-SP para compor este volume.

mo século, outro pensador socialista não vinculado ao marxismo ortodoxo, Norberto Bobbio, teve como um de seus mais importantes textos políticos e filosóficos “*Elogio della mitezza*”, termo que naquela língua possui significado semelhante.

Para ambos, sem abandonar a necessária firmeza de convicções, uma pessoa – ou determinada força política – pode e deve reconhecer e respeitar o outro como inteiramente outro numa convivência civilizada que, somente assim, será democrática.

Ninguém traçou ainda o necessário paralelo entre esses dois grandes intelectuais de dois mundos. Serão detectadas afinidades fortes na valorização da política como cultura, bem como da chamada cultura política do pós-Guerra. Em Bobbio, isso aparece como defesa da moderação e da intermediação, da necessidade de um certo eletismo para reconhecer que a verdade é sempre pluralista, nunca única. Ou, se fosse uma só, seria sempre uma escultura complexa e multifacetada, exigindo para ser conhecida a junção de distintos enfoques e doutrinas.

Ambos os intelectuais convergem, ainda, na compreensão de que as revoluções não existem apenas como grandes datas de ruptura histórica – 1789 e 1917, por exemplo –, mas também como processo deslizante que ignora calendários precisos, transformando os hábitos, as regras de convivência social e até mesmo as estruturas do poder. Avanços revolucionários nos direitos da mulher devem ser reconhecidos, nessa chave de leitura, como um saldo positivo legado pelo violento século XX, embora não contem com um momento fundador ou marco exato no calendário dos meses e anos.

Para Bobbio e Antonio Candido cabe também ao intelectual uma importante tarefa de intermediação ou moderação em disputas e conflitos, fugindo sempre da maldição lançada por Julian Benda em *La trahison des clercs*: ou trai suas convicções políticas e partidárias, ou trai sua condição de verdadeiro intelectual.

São abundantes os episódios em que Antonio Candido percorre as trilhas fascinantes da serenidade e da moderação, falando da literatura ou da sociedade em seus espelhamentos recíprocos. Em “Direito à Literatura”, brilhante ensaio de 1988, ele resume em oito pontos o seu código para decifrar os traços essenciais da melhor condição humana:

1. O exercício da reflexão;
2. A aquisição do saber;
3. A boa disposição para com o próximo;

4. O afinamento das emoções;
5. A capacidade de penetrar nos problemas da vida;
6. O senso da beleza;
7. A percepção da complexidade do mundo e dos seres;
8. O cultivo do humor.

E arremata: “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”.

Flavio Aguiar, seu aluno, amigo e companheiro no Partido dos Trabalhadores (PT), cuidou de acentuar na forma de contraprova onipresente cada um desses itens, durante exposição em seminário de 2012 nas Ciências Sociais da USP, em homenagem a Antonio Candido:

1. A negação da reflexão como estratégia de dominação;
2. A satisfação com a própria ignorância e a dos outros, e seu estímulo programado;
3. O ódio ou o desprezo pelo próximo, e sua indução individual e coletiva;
4. O embrutecimento das emoções;
5. A capacidade de fugir ou negar os problemas da vida através de fantasias fanatizantes;
6. A fixação num único ideal de beleza, em geral narcisista, e a destruição de outras formas do belo como repugnantes, decadentes ou impuras;
7. A simplificação fanática do mundo e dos seres, em geral de forma maniqueísta e autocomplacente;
8. *Last but not least*, o cultivo do ressentimento e do amargor, e a confusão do humor com o sarcasmo destruidor do outro.

Relendo em 2019 as oito recomendações de Antonio Candido e as formulações contrastantes de Flavio Aguiar, assusta notar a carga premonitória que estava presente, sete anos antes, nas descrições antecipadas por este último do que viria a ser o Brasil da era Bolsonaro.

Mas não é este o propósito deste texto, e sim o resgate necessário – indispensável mesmo – da importância dessa síntese disjuntiva entre paixão e serenidade para que a sociedade brasileira busque a trilha perdida que leve a um futuro digno desse nome.

Se a serenidade de Antonio Candido já foi abordada até aqui, onde fica então a paixão política?

Assim como Bobbio ou como o próprio Che, Antonio Candido foi uma dessas pessoas que abraçaram ideais socialistas já desde tenra adolescência, mesmo vivendo no seio de famílias relativamente abastadas, que nunca sofreram na carne a violência da fome ou da pobreza material.

Estudante de Direito no Largo de São Francisco, teve seu batismo político no enfrentamento do Estado Novo. Vinculou-se a agrupamentos de esquerda não tributários do tronco comunista hegemônico. Até sua morte em 2017, foram nada menos que oito décadas de militância socialista desenvolvida em complemento – nunca centralidade – ao seu labor sociológico educativo e literário.

É provável que nunca tenha falado tão apaixonadamente sobre sua orientação socialista como na antológica entrevista concedida a Joana Tavares no jornal *Brasil de Fato*, em 8 de agosto de 2011, publicação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.

Mestre Antonio Candido começa bastante sereno:

Tenho muita influência marxista, não me considero marxista, mas tenho muita influência marxista na minha formação e também muita influência da chamada escola sociológica francesa, que geralmente era formada por socialistas.

Talvez eu seja aquilo que os marxistas xingam muito, que é ser eclético. Talvez eu seja um pouco eclético, confesso.

Agora estou querendo reler alguns mestres socialistas, aquele que os comunistas tinham ódio. Ele era marxista, mas dizia que o marxismo tem um defeito, achar que a gente pode chegar no paraíso terrestre. Então ele partiu da ideia do filósofo Immanuel Kant, da finalidade sem fim. O socialismo é uma finalidade sem fim. Você tem que agir todos os dias como se fosse possível chegar no paraíso terrestre, mas você não chegará. Mas se não fizer essa luta, você cai no inferno.

Nessa perspectiva, cabe lembrar que outro intelectual importante na área da crítica literária, Roberto Schwarz – que fazia par com Walnice Nogueira Galvão na condição de pessoas muito próximas de Antonio Candido – chegou a sugerir alguma medição quantitativa da dose de marxismo presente no pensamento e na ação do mestre: “Em momentos de ditadura ele se declara 90% marxista. Em momentos em que a luta de classes é menos acirrada, ele baixa para 50. Nos dois casos tem muito marxismo no trabalho dele. É um certo tipo de materialismo, uma certa consciência de que as classes sociais

são decisivas, uma certeza de que a exploração é um fato central na sociedade moderna”.

Voltando à entrevista concedida ao periódico do MST, a paixão de Antonio Candido parece explodir quando perguntado se era socialista:

Ah, claro, inteiramente. Aliás, eu acho que o socialismo é uma doutrina totalmente triunfante no mundo. E não é paradoxo. O que é o socialismo? É o irmão gêmeo do capitalismo, nasceram juntos, na revolução industrial. É indescritível o que era a indústria no começo. Os operários ingleses dormiam debaixo da máquina e eram acordados de madrugada com o chicote do contramestre. Isso era a indústria. Aí começou a aparecer o socialismo. Chamo de socialismo todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade e ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado. Comunismo, socialismo democrático, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo... tudo isso.

Esse pessoal começou a lutar para o operário não ser mais chicotado, depois para não trabalhar mais que 12 horas, depois para não trabalhar mais que dez, oito; para a mulher grávida não ter que trabalhar, para os trabalhadores terem férias, para ter escola para as crianças. Coisas que hoje são banais.

Conversando com um antigo aluno meu, que é um rapaz rico, industrial, ele disse: ‘o senhor não pode negar que o capitalismo tem uma face humana’. O capitalismo não tem face humana nenhuma. O capitalismo é baseado na mais-valia e no exército de reserva, como Marx definiu. É preciso ter sempre miseráveis para tirar o excesso que o capital precisar. E a mais-valia não tem limite.

Marx diz na ‘Ideologia Alemã’: as necessidades humanas são cumulativas e irreversíveis. Quando você anda descalço, você anda descalço. Quando você descobre a sandália, não quer mais andar descalço. Quando descobre o sapato, não quer mais a sandália. Quando descobre a meia, quer sapato com meia e por aí não tem mais fim. E o capitalismo está baseado nisso. O que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue. Hoje é normal o operário trabalhar oito horas, ter férias... tudo é conquista do socialismo. O socialismo só não deu certo na Rússia.

– A entrevistadora interrompe: por quê?

Virou capitalismo. A revolução russa serviu para formar o capitalismo. O socialismo deu certo onde não foi ao poder. O socialismo hoje está infiltrado em todo lugar.

– Como luta dos trabalhadores?

O socialismo como caminho para a igualdade. Não é a luta, é por causa da luta. O grau de igualdade de hoje foi obtido pelas lutas do socialismo. Portanto ele é uma doutrina triunfante.

Se daqui a 50 anos no Brasil não houver diferença maior que dez do maior ao menor salário, se todos tiverem escola... não importa que seja com a monarquia, pode ser o regime com o nome que for, não precisa ser o socialismo! Digo que o socialismo é uma doutrina triunfante porque suas reivindicações estão sendo cada vez mais adotadas.

Não tenho cabeça teórica, não sei como resolver essa questão: o socialismo foi extraordinário para pensar a distribuição econômica, mas não foi tão eficiente para efetivamente fazer a produção. O capitalismo foi mais eficiente porque tem o lucro. Quando se suprime o lucro, a coisa fica mais complicada. É preciso conciliar a ambição econômica – que o homem efetivamente tem, assim como tem ambição de sexo, de alimentação, tem ambição de possuir bens materiais – com a igualdade. Quem pode resolver melhor essa questão é o socialismo, disso não tenho a menor dúvida.

Acho que o mundo marcha para o socialismo. Não o socialismo acadêmico típico [...] A gente não sabe o que vai ser. O que é o socialismo? É o máximo de igualdade econômica. Por exemplo, sou um professor aposentado da USP e ganho muito bem. Ganho provavelmente 50 ou 100 vezes mais que um trabalhador rural. Isso não pode. No dia em que, no Brasil, o trabalhador de enxada ganhar apenas 10 ou 15 vezes menos que o banqueiro, está bom, é o socialismo.

Antonio Candido faz, então, um rápido sobrevoo pelos socialismos reais que o planeta já experimentou, olhando de cima o Brasil:

O socialismo é o cavalo de Troia dentro do capitalismo. Se você tira os rótulos e vê as realidades, vê como o socialismo humanizou o mundo. Em Cuba eu vi o socialismo mais próximo do socialismo. Cuba é uma coisa formidável, o mais próximo da justiça social. Não a Rússia, a China, o Camboja. No comunismo tem muito fanatismo, enquanto o socialismo democrático é moderado, é humano. E não há verdade final fora da moderação, isso Aristóteles já dizia, a verdade está no meio.

Quando eu era militante do PT – deixei de ser militante em 2002, quando o Lula foi eleito – era da ala do Lula, da Articulação, mas só votava nos candidatos da extrema-esquerda, para cutucar o centro. É preciso ter esquerda e direita para formar a média. Estou convencido disso: o socialismo é a grande visão do homem, que não foi ainda superada, de tratar o homem realmente como ser humano. [...]

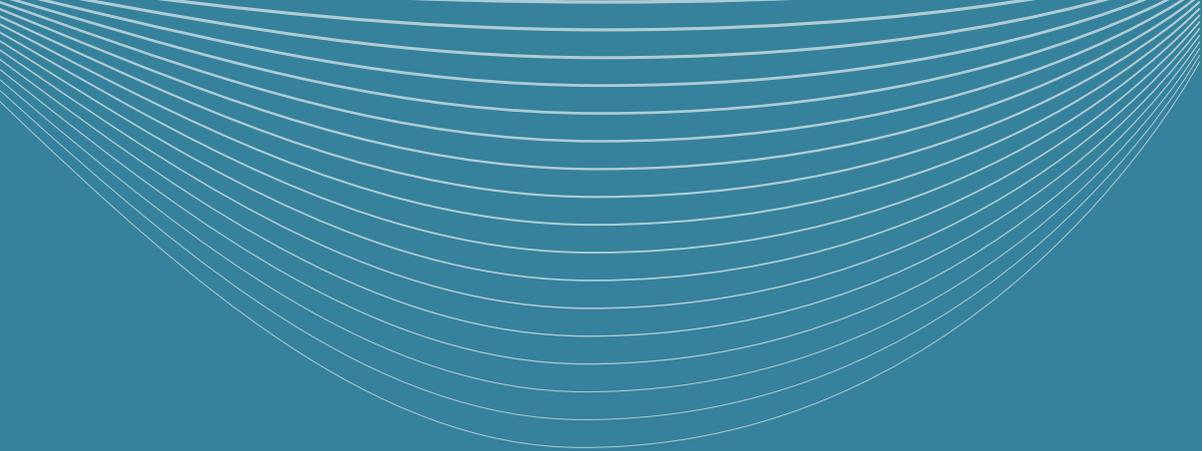
O socialismo está andando. Não com o nome, mas aquilo que o socialismo quer – a igualdade – está andando. Não aquela igualdade que alguns socialistas e os anarquistas pregavam; igualdade absoluta é impossível. Os homens são muito diferentes. Há uma certa justiça em remunerar mais aquele que serve mais à comunidade. Mas a desigualdade tem que ser mínima, não máxima.

Ao longo de sua vida, Antonio Candido viveu dois engajamentos partidários mais persistentes. O primeiro, do pós-Guerra, foi no Partido Socialista do baiano João Mangabeira, de quem gostava de repetir como mantra, para quem teve o privilégio de visitá-lo em seu apartamento na Joaquim Eugênio de Lima, falando de costas para uma prateleira inteirinha de Proust: “Socialismo sem liberdade, socialismo não é; liberdade sem socialismo, liberdade não pode ser”.

A militância mais duradoura se desenvolveu no PT, sendo um dos fundadores do partido, ao lado de outros intelectuais de alta envergadura, como Sergio Buarque, Paulo Freire e Mario Pedrosa. Coordenou os primeiros programas de cultura no partido, redigidos em equipe no início dos anos 1980. Manteve generosa dedicação à Fundação Perseu Abramo, onde presidiu seu Conselho, sendo um raríssimo caso de contribuição financeira disciplinada ao partido, no decorrer de décadas. Foi um dos “ministros” no Governo Paralelo lançado em 1990 para fiscalizar Collor de Mello. O tempo todo, sempre aberto e disposto a aconselhar tantos quantos o procuravam para dialogar sobre alternativas e disputas partidárias.

A pedido de Lula, liderou um ciclo de palestras sobre socialismo e democracia entre 2000 e 2001, sendo o referencial aglutinador de um grupo de importantes intelectuais que se reuniu regularmente durante a campanha presidencial de 2002 para orientar a candidatura, tecer críticas, propor mudanças e ajustes.

Como ele disse muitas vezes – sem corresponder exatamente ao que aconteceu de fato –, decidiu pendurar as chuteiras, aos 84 anos, no dia em que Lula foi eleito presidente da República, considerando cumprida a missão política de uma vida inteira.



PERFIS DE ANTONIO CANDIDO

Abertura

(12 de agosto de 1998)

Primeira mesa

(13 de agosto de 1998)



O dom dos grandes professores

Antonio Manoel dos Santos Silva

Foi pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, vice-reitor e reitor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Professor Antonio Candido, meu querido mestre, como reitor da Unesp (Universidade Estadual Paulista) estou aqui mais me sentido homenageado pela minha universidade do que propriamente prestando uma homenagem. Estou aqui porque, no período em que se prenunciava a criação da Unesp, o professor Antonio Candido foi fundamental na construção de uma de nossas unidades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Em 1958, quando ainda titubeava entre a sociologia e a crítica literária, ele nos fez o favor de ir para Assis, ficando lá dois anos e meio e dando um exemplo de cumprimento do tempo integral. Lá, ele terminou um livro que passou a ser referência a todos nós que nos dedicamos ao estudo de literatura: *A formação da literatura brasileira*. Foi lá também que ele teve a oportunidade de realizar a passagem da sociologia para a literatura.

Como reitor da Unesp, teria muito a recordar em relação a sua presença viva, ainda que distante, nos diferentes *campi* dessa universidade. O professor foi presença viva e atuante no começo da Faculdade de Letras de Assis, para onde retornou por volta de 1980 para ministrar um curso de pós-graduação. Esteve sempre presente nos eventos que a universidade promoveu, não só sobre fatos relativos à literatura e à crítica e teoria, mas também sobre outras áreas limítrofes. Esteve presente também na homenagem que lhe foi feita em Marília (SP), seguindo uma tradição que costumamos respeitar em relação aos nossos pais intelectuais, quase todos originados da Universidade de São Paulo (USP). Em 1979, esteve presente: por senso do dever político, percorreu o interior do estado fazendo conferências em praticamente em todas as unidades da Unesp, motivado pela greve dos 70 mais três.

Tive a oportunidade de verificar de que modo um mestre, um professor que não só se confessa professor mas que demonstra ser professor, consegue

adequar, sem subordinar, sua linguagem ao público que o ouve. O professor Antonio Candido fez três palestras: uma para os docentes, uma para os alunos e a terceira para os professores de segundo grau. As três palestras foram sobre o mesmo assunto e proferidas numa linguagem inteligível para três plateias diferentes. Isto é um dom que os grandes professores têm, os que se valem não só da informação e do aprendizado contínuo, mas também de profundas intuições reguladas pela inteligência.

A Universidade Estadual Paulista agradece essa presença ativa e constante desde quando ela – a Unesp – ainda não existia.

Professor, militante e pensador

João Wanderlei Geraldi

Graduado em letras, mestre e doutor em linguística e professor titular. Foi pró-reitor da UNICAMP

Estimado professor Antonio Candido, é com enorme satisfação que represento o reitor da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), Hermano Tavares, não apenas por ser um dos seus pró-reitores, mas também por ter sido, antes de mais nada, aluno, e bem mais tarde diretor do Instituto de Estudos da Linguagem de nossa universidade.

Do IEL, o professor Antonio Candido foi o diretor instalador. Sua passagem pelo instituto, seguramente, deixou marcas que balizam até hoje sua história. Um espaço independente que valoriza a pesquisa e a atitude crítica, sem deixar de preocupar-se com o ensino de primeiro e segundo graus e com os destinos políticos da nação. Com o professor Antonio Candido, aprendemos que a militância, suas andanças e suas errâncias não prejudicam a profissão séria dos conhecimentos, mas enraízam essa profissão na vida social. A UNICAMP agradece o exemplo do professor, do militante e do pesquisador.

O senhor reitor designou-me tornar pública sua mensagem. O professor Antonio Candido tem sido para todos nós um modelo de cidadão, intelectual, escritor e professor universitário que nunca circunscreveu sua atividade a domínios de seus interesses mais imediatos. Ao contrário, estendeu-a sempre pela militância, reflexão e dedicação esforçada a toda a sociedade brasileira, nas variadas conjunturas políticas e sociais em que tem vivido. Particularmente nesta universidade que hoje dirijo, participou intensamente da elaboração do projeto do Instituto dos Estudos da Linguagem, desde o embrião do Departamento de Linguística até a direção e implantação final desta unidade, em 1975. Aprendi a admirá-lo por sua presença no Conselho Universitário e pelo espírito com que dele falavam seus colegas e parceiros da administração. A presença de outros colegas, dentre os quais destaco o professor Carlos Franchi, demonstra o apreço que temos por Antonio Candido e pelos que tiveram a feliz iniciativa de homenageá-lo.

Universalismo, ética e solidariedade

Jacques Marcovitch

Foi reitor da USP (1997 a 2001), pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária da USP (1994 a 1997), diretor do Instituto de Estudos Avançados e da FEA da USP

Caro professor Antonio Candido, apenas algumas poucas palavras para abrir esta solenidade. Ocorre-me observar inicialmente que, neste tempo de tantas rupturas e desacordos, Antonio Candido segue sendo um dos raros nomes a quem ainda podemos, sem risco de erro, atribuir a condição de unanimidade nacional. Isso não representaria muito se ele tivesse de algum modo, ao longo da vida, buscado agradar a todos. Mas a sua biografia revela o contrário: ele sempre escolheu os caminhos menos fáceis. O próprio terreno em que exerce a sua atividade mais visível, o da teoria literária, é um campo minado pelas autossuficiências e vaidades encobertas. E, exemplarmente, ele o vem percorrendo sem bravatas e sem temores, armado apenas com a verdade e com a ciência.

No plano das ideias, estamos diante de um homem sem dogmas, nitidamente alinhado. E que talvez, por isso mesmo, alinha diante de si neste momento, prestando-lhe igual reverência, dois candidatos à sucessão presidencial absolutamente opostos em sua maneira de ver o Brasil, mas de pleno acordo em sua maneira de ver este brasileiro. Estamos nesta homenagem, de certo modo, contrariando o homenageado, pois é sabido que ele resiste como pode aos excessos de sociabilidade. Pedimos, entretanto, que perdoe a luz dos nossos holofotes sobre a sua discricção costumeira. Este não é um acontecimento social no sentido mundano da expressão, é um ato acadêmico de regozijo pela afirmação dos valores universitários que ele tão bem sintetiza: universalismo, excelência, ética, solidariedade e devoção pela liberdade do pensamento. Ele chega aos 80 anos exibindo a mesma integridade intelectual com que Oscar Niemeyer chegou aos 90 e Barbosa Lima Sobrinho ultrapassou os 100 anos. Para citar apenas dois outros grandes compatriotas nossos. Não há como evitar festejos em ocasiões tão confortadoras na história da inteligência brasileira. Saiba, caro professor Candido, da grande alegria que temos todos nós em ser honrosamente seus colegas da universidade e seus contemporâneos.

Destemor e coerência

Zilah Abramo

Foi presidente do conselho curador da FPA e fundadora do PT

Em nome da Fundação Perseu Abramo tenho o prazer de saudar todos os presentes, acrescentando que é grande a nossa satisfação de nos associarmos na promoção deste evento às três universidades oficiais de São Paulo e à Associação dos Docentes da USP (ADUSP). Dando assim cumprimento à diretriz firmada para a Fundação, desde a sua instituição pelo Partido dos Trabalhadores, que é a de promover a reflexão e o debate sobre a realidade brasileira de forma ampla, ultrapassando os limites das instituições partidárias, para dialogar com os vários setores da sociedade, desde que se situem no campo progressista.

Quanto ao nosso homenageado, quero apenas acrescentar à lista de seus méritos, já bastante exaltados por todos os que me precederam, mais um, que tem para nós um valor inestimável: o da disposição que demonstrou, desde o início da Fundação, de colaborar com os nossos trabalhos, tendo aceito, para nossa honra, ser o presidente do Conselho Editorial da nossa editora.

Quero dizer, ainda, que esta homenagem tem um caráter especial em relação às muitas outras que já foram prestadas a Antonio Candido. Ela pretende ressaltar o aspecto militante, que não entendemos apenas como uma faceta a mais da sua personalidade, mas sim como componente essencial de sua vida, dentro e fora da universidade, sempre comprometida com as causas e as lutas pela democratização do ensino, pelos direitos humanos, contra toda a espécie de autoritarismo. Essa trajetória, marcada pelo destemor em afirmar posições e valores, mesmo nos momentos mais críticos da vida nacional, traça uma linha de coerência que dignifica não apenas Antonio Candido mas todos aqueles que, como muitos de nós aqui presentes, participaram de várias dessas jornadas.

Finalmente, quero fazer um aviso e um convite. A Fundação Perseu Abramo estará promovendo, nos dias 26 a 28 deste mês, na PUC de São

Paulo, um seminário sobre a obra de Florestan Fernandes. Esse seminário é o segundo de uma série que se iniciou com Sérgio Buarque de Holanda, e que pretende resgatar, para as gerações atuais, o pensamento de autores brasileiros que contribuíram para uma visão transformadora da nossa sociedade. Não por acaso, devemos a formulação do projeto dessa série e a coordenação do primeiro seminário ao Professor Antonio Candido.

Muito obrigada.

O Clima de uma época

Décio de Almeida Prado

Foi crítico teatral, ensaísta e professor universitário

Pois é, meu caro Antonio Candido, aqui estamos nós, não vinte anos depois, como em Alexandre Dumas, mas quase sessenta anos depois, numa situação um tanto embaraçosa, você como homenageado, eu como homenageante. Mas fique tranquilo, não me excederei. Encontramo-nos pela primeira vez, posso reconstituir pela memória ainda viva apesar da passagem do tempo, em 1939, quando um pequeno grupo de amigos que se formara à sombra da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, viu-se de repente reforçado pelo ingresso de todo um conjunto de novos alunos, capitaneados, não oficialmente, por você e Ruy Coelho.

Naquele mesmo ano, aproximaram-se de nós duas pessoas destinadas a desempenhar papel relevante. Alfredo Mesquita chegou por intermédio do teatro, em sua fase amadora, quase de festa social, e Paulo Emilio Salles Gomes, meu companheiro de ginásio, vinha da França, onde permanecera por mais de dois anos, fazendo lá a sua formação básica, como nós a fizemos ou estávamos fazendo na Faculdade, nas seções de Filosofia ou de Ciências Sociais.

Constituiu-se então, em 1940, o que chamávamos com alegria e até uma ponta de orgulho de turma – ou, segundo você, na boca de alguns, “tiuma”. Estávamos encerrando uma prolongada adolescência, naquele período mais ou menos livre, entre o término dos estudos e o começo da vida profissional, em que a personalidade se expande e se estende em várias direções, à procura da definitiva, se não da verdadeira, que nem sempre é a que se imagina. Eu não sabia que seria crítico de teatro e em você, apenas adivinhávamos o futuro crítico e historiador da literatura brasileira.

Tínhamos a nosso dispor, no entanto, como prêmio à nossa juventude, uma rua inteira, é verdade que pequena, a Barão de Itapetininga. De tarde, especialmente em dias de aulas de filosofia, dadas por Jean Maugué, nosso mentor in-

telectual, passávamos pela Faculdade, situada na Praça da República. De noite, aparecíamos com frequência no Teatro Municipal, que recebia, além de espetáculos de música e de ópera, inúmeras companhias europeias, de teatro e de “ballet”, desviadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para longas temporadas na América do Sul. Abusando um pouco da imaginação poética, sem a qual não saberíamos viver, eu diria que numa extremidade da nossa rua aspirávamos saber e na outra extremidade respirávamos arte. Entre as duas, na própria Barão de Itapetininga, desfrutávamos as nossas horas de lazer na Confeitaria Vienense, com muito chá, muito chocolate, muita conversa e muita risada. Cantávamos também em coro, de vez em quando. Carlos Vergueiro, que ocasionalmente sentava-se conosco, contaria mais tarde que a novidade presenciada por ele é que as moças do grupo sempre pagavam as suas despesas, em pé de igualdade com os rapazes. Talvez fosse a nossa maneira de acolher a onda feminista que já se aproximava, com a ocupação em massa, pelas mulheres, das escolas superiores.

Contados com rigor éramos dezessete jovens, dez homens e sete mulheres, felizmente menos idosas ou mais longevas. Não havendo, contudo, qualquer formalismo, não sendo os encontros marcados de antemão a não ser nas grandes ocasiões, esse número podia descer a seis, a cinco, ou subir, através de amigos extras e visitantes, a vinte, vinte e cinco, até mesmo trinta pessoas, nas noitadas de grande esplendor social, após um espetáculo que não se podia deixar de comentar em público. Está claro que não havia hierarquias, nem lideranças. Uns eram mais centrais, outros menos, mas sem que se percebesse, no convívio, diferenças marcantes entre eles. Não se falava mal dos ausentes – a maledicência, aliás, não era fonte obrigatória da comicidade –, não se disputavam ouvintes, não se exibia erudição, não se formavam panelinhas, embora existissem predileções e simpatias pessoais, até namoros, que naqueles momentos se dissolviam na conversa geral. Falava-se de tudo, sem programação, sem ordem – ninguém pedia a palavra pela ordem –, buscando-se, mais do que a gravidade do tom ou a profundidade de pensamento, a comunicação fácil e afetiva, a palavra alegre, se possível espirituosa. Devido à convivência, as alusões divertidas eram soltas e pegas no ar. Ria-se muito e aprendia-se quase tanto, porque se somavam vários saberes individuais. Predominava o que poderíamos chamar de conversa continuada, a que reata todos os dias, partindo do ponto em que fora interrompida na véspera, jamais esquecendo o que ficara para trás, que podia ser uma ideia, um livro, um filme, uma personalidade, um incidente, uma gafe, um caso curioso, uma tirada polêmica de alguém.

Não sei se a minha memória está embelezando a realidade, mas posso afirmar com certeza que, não me julgando saudosista, é com imensa saudade que me re-

cordo desses tempos de disponibilidade e confraternização, em que fiz amizades que me acompanham até hoje. Ocorre-me, a propósito, uma frase de Alexandre Dumas, na sua saga sobre os mosqueteiros, que Antonio Candido guardou consigo e sobre a qual já conversamos. D'Artagnan, ao morrer, despedindo-se da vida, menciona os nomes de seus companheiros queridos, dois já mortos. Diz ele (cito de memória e em português, como li): "Athos, Porthos, até já. Aramis, até sempre". É o meu sentimento – até sempre – neste instante e se o que eu disse não valer como fato, valerá certamente como expressão do que possuímos porventura de mais pessoal, o fundo afetivo, de onde nascem o amor e a amizade.

No ano seguinte, continuando esta cronologia que se deterá a seu tempo, aconteceu o que considero o fato capital de nossos percursos literários. Publicamos, por sugestão de Alfredo Mesquita e sob a direção inicial de Lourival Gomes Machado, a revista *Clima*, que, em vez de morrer do mal de sete números, que diziam ser fatal às revistas de jovens, durou mais que o dobro, dezesseis números, editados precária e valentemente de 1941 a 1944. Como conseguimos sobreviver por tanto tempo, com tão pouco dinheiro, nunca entendi direito. Somente uma tese universitária especializada nas intrincadas e frágeis relações existentes entre economia e cultura no Brasil saberá talvez explicar. A meu ver, nada compreenderemos sobre *Clima* sem levar em consideração que o Brasil era ainda muito amadorístico, se comparado ao país atual, profissionalizado ou em via de profissionalização. Fazíamos toda a parte braçal, arranjar anúncios, pegar originais, levá-los à gráfica, corrigir provas, enviar os exemplares ao Correio, distribuí-los em livrarias e bancas de jornal, graças à boa vontade de meia dúzia de abnegados, não mais, que eram ao mesmo tempo patrões e empregados de si mesmos.

De qualquer modo, chegara, aos vinte e poucos anos, o momento da decisão, em que teríamos de optar entre ciência e arte. Deu-se então o que poderia surpreender mas a nós pareceu natural. Havíamos cursado, na faculdade, filosofia e sociologia. Terminados os estudos, empreendemos a carreira de professor, fizemos teses, prestamos concursos, nunca deixando de dar aulas com o maior prazer. Mas, lateralmente, na hora de escrever por conta própria, a título criador, ficamos com a literatura, as artes plásticas, o cinema, o teatro, entregues, respectivamente, a Antonio Candido, Lourival, Paulo Emílio Salles Gomes e a mim. Das matérias estudadas na Faculdade apenas a economia figurou entre as seções fixas, cabendo a Roberto Pinto de Souza. Quanto à música, recorreremos a um estudante de medicina, Antonio Branco Lefèvre, logo incorporado ao grupo. Houve também uma diversificação, referente ao

sexo: dos dez homens da turma, só três não colaboraram no *Clima*, e das sete mulheres, só uma colaborou. A onda feminista, provavelmente, não havia alcançado a hora de rebentação, porque não me parece ter havido discriminações. Quem queria escrever, escreveu. Os outros preferiram permanecer na condição de leitores, certamente a mais agradável.

O perfil do *Clima* não estaria completo sem dizer que três pessoas, não ligadas às seções fixas, desempenharam na revista funções de primeiro plano, seja nas discussões teóricas, seja nas tarefas práticas. Refiro-me a Cícero Christiano de Sousa, e, sobretudo, a Gilda de Moraes Rocha (depois Gilda de Mello e Souza) e a Ruy Coelho. Os três, de resto, participaram do primeiro número, Gilda e Ruy, por coincidência os dois caçulas, apresentando os textos mais extensos e elaborados.

Entramos no campo literário paulista – e por extensão brasileiro – vinte anos após a Semana de 1922, que dividira o Brasil artístico entre passadistas e modernistas, confundidos, estes últimos, no imaginário popular, com os futuristas italianos, encarnados na personalidade ruidosa e exibicionista de Marinetti. Quanto a nós, inscrevemo-nos ao lado de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, que admirávamos e de quem nos tornamos amigos. Mantendo, porém, em relação aos mais velhos, certas diferenças de estilo e de pensamento. A nossa maneira de escrever era menos aventureira, porque estávamos numa década em que os “ismos” estéticos tinham sido suplantados pelos “ismos” políticos, de direita e de esquerda, muito mais sóbrios e compenetrados. Dedicávamo-nos de preferência à crítica, não à criação, embora Gilda, Lourival e Paulo Emílio se deixassem tentar, em épocas diversas, pela ficção. Havíamos herdado, da Faculdade de Filosofia, menos um saber acabado – e este nunca o é – do que uma técnica de pensar e produzir, baseado na pesquisa de fontes primárias, na leitura dos autores seminais, não em comentários de terceiros, no raciocínio cerrado, que não permitia excesso de fantasias ou de interpretações pessoais. O progresso mental nos viera não do número de leituras, mas da natureza destas, muitas vezes abstrata, de difícil apreensão, requerendo um esforço redobrado da atenção e da inteligência. O traço nosso mais distintivo, no entanto, estava na ideia, bem universitária, de especialização, de divisão do conhecimento em várias áreas, para poder aprofundá-lo tanto quanto possível. Tendíamos a ser monógrafos, em substituição aos polígrafos que nos antecederam. Não sei se por essa circunstância ou se pela presciência dos que imaginaram a feição peculiar do *Clima*, tentando adivinhar pelo presente o futuro, o certo é que nós todos, encarregados das seções fixas, agarramo-nos a elas, ao que nos fora prescrito, como se constituíssem o nosso dever perante o mundo e perante nós mesmos.

Foi em consequência desse conjunto de características, que no Brasil de fim do século são comuns a centenas de professores e ensaístas mas há 50 anos causavam surpresa, que ganhamos a fama de jovens sérios demais, “chato-boys” na frase como sempre mordente e engraçada de Oswald de Andrade, logo nós, que, na intimidade, nas relações de amizade, mostrávamo-nos tão propensos ao riso, às conversas descompromissadas noite adentro.

Farei outra confissão: a literatura, as artes plásticas, o teatro e o cinema não nos metiam medo, já que, desde crianças, habitávamos esse universo meio de fantasia, paralelo e frequentemente mais vivo que o real. Quem é que, na infância, não leu um livro, não viu um quadro, não assistiu a um filme ou a uma peça de teatro? Ao passarmos das ciências humanas para artes igualmente humanas (ainda que alguns desejem arrancar essa raiz, sonhando com artes sobre-humanas), não ingressavamo-nos em território novo, desconhecido, antes pelo contrário, voltávamo-nos mais fortalecidos às nossas preocupações de juventude, aos devaneios da adolescência, até mesmo às reuniões alegres da Confeitaria Vienense, nas quais a arte figurava como prazer, não como obrigação. Ao mesmo tempo, sem que planejássemos, ampliávamos os nossos círculos de leitores ao colocar a colaboração em revista antes das teses, dos trabalhos universitários, que por sua complexidade, demandam um longo período de aprendizagem e amadurecimento. Começamos a escrever em prosa literária, só um pouco mais rigorosa, destinada ao leitor culto em geral, e raramente chegamos ao esoterismo característico dos iniciados, suscetível de existir tanto na ciência quanto na literatura.

Não se escolhe a época em que se vive, nem o papel histórico que se deve representar. O nosso, o dos encarregados das seções fixas do *Clima*, que davam à revista o seu colorido próprio, consistiu em apoiar criticamente a reforma estética empreendida pela Semana de Arte Moderna (1922), reforçando-a nos setores em que já penetrara e abrindo caminho nas artes até então refratárias ao novo espírito.

O teatro constituía-se, neste sentido, no terreno mais fértil porque o menos explorado. Em termos modernos, tudo nele estava por fazer. Tive a sorte de pertencer à geração que efetuou essa mudança, trazendo o palco nacional para o século XX, ele que nada fizera senão remoer os últimos restos do século XIX, tendo como modelos a comédia de costumes e a peça de tese. Saudei nas páginas do *Clima*, entre 1941 e 1944, as temporadas realizadas por Louis Jouvet, considerado por muitos o maior homem de teatro francês surgido entre as duas Grandes Guerras. Discípulo de Jacques Copeau, tornou-se por sua vez, durante muitos anos, o meu mestre em teoria teatral. Víamos no Brasil, pela primeira

vez em toda a sua plenitude, essa coisa essencialmente moderna e um tanto misteriosa que chamávamos de *mise-en-scène*, antes de traduzi-la por encenação. Saudei também, com entusiasmo artístico e patriótico – e não recordo essas minhas façanhas sem uma ponta de orgulho histórico – o verdadeiro milagre que foi para nós a montagem de *Vestido de Noiva*, texto do brasileiro Nelson Rodrigues e versão cênica do polonês Ziembinski. Ambos fugiam ao realismo vulgar, ambos usavam a imaginação para despertar o público nacional de sua costumeira morosidade. De minha parte, como antigo aluno dos professores franceses da Faculdade de Filosofia, em nada me assustou esse empréstimo feito à rica experiência vanguardista europeia. O teatro brasileiro moderno começava a andar, auxiliado em seus passos iniciais por poloneses, alemães, italianos, belgas, e eu segui a minha carreira, com a inclinação teatral dada a ela pelo *Clima*.

O problema do cinema apresentava-se de modo diferente para Paulo Emílio. Por um lado, ele não podia influir sobre os cineastas estrangeiros, e, por outro, não se achava perante um deserto crítico semelhante ao do teatro. O que ele fez, com a sua inconfundível personalidade, foi deslocar o eixo de apreciação do filme, que até aquele momento, no Brasil, girava em torno do enredo ou dos atores, os famosos astros de Hollywood, cujos contornos míticos eram cultivados cuidadosamente pelos grandes estúdios americanos. Paulo Emílio, em suas longas e detalhadas críticas, focalizava de preferência o trabalho do diretor, pouco percebido pelo público e pouco comentado pelos cronistas nacionais, alguns sem dúvida habilidosos em suas relações com o público, como Guilherme de Almeida em São Paulo. Paulo Emílio, ao contrário dele, não se interessava pela produção comercial vigente, tomando como ponto de referência a totalidade da história descrita pelo cinema, definida por seus picos mais altos, muitos atingidos ainda na época do cinema mudo, que ele conhecera de perto durante a sua estada na França. Estava habilitado, portanto, a perceber o lado plástico do cinema – da Sétima Arte como se dizia então –, aquela que contava uma história e emocionava recorrendo pouco à palavra escrita – somente os letreiros – e nada, absolutamente nada, à palavra falada, contrapondo-se, dessa forma, ao romance e ao teatro. Paulo Emílio firmava a atenção e estabelecia seu julgamento baseado no uso da luz, no movimento da câmara, no encadeamento das cenas, no jogo das imagens, no enquadramento físico e metafórico das personagens – em suma, em algo que tinha pontos de contato com o conceito teatral de encenação, por se interessar não só pelos fatos mas também pela forma como são mostrados. A figura do diretor, assim destacado, prenunciava o aparecimento dos filmes de autor, gerados e ama-

durecidos por um só cineasta, produtos cinematográficos que dominariam artisticamente as décadas seguintes. Por essa série de motivos, que, somados, propunham uma nova visão do cinema e pressupunham a existência de pelo menos uma cinemateca, Paulo Emílio merece o título, que lhe tem sido com frequência outorgado, de criador da crítica de cinema no Brasil.

Nas artes plásticas o modernismo irrompera no Brasil antes mesmo de 1922, causando como se sabe a impressão de impostura, na melhor das hipóteses, ou de loucura, na pior. Um quadro, entendido à maneira ainda corrente no início do século, dizia respeito àquilo que se vê, estando ao alcance dos olhos de todo mundo, mesmo dos ignorantes. Se as linhas do nosso horizonte cotidiano são tão claras, tão nítidas, por que esmaecê-las até a deliquescência ou distorcê-las até a monstruosidade? O impressionismo francês passara levemente por nossas terras, o expressionismo alemão acabara de chegar, e eis que pintores ousados e extravagantes como Picasso, sem abandonar de todo a realidade, transfiguravam-na em cubos e cones imaginários. O modernismo estabelecera-se de vez por aqui, mas não convencia a não ser alguns poucos vanguardistas, entre os quais Oswald, que asseverava constituir-se o cubismo no serviço militar obrigatório da pintura moderna.

Quando *Clima* aparece, em 1941, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall, todos da geração de nossos pais, já haviam produzido a porção primordial de suas obras. Porém, na verdade, vendiam pouco. Portinari, o último a surgir, era mais bem aceito pelo público, porque ninguém negaria que ele se revelava muito competente também como pintor acadêmico. Quanto à crítica, lia-se, em São Paulo, Sergio Milliet, Luís Martins (marido de Tarsila), eventualmente Geraldo Ferraz (marido de Pagu), sem falar em Mário de Andrade, homem dos sete instrumentos, o único a se mostrar virtuose em todos eles.

Lourival Gomes Machado, portanto, entrava na liça do modernismo não só com maior número de competidores como num meio propenso às discordâncias e polêmicas exacerbadas. O gênio dele, por seu lado, era esse mesmo, amigável, até muito sociável, porém, quando desafiado, pronto a revidar, amparado na argumentação, quanto à inteligência, e quanto ao tom, por uma boa dose de ironia e sarcasmo. Como escrita, talvez por já ter dois anos de Direito ao ingressar nas Ciências Sociais, movia-se através de períodos longos, bem concatenados, com cláusulas e subcláusulas, sem nunca, entretanto, perder o fio da palavra ou do raciocínio. Falava e escrevia com grande facilidade. Ao dar aulas, excelente professor que era, modulava a frase, separava o principal do acessório, marcava com a voz os parênteses e colchetes, como os atores franceses faziam

nas tiradas clássicas, e o que, lido, parecia difícil, pesado, adquiria fluência e transparência.

Lourival comentou comigo, certa vez, que dispunha de dois registros de pensamento bem distintos: o abstrato, forma pura da inteligência, transcendente aos fatos sobre os quais foi elaborado, e o concreto, particular às artes plásticas, atendo-se na pintura, por exemplo, à espessura da camada de tinta sobreposta à tela, ao trajeto da pincelada, e, na escultura, ao contorno, à pura forma da matéria, à rudeza ou maciez da pedra, que ele gostava de tocar com as mãos, pondo em funcionamento a sua sensibilidade tátil. Não possuo, todavia, concluiu ele, o meio-termo entre o abstrato e o concreto que caracterizaria outros integrantes do *Clima*.

Já que estou em maré de confidências, entre amigos, acrescentarei que devo a ele o primeiro cargo de magistério que ocupei, em 1940, como professor de Lógica no Colégio Universitário da Faculdade de Filosofia. A generosidade, o empenho em servir aos amigos e amparar os carentes de afetividade, bem como o tino administrativo e o amor ao comando, eram, de resto, alguns dos traços essenciais do seu temperamento de chefe.

Lourival Gomes Machado, da nossa antiga turma, foi o primeiro em tudo: a dar aulas, a casar, a engordar, a trabalhar em jornal, a defender tese, a publicar livro, a ser professor titular e a dirigir uma das faculdades da USP. Infelizmente, foi também o primeiro a nos deixar, com somente 50 anos de idade. Morreu na Itália, em viagem a serviço da UNESCO – onde trabalhava –, numa estação de estrada de ferro, cercado de gente, mas talvez sozinho, fechado no fundo de si mesmo, como de certo modo sempre esteve, apesar dos amigos e do seu ar frequentemente brincalhão. Creio que a parte mais importante do seu trabalho sobre as artes plásticas foi executado depois e fora do *Clima*, no qual se exercitou e ganhou prestígio, impondo-se como crítico, aperfeiçoando-se nessa árdua empresa que é traduzir em palavras, com ordem lógica e alcance universal, o que de início são sensações corporais, não conceitos.

A literatura representava no Brasil o papel central do modernismo, o foco poético que se irradiou a partir de 1922 às demais artes. Tanto é assim que, antes de 1940, ela já conheceu dois grandes surtos criativos modernos, em épocas e lugares diversos e com programas estéticos diferentes. O primeiro, ninguém ignora, ocorreu em São Paulo, com extensões ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. Florescendo sobretudo à volta da poesia, comportou vários manifestos artísticos subversivos. De modo geral, permaneceu à margem do grande público, só sen-

do reconhecido plenamente muitos anos mais tarde, depois que análises críticas e espetáculos de teatro revelaram a juventude perene de obras como *Macunaima* e *O Rei da Vela*. O segundo modernismo, também todos sabem, desenvolveu-se no Nordeste sob a forma de romance social, tendo como protagonista o povo, personagem ausente no ciclo paulista, a não ser em concepções míticas, a exemplo de “Cobra Norato”. Menos radical esteticamente e de tendência esquerdista, aproveitou muito bem a liberdade de escrita, não mais presa a moldes portugueses, que os novos tempos, posteriores a 1930, proporcionavam. Esta fase chegou diretamente ao leitor, desde o primeiro momento, porque, de fácil compreensão, dispensava o auxílio de ensaios interpretativos.

Decorre desse quadro que o posto mais avançado e mais sujeito a objeções do *Clima* era o do responsável pela literatura, não porque esta não tivesse tradição crítica, mas pelo motivo oposto, porque a tinha em excelente qualidade e razoável quantidade, desde Silvio Romero e José Veríssimo até Tristão de Ataíde, no primeiro modernismo, e Álvaro Lins, no segundo.

A salvação do *Clima* foi que ele contava em suas fileiras com um jovem da estatura de Antonio Candido, o mais bem preparado entre todos os donos de seções fixas, o único que desde o início já tinha relativo domínio de sua matéria, embora ele, num de seus rompantes de autocrítica, tenha-me dito que naquela ocasião era um perfeito analfabeto. Não foi o que me revelou a releitura que fiz da sua colaboração em nossa revista, onde compareceu com o próprio nome e também com mais de um pseudônimo, inventados seja para dar vazão à fantasia, que não lhe faltava, seja para exprimir pontos de vista sobre os quais não tinha certeza, seja ainda pelo prazer de assumir individualidades ficcionais e até pelo simples gosto da mistificação, que nele existia como em Paulo Emílio. Num desses pseudônimos, Antonio Candido apresentou-se como conhecedor do russo, comentando alguns vocábulos, e não conteve o riso quando um leitor, em carta endereçada à redação, elogiou-lhe a competência linguística. A sua personalidade, autenticamente simples por fora, no trato com amigos e conhecidos, por dentro é das mais ricas e complexas. Se pensássemos em esgotar as suas possibilidades humanas, teríamos de chegar não a simples pseudônimos mas a verdadeiros heterônimos, como os de Fernando Pessoa, poeta cuja fama ele ajudou a disseminar nas páginas do *Clima*. Entre os seus heterônimos haveria lugar para um cético, sujeito como Machado de Assis a ouvir o “cochicho do nada”, e para um crente ardoroso nos valores morais e sociais.

O triunfo do modernismo nas letras, já inconstestável, permitia-lhe evitar controvérsias, ataques ao passado, inflamadas profissões de fé, bem como a op-

ção entre o primeiro e o segundo modernismo. Antonio Candido admitia tanto um quanto outro, com preferência, contudo, se não estou enganado, pela década de 1920, mais ousada, mais contestadora, qualidades que admirava. Aceitava a produção nacional como um fato que se coloca entre nós, merecendo ser examinado como tal, sem esconder de todo o anseio por uma literatura mais forte e empenhada, que subisse às alturas, ou, então, que descesse sem medo ao grotesco, ao ilógico, categorias literárias que, segundo ele, possuíam também velhas tradições. A mediania de propósitos é que não o entusiasmava. Creio, sem ter provas, que já por aí se percebiam os germes do seu interesse posterior pelo romantismo alemão, com o qual compartilhava a espiritualidade, se bem que, no seu caso, encarada pelo ângulo literário, como criação do homem, não como fundamento filosófico, em que sempre se manteve fiel ao racionalismo e ao materialismo, ambos não dogmáticos, no sentido de não excluir preliminarmente as posições contrárias, antes tentando compreendê-las. É que a literatura, correndo paralela à ciência, à filosofia e à religião, sem comprová-las ou desmentí-las, não prescindia do mítico, do irracional e do místico.

A cultura germânica, de resto, parecia fasciná-lo, não menos, entre as estrangeiras, do que a francesa, a inglesa e a italiana. Foi ele que me propôs ter aulas de alemão, em companhia de Ruy Coelho e Lívio Xavier, quando verifiquei, não sem certa satisfação, que os meus três companheiros de estudo, pessoas de grande erudição, eram como alunos tão relapsos quanto eu, jamais fazendo decentemente a lição de casa. Antonio Candido era o que mais faltava e foi o único que aprendeu alguma coisa, não sei se chegando a ler correntemente o alemão, sem o auxílio de textos bilíngues, como procedia no tempo do *Clima*, em poemas de Rilke e Stefan George.

O seu primeiro artigo na revista não continha declarações de princípios, exceto quanto à crítica, cuja base teórica começou a perquirir. Já o intrigava a relação entre a obra literária, de natureza individual, devendo ser lida por sua singularidade, e o quadro social em que se inscreve, relação esquivada, difícil de detectar, que seria amplamente discutida e elucidada na *Formação da Literatura Brasileira*. Fez Antonio Candido, todavia, desde logo, uma declaração a favor da verdade, por intermédio de uma citação em francês, introduzida à mão e na última hora. Ei-la, traduzida: “Dizer a verdade é uma coisa boa, tanto por causa do prazer que nos dá ao desafogar o coração, quanto por causa da raridade do fato”. Quem profere tal frase é D’Artagnan, que volta ao meu texto, porque, anedótico e destemido como só um gásção ficcional pode ser, foi um dos heróis da meninice de Antonio Candido, como da minha. Essa

inesperada citação era e não era uma brincadeira. A sua entrada em cena quebrava de propósito a possível solenidade do momento, mas, por outro lado, estaríamos nós todos aqui reunidos, em torno do nosso homenageado, se ele não tivesse tido a coragem de sempre dizer a verdade, em todas as circunstâncias, algumas adversas, pelas quais passou?

A seção de Antonio Candido intitulava-se Livros, não Literatura. De fato, ele criticou não apenas poesia e romance, os gêneros mais publicados, como também estudos sociais, que ele distinguia da sociologia propriamente dita, ciência então nascente, com não mais do que vinte anos, “se tanto”, em suas palavras.

Na opulenta safra poética do ano de 1940, que se encerrara, ele saudou alguns modernistas de primeira geração, entre os quais, Manoel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, os dois, dentro de certos limites, já consagrados. Menos consagrado, como poeta, seria Mário de Andrade, a quem dedicou uma crítica inteira, considerando-o “poeta complexo, profundo, extremamente pessoal”. Ao lado de merecidos e bem distribuídos elogios desenhou algumas caracterizações psicológicas exatas e engraçadas. Drummond, por exemplo, incluir-se-ia entre os “acanhados-superiores”. Seria um “acanhado, que primeiro teve vergonha dele mesmo, e depois do que viu em torno de si”. Ao ler essa descrição, lembrei-me de uma entrevista de João Cabral, em que ele disse preferir o Drummond de “língua presa” dos primeiros tempos ao poeta de “língua solta” dos últimos anos. Já Mário de Andrade, segundo Antonio Candido, “gosta (...) de falar alto, através de seus modismos de expressão e de ser”.

Em relação ao romance, em crítica posterior, não o imagina como cópia da realidade cotidiana: “a vida se basta a si mesma, e a nossa função é vivê-la, não imitá-la”. Quanto à crítica, voltando ao assunto por causa de um livro de Álvaro Lins, escreve que ela pode também ser entendida como “metacrítica”, pedindo às senhoras perdão pela palavra, talvez por ser ela, metacrítica, tão abstrata, tão distante da experiência vivida pelo escritor e pelo leitor. A teoria não havia ainda invadido a seara das letras, com os seus resultados atuais, ora ótimos, ora péssimos.

O seu giro de leituras, composto por autores mencionados de passagem e por outros citados textualmente, parece-me o mais vasto do grupo do *Clima*, com exceção possivelmente para a curiosidade enciclopédica de Ruy Coelho, capaz de substituir os companheiros, o que fez com frequência, nas seções de literatura, música, cinema e teatro. Regressando a Antonio Candido, o levantamento dos nomes que estavam todo o tempo em sua cabeça e que pôs no papel como pontos de referência de validade universal, serve para dar ideia do mapa literário, cheio de altos picos, dentro do qual ele se movia com desembaraço.

Stendhal, Tolstói, Eça de Queirós e Machado de Assis, na área do romance, convivem com Mallarmé, Apollinaire e Cendrars, entre os poetas, e pensadores do porte de Valéry, Unamuno e Nietzsche, filósofo admirado por seu pai e que naquela época de guerra fora colocado de quarentena, por sua suposta influência sobre o nascimento do nazismo. Nenhum desses escritores, escolhidos por mim entre muitos outros, vem à tona gratuitamente, aparecendo sempre como exemplos que ajudam a esclarecer o significado das palavras. O conhecimento do passado põe em perspectiva o presente, desde que não ignore o surto criativo da modernidade. Talvez seja esta visão, a cavaleiro da história, um dos trunfos com que contou o grupo do *Clima*, montando ao mesmo tempo sobre a liberdade do ensaísmo e a objetividade dos cursos universitários.

Traçando um breve retrato do crítico quando jovem, não pretendo dizer que ele nasceu pronto e acabado. Antonio Candido, de resto, nunca deixou de modificar a sua escritura, impondo-lhe cada vez mais disciplina, até chegar à forma lúcida e translúcida de suas últimas publicações, nas quais parecemos ver, sem intermediários, o fio do pensamento desenrolando-se ante os nossos olhos, em seu caminhar encadeado, sutil, seguro e envolvente. Desde o início, no entanto, já se percebia nele o grande crítico, com as vantagens e desvantagens da juventude, não tão contido quanto na maturidade, não só mais solto como até exuberante, por instantes ainda próximo da improvisação da palavra falada, como mestre da oralidade que sempre foi. Mas no último número da revista, passados dois anos e meio do primeiro, já alcançara o total equilíbrio entre a inspiração e o desempenho. Na crônica de 1944, *Ordem e Progresso na Poesia*, prevê com sagacidade a chegada da geração de 45, salientando a “estabilização do modernismo a que vimos assistindo”. Os poetas estreados não escandalizavam mais, como Oswald, Mário, o Manoel Bandeira de *Os Sapos*, poema lido como provocação na Semana de 22, e o Drummond da pedra no meio do caminho. Escreveu Antonio Candido: “O tempo correu, e hoje já começa a haver uma certa estilística da poesia moderna, os moços podendo novamente, como no Parnaso, assimilar processos e repousar numa doce virtuosidade”. Em verdade, pouca distância temporal havia entre o *Clima*, de 1941, e esses jovens que se anunciariam como sendo de 1945. A motivação estética e social é que se mostrava outra. Nós, enquanto críticos, mantínhamo-nos fiéis às rupturas introduzidas pelo primeiro e segundo modernismo. Já os poetas de 1945 não revelavam interesse pelo social, e, quanto às palavras, desejavam regressar a uma dicção poética nobre e refinada, sem os desafios e molecagens de 1920. Continuava, de qualquer modo, o modernismo, vocábulo que, por sua indeterminação ideoló-

gica, não só não se restringiria no tempo, como, ao contrário, expandir-se-ia ao início do século, no assim chamado pré-modernismo, e projetar-se-ia sobre este final de século, no que dizem ser o pós-modernismo. Em suma, no século XIX, queiram ou não, todos são de alguma maneira modernistas no Brasil – exceto, por definição, os passadistas e os futuristas.

Em 1944, sem perder os laços estabelecidos com a revista, antes reforçando-os através de modificações estruturais sugeridas por ele, Antonio Candido já fora absorvido pela imprensa diária, encarregando-se de escrever o rodapé semanal da *Folha da Manhã*, atual *Folha de S. Paulo*. Não sei se as novas gerações percebem em toda sua extensão o alcance dessa palavra, rodapé, herdada do século XIX. Não se tratava de artigos sobre livros que despertavam o nosso ânimo combativo, a favor ou contra. Tinha-se de acompanhar as publicações nacionais, selecionando as apropriadas para um comentário público. Era como se o jornal falasse aos seus leitores, guiando-lhes as leituras, travando, ao mesmo tempo um diálogo menos ou mais amistoso com o autor do livro. O rodapé devia influir sobre toda a literatura produzida no Brasil, desde o nascedouro, na cabeça dos escritores, até o desaguadouro, na recepção por parte das camadas intelectuais às quais o jornal se dirigia.

Antonio Candido, em vez de intimidar-se com a responsabilidade, assumiu-a por inteiro, tornando-se, nesse processo, um crítico de projeção nacional. Foi então que escreveu os ensaios coligidos pela primeira vez em livro. O seu nome, *Brigada Ligeira*, prometia para o futuro títulos de maior peso, que de fato vieram. Mas já era, em si mesmo, uma belíssima obra, que se agregou para sempre à nossa bibliografia. A produção de 1943, recolhida em parte por ela, foi propícia à literatura, permitindo a Antonio Candido examinar três fases do desenvolvimento literário brasileiro. Ele acertou contas com Oswald de Andrade, desarmando-o, não pela contestação violenta a que ele estava acostumado, mas, em sentido inverso, pela serenidade e seriedade que dedicou a um escritor mais apreciado, na época, pelo humor ferino. Isso quanto ao primeiro modernismo. Quanto ao segundo, teve a sorte de ver publicados romances que marcaram a maturidade de dois escritores do ciclo nordestino, *Terras do Sem Fim* e *Fogo Morto*. Antonio Candido aproveitou a oportunidade para fazer um balanço geral da obra tanto de um quanto de outro. Sobre Jorge Amado escreveu: “Se encararmos em conjunto a sua obra, veremos que ela se desdobra segundo uma dialética de poesia e documento, este tentando levar o autor para o romance social, o romance proletário, que ele quis fazer entre nós, a primeira arrastando-o para um tratamento por assim dizer intemporal dos homens e das coisas”. Com relação a *Fogo Morto*, definiu o autor

na primeira linha: “O sr. José Lins do Rego tem a vocação das situações anormais e dos personagens em desorganização”. Mas o autor de rodapés não se afirma só pela reavaliação do passado. Há também a avaliação do presente, feita no hora, sem saber o que virá depois. Antonio Candido realizou essa leitura imediata, tendo como objeto o romance *Perto do Coração Selvagem*. Eis alguns trechos do que publicou em *Brigada Ligeira*, em 1943: “A autora – ao que parece uma jovem estreante – colocou seriamente o problema do estilo e da expressão. (...) A sra. Clarice Lispector aceita a provocação das coisas à sua sensibilidade, e procura recriar um mundo partindo de suas próprias emoções, de sua própria capacidade de interpretação. Para ela, como para os outros, a meta é, evidentemente, buscar o sentido da vida, penetrar no mistério que cerca o homem. Como os outros, ela nada consegue, a não ser esse timbre que revela as obras de exceção e que é a melhor marca do espírito sobre a resistência das coisas”.

Nada mau para um diagnóstico feito na hora sobre uma desconhecida. Antonio Candido, contudo, espírito de extraordinária exigência consigo mesmo, não estava satisfeito com o rodapé, que podia expressar entusiasmos ou decepções passageiros, dependendo para se confirmar de uma reflexão mais demorada. No prefácio de *Brigada Ligeira* manifestou a esperança de, no futuro, “poder alinhar os couraceiros duma crítica mais trabalhada e profunda, liberta das limitações de rodapé”. Seríamos tentados a discordar desta opinião, a desejar que ele permanecesse no jornal, se não soubéssemos tudo que escreveu a seguir, de forma que a mim se afigura definitiva.

Não pretendo, neste depoimento de caráter pessoal, passar de 1944. Ficando nos limites do *Clima*, permanecerei no período de juventude de Antonio Candido, sobre o qual poucos poderão dar um testemunho. Mas existe em nossa atividade daquela época uma nota em que ainda não toquei. Até o nosso décimo número, meados de 1942, nada tínhamos escrito sobre a nossa posição política. Havia dois motivos para tal. O primeiro, interno, era a duríssima censura sob a qual vivíamos durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Para dar um exemplo, no *Diário Oficial* em que foi deferido o pedido para a publicação do *Clima*, graças à interferência de um primo de Antonio Candido residente no Rio de Janeiro, dezenas de revistas e jornais, de títulos inocentes como *Paraná Mercantil*, *Panificadora Paulista* e *Gazeta das Farmácias*, viram indeferidos os seus requerimentos. O fechamento constituía a regra, não a exceção, inclusive em relação ao funcionamento do primeiro Clube de Cinema de São Paulo, fundado por Paulo Emílio.

O segundo motivo para o nosso silêncio, de origem externa, era a sensação de instabilidade gerada pela Segunda Guerra Mundial, onde iria decidir-se o nosso destino político, se de direita, de centro ou de esquerda. Em 1942, já com a vitória

desenhada para os aliados, o Brasil entrara finalmente na guerra. Aproveitamos logo essa fenda aberta na carapaça da censura, essa brisa liberal soprando levemente apesar dos esforços contrários do governo, para externar o nosso pensamento, através de uma Declaração formal, assinada por todos os integrantes da revista. A escolha que se anunciava, com a derrota do fascismo, estava entre a democracia e o comunismo. Colocamo-nos entre os dois, postulando, a um só tempo, a liberdade política e a igualdade econômica. Talvez fosse um gesto utópico, como tantos outros, mas, para os tempos pós-guerra que imaginávamos inaugurais, não queríamos abdicar de nenhum de nossos mais altos propósitos. Alguns, entre nós, filiaram-se à Esquerda Democrática, depois transformada em Partido Socialista Brasileiro. Nós dois, Antonio Candido e eu, fomos candidatos a deputado estadual, trabalhamos juntos pregando cartazes pelas ruas e distribuindo votos no dia da eleição, tarefa que cabia então aos partidos. Seria longo, e não faz parte de minhas intenções, contar essa história. Não desejo mais que destacar, como fecho, as consequências secundárias que essa decisão teve em nossas vidas. Ignoro se como causa ou como efeito, a verdade é que a opção pelo coletivo, não pelo individual, deu-nos um senso um pouco mais agudo de nossas obrigações sociais. Para exemplificar, talvez tenha sido isso que levou Lourival a participar das Bienais paulistas, como foi isso com certeza que induziu Paulo Emilio a lutar pela criação e manutenção da Cinemateca Brasileira.

Antonio Candido agiu por outros meios, porém incessantemente. A influência que exerceu sobre as universidades paulistas foi imensa, fazendo-se sentir sobretudo em São Paulo e Campinas. Encaminhou em direção ao ensino superior, entre muitos e muitos outros, Paulo Emilio e eu, que pudemos ministrar cursos, na Faculdade de Filosofia, sobre cinema e teatro, matérias que nunca havíamos estudado oficialmente. Antes, mudara o seu percurso de professor, trocando a sociologia pela literatura, embora a sua situação acadêmica fosse correta e confortável. O professor da Cadeira, Fernando de Azevedo, aconselhou-lhe mesmo, em tom de brincadeira, que mantivesse a sociologia como esposa, tomando a literatura para amante. Se ele procedesse dessa forma, como outros fizeram em casos similares, ninguém o acusaria de adultério ideológico. Mas a sua consciência moral e social, que tolerara até então essa duplicidade, porque, na realidade, ele amava as duas, exigia agora uma definição clara em um ou outro sentido. E ele optou pela amante, a literatura. Não desejando, segundo me disse, sair por uma porta e entrar por outra no mesmo edifício, obrigou-se a um estágio numa faculdade iniciante, a de Assis, onde – acrescentou – teria tempo e tranquilidade para repensar seriamente as bases teóricas de sua formação literária, como se essa já não fosse das melhores. Quer isto dizer que Antonio Candido, depois de refazer a sua carreira universitária, ajudou-nos, a mim e Paulo Emilio, a construir as nossas,

confirmando-nos, todos os três, como legatários para sempre do *Clima*. Ele não é, portanto, um acontecimento relacionado unicamente com a inteligência e a sensibilidade literária. É também um acontecimento notável no que diz respeito à evolução, à voluntariedade. Sofre com as imperfeições do mundo e sente agudamente não poder mudar a si mesmo quanto gostaria. Disse-me certa ocasião: “Fico às vezes satisfeito quando me comparo, mas nunca quando me considero”. Haverá reminiscências de Nietzsche nessa moral impaciente com os limites da vontade humana, desejosa de obter vitórias antes sobre ela própria dos que sobre os outros?

Antes ainda, em 1956, havia planejado o “Suplemento literário” de *O Estado de São Paulo*, que por sua indicação dirigi durante dez anos, imprimindo-lhe uma forte dose de responsabilidade face ao Brasil, sem ser nacionalista no sentido estreito. Tínhamos, por exemplo, seções dedicadas às literaturas de língua francesa, inglesa, alemã, italiana, espanhola e russa, entre outros mais esporádicos, porém redigidas por brasileiros ou escritores radicados entre nós. Os únicos colaboradores europeus eram os portugueses, que não nos são propriamente estrangeiros. O alvo do Suplemento era mais o autor nacional do que o leitor nacional. O jornalismo servia assim à literatura pela ação direta.

Essa militância, a intelectual, desenhada aqui em traços ligeiros, é a que conheço bem. Quanto à outra, a militância política, só posso dizer que acompanhei de longe o seu trabalho à frente da ADUSP (Associação dos Docentes da USP) e que sei o que significa para ele o Partido dos Trabalhadores (PT), de que foi membro fundador. A nossa velha Esquerda Democrática, simpática quanto aos objetivos, pecava por possuir escritores a mais e operários a menos. Vem daí, quero crer, o entusiasmo de Antonio Candido perante o surgimento de um partido no qual, dentro da hierarquia econômica de nossa sociedade, o trânsito de ideias e ações cumpre-se nas duas direções, de cima para baixo e de baixo para cima. O trabalhador já não entra apenas com o voto, como no populismo, mas com a sua inteligência, o seu saber profissional, a sua experiência de vida.

Esse é o tema de nosso encontro. Sobre ele, vocês que me escutaram, vocês que falarão hoje e nos próximos dias, têm muito mais informação e reflexão do que eu. Cabendo-me, pela idade, o papel introdutório, não fiz mais do que acenar com algumas ideias. Outros saberão desenvolvê-las, negando ou confirmando a sua procedência. Como palavra final, quero agradecer por me ouvirem e por me darem a oportunidade de falar em público sobre o meu mais velho e querido amigo. Em particular não teria a coragem de tecer-lhe tantos elogios, pensados por quase 60 anos, porém nunca proferidos de viva voz.

Vida, obra e militância

Walnice Nogueira Galvão

Ensaísta e professora emérita aposentada de teoria literária e literatura comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)

Incumbida de fazer a apresentação geral do homenageado, e de contar tudo a seu respeito, alerta, em primeiro lugar, para a proibição de fazer-lhe elogios. Por isso, peço que não estranhem se não ouvirem um sequer.

Em segundo lugar, chamo a atenção para a drástica redução que me vi obrigada a fazer, tendo em mãos material mais para 800 anos do que para os 80 que festejamos.

Quem o conhece, dispensa explicações. Quem não o conhece, não sabe o que está perdendo.

Este é o homem cujos 80 anos fazem multiplicar as homenagens. Entre outras, suplementos especiais de vários jornais, o prêmio Camões e um simpósio de três dias, em que a USP se debruça sobre seu Professor Emérito.

As discussões costumam se elevar já sobre sua proveniência: seria mineiro, paulista ou carioca? Pasmem: todos os três. Nascido no Rio de Janeiro, foi criado em Minas e radicou-se em São Paulo. Por isso não tem sotaque, sua dicção sendo uma mistura dos três. O que outrora já fora objeto de um *limerick* da lavra de Décio de Almeida Prado:

Existe um curioso rapaz de Poços
Cujos segredo decifrar não posso:
Nascido no Rio de Janeiro,
É paulista ou será mineiro
Esse enigmático rapaz de Poços?

Já foi alvo – ou talvez vítima, sua discrição deixando entrever que se constrange ao centralizar as atenções – de um *festschrift* nos seus 60 anos (*Esboço de figura*, que tem até poema feito expressamente para a efeméride por Carlos

Drummond de Andrade) e de outro nos seus 70 anos (*Dentro do texto, dentro da vida*). E agora não escapará de receber mais um, reunindo os trabalhos deste simpósio.

Passou a vida como professor, ofício do qual, aliás, bem que se orgulha. Sua matéria, no departamento que criou na USP, se intitula Teoria Literária e Literatura Comparada. Os alunos que formou, em 36 anos de magistério, perfazem legião. E estão espalhados por aí, tentando compartilhar com outros, agora alunos deles, o que aprenderam com o mestre.

O lugar que ocupa em nossa cultura é múltiplo. De saída, há que destacar seu papel como autor de uma reflexão fundamental para a criação de uma consciência sobre o país, de que é pedra angular seu livro de 1959, *Formação da literatura brasileira*. Ali procura retomar, a seu modo, o esforço de obras magistrais como *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

É nesse livro que Antonio Candido desenvolve o argumento de que tal formação pode ser vista como se, a partir de certo momento, fosse comandada pelo desejo dos brasileiros de construir uma literatura que expressasse o país. Ao mesmo tempo, essa literatura deveria marcar a sua diferença em relação à matriz: o que se faria mediante adaptação de modelos. Até atingir tal maturidade, os escritores vão-se impregnando dos modelos que vêm da Europa e adaptando-os às condições locais, o que, justamente, vai dar resultados de extrema originalidade. Quando a literatura brasileira deixa de se referir a eles e passa a se autorreferir, é que chegou ao ponto de maturidade. A noção de sistema, que preside à análise, é inseparável da compreensão desses itinerários. E o argumento será depois entendido por outros estudiosos a diferentes ramos da cultura.

Dentre seus vários livros sobressaem ainda *Brigada ligeira*, *O observador literário*, *Literatura e sociedade*, *Vários escritos*, *Teresina etc.*, *A educação pela noite*, *Na sala de aula*, *O discurso e a cidade*, *Recortes* etc. Difícil é escolher entre eles, tal o alcance do pensamento e a finura da erudição. Uma de suas grandes conquistas é a clareza da escrita, que sempre fez questão que fosse de máxima acessibilidade. Sendo autor de algumas das mais belas análises formais de nossa literatura, é também aquele que erigiu em princípio condutor a meta de identificar no interior das obras o traço exterior reelaborado.

Tendo estreado como crítico literário na legendária revista *Clima*, em 1941, aos 23 anos, tornou-se parte de uma esplêndida constelação que marcaria duradouramente o panorama cultural do país. Foi lá que se definiram, enquanto vocação, não só ele como vários companheiros de toda a vida, como

Paulo Emílio Salles Gomes, no cinema; Décio de Almeida Prado, no teatro; Lourival Gomes Machado, nas artes plásticas; Ruy Coelho, na antropologia; e Gilda de Moraes Rocha, com quem viria a se casar, na estética.

Passou depois a exercer o mister na imprensa diária, ao encarregar-se de um rodapé semanal na *Folha da Manhã*, a que se seguiram outros periódicos. Ali registrava os lançamentos, mas também elaborava temas e falava de escritores estrangeiros. Nesses primeiros artigos, já é de notar a extensão de seus interesses.

Teve uma carreira mais semeada de tropeços do que seu trato ameno deixaria transparecer. Pois esse crítico, apaixonado por literatura, começou estudando simultaneamente Direito no Largo de São Francisco e Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP. Ao se formar nesta, tendo deixado Direito no último ano, tornou-se assistente de Sociologia, posição que ocupou até 1958. Nesse ano, teve a oportunidade de passar a ser professor de literatura brasileira na novel Faculdade de Filosofia de Assis, no interior paulista, e dali reverteria a sua escola de origem onde ensinaria Teoria Literária e Literatura Comparada, a partir de 1961.

Em sua folha de serviços prestados, que é interminável, figuram atividades tão variadas quanto a presidência da Cinemateca Brasileira em mais de um mandato (1962 e 1977), o planejamento do celebrado Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, em 1956, ou a coordenação do Instituto de Estudos da Linguagem, na UNICAMP, no período 1976-1978. E isso, afora diversos outros cargos, conselhos de fundações e participação em comissões como a do IV Centenário de São Paulo, em 1954.

Com tanto trabalho e com tantos milhares de páginas que escreveu, ainda achou tempo, desde cedo, para fazer militância política. Para isso pode-se dizer que foi espicaçado pela ditadura Vargas, contemporânea, e ultrapassando-a, de sua fase de estudos superiores. Como todo estudante que se preze, fez parte de grupos de resistência, como o que levava esse nome (Frente de Resistência) na Faculdade de Direito. Depois de formado, integrou-se à Associação Brasileira de Escritores (mais conhecida como ABDE), que congregou os intelectuais de oposição ao regime, numa frente ampla que ia do centro à esquerda etc. Deve-se à ABDE um dos primeiros manifestos contra o regime.

Entretanto, encerrada a ditadura, o 2º congresso da seção paulista, de que Antonio Candido foi presidente em 1949-1950, realizado em 1949 em Jaú, terminou com uma declaração de princípios falando em nome da liberdade da criação e do pensamento, o que provocou estremecimentos na frente ampla anterior. Nosso homenageado passara a pensar que, em plena democracia, já

era tempo de falar menos de política e mais de literatura, já que afinal se tratava de uma associação de escritores. Este manifesto, proposto por Antonio Candido, foi discutido pelo grupo socialista, especialmente por Sérgio Milliet – que o leu em plenário –, Lourival Gomes Machado e Sérgio Buarque de Holanda (que foi presidente nacional, e depois presidente da seção paulista), sendo este último responsável pela redação final.

Ao término da ditadura, em 1945, fez parte da Esquerda Democrática, que dois anos depois se tornaria o Partido Socialista Brasileiro. Neste militou por longos anos, ocupando duas vezes cargos na direção, bem como no jornal *Folha Socialista*. Foi até candidato a deputado estadual em 1950, um sacrifício para preenchimento da quota de cargos legislativos que, aliás, acataram vários de seus companheiros intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Luís Martins, Décio de Almeida Prado, Cid Franco (eleito), Febus Gikovate etc. Um lembrete: à época, a lei obrigava cada partido a apresentar chapa completa, ou seja, tantos candidatos quanto fosse o total de cadeiras em disputa, o que evidentemente era difícil para os pequenos como o Socialista. A piada corrente era a de que seria preciso juntar todos os afiliados para compor a chapa. Ainda assim, dos 1.500 votos necessários para eleger-se, Antonio Candido obteve 580.

Entre as obrigações da carreira, acharia tempo para fazer sua tese de livre-docência em Literatura Brasileira, sobre *O método crítico de Silvio Romero*, em 1945. E, mais tarde, o doutoramento em Ciências Sociais, com a tese intitulada *Os parceiros do Rio Bonito*, em 1954.

Com o advento da nova ditadura, instaurada pelo golpe de 1964, Antonio Candido não mais cessaria de participar de inúmeras atividades. Dentre elas ressaltam seu desempenho na Comissão Paritária Central, de que foi membro eleito na Maria Antonia ocupada pelos estudantes, e em várias outras ações que assinalaram o ano de 1968. Foi iniciativa sua a recolha de depoimentos e provas para um “livro branco” sobre a destruição da Faculdade, só publicado vinte anos depois.

Colaborou no jornal *Opinião* e foi um dos dirigentes da revista *Argumento* (1973-1974), proibida pelo regime militar no seu quarto número. Até uma lei especial foi criada para impedir que a revista se protegesse mediante um *habeas-corpus*. Depois, continuou militando intensamente nas oposições, inclusive na luta pela anistia, pela reintegração dos cassados e pela redemocratização. Por essa época, ajudou a criar a Associação dos Docentes da USP, de que foi o primeiro vice-presidente, bem a tempo para atuar na grande greve

do ensino em 1979. Essa foi a greve em que Antonio Candido *subiu na mesa*, famoso episódio que até hoje é lembrado por quem o presenciou.

Foi a essa altura, também, que Antonio Candido se tornou membro da Comissão de Justiça e Paz, criada por D. Paulo Evaristo Arns quando passou a arcebispo de São Paulo. Compareceu nesses anos a inúmeros comícios e atos públicos. Dentre estes, presidiu à sessão de lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso a senador, sessão realizada num teatro da Vila Mariana, em 1978; mas a partir daí trilhariam diferentes rumos. Foi signatário da Carta aos Brasileiros, redigida por Gofredo Telles Jr., e membro da comissão que a apresentou ao público, em 1977, na Faculdade de Direito. Finalmente, foi em 1980 um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, no qual passou a atuar em diversas posições, sendo hoje membro do conselho editorial da sua Fundação Perseu Abramo.

Algumas palavras sobre a faina do professor. Há aulas e aulas, como todos sabem: depende do professor. Se este começou por preparar as aulas, e até as redige, é bom sinal. Sinal de respeito pelo aluno, que não está ali para ser embromado.

Em sala de aula, Antonio Candido costuma ser rigoroso. Não gosta de conversa fiada, nem de ser interrompido. As perguntas até que são bem-vindas, já que mostram que alguma coisa atingiu o aluno. E este, por definição, tem direito à atenção do professor. Mas é bom que espere o final da aula, para que o raciocínio do professor não se veja bruscamente cortado; e não é fácil reatá-lo, recompondo o fio da meada.

Paciência, segurança – a segurança de quem preparou a aula de antemão –, lhanza de trato. E também limites bem definidos para barrar a intrusão injustificada e a pura falta de educação. Não se pode dizer, dados tais traços, que os alunos morressem de medo; mas sim que ficavam transidos de respeito.

Vários estavam ali para aprender mesmo. E quando nesse caso, faziam jus à oportunidade. Foi assim que Antonio Candido preparou grupos de alunos, que tinham vocação e boa vontade, para a pesquisa de arquivo. Começando pelos arquivos de Mário de Andrade, a que tinha acesso privilegiado, levou esses alunos a aprenderem a lidar com manuscritos, apontamentos, notas avulsas, fichas de leitura, anotações à margem dos livros da biblioteca, recortes e prototextos de

toda ordem. A messe que frutificou constata-se como enorme, rica e inédita, e com justiça pode encher de orgulho o professor. Foi nesse ponto que contribuiu para a aquisição dos esplêndidos Arquivos Mário de Andrade pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, fundado e presidido por Sérgio Buarque de Holanda, à época dirigido por José Aderaldo Castello. Contribuiu também, com Azis Simão, para levar à UNICAMP o arquivo de Edgard Leuenroth.

Tarimbado pesquisador ele próprio, mostram-no, entre outros, a *Formação da literatura brasileira*, à qual não escapou sequer o humílimo e ignorado “Sapateiro” Silva; e *Teresina etc.*, verdadeira reconstrução a partir de retalhos heterogêneos. Nessa linha, os cursos pioneiros de crítica textual que ministrou, primeiro em Assis e depois na USP, figuram entre os primeiros do país.

Além de distribuir tarefas e ensinar como cumpri-las, o professor se encarregava de acompanhar o progresso dos trabalhos, na qualidade de orientador de mestrados e doutoramentos. Tal labuta implicava a manutenção de um seminário permanente, em que os vários alunos iam sucessivamente apresentando projetos de tese, bem como os diferentes estágios de sua realização. Terminada a exposição, o professor e os demais alunos submetiam o orador do dia a uma amigável sabatina. Surgiam dúvidas, críticas, sugestões, preciosas por chamarem a atenção do candidato para pontos que lhe tinham escapado. Mas igualmente serviam como treinamento para a defesa pública de tese que haveria de sobrevir a seu tempo. Este teste (obrigatório) no seminário se complementava por colóquios individuais, em que o professor discutia diretamente com o aluno.

Pode-se contar Antonio Candido como dos mais atuantes dentre os examinadores de teses. Devido a seu desempenho, viu-se requestado para ser orientador ou, quando não fosse possível, ao menos para participar das arguições. Estas, escritas previamente, eram dadas ao candidato depois da cerimônia, para que pudesse estudá-las com vagar e maior proveito. Mais uma vez, a tônica sublinhava o respeito, num lance difícil, à pessoa e a seu trabalho.

Sua presença nas bancas despertava curiosidade e fazia acorrer os interessados. Trata-se de uma ocasião propícia para o exercício público do debate intelectual, dentro de normas bem estritas. E suas arguições eram consideradas honrosas para o candidato, mesmo que gerassem polêmica: porque implicavam reconhecimento a seu esforço.

Da aula à pesquisa, da pesquisa à tese, da tese ao concurso, assim o professor ia-se desincumbindo de sua missão junto aos alunos. E é incalculável o número dos que veio a preparar para os futuros papéis, por sua vez, de pesquisadores e professores.

Das peculiaridades de seu feito, destacam-se aqui duas. Em primeiro lugar, é conhecedor de ópera e de música caipira, especialmente do cururu, sobre o qual fez pesquisa de campo e publicou trabalhos. Em segundo lugar, atribui grande valor à influência das mulheres na condução de sua vida, desde a infância. Afora sua mãe, que sempre menciona em conjunção com seu pai, também Mademoiselle de Sussex, que lhe ensinou francês quando criança em Paris; Maria Ovídia Junqueira, sua professora de inglês em Poços de Caldas e iniciadora na literatura inglesa, a quem homenageou escolhendo-a como patrono de sua cadeira na Academia de Letras daquela cidade; e Teresina Carini Rocchi, grande amiga de sua mãe, com quem aprendeu italiano e militância. Esta última, socialista ferrenha, deu-lhe o exemplo da força das convicções políticas e do que são os sentimentos igualitários. Sobre ela escreveria todo um livro, mais tarde. Afora isso, nunca deixou de reconhecer o quanto lhe agrada viver cercado de mulheres, pois é pai de três filhas e avô de sete netos, dos quais seis são meninas.

Apresentado então este panorama de vida, obra e militância de nosso homenageado, termino lembrando versos do poema que Carlos Drummond de Andrade lhe dedicou no volume de homenagem aos seus 60 anos, “Esboço de figura” (e se for elogio, não fui eu quem o enunciou, foi o poeta):

Arguto, sutil Antonio,
a captar nos livros
a inteligência e o sentimento das aventuras do espírito,
ao mesmo tempo em que, no dia brasileiro,
desdenha provar os frutos da árvore da opressão,
e, fugindo ao séquito dos poderosos do mundo,
acusa a transfiguração do homem em servil objeto do homem.

Um mestre no ensino e no ensaio

Ligia Chiappini Moraes Leite

Ensaísta, professora aposentada de teoria literária e literatura comparada da USP. É professora titular da Freie Universität Berlin

A comissão organizadora deste evento concedeu-me a honrosa tarefa de coordenar um painel sobre “Os perfis de Antonio Candido”, pelo que muito agradeço. Foi-me dito que o coordenador também poderia dizer algumas palavras sobre o tema e que este era o único painel em que as referências explícitas ao homenageado estavam permitidas, por isso o que aqui apresento é um misto de depoimento pessoal de ex-aluna¹ e de reflexão sobre o que me interessa destacar no trabalho de Antonio Candido como professor e como ensaísta. Naturalmente, cada uma dessas atividades merecem tratamento individual e mais aprofundado, o que certamente ocorrerá no decorrer deste encontro, mas o que proponho destacar são algumas relações talvez até agora pouco evidentes entre ambas.

No ensino

Em 1978, escrevi um texto que deveria ter sido publicado na revista *Almanaque*, número especial sobre Antonio Candido e que não o foi, porque, encontrando-me fora do país, enviei-o à comissão editorial com certo atraso. Chamava-se “Mestre em tempo do contra” e saiu posteriormente na Revista *Língua e Literatura*². Em 1983, quando preparei o livro *Invasão da Catedral: literatura e ensino em debate*, pensei em republicar “Mestre em tempo do contra”, mas fui aconselhada a não fazê-lo. Uns, a começar pelo próprio Antonio Candido, acharam que se tratava de um texto excessiva-

1 Tive o privilégio de ser aluna de Antonio Candido, de 1968 (época de Maria Antonia e de extrema militância no movimento estudantil) a 1974, quando defendi, sob sua orientação, o meu doutoramento, depois de ter feito o mestrado, também orientada por ele (1970).

2 Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, n. 8, ano VIII, 1979, p. 147-164.

mente encomiástico; outros, que era “muito GUSDORF” ou eclético, já que eu me apoiava em textos diversos deste pensador idealista e católico, ao mesmo tempo que em textos marxistas, como os de Georges Snyders e Gramsci. Aceitei a crítica, embora parcialmente, pois já então não achava o texto eclético (porque sabe de onde parte e para onde se dirige) nem meramente encomiástico, porque há nele, para além da homenagem ao mestre, uma perplexidade que exigia um pensamento independente, capaz de fazer face às novas responsabilidades da “cultura do contra”³ em que vivíamos e cuja superação mal podíamos ainda vislumbrar.

Hoje penso até que deveria republicá-lo, quem sabe numa “Revisão da Catedral”. Pois, se o texto mistura autores marxistas com um autor extremamente idealista, ele o faz tematizando a própria mistura e puxando diversos fios do pensamento de cada autor citado para pensar o papel do professor de literatura e as lições do professor Antonio Candido a incorporar, aproveitar e recriar. Penso mesmo que é possível reafirmar hoje a pertinência da mistura, a partir de uma recente entrevista do mestre para a revista *Praga*, em que ele se declara homem de “temperamento conservador, atitudes liberais e ideias socialistas”, afeito a conviver com as três tendências simultaneamente. Um homem que explicita que, enquanto professor, sua concepção e atitude “deve ser de tipo liberal”⁴.

Creio haver aí uma concepção do ensinar e do aprender como atividades radicalmente liberadoras tanto do educador como do educando que a ela se entregam sem perder a individualidade mas, pelo contrário, reafirmando-se como sujeitos.

Talvez não tenham sido aquelas críticas que me impediram de publicar esse texto no livro citado. Há nele um outro problema que eu pressentia mais profundo e grave, uma contradição não resolvida. Para tratar brevemente dela, tenho que passar por uma anedota dos meus tempos de aluna.

Em 1968, grávida e ativista do Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras (CAEL), portando um eterno blusão de Letras e minissaia, eu desmentia, na aparência, o meu próprio autoconceito de aluna esforçada e regular, quando passei a frequentar o curso de Teoria Literária, ministrado por Antonio Candido, logo após a greve e as discussões da paritária e um pouco antes da invasão da Maria Antonia pela polícia da ditadura. Além do aspecto, um tanto

3 Aludo aqui a uma conferência de Antonio Candido em pleno movimento dos intelectuais pela abertura democrática, cujo texto, publicado em jornal, foi a inspiração imediata desse meu artigo: “A cultura do contra”, *Folha de S. Paulo*, julho/78.

4 *Praga - revista de estudos marxistas*, n. 1, São Paulo, Boitempo Editorial, 1996, p. 20.

desorientador (até pelo contraste entre a jovem dona de casa tradicional e a militante irreverente), apareci ao mestre como uma espécie de rebelde sem causa, conturbando os seus planos de aula, com exigências de seminários e reclamações contra a aula expositiva⁵. Tempos depois, ele lembraria esses episódios, interpretando meu voluntarismo ingênuo, como sendo uma projeção do meu desejo de participação sobre colegas que não tinham as mesmas preocupações nem o mesmo engajamento.

A projeção voluntarista talvez, com o tempo, eu tenha conseguido evitar, mas o desejo de participação continuou a acompanhar-me e voltava a manifestar-se com toda a força nas reflexões da professora sobre ensino de literatura, como fica evidente nesse texto de 1978. Mas como conciliar aí essas ideias de democratização e cogestão do ensino-aprendizagem, aquele ideal da aluna rebelde de 1968, que lutava pela implantação da aula-seminário e pela representação estudantil paritária em todas as instâncias de poder da Universidade, com a aula sempre magna de Antonio Candido?

Eu estava então descobrindo com Snyders que a independência se constrói a partir da imitação de modelos; com Gusdorf, que um verdadeiro mestre trabalha para a emancipação dos discípulos do seu âmbito de influência e, com Antonio Candido, que um mestre que se preze sabe sair de cena quando percebe que discípulos maduros podem levar adiante suas ideias e projetos mesmo se, ou talvez até porque, deles discordem no todo ou na parte.

Para quem tivera um mestre como Antonio Candido, como não apreciar frases como esta de Gusdorf? “A palavra do mestre é uma palavra mágica. Ao apelo de um espírito, outro espírito desperta: pela graça de um encontro, uma vida foi mudada”⁶.

Graça, encontro, mudança de vida, o eterno sacerdócio associado à ideia da profissão do professor como missão, contra a qual a minha geração, que se queria esclarecida, tanto se batia. Idealismo? Religiosidade? Tudo isso ressoa na frase de Gusdorf. Justificativa historicamente utilizada para explorar o trabalho dos professores e, sobretudo, das professoras? Também. Mas, por outro lado, como não reconhecer aí um encontro que se processa e se desenvolve pelo diálogo e pela admiração que certos mestres sabem despertar, desafiando

5 Na ocasião, cheguei a acusá-lo de não querer fazer seminários porque tinha uma visão pré-concebida dos estudantes como sendo preguiçosos, apáticos, não cumpridores e não participativos, acusação que ele ouviu com paciência, argumentando simplesmente que não se tratava de um preconceito mas de um conceito formado a partir da experiência.

6 Georges Gusdorf, *Professores para quê*, 2a. ed. Lisboa, Moraes, s.d. p. 17.

seus discípulos a, se não superá-lo, pelo menos a tornarem-se dignos desse encontro e da aprendizagem que ele proporciona?

Já na época eu lia criticamente o fato de Gusdorf conceber a relação mestre-discípulo como um encontro de eleitos e o desprezo consequente por aquilo que sempre me despertou interesse: o aluno médio e o professor médio que, para ele, seriam naturalmente menos dotados e, portanto, não alcançariam definir essa relação privilegiada de mestre e discípulo. Tampouco podia concordar com sua imagem do trabalho intelectual como criação livre e inspirada.

Mas julgava e julgo ainda que ele conseguia pôr o dedo em certas questões importantes, como o fato de que, na história de cada um de nós, houve professores que nos marcaram mais que outros, que esses nos souberam conduzir, através de disciplinas específicas, a formulações parciais mas decisivas de valores e princípios norteadores de um destino.

E que o “ato pedagógico, em cada situação particular, ultrapassa em muito os limites dessa situação particular para pôr em causa a existência pessoal em seu conjunto”⁷.

Por isso, leio aqui trechos desse trabalho tão antigo, tentando reatualizá-lo a partir de uma premissa que permaneceu inalterada: “mestres há porque eu conheço pelo menos um”.

O mestre tem a consciência da distância radical que o separa do discípulo, o que não lhe permite nem adotar a pose de uma igualdade demagógica, nem cair no autoritarismo. Um mestre sabe que suas lições se assentam sobre um paradoxo: “uma ideia traz a marca daquele que a pensou: o sentido dela estabelece-se pela sua inserção no conjunto de uma paisagem mental indissoluvelmente ligada à totalidade de uma vida”⁸.

Mas, mesmo assim, um mestre sabe que é modelo, e aceita ser modelo porque isso não quer dizer necessariamente que seja autoritário:

Fará viver aos alunos uma experiência de continuidade com sua vida, embora lhes apresentando modelos, sem temer o que o termo comporte de perfeição e de ruptura fora do cotidiano. A partir do momento em que o modelo realiza esse tipo de ligação, a relação do aluno ao modelo pode ser de submissão sem servilismo nenhum⁹.

7 *Idem, ibidem*, p. 18.

8 *Idem, ibidem*, p. 104.

9 Georges Snyders, *Où vont les pédagogies non-directives?* Paris, PUF, 1973. p. 352.

O mestre sabe que “para tomar posse de si mesmo, para reencontrar a força de pensar por si mesmo (o aluno) tem necessidade de um modelo, que o tire das facilidades, das aproximações costumeiras”¹⁰.

“A invenção é descoberta a partir do que os outros já estabeleceram. Não é cópia mas reviviscência em mim do que o outro sentiu”¹¹.

[...] o modelo pedagógico não é precisamente um dado [...] mas uma fonte, uma estimulação em que cada um se inspira segundo finalidades que persegue, descobrindo que essas finalidades elas mesmas são modificadas, enriquecidas pelo encontro com o modelo¹².

[...] o risco pedagógico, o risco de induzir os alunos em erro ou de pesar arbitrariamente sobre sua vontade para dirigi-los em direção ao que nós pensamos ser verdadeiro, esse risco é a definição mesma do ensino – e se nós devemos sem descanso trabalhar para reduzi-lo não há apesar disso nenhum meio de o suprimir: o ceticismo mole, a indecisão, a recusa de escolher, consistem também em tomadas de posição; conduzir os alunos aí não é menos comprometedor¹³.

Hoje que conheço razoavelmente o sistema Universitário no Brasil e em outros países, posso dizer que reatualizo aqui, sem hesitação, especialmente a atitude de um mestre que não cedeu à vontade de poderio que assedia os professores mais titulados dessas Instituições porque acredito, ainda, com GUSDORF, que:

Todo mestre traz em si a sombra de um potentado.

A vontade de poderio habita também os sábios, sejam eles quais forem.

O respeito natural pela hierarquia estabelecida assegura uma fácil eminência ao mestre.

A defesa das posições adquiridas contra eventuais recém-chegados é apenas um aspecto da polemologia universitária.

Quem não é capaz de edificar uma obra constrói uma carreira, segundo os caminhos e os meios da arte do arrivismo calculadamente prosseguidos¹⁴.

10 *Idem, ibidem*, p. 352.

11 *Idem, ibidem*, p. 353.

12 *Idem, ibidem*, p. 353.

13 *Idem, ibidem*, p. 313.

14 *Idem, ibidem*, p. 161, 162, 167.

Por isso, a melhor arma de um mestre contra a “mornura” da Instituição é o seu trabalho.

Por isso, ao invés de fugir à Instituição para manter-se “puro”, como quer Blanchot, aí permanece e aí constrói sua obra.

Por isso, não permite que a Instituição “dê forma ao seu pensamento” e, ao contrário, por virtude do muito imaginar, concorre muitas vezes à reforma da Universidade.

Por isso, conserva a serenidade para produzir intelectualmente e atuar politicamente nessa mesma Instituição da qual é o mais alto servidor e o inimigo mais severo. Um perigo; mas que ela acolhe e rejeita indefinidamente, porque dele depende seu prestígio e sua história.

Porque o mestre sabe, finalmente, que “uma Universidade que se preze não se faz sem mestres”¹⁵.

O texto de 1978 procurava também fazer um diagnóstico das atitudes tradicionais dos professores de Letras que não se enquadravam nessa concepção do mestre e propunha um programa de reforma, contrário ao que já estava em curso. Falava da perda da inocência pós-1968 e da banalização de algumas de suas conquistas na década de 1970, como o falso diálogo e a aparência de relações informais na Universidade, novas máscaras para os velhos e mesmos mecanismos de poder, reafirmados na bonança conservadora que se seguiu à derrota de 1968.

Havia que reinventar e fazia parte da reinvenção a superação da palavra do mestre. Discretamente eu propunha tal superação, mas ainda sem dar conta daquela contradição entre o seminário e a aula magna que, na época, me pareciam incompatíveis. Como, no fundo, gostava dos dois, acabei saindo pela tangente.

Muito depois foi que aprendi que a participação pode se dar de diferentes formas. Que o que o líder pensa ser o desejo de participação do seu grupo pode ser apenas projeção da sua vontade na maioria. Que se pode muito bem participar calando, talvez mais do que falando. E que uma aula magna pode dar maior margem à participação crítica do que um falso seminário que oblitere a função de dar oportunidade ao pensamento de germinar como semente e introduza a manipulação disfarçada de posições, atitudes e opiniões, apenas aparentemente livres e independentes. Isso tudo vimos e aprendemos na

15 Toda esta parte, adaptada do meu texto de 1978 (p. 158-159), tem como referência contextual as perseguições da época da ditadura e a prática exemplar de Antonio Candido na Universidade a que muito serviu e a qual muito combateu, bem como a sua aposentadoria que se deu nesse mesmo ano de 1978, aceita com surpreendente agilidade pela burocracia universitária da USP, em geral tão lenta.

Universidade ditatorial pós-1968. Isso tudo revemos e reaprendemos hoje na Universidade neoliberal dos anos 1990, quando novamente nos defrontamos com a perplexidade de reconhecer contra o que falamos, escrevemos e agimos, mas temos dificuldade de enxergar com nitidez a favor do que estamos colocando nossa voz e nosso gesto de estudiosos da literatura e de educadores.

No ensaio

Não cabe aqui analisar o estilo de Antonio Candido ensaísta, pois isso já foi feito brilhantemente, entre outros, por Davi Arrigucci Jr.¹⁶. Este, inclusive, aponta como uma das marcas desse estilo, a voz do professor que ensina, uma certa oralidade controlada da aula bem escrita e falada de modo elegante, com uma ponta de ironia bem-humorada.

Trata-se de pensar o gênero escolhido pelo crítico – o ensaio – como aparentado com o método do professor, sendo subjacente a ambos uma atitude de extremo respeito pelo interlocutor, sem condescendência nem falsos democratismos, ou seja, sem abrir mão da lição a oferecer, do sentido a afirmar, embora dialogicamente, abrindo-se à interpelação de outras vozes e de outras leituras que tudo podem contestar e revisar, desde que mantenham o mesmo rigor e a mesma abertura.

Essa concepção do ensaio aberta e rigorosa combina, como na aula, “ideias socialistas” e “atitudes liberais” e parece nascer de uma profunda intuição – aperfeiçoada na longa prática de ensinar, de ler e de escrever – de que, para lidar com textos e pessoas, é preciso combinar razão e sensibilidade, empatia e distância, afirmação e dúvida, concentração com alguma dispersão, direito à palavra com direito ao silêncio.

Por isso, assim como a aula de Antonio Candido é escrita, acabada e, ao mesmo tempo, oral e aberta ao improviso, seu ensaio é completo e claro em si mesmo mas também elíptico, seletivo, inconcluso e aberto à produção de novas relações e novos significados a serem propostos pelo leitor. Fácil e difícil. Tradicional e moderno. Obra aberta. Pensamento em processo, que está sempre examinando, Tateando, tentando, retomando. Jogo difícil entre análise e síntese, buscando o equilíbrio para nem amarrar excessivamente os fios do pensado e do escrito, engessando o sentido, nem afrouxá-los demais, deixando-o escapar.

16 Davi Arrigucci Jr. “ ”. In: Maria Angela d’Incao; Eloísa Faria Scarabôto (orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

Já se definiu o ensaio como uma teia racional armada com paixão. Teia tensa, pronta a desatar-se para se multiplicar em novas teias. Busca da verdade sem abrir mão da beleza e vice-versa¹⁷.

Mas não se trata de uma concepção pós-moderna e desconstrucionista que vê o ensaio como o oposto do rigor científico e a simples relativização irresponsável do saber, nem no ato de ensinar nem no ato de escrever. Muito menos de desconstruir o sujeito nem de assumir a impossibilidade de constituição de um discurso que trata do homem e de sua organização social e cultural, nem de jogar por terra o “privilégio do acontecimento”, muito menos de defender o fragmentário porque ele se oporia “à causalidade própria ao universalismo das concepções positivistas”. Nem de pensar o ensaio como “ficção científica”¹⁸.

Porque o mestre que ensaia e o ensaísta que ensina sabem que reconhecer e afirmar a subjetividade de todo ensaio e de toda a aula não significa sustentar a plena arbitrariedade do ato de ensinar e de criticar. Nem concebê-los apenas como uma opinião, “desejo”, “voto” ou “tijolo” soltos ou justapostos ao acaso¹⁹. Porque tanto o ensaio crítico como a aula, concebidos como radicalmente libertadores do leitor e do ouvinte são pensados como um trabalho consequente e responsável, que não abre mão da objetividade como esforço, da verdade e da beleza como ideias e ideais reguladores; objetivos de uma busca que é o sentido mesmo do fazer e do pensar de quem se debruça sobre essas duas atividades trabalhosas, assim transformadas em arte e, portanto, também prazerosas.

17 Tenho em mente aqui especialmente os textos de George Lukacs, “Sobre a natureza e a forma do ensaio”; e Theodor Adorno, “O ensaio como forma”.

18 Cf. Rachel Esteves Lima, “O ensaio na crítica literária contemporânea”, em: *Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v. 3, p. 35-41, out. 1995.

19 Alusão às metáforas utilizadas no texto de Rachel Esteves Lima, acima citado.

Significação de *Recortes*

Antonio Arnoni Prado

Ensaísta e professor de literatura brasileira.
É professor titular da UNICAMP

Para uma reunião como a de hoje, interessada em discutir os perfis de Antonio Candido, fico imaginando quantas não seriam as entradas possíveis. Sobre esse ponto, acho que nenhum de nós discorda. Não digo isso, é claro, pensando no ambiente das falas de homenagem, em que o discurso a favor, em geral, repete a praxe de sempre.

Todos aqui sabemos que isto não combina com o modo de ser do homenageado, e mais: o quanto isso o desagrada.

Mas também sabemos, por outro lado, o quanto o barulho da corporação costuma exagerar no louvor das celebridades do dia, dando, às vezes, a certos livros e a certos homens um ar de singularidade e grandeza que eles absolutamente não têm.

Por mais que seja este o molde da vida literária – e nós sabemos que é assim mesmo –, muitas vezes os efeitos desse barulho passam por cima de autores e de livros de verdade, e quando isso acontece não se pode ficar em silêncio.

Um bom exemplo é o do livro *Recortes*, que Antonio Candido publicou em São Paulo, em 1993¹, e que – salvo uma ou outra exceção – não teve a meu ver a acolhida que merecia por tudo o que representa.

Penso que nesse livro alguns dos perfis do crítico e do militante convivem de maneira inédita com a apuração de uma escrita que surpreende pelo encadeamento do foco com que vai recortando os figurantes e todo o cenário de uma época significativa da vida brasileira, valendo o conjunto como uma espécie de balanço de geração.

Depoimento sem ser memória, memória sem ser ensaio, anotação metuculosa sem ser texto de análise, a novidade da mescla – coisa rara na crítica – é

1 Todas as obras de Antonio Candido constam listadas na p. 278.

que vale para o livro o que o próprio Antonio Candido diz num dos textos de abertura a respeito da prosa de Carlos Drummond de Andrade, segundo ele recheada de “movimentos livres do pensamento e da imaginação [que] vinculam estreitamente o detalhe insignificante à reflexão cheia de consequências, de um modo que escapa à classificação”.

Pois *Recortes*, a meu ver, é um livro que escapa à classificação. E penso que voltar a alguns de seus perfis, em particular ao modo como estão organizados no texto, pode ser uma maneira interessante, ainda que modesta, de colaborar com o tema que a mesa nos propõe.

Trata-se de um livro de muitas vozes, mas que surpreende principalmente por um aspecto: o da variedade que a imaginação narrativa acrescenta aos registros da reflexão e do comentário. A vantagem é que sem deixar de ser um trabalho de crítica, ele sai dos limites convencionais do gênero para entrar, muitas vezes com o coração e a lembrança, em domínios inexplorados da análise.

Para o leitor, o grande risco de início é confiar demais na aparência visível da estrutura, um conjunto de 50 textos mais ou menos alinhados por núcleos temáticos aparentemente soltos e tratados com o olhar de quem retrata pessoas e circunstâncias movido apenas pelo sentimento do testemunho e da reminiscência. Um bloco de reflexões críticas sobre gêneros, estilos e influências concentrado em autores brasileiros; outro bloco sobre críticos literários, entre os quais alguns estrangeiros; um segmento de textos e falas sobre a América Latina; outro, sobre amigos e companheiros militantes; um núcleo sobre violência e censura; e, por último, uma pequena sequência de reconstituições e lembranças.

Mas, ao contrário de ser um conjunto estático, a singularidade do livro está na forma como recupera a obra crítica anterior, com a qual estabelece um contato que se reflete no método com que o texto adere aos sentimentos de luta pelos ideais que o autor perseguiu pela vida afora.

O resultado é que se a literatura e a produção intelectual permanecem como traço comum entre as duas esferas, a crítica de *Recortes* não é apenas uma crítica de livros, mas a avaliação de uma época a partir do significado da obra coletiva dos homens representativos que a viveram.

Na minha breve participação, eu gostaria de falar de alguns aspectos desse processo e ver se esse diálogo com a obra anterior expande-se numa escrita que se altera e modifica com reflexos inovadores tanto num nível quanto no outro, circunstância que dá ao livro um sentido de complementaridade ao que foi escrito antes.

E ver como essa ampliação do foco repercute na fisionomia do crítico

Antonio Candido, que enriquece as intervenções da leitura com os recursos da narração e do humor, transfigurando o gênero e renovando as dimensões da análise.

Um bom modo de entrar em *Recortes* é pensar no modo fragmentário do livro (contemporâneo da pulverização dos homens e das ideias imposta pela força) como uma contrafacção inevitável que a experiência do crítico agregou ao sentido integrador da literatura como sistema, coisa que ele próprio definiu na *Formação*, mas que o arbítrio veio desarticulando ao longo de boa parte de sua vida e da vida de sua geração, sempre que procurou silenciar a cultura e fazer calar os seus representantes.

Perante ela o livro responde, a meu ver, em duas chaves distintas, mas simultâneas. A primeira amadureceu no passado e é um dos princípios básicos no método crítico do autor: o pré-requisito da reflexão transparente, sob o argumento de que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem têm sempre o perigo de funcionar como disfarce da realidade e mesmo da verdade.

Quem ler com cuidado, na *Formação da literatura brasileira* os efeitos que o crítico tira da superação da ilustração pelo individualismo dos árcades; quem registrar as ambiguidades que ele destaca, por exemplo, no estilo da laicização da inteligência, responsável pelos conflitos que anulam mais tarde tanto a sensibilidade de um poeta como Álvares de Azevedo quanto, por exemplo, a modulação da consciência nas três vozes de José de Alencar, sabe do que Antonio Candido está falando quando adverte, em *Recortes*, que a literatura não pode persistir no “risco de quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto”.

A outra chave vem do estilo para a experiência e retraça no livro um procedimento já utilizado em momentos anteriores, como na trajetória de Terezina Carini Rocchi; como no prefácio a *Raízes do Brasil* e como nos comentários à formação da biblioteca de seu pai, o doutor Aristides Candido de Mello e Souza, em que aparece a noção da superposição progressiva das camadas de interesse na evolução intelectual de um homem, a partir de cuja cultura é possível esclarecer a história intelectual de todo um período.

Com um pé nessas duas pontas, o ritmo do livro se abre para um movimento alternado em que muitas vezes a leitura vale menos que a escrita porque o traço pessoal da subjetividade interfere no curso (e mesmo na distância) da interpretação convencional, o que resulta num ganho expressivo para revelar a intervenção militante nas relações entre o crítico e o seu objeto.

A variação na ênfase de um polo para o outro é que dá equilíbrio ao livro;

menos intensa nos dois primeiros blocos (de crítica e reflexão sobre críticos), mais visível a partir dos textos de fala política e com peso absolutamente inédito nos textos de evocação dos companheiros e nos de reconstituição e lembranças.

O modo de compreendê-la, no entanto, só se esclarece quando fazemos o contraste com os textos do Antonio Candido anterior, onde a reflexão do trabalho de análise raramente oscila em seu tom primordial de elucidar literariamente o objeto.

Não que em *Recortes* a literatura não seja o ponto de chegada. O que dá riqueza ao contraste é justamente isso, que, nele, as direções do mundo que se despedaça passam também pela reflexão inconformada que as reconstitui no plano da ideologia e da consciência histórica e que avança a ponto de muitas vezes esquecer a qualidade de um poema para ficar na grandeza da expressão humana de seu autor.

Dois momentos, no primeiro bloco do livro, mostram bem esse processo de variação.

No primeiro, tirado dos dois estudos sobre a obra de Carlos Drummond de Andrade (“Drummond prosador” e “Fazia frio em São Paulo”), o enfoque literário é claramente o centro, mas não mais na função integradora com que em geral aparecem os seus temas e motivos enquanto estrutura que coexiste e se organiza ao lado das vicissitudes do mundo de fora, como no ensaio “Inquietudes na poesia de Drummond”, publicado em *Vários Escritos*, de 1970, em que uma das teses principais era mostrar, por exemplo, que o poema, trazido pela memória afetiva, “oferece farrapos de seres contidos virtualmente no *eu* inicial”, por mais insatisfatório que este possa ser.

Em *Recortes*, a leitura desintegra as linhas da obra, procurando primeiro a singularidade do traço e depois a sua relação com o que Antonio Candido chama de “personalidade literária forte” em Drummond.

Na primeira direção, o alvo é a fisionomia da crônica, e os critérios de leitura ficam num nível predominantemente literário como se o foco ainda fosse o mesmo daquele ensaio de quase 30 anos.

Só que agora a “vertente da memória” (que ele retoma) é vista de uma perspectiva interpolada e responde – segundo o crítico – à descontinuidade da forma como sinal inconfundível de que, nesta, a poesia pode estar em qualquer registro. Ou, para falar com os termos do próprio Antonio Candido, “insinuando poemas no conjunto das crônicas [...] e dando tonalidade de crônica aos livros de poemas”, como acontece, por exemplo, com *Boitempo* e com *As Impurezas do Branco*.

Ficamos sabendo que perante uma escrita livre como essa – do ângulo da

crítica – qualquer solução seria arbitrária, tão arbitrária quanto chamar de ensaio aos ensaios de Montaigne, nos diz ele. E em seguida o estudo se fecha deixando no ar uma sensação de impotência calculada, que no entanto é apenas provisória.

Mas isso nós só vamos perceber se cruzarmos esse texto com o que vem depois (“Fazia frio em São Paulo”), no qual a interpretação literária dá lugar a um escrito reminiscente que volta aos tempos do Estado Novo, quando Antonio Candido era ainda estudante e Drummond já um grande poeta.

Aqui, o registro da notação militante invade a crítica e põe lado a lado, o poeta e o jovem, de tal modo que a subjetividade do crítico – revigorada no tempo – transforma a sensação de impotência em testemunho de ação direta, a partir da qual – em relação a Drummond – as muitas faces da forma descontínua vão completando a imutabilidade do caráter e da coragem política do poeta.

E isto é feito à proporção que reacendem na memória do crítico as leituras quase clandestinas dos poemas datilografados de *Sentimento do Mundo* durante o autoritarismo do Estado Novo, quando se inicia a amizade entre ele e Drummond. Aqui a emoção do jovem como que retorna no tempo e se cola às reflexões do crítico, com a mesma força com que a leitura da poesia, e só ela, podia recompor os destinos naqueles idos de exceção e de violência.

O segundo momento encontra-se num texto em que Antonio Candido surpreende a personalidade de Oswald de Andrade em plena atividade de espantar burguês. Está no texto “Os dois Oswalds” e trata da leitura de um episódio em que o escritor aparece retratado como personagem no livro *De Paris ao Oriente* (1928), de Cláudio de Souza. Cláudio, o narrador, compõe, ao lado de Altino Arantes, a dupla de “monumentos acadêmicos” que faz contraste, no livro, com a irreverência antiburguesa de Oswald.

Contra esta, aliás, o crítico destaca no texto o caráter profundamente convencional desses dois figurantes. Altino Arantes, ex-presidente do Estado (1916-1920), por exemplo, é autor de um livro sobre *A Devoção Mariana Perante a Razão e o Coração*. Cláudio de Souza, membro da Academia Brasileira de Letras, aparece “como literato do tipo homem de sala”.

O leitor fica logo imaginando a sucessão de rasteiras que um espírito como o de Oswald não passará nesses dois ilustres confrades durante o longo período em que ficarão juntos.

O relato narra os episódios da viagem de 1926 que os três, em companhia das esposas (incluindo Tarsila do Amaral) e do menino Nonê, fazem ao Oriente Próximo, embarcando em Marselha e passando por Nápoles, Pompeia, Rodes, Chipre, Síria, Palestina e Egito.

O narrador é anônimo e, no livro, os nomes vêm alterados. Altino Arantes, por exemplo, é Amaral e Oswald aparece como Gonçalves.

O dado a registrar no caso é a natureza da leitura crítica, articulada não com o mérito da obra literária em si mesma, mas com a retificação das imagens que a intervenção pessoal e as vivências do crítico permitem opor ao jargão acadêmico do narrador, sempre que este distorce as características de Oswald ou erra a mão ao inverter as linhas de seu retrato.

O resultado logo se esclarece como uma espécie de traço de ingenuidade narrativa, desvendada aos poucos pela análise. E nós, levados por essa segunda voz que retraduz as imagens do livro, descobrimos logo um divertido conflito de aparências: o narrador acadêmico pensando em fazer figura de modernista, indo na corda das estripulias de Oswald e posando o tempo todo de Marinetti. Antonio Candido, por trás dele, mostrando o quanto se engana ao não perceber que Oswald trapaceia com ele, interessado não em fazer figura de personagem, mas em arrelhar a sua impostação de classe, como quem posa para a fotografia rindo, não da cena e das circunstâncias, mas da própria cara do fotógrafo.

O narrador não sabia (nem ficou sabendo) de um detalhe que só uma crítica como esta podia nos revelar: o da existência de dois Oswalds – o de verdade e o visto pela sociedade convencional, a que ele pertencia.

No entanto, como no exemplo anterior, o alcance dessa revelação só se completa no texto seguinte (“O diário de bordo”), em que o argumento deriva de um comentário sobre um episódio narrado no *Itinerário de um homem sem profissão*, que tem por tema a *garçonnière* da rua Líbero Badaró.

Aqui, a perspectiva se inverte. O texto nada tem de avaliação literária, valendo pelas anotações que encorpam o assunto do ponto de vista da história do modernismo, mais ou menos naquele plano admirável da “Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade”, também de 1970.

Estão lá as anotações de “O perfeito cozinheiro das almas deste mundo”, está lá o famoso usurário, lá as alusões à burrice de Fulano, e em canetas de cores diferentes os elogios à beleza da malograda Cíclone.

A evocação fica nesse registro aparente de alusão a coisa que evaporou. Uma ou outra frase pode sugerir ali um retrato de ausência do próprio Oswald, como a observação de que era um homem que não sabia ficar sozinho, o que explicaria, segundo o crítico, a existência do “Diário de bordo”.

O texto parece ficar por aí até que, num corte abrupto, um movimento final do crítico deixa esse Oswald da reminiscência para literalmente abrir

uma porta em sua narrativa e nela entrar para se juntar ao outro, ao verdadeiro Oswald, muito diferente daquele que momentos antes passava rasteira nos figurões assustados.

Pela beleza da intuição, rara em si mesma como um recurso crítico do próprio autor, peço licença para reproduzir a passagem. Oswald tinha ido visitar Antonio Candido na sua casa da Aclimação, mais ou menos em 1950. Na saída, este o acompanha para buscar um taxi.

Atravessamos a rua Pires da Mota – escreve Antonio Candido – e entramos na rua Conselheiro Furtado. Era uma tarde fresca, azul e sossegada, como ainda havia naquele tempo. Oswald explicava com detalhes alguma coisa sobre a sua obra. Ouvindo, eu olhava o renque de casinhas baixas, encardidas. E de repente me pareceu estar numa rua de romance dele, *Condenados* ou *Estrela de Absinto*, vogando na ficção junto com o autor, que seria ao mesmo tempo um dos seus personagens. Foi apenas um segundo, durante o qual senti sem poder explicar que estávamos ambos no mundo da sua narrativa. Mas não disse nada. O taxi passou, ele subiu e foi embora. A sensação permaneceu em mim como lembrança.

Esse modo de explicar o literário recompondo por dentro a história e a referência de seu processo de autoria amplia-se no terceiro e no quarto blocos do livro, quando a leitura se volta primeiro para os críticos e a crítica e, depois, para o legado dos colegas de geração, aí incluindo companheiros de vida militante.

Aqui se aprofundam os dois movimentos que harmonizam no texto, de um lado, a lucidez integradora da reflexão crítica (com foco na literatura) e, de outro, a avaliação intelectual que responde à ação desintegradora do arbítrio (com foco na militância socialista).

E a beleza desses registros é que, neles, o *scholar* e o militante, sem perderem a sua especificidade, valem-se um das habilidades do outro para, cada um na sua esfera, afirmar na vida e na experiência com a desigualdade, a mesma firmeza de ideais manifestada nos artigos e na sala de aula, nos livros e na atuação partidária, ou seja: a afirmação dos valores humanos e a luta em favor de uma sociedade mais justa.

Isso explica, no livro, que a intuição intelectual capaz de recompor uma imagem ficcional precária em favor da autenticidade da invenção (como no exemplo de Oswald de Andrade personagem), se recuse agora a recompor na vida as coisas que o arbítrio espedaçou.

No terreno da crítica, por exemplo, discordando do expressionismo de Alceu de Amoroso Lima e de seu interesse limitado pela forma, sem deixar de reconhecer, nele, “uma das mais completas organizações morais que o Brasil conheceu”. Em Gilberto Freyre, desvendando o crítico “de autores, mais que de livros”, sem deixar de reconhecer a sua contribuição radical ao desmonte das categorias fixas da história social. Em Otto Maria Carpeaux, reconhecendo o peso da paixão humanística, mas só enfatizando a sua grandeza no momento em que ela sai do âmbito dos livros para militar em favor do socialismo.

É essa visão que não atenua as diferenças no terreno das convicções, mas que valoriza o menor gesto em favor das mais humanas e solidárias, que explica – na nossa América – a convergência, por exemplo, entre a vocação libertária de um Manuel Bonfim, no começo do século, e a presença integradora da crítica de Angel Rama, nos nossos dias.

Como também é ela, na sequência de depoimentos sobre companheiros e militantes, que destaca na contribuição de cada homem o traço distintivo de vidas inteiras para, dentro destas, chegar ao significado de cada obra, de cada geração, de toda uma época.

Nessa escala de valores, vale menos o erudito que o anticonvencional, menos a celebridade que o intelectual dedicado e por vezes anônimo. Assim é que, em Cruz Costa, por exemplo, a timidez do professor é apagada pela generosidade intelectual e a coragem política; o amadorismo de Bettarello é recompensado pelo desapego dos cargos e a birra contra a vida acadêmica; a erudição de Rui Coelho é substituída pela alusão à técnica do puxa-assunto, tão abrangente para Antonio Candido, quanto a contribuição de Hélio Pellegrino na invenção de um novo gênero: o da reflexão filosófica na escala da crônica.

E no plano da memória dos militantes, que serviria de roteiro para uma história do velho partido socialista (o de 1947), o dado novo é o tom dos relatos e da própria intervenção pessoal na busca do melhor ângulo para documentar o empenho dos colegas na resistência à opressão.

Diante dela estamos no melhor do livro, e dentro dela se move uma espécie de narrador coringa, pouco ortodoxo, sem qualquer sentimentalismo ou pretensão redentora, e às vezes mesmo com muito humor e ironia.

Em muitas passagens os sentimentos se misturam. A indignação perante o sofrimento de Salinas no cárcere, por exemplo, convive com a satisfação de narrar a coragem de Azis Simão a um passo de esbofetear um impertinente numa reunião de partido.

Estes temas se amenizam mais adiante, quando um tom de convivência fraterna rememora a convivência ocasional com os anarquistas, isolados na celebração do Primeiro de Maio. E se amplia, no bloco final do trabalho, com um vasto roteiro de anotações pessoais de grande interesse para uma eventual biografia.

Não é o caso agora de entrar por eles. Eu quis apenas ressaltar, nas passagens que comentei, uma verdade que passou despercebida: no panorama do Brasil de hoje, *Recortes* é um dos raros e mais expressivos depoimentos intelectuais em que é possível encontrar a liberdade e a igualdade produzindo esperança na vida de cada um de nós.

Nação e narração

Octavio Ianni

Foi ensaísta, professor de sociologia industrial e de desenvolvimento da USP e professor da UNICAMP. Integrou a equipe de pesquisadores do CEBRAP. Foi professor emérito na UNICAMP

A nação, em seus diferentes e múltiplos aspectos, pode ser vista como uma longa narrativa. Uma narrativa a muitas vozes, harmônicas e dissonantes, dialogando e polemizando, em diferentes entonações. São narrativas empenhadas em taquigrafar as diferentes e múltiplas características da formação e transformação da sociedade nacional. Um empenham-se em taquigrafar a história, geografia, economia, política, demografia; outras, a dinâmica sociocultural e psicossocial; e há as que se debruçam sobre as criações artísticas, compreendendo a literatura e as artes plásticas; sem esquecer a música, que também participa dessa metanarrativa. Todas, em diferentes gradações e entonações, contribuem para o entendimento de como a nação se pensa e repensa, buscando constituir-se, explicar-se e imaginar-se.

As narrativas com as quais se reconhecem, tecem, enaltecem ou esquecem os mais diferentes aspectos da formação e transformação da sociedade nacional podem ser principalmente científicas e literárias. As literárias compreendem o romance, o conto, a poesia e o teatro, enquanto as de ciências sociais compreendem o relatório, a monografia e o ensaio. Em sua maioria, umas e outras, desenham, demarcam, cartografam ou taquigrafam situações e sensações, condições e possibilidades, processos e estruturas, singularidades e generalidades. Mas cada uma e todas traçam e retraçam imagens, figuras e figurações do que foi, tem sido, é, ou poderia ser a sociedade brasileira, no longo da geografia e da história. Aí podem aparecer tanto o índio, o negro, o português, o árabe, o italiano, o alemão, o polonês e o japonês, entre outros, como o escravo e o senhor, o operário e o burguês, o lavrador e o funcionário, o colonialismo e o imperialismo, o provincianismo e o nacionalismo, a tirania e a democracia. São formas de organização do trabalho e da produção,

de dominação e expropriação, luta e expiação, revolta e revolução, de par em par com a reforma e a conciliação, a revolução branca e a democracia racial, a sombra do poder e o homem cordial, a malandragem e a tropicália.

Sob vários aspectos, uma parte importante dos escritos de Antonio Candido situa-se neste clima: taquigrafar, compreender, explicar e imaginar a formação e a transformação da sociedade brasileira. A sua reflexão sobre a literatura brasileira é, em larga medida, uma contribuição fundamental e inovadora para o esclarecimento das épocas e rupturas, controvérsias e perspectivas, que caracterizam os desenvolvimentos da cultura e sociedade no Brasil. Ao refletir sobre escritos e escritores, os temas e os dilemas, Antonio Candido constrói toda uma ampla e complexa interpretação da gênese e transformação dessa história, em seus elementos e movimentos principais. A partir da tecitura do texto, desvendando figuras e figurações, estruturas e tensões, segredos e alusões, revela as ressonâncias do contexto, das configurações da história. Aos poucos, no vaivém das narrativas constituídas pelos escritos, desenha-se uma ampla narrativa articulada, uma visão clara e matizada de aspectos marcantes da formação sociocultural do Brasil; atravessando a Colônia, a Monarquia e a República. São épocas e rupturas, compreendendo controvérsias e perspectivas, que se abrem quando a literatura é vista como forma de expressar, exorcizar, decantar ou fabular o que são e o que parecem ser as formas de sociabilidade e as tramas das forças sociais; ou os modos de ser, agir, sentir, pensar, imaginar, encantar e desencantar, com os quais se tecem as diferentes versões do que pode ser a realidade e o imaginário, utopia e nostalgia.

Vistos como um todo e em seus vários temas e articulações, os escritos de Antonio Candido polarizam-se, principalmente, em torno de suas questões: a literatura como “sistema” e como “emblema”. Como sistema, é um todo em movimento, atravessado por divergências e convergências, nas quais entram narrativas e narradores, temas e leitores. Como emblema, expressa e constitui tensões, impasses e tendências da realidade sociocultural.

Como sistema, a literatura pode ser vista como um todo simultaneamente orgânico e contraditório, dinâmico e revelador. Aos poucos, as narrativas de uns e outros, escritores, poetas e teatrólogos, adquirem alguma articulação, parecendo organizar-se em algo com fisionomia e movimento, adquirindo outra vida. Simultaneamente, formam-se grêmios e escolas, tendências e controvérsias, originalidades e excentricidades. Algumas narrativas parecem solitárias, escritas em estado de solidão, nas quais o autor parece debruçado sobre si mesmo, o seu universo literário, a sua imaginação. Outras, explícita

ou implicitamente, dialogam entre si, reiterando e polemizando fórmulas e convicções. Todas, no entanto, ressoam algum tipo de diálogo com outros escritos de outras literaturas, contemporâneas ou não. Há diálogos com outros livros, temas e formas, narrativas ou estilos, nos quais ressoam o local, o regional, o nacional e o transnacional, esboçando algo de uma metaliteratura. Esse percurso no qual nasce, cresce, desenvolve-se e transforma-se a literatura brasileira, como um sistema aberto e em movimento, simultaneamente atravessado por tensões e impasses. Nesse sentido é que se pode falar em formação da literatura brasileira, compreendendo as ideias de formação e transformação, polifonia e cacofonia.

Cabe distinguir, desde o início,

manifestações *literárias*, de *literatura* propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras interligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (línguas, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de públicos, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns e outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade¹.

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo uma sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo².

1 Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira* (Momentos Decisivos), 2 v., Livraria Martins Editora, São Paulo, 1959, I volume, p. 17.

2 Antonio Candido, *Literatura e Sociedade* (Estudos de Teoria e História Literária), Companhia

Sob vários aspectos, pois, a tessitura do texto esconde ou revela a tessitura do contexto. Ambos, texto e contexto, podem ser vistos como expressões polimorfas e cambiantes da mesma configuração sociocultural. Em muitos casos, observa-se que é no âmbito de dada configuração histórico-social e cultural que se produzem situações e dilemas, realidades e ideais, tensões e enigmas, que se constituem como ‘matéria’ de criação de artistas, cientistas e filósofos. Nesse sentido é que Silvio Romero, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, entre outros, são “contemporâneos” de Raul Pompeia, Machado de Assis e Lima Barreto, entre outros. Da mesma forma que pode haver acentuada contemporaneidade entre *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo e *Macunaíma* de Mario de Andrade, publicados no mesmo ano de 1928, radicalmente diferentes em suas formulações, figuras e figurações, mas contemporâneos em suas inquietações, interrogando-se sobre como se desenha, articula ou inventa a nação. São inquietações que se desenvolvem em *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior, *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. São notáveis os “momentos decisivos”, em diferentes épocas da história, quando muitos são levados a interrogar-se sobre situações e inquietações de indivíduos e coletividades, em busca de esclarecimentos e fabulações.

Há configurações históricas, isto é, socioculturais, nas quais se produzem eventos, convergências e tensões, ou chispas visíveis e invisíveis, que permitem afirmar que nessas configurações alguns dilemas e horizontes se colocam a muitos, em suas atividades, sentimentos e pensamentos. É como se uma dada contemporaneidade impregnasse mais ou menos amplamente indivíduos e coletividades. Intensificam-se e generalizam-se inquietações, inspirando criações diversas, tanto descontraídas como convergentes. Nesse sentido é que algumas narrativas literárias, científicas e filosóficas podem expressar algo do mesmo clima, revelando-se contemporâneas, enquanto taquigrafias, sublimações, exorcismos, esclarecimentos ou fantasias que revelam situações, impasses, rupturas, convergências ou momentos decisivos. Aí se constituem a escritura e o escrito, o escritor e o leitor, a língua e o tema, o signo e o símbolo, a figura e a figuração, o dito e a desdita.

Esse pode ser o clima em que algumas, ou muitas, narrativas permitem visualizar traços e desenhos bastante elaborados da “realidade”. Sim, há algo ou muito de um Brasil problemático, real e imaginário em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, *O Alienista* de Machado de Assis e *O Ateneu* de

Raul Pompeia. São exemplos que se podem multiplicar, olhando-se para o passado ou o presente; sem prejuízo de um diálogo múltiplo, muitas vezes apenas sutil, entre as mais diversas narrativas. Sim, sob vários aspectos a ideia de momentos decisivos leva consigo múltiplas possibilidades de reflexões sobre as singularidades do texto, inclusive no que este esconde de contexto.

Vistos como um todo e em seus vários desenvolvimentos, não só literários mas também sociológicos, antropológicos e historiográficos, os escritos de Antonio Candido expressam toda uma interpretação do Brasil, em termos socioculturais. Aí, a formação da literatura brasileira, como um sistema em movimento, revela-se simultaneamente uma reflexão sobre a formação socio-cultural do Brasil. Sim, há toda uma visão de Brasil na narrativa densa e plural constituída pelos escritos de Antonio Candido. De par em par com o lírico e o dramático, sem esquecer alguns lampejos épicos, revelam-se o localismo, o regionalismo, o nacionalismo e o cosmopolitanismo. De par em par com o romantismo e o modismo, revelam-se o patriotismo, a oligarquia, o coronelismo, o privatismo e o autoritarismo; simultaneamente às lutas pela democracia e a cidadania. Aí estão sempre presentes o literário e o cultural, o artístico e o social, a aura do texto e a configuração da história.

Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitanismo, manifestada pelos modos diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. [...] Na nossa cultura há uma ambiguidade fundamental: a de sermos um povo *latino*, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambiguidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. Assim, o índio era europeizado nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nossos centros intelectuais não o conheciam mais diretamente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem amaneirada³.

Talvez a literatura brasileira tenha alcançado um desenvolvimento excepcional no século XX, depois de ultrapassar as injunções da época colonial

3 Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, p. 131 e 143. Citações do capítulo “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”.

e as adversidades do período monárquico, atravessadas pelas determinações básicas e decisivas do escravismo, colonialismo português e imperialismo britânico. Sem prejuízo de notáveis irrupções episódicas havidas anteriormente, com o Modernismo a literatura brasileira parece realizar-se mais plena ou autenticamente, como arte e pensamento. O Modernismo poderia ser visto como uma expressão marcante de uma ruptura histórica, por meio da qual alteram-se mais ou menos drasticamente as condições socioculturais de indivíduos e coletividades, bem como as criações literárias, científicas e filosóficas. Sim, também as ciências sociais e a filosofia passam a ser mobilizadas mais sistematicamente em instituições universitárias e em outros círculos da sociedade. É como se a sociedade como um todo, e em alguns dos seus setores em especial, estivesse entrando em outro patamar, quando se abrem outros dilemas e horizontes. Está em curso o desafio de compreender, esclarecer ou explicar a formação da sociedade brasileira. Procuram-se as raízes do que teria sido o “Brasil Colonial”, quais as peculiaridades do “Brasil Monárquico” e que dificuldades e perspectivas do “Brasil Republicano”. Escritores, cientistas sociais e filósofos buscam e rebuscam as origens e as transformações, de modo a esclarecer os movimentos decisivos da formação sociocultural e político-econômica do Brasil. São várias e notáveis as narrativas que expressam e instituem o Modernismo na arte e no pensamento.

Na literatura brasileira, há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836-1870) e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922-1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu. [...] Parece que o Modernismo (tomado o conceito no sentido amplo de movimento de ideias, e não apenas das letras) corresponde à tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro. Nele, e sobretudo na culminância em que todos os seus frutos amadurecem (1930-1940), fundiram-se a libertação do academismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país. A sua expansão coincidiu com a radicalização posterior à crise de 1929, que marcou em todo o mundo civilizado uma fase nova de inquietação social e ideológica... A alegria turbulenta e iconoclastica dos modernistas preparou, no Brasil, os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 1930⁴.

4 Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, p. 134 e 148-9. Citações do capítulo “Literatura e Cultura

Sim, em várias direções entrelaçam-se e tensionam-se, fertilizam-se e fundem-se literatura e cultura, arte e sociedade, texto e contexto. Algo que já se observava na literatura da época colonial e do período monárquico, parece desenvolver-se, generalizar-se e tornar-se mais explícito no século XX. Muito do que ocorria na Europa Ocidental desde os inícios do século XX parece intensificar-se quando o mundo é abalado pela Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Soviética (1917) e a grande crise econômica iniciada com o *crack* da Bolsa de New York em 1929. Essa é também a época em que as nações latino-americanas estão buscando ressituar-se, reinterpretar-se e reorientar-se, sob todos os aspectos. Multiplicam-se as quarteladas e os golpes de Estado, as revoltas e as revoluções por toda a América Latina; incluindo-se a Revolução de 1930 e o Golpe de Estado de 1937 no Brasil. Agitam-se as forças sociais e fertilizam-se as criações científicas, filosóficas e artísticas. Trata-se de uma configuração histórico-social problemática, convulsionada, na qual a literatura, assim como outras linguagens artísticas, aparecem como sismógrafos excepcionalmente sensíveis.

O que se poderia, no melhor sentido, chamar de libertinagem espiritual do Modernismo, contribui para o fermento de negação da ordem estabelecida, sem o qual não se desenvolve a rebeldia social e o conseqüente radicalismo político.... A destruição dos tabus formais, a libertação do idioma literário, a paixão pelo dado folclórico, a busca do espírito popular, a irreverência como atitude: eis algumas das contribuições do Modernismo que permitiriam a expressão simultânea da literatura interessada, do ensaio histórico-social, da poesia libertada [...] Presenciamos também a formação de padrões literários mais puros, mais exigentes e voltados para a consideração de problemas estéticos, não mais sociais e histórico⁵.

Esta é uma questão essencial: a literatura tem sido uma espécie de sismógrafo das configurações socioculturais, em suas vivências, formas de sociabilidade, subjetividades e ilusões. Pode-se falar em localismo e cosmopolitanismo, regionalismo e nacionalismo, exotismo e ecletismo, romantismo e modernismo. Em todos os casos, os escritos ressoam algo ou muito do que tem sido as conformidades e as tensões, as inquietudes e as fabulações de uns e outros, tanto indivíduos como coletividades. É como se a literatura fosse uma forma privilegiada de autoconhecimento, ao mesmo tempo que de deslumbramento.

de 1900 a 1945”.

5 Antonio Candido, *Literatura e Sociedade*, p. 162-163. Citação do capítulo “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”.

Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente⁶.

O que está em causa, simultaneamente às contribuições artísticas, aos experimentos narrativos, aos exercícios de metaliteratura, de par em par com o sociologismo, o culturalismo e o historicismo, é a produção de sucessivas e múltiplas imagens da sociedade. É como se a literatura se revelasse também como uma espécie de vasta, multiforme e colorida cartografia da formação e transformação da sociedade brasileira. Desde Pero Vaz de Caminha, com sua carta cartográfica, são muitos os que contribuem para uma profusão de cartografias, nas quais se desenham aspectos insuspeitados, evidentes ou presumíveis do que poderia ser a nação, em sua gênese, formação e transfiguração.

Sim, do conjunto dos escritos de Antonio Candido decanta-se toda uma interpretação da formação cultural da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo que ele trabalha o contraponto literatura, cultura e sociedade, trabalha toda a reflexão sobre como se forma e transforma a sociedade, como um todo e em seus setores principais. A literatura, como emblema da cultura, revela muito do que são as formas de sociabilidade, os jogos das forças sociais, ou os modos de ser, pensar, agir, sentir e fabular; sem esquecer os “momentos decisivos”, a “libertinagem espiritual” e a “dialética da malandragem”, impregnando a formação da literatura.

Esse é um Brasil não só original e surpreendente, mas também problemático, contraditório, errático. Aí convivem o local, o regional, o nacional e o cosmopolita, de par em par com o romântico e o moderno, o eclético e o exótico, o escritor engajado e o brasilianista nativo. Há sempre uma luta pela democracia, de permeio à vigência da oligarquia; sempre uma luta contra a tirania, em busca da cidadania.

Na maioria dos nossos países há grandes massas ainda fora do alcance da literatura erudita, mergulhando numa etapa folclórica da comunicação oral. Quando alfabetizadas e absorvidas pelo processo de urbanização, passam para o domínio do rádio, da televisão, da história em quadrinhos, constituindo a base de uma cultura de massas [...] No tempo da catequese os missionários coloniais escreviam

⁶ Antonio Candido, *Vários Escritos*, Livraria Duas Cidades, 3 ed, São Paulo, 1995, p. 244. Citação do capítulo “O Direito à Literatura”.

autos e poemas, em língua indígena ou em vernáculo, para tornar acessíveis ao catecúmeno os princípios da religião e da civilização metropolitana, por meio de formas literárias consagradas, equivalentes às que se destinavam ao homem culto de então. Em nosso tempo, uma catequese às avessas converte rapidamente o homem rural à sociedade urbana, por meio de recursos comunicativos que vão até à inculcação subliminar, impondo-lhe valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura⁷.

Talvez se possa sintetizar três, dentre as significações mais notáveis da literatura, quando vista em perspectiva histórica ampla, no contraponto texto e contexto.

Primeiro, a literatura participa decisivamente da formação da sociedade nacional, articulando fatos e situações, indivíduos e coletividade, adversidades e façanhas, monumentos e ruínas. Pode ser vista como uma multiplicidade de cartografias nas quais se localizam e movem personagens e enredos, temas e estilos, autores e leitores. Colabora na articulação de configurações e movimentos da história, como se fossem inteligíveis.

Segundo, o que parecia subjacente aos poucos se revela evidente: a literatura pode ser também uma técnica de controle social. Tanto pode propiciar o conhecimento como a dominação. Enquanto emblema nuclear da cultura e sociedade, pode tornar-se presente e ativa no jogo das forças sociais. A narrativa literária também confere nome às coisas, situações, pessoas, sentimentos, ações, intenções, podendo classificar e hierarquizar, enfatizar e minimizar, lembrar e esquecer.

Terceiro, a literatura é até mesmo uma forma sofisticada de conhecimento, no sentido de compreensão e esclarecimento, ainda que difusa e inconsciente. Surpreende o momento, a situação, o impasse, a tensão e a realização ou frustração. Pode revelar o real e o virtual, antes que os contemporâneos se deem conta do que vai pelo mundo; prefigurando ações e sentimentos, subjetividades e entendimentos, probabilidades do ser e do devir.

7 Antonio Candido, *A Educação pela noite e outros ensaios*, Editora Ática, São Paulo, 1987, p. 144-145.

Os sete fôlegos de um livro

Roberto Schwarz

Foi ensaísta e professor de teoria literária da USP e UNICAMP

Os livros que se tornam clássicos de imediato, como foi o caso da *Formação da literatura brasileira*, publicado em 1959, às vezes pagam por isso, ficando sem o debate que lhes devia corresponder. Passados 40 anos, a ideia central de Antonio Candido mal começou a ser discutida.

O livro vinha apoiado em superioridades palpáveis, que se empuseram em bloco e empurraram para a sombra os detalhes. A erudição segura, a atualização teórica, a pesquisa volumosa, a exposição equilibrada e elegante, o juízo de gosto bem argumentado, tudo isto estava numa escala inédita entre nós. Seja dito entre parênteses que a passagem do tempo não tornou menos desejáveis estas qualidades. Entretanto, há também outros aspectos, mais difíceis de notar e igualmente valiosos.

A título de exemplo, vale a pena estudar as relações do crítico e historiador com seus predecessores. Nada mais educativo que ver em conjunto os capítulos de José Veríssimo sobre o Arcadismo, na *História da literatura brasileira*, e os de Antonio Candido na *Formação...*: o leitor notará que as observações do primeiro são retomadas uma a uma pelo segundo, formuladas com maior amplitude ou equilíbrio, combinadas a informações novas, corrigidas pelo ponto de vista atual, *mas sempre aproveitadas*.

A relação de continuidade, adensamento ou superação é constante, a ponto de se tornar uma força produtiva deliberada, uma técnica de trabalho. Lembra que o próprio Antonio Candido notou a respeito de Machado de Assis, que teve capacidade de utilizar e aprofundar a elaboração dos romancistas que o precederam, crescendo sobre os ombros de escritores que, ao menos em partes, eram bastante medíocres, mas cuja obra havia contribuído na transposição literária da experiência do país.

Sirva de ilustração a mudança por que passa a figura de Cláudio Manoel da Costa ao transitar de um crítico ao outro. À maneira romântica, Veríssimo o considerava um tímido precursor do sentimento brasileiro, sem a força – ainda – da cor local. Já Antonio Candido vai valorizá-lo como poeta que, beneficiado pelo convencionalismo generalizante do padrão neoclássico, pôde estilizar com admirável universalidade o tema-chave das duas fidelidades do letrado brasileiro, tão apegado à rusticidade da vida local quanto à norma culta do Ocidente. A força particularizante – no caso a capacidade de configurar este conflito histórico – decorreu do universalismo da escola poética, ao contrário do que supunha a visão romântica, que aí só enxergava fraqueza e falta de peculiaridade. Assim, a valorização crítica do que é historicamente específico, ensinada pelo romantismo, é conservada; ao passo que a condenação romântica do registro neoclássico é questionada.

O interesse da viravolta, com seu claro acréscimo em discernimento, que deixa para trás o pitoresquismo nacionalista sem abrir mão da particularidade da experiência local, não podia ser maior. Para o que interessa, aqui é uma instância entre muitas da produtividade intelectual multiplicada graças ao cultivo crítico da tradição e à verificação crítica da tradição, que, aliás, são outros nomes para o valor *do processo formativo* estudado por Antonio Candido.

Como estou querendo sugerir a fecundidade superior dessa linha de trabalho, vamos tomar para contraste um procedimento universitário comum. Neste, os fatos da literatura local são apanhados sem maior disciplina histórica e revisitos ou enquadrados pelos pontos de vista prestigiosos do momento, tomados à teoria crítica internacional e a seus pacotes conceituais. O chão social cotidiano e extrauniversitário da elaboração intelectual, pautado por suas contradições específicas, é substituído pelo sistema de categorias elaborado nos programas de pós-graduação, na maior parte norte-americanos, com brechas para franceses, alemães e ingleses. O universalismo infuso da teoria literária, que em parte nem decorre dela, mas da sua adoção acrítica noutras plagas, cancela a construção intelectual da experiência histórica em curso. Desaparecem, ou ficam em plano irrelevante, o juízo *crítico* propriamente dito e o processo efetivo de acumulação literária e social a que as obras responderam. Não custa insistir que estas minhas observações não são ditadas pelo chauvinismo, mas pela atenção às consequências acarretadas pelos diferentes recortes do objeto.

Pois bem, o conselho que se pode tirar da abordagem de Antonio Candido – que não foi concebida em vista desta polêmica – aponta para uma apresentação diferente dos acentos. Digamos que a operação toda é

comandada pelo juízo de gosto – que não se omite –, situado e inspirado na vida presente, mas justificado com argumentos estruturais, historicamente informados, em que ele se socializa. Os conceitos das gerações anteriores, tanto os que o tempo sustentou como os provincianos e fora de esquadro, fazem parte dessa informação histórica e são levados em conta, de sorte que a sua aferição crítica, à luz da experiência e das teorizações contemporâneas, tem a feição (e a força) de uma autossuperação que excede o indivíduo e se dá no âmbito da história. Em vez do enquadramento da experiência local pelas teorias internacionais, com o que ele implica de abdicação, unilateralidade, vida emudecida etc., assistimos à relativização de esquemas universalizantes, a qual por si só é um resultado crítico de primeira ordem. A independência, no caso, se deve ao discernimento formal e conceitual do crítico, mas também expressa algo de um momento nacional favorável, em que a experiência feita no país, bem como a pesquisa de sua consistência interna, pareciam contar como um prisma relevante sobre as coisas, um prisma que valia a pena objetivar e comunicar. O interesse pelo passado sob o signo da atualidade, quer dizer, sem passadismo, havia sido firmado há duas décadas por Mário de Andrade. Para o modernista, a tarefa nacional e a nossa função “para com a humanidade” consistiam em tradicionalizar o passado, “isto é, referi-lo ao presente”¹. O sentido antitradicional em que usa a palavra tradição indica as carências do país novo, denotando o ímpeto de criar juntamente a tradição e a liberdade em relação a ela.

Em seu momento inicial, digamos que a concepção rigorosa do objeto, com lógica interna e delimitação bem argumentada, opunha a *Formação* aos repertórios e panoramas que são tradicionais na historiografia literária. A novidade tinha a ver com o clima intelectual da Universidade de São Paulo dos anos 1940 e 1950, quando houve em algumas áreas da Faculdade de Filosofia um esforço coletivo e memorável de exigência científica e de reflexão. Sem prejuízo da pesquisa, os trabalhos deviam ser comandados por *problemas*, a que deviam a relevância.

Como diz o título do livro, trata-se de historiar nos seus *momentos decisivos* a formação de uma literatura *nacional*. Este último adjetivo é bom para datar a matéria estudada, e que a literatura brasileira está em sentido *histórico*, e não geográfico e anacrônico. Por motivos que merecem análise, nós brasileiros gostamos de nos contrapor aos portugueses, mas não ao legado colonial.

1 Mário de Andrade. “Assim falou o papa do futurismo” (1925). In: Telê Ancona Lopez (org.). *Entrevistas e depoimentos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983, p. 18-19.

Assim, temos o costume de considerar parte direta da nação tudo o que tenha ocorrido no território. Daí que, forçando um pouco, os índios pré-cabralinos, José de Anchieta, Cunhambebe, Zumbi, Gregório de Matos e o Padre Vieira figurem como nossos cocidadãos em uma pseudoproximidade que engana. Em um livro recente, Fernando Novais aponta o anacronismo embutido em expressões como “Brasil Colônia” ou “período colonial da história do Brasil”, às quais prefere América Portuguesa. “Pois não podemos fazer a história de um período como se os protagonistas que a viveram soubessem que a colônia iria se constituir no século dezenove num estado nacional”, diz o autor². Cada um a seu modo, Gregório e Vieira são grandes figuras do sistema colonial, ou ainda, do ciclo colonial português. Será que ficam desconhecidos ou diminuídos por não terem participado de um dinamismo que 50 anos depois de sua morte mal começava a se esboçar?

Adivinhando a *Formação da literatura brasileira* pelo sumário, poderíamos pensar num estudo sobre os momentos arcádico e romântico no Brasil, além de um capítulo de ligação sobre as Luzes. Estaria perdido o essencial da contribuição de Antonio Candido que consistiu em ver aqueles momentos, esteticamente antagônicos, sob o signo unificador da independência nacional em processo, compondo um objeto com questões específicas. Em termos de estilo, nada mais oposto ao Acardismo do que o Romantismo. Um é explicitamente universalista e convencional – basta lembrar os seus patores –, enquanto o outro visa o máximo de individualização. Não obstante, impregnados de patriotismo ilustrado em dose variável, os dois movimentos se integraram à gravitação da independência nacional, à tarefa de criar um país que participasse da cultura comum do Ocidente e que tivesse sua fisionomia própria. A continuidade do movimento foi uma tese dos próprios românticos, que viam alguns árcades como predecessores, em especial os que haviam cantado o índio. Nesse sentido, trata-se de um processo com unidade real, mesmo do ponto de vista da autocompreensão de seus membros, que tinham em comum alguma coisa da posição empenhada e construtiva da Ilustração.

Contudo, sublinhar a unidade, no caso, é só o primeiro passo. O essencial é descrever a sua articulação interna, a complementaridade funcional dos momentos e a regra de seu movimento, além do sistema de paradoxos e de ilusões a que corresponde. Em outras palavras, a formação da literatura brasileira é identificada como uma estrutura histórica em sentido próprio, aliás

2 Fernando A. Novais, “Condições da privacidade na Colônia”. In: Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1997, v. 1, p. 17.

de grandes dimensões, com atributos e dinamismos específicos, pesquisados e estudados dentro de sua lógica. Por exemplo, a identificação do caráter peculiarmente *interessado* ou *empenhado* dessa literatura – caráter implicado na natureza *patriótica* e *programática* do processo da formação nacional tardia – é uma descoberta de peso, cheia de alcance para a compreensão da vida intelectual brasileira, e provavelmente das outras comparáveis, saídas, como a nossa, de condições coloniais. Outra lei de movimento é a alternância dos impulsos universalistas e localistas, que tem como quadro inicial a sucessão cronológica dos padrões neoclássico e romântico, mas cuja razão de ser profunda é outra, ligada às necessidades de afirmação de uma literatura nacional, a que os dois aspectos são necessários, motivo pelo qual depois seguiram se alternando, já sem muito a ver com a matriz inicial da oposição. Essa feição estrutural-histórica do livro não foi notada, porque o autor não fez praça dela. Talvez o momento seja bom para lembrar que Antonio Candido é seguramente, e de longe, o mais estrutural entre os críticos brasileiros, se entendermos o termo em acepção exigente, para além dos cacoetes terminológicos. Para dar ideia da posição avançada do livro, note-se ainda que a combinação de estrutura e história – ou seja, a pesquisa da historicidade entranhada nas estruturas, bem como da disciplina estrutural dos andamentos históricos – estava no foco do debate teórico da época. A *Crítica da razão dialética*, de Sartre, publicada pouco depois, fazia dessa combinação a pedra de toque da compreensão do mundo pela esquerda.

Voltando à estrutura da *Formação da literatura brasileira*, vejamos algumas objeções que ela suscitou e que são outras tantas maneiras de tornar visível o seu perfil. Aos nacionalistas, convencidos de que o Brasil começou no dia do descobrimento ou antes, o livro parece pouco patriótico, pois entrega de mão beijada aos portugueses várias das grandes figuras que viveram nessas paragens, como o padre Vieira e Gregório de Matos. Já comentamos o anacronismo. O argumento reaparece com o poeta e crítico Haroldo de Campos, que considera o livro um “sequestro do barroco”, sempre por não tratar de Gregório³. Esse é, aliás, o título de seu trabalho sobre Antonio Candido. Trata-se sempre da ausência do poeta Gregório de Matos. O recorte sequestrador seria expressão das preferências românticas de Antonio Candido e de sua antipatia por tudo o que tenha a ver com Góngora. Também aqui o anacronismo dispensa comentários. Não ocorreu a Haroldo que a ausência do grande baiano se

3 Haroldo de Campos, *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. Salvador, FCJA, 1989.

pudesse ligar à natureza do tema tratado, ou, por outra, que a formação da literatura *nacional* seja um processo particular, com realidade e delimitação próprias, cujo âmbito não é o mesmo da história do território ou da língua, nem da literatura escrita “no Brasil”, para lembrar a solução dada por Afrânio Coutinho. Os ciclos históricos existem ou não existem. Não custa acrescentar que a força de Góngora é um pressuposto explícito de *Formação...*, em que forma um contraste definidor com a imagem de tipo neoclássico, o que – por outro lado – não impede o livro de comentar os monstregos do barroco administrativo, tão funcionais nas circunstâncias da colonização.

Noutro passo, Haroldo de Campos supõe que o autor, porque estudou uma formação nacional, é um nacionalista, obedecendo a “um ideal metafísico de entificação do nacional”⁴. Por isso mesmo, seria prisioneiro das ilusões da *origem* e da *evolução linear*, que segundo a filosofia de Jacques Derrida acompanham essa posição mencionada. Ora, a despeito da autoridade do filósofo, nada mais distante da realidade, pois Antonio Candido pertence à geração universitária que notoriamente criticou o nacionalismo e seus mitos, dando uma explicação materialista e sóbria da formação nacional, alheia à patriotada. Já quanto à tese de que ele cultive a metafísica da nacionalidade, só aplaudindo de pé o disparate. Para consolidá-la, Haroldo cata e força as expressões do texto, de modo a mudar a *Formação...* numa epopeia do *Logos* e do ser em busca de seu novo habitáculo em terras americanas⁵. Depois de fazer de Antonio Candido, um misto de Hegel e Heidegger – o que é um erro de pessoa dos mais extravagantes –, fica fácil apontá-lo como ideólogo do Brasil metafísico. No caso, se vejo bem, a boa crítica entraria pelo rumo contrário e desconstruiria as generalidades de Derrida – tão estéreis do ponto de vista do conhecimento – à luz de uma problemática efetiva.

Quanto à linearidade do esquema, o próprio da análise estrutural praticada no livro é justamente a exposição *articulada*, oposta à linha evolutiva simples. Assim, por exemplo, a busca romântica da diferenciação nacional aparece como frequentemente inócua, além de filiada às expectativas europeias de pitoresco. Ao passo que o universalismo arcádico aparece como capaz de configurar singularidades e perplexidades históricas de maneira superior.

Outros consideram que a combinação de categorias de história literária e de história política – Arcadismo, Romantismo e Independência – significa desconhecimento da autonomia da esfera estética, ou, no caso, da periodiza-

4 H. de Campos, *op. cit.*, p. 12.

5 *Idem, ibidem*, p. 12-14.

ção estilística (tese de Afrânio Coutinho), representando a recaída em posições ultrapassadas. Ora, a combinação dos âmbitos não decorre aqui de uma opção de método, da preferência por uma maneira ou outra de análise, mas da *descoberta* de uma estrutura e de um movimento reais, cujas articulações, sumamente interessantes, se devem estudar e não negar – a não ser, naturalmente, que se trate de demonstrar a sua inexistência, o que seria legítimo (e talvez difícil). Seja dito entre parênteses que a ligação refletida entre análise estética e análise histórico-social representou, e representa, um passo a frente substantivo, vistas as dificuldades teóricas levadas em conta e vencidas. Não vejo onde possa haver conformismo nesse empreendimento, comprometido com a crítica das formas artísticas e, também, das estruturas sociais.

Uma vez que Antonio Candido explicou, no prefácio, haver adotado em seu livro o ângulo dos primeiros românticos, era quase inevitável que alguém assinalasse o atraso ou a parcialidade de seu ponto de vista. Contudo, como notamos a propósito do Arcadismo, o autor analisou criticamente os preconceitos da perspectiva que, por outro lado, julgou interessante tomar. Digamos que ele, socialista e internacionalista, amigo da liberdade das artes, além de nascido cem anos mais tarde, encara com simpatia o empenho patriótico e formador daquela geração, cuja força e pertinência reconhece, sem lhe desconhecer as limitações. Por um lado, como tarefa, considera que a etapa da formação está concluída e que seu prisma já não tem razão de ser: a literatura brasileira existe e a rarefação da vida colonial foi vencida. Não obstante, em outro âmbito, a formação do país independente e integrado não se completou, e é certo que algo do déficit se transmitiu e se transmite à esfera literária, em que a falta de organicidade, se foi superada em certo sentido, em outro continua viva. Esta posição distanciada, mas não por completo, que de fato existe no livro em relação ao movimento da formação, representa um modo real e apropriado de consciência histórica. Com estas observações, entramos para o significado contemporâneo da ideia de *Formação*.

Voltando atrás, em que consiste, então, o processo formativo? Usando os termos do autor, trata-se da constituição progressiva de um sistema literário, composto de autores, obras e públicos interligados idealmente na escala da própria nação, a qual também vai se constituindo no processo. O adensamento da referência mútua, em luta contra a rarefação e as segregações coloniais, era sentido como participação na tarefa de construção cultural da pátria. A dimensão *civilizatória* desse esforço integrador – que busca superar a nossa “inorganicidade”, para falar com Caio Prado Jr. – é patente. A tarefa se com-

pleta quando, por um lado, o conjunto da vida nacional estiver incorporado e quando, por outro, a cultura contemporânea estiver assimilada em formas e temas. Do ponto de vista literário, a repolarização *nacional* do imaginário tem o seu momento bom quando entra em espelhamento mútuo e verificador das relações próprias ao país, já adensadas, e um complexo relevante de ideias e formas modernas. O valor da desalienação cultural e histórica implicada em movimentos dessa ordem é claro.

Vemos aqui uma das dimensões fortes do processo formativo, que torna literário, ou seja, traz para dentro da imaginação o conjunto das formas sociais que organizam o território. Uma vez interiorizadas pela literatura, estas passam a ser objeto possível de figuração crítica e de discussão. É esclarecedor a esse respeito, o bloco que trata da ficção romântica, no segundo volume de *Formação da literatura brasileira*, no qual Antonio Candido assinala a *vocação extensiva* de nosso romance. De certo modo, este cumpria o papel que hoje cabe aos estudos sociais, num movimento de ampliação que só se aquieta depois de recobrir o país no seu todo. A expansão, no sentido da abrangência, se completa com o fim do Romantismo, mais ou menos por volta de 1870, quando começa a exploração em profundidade empreendida por Machado de Assis. Como Antonio Candido também explicou, esse romancista soube aproveitar de maneira consistente os acertos de seus predecessores, ao mesmo tempo que lhes evitava as estreitezas, o que permitiu – sem exclusão de outros fatores – que criasse a primeira grande obra da literatura brasileira do século XIX e a primeira que de fato conta para a cultura moderna. Temos aqui um quase protótipo do movimento formativo, com as suas estações sem grande valor literário, que entretanto permitem uma acumulação que em seguida faculta a reviravolta crítica e o surgimento de um grande escritor, capaz de transmutar a elaboração local e precária valor contemporâneo. Nesses termos, Machado de Assis é um ponto de fuga e de chegada do movimento de formação da literatura brasileira. Ao possibilitar a sua obra, despida de provincianismo e debilidades, o processo mostrava estar concluído. Salvo engano, seria este o esquema da formação da literatura brasileira segundo Antonio Candido.

Quando o livro saiu, alinhou-se entre várias outras obras de perspectiva paralela e comparável, que buscaram acompanhar a formação do país em outros níveis. No campo progressista, os congêneres mais importantes e conhecidos eram os livros de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado. A comparação entre estas obras ainda está engatinhando, à espera de trabalhos de síntese. Muito sumariamente, quero sugerir alguns contrastes.

Para Caio Prado Júnior, a formação brasileira se completaria no momento em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social – o oposto da interligação com objetivos internos – trazida da Colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro. Se passarmos a Sérgio Buarque de Holanda, encontraremos algo análogo. O país será moderno e estará formado quando superar sua herança portuguesa, rural e autoritária, quando, então, teríamos um país democrático. Também aqui o ponto de chegada está mais adiante, na dependência das decisões do presente. Celso Furtado, por seu turno, dirá que a nação não se completa enquanto as alavancas do comando, principalmente as do comando econômico, não passarem para dentro do país. Ou seja, enquanto as decisões básicas que nos dizem respeito forem tomadas no estrangeiro, a nação continua incompleta. Como para os outros dois, a conclusão do processo encontra-se no futuro, que pareceu próximo à geração do autor, e agora parece remoto, como indica o título de um dos últimos livros dele mesmo: *Brasil: a construção interrompida* (1992).

Dei a vocês três exemplos em que o ponto de chegada da formação ainda está por ser alcançado, quando então haverá – ou haveria – uma virada decisiva para a vida nacional. O caminho para chegar lá é da ordem, mais ou menos, de uma revolução, ainda que não seja o mesmo para cada um dos autores. A passagem a esse patamar é concebida como um processo mais ou menos revolucionário. Ora, a formação da literatura nos termos de Antonio Candido difere bastante dessas construções, com as quais, no entanto, se aparenta. Primeira diferença: ela pôde se completar no passado, mais ou menos em 1870, *antes da abolição da escravatura*. Digamos então que ela já está concluída no momento em que o autor a expõe ou, por outra, que ele não escreve com o propósito militante de levá-la a bom termo. Segunda diferença: ao se completar, ela não marcou uma transformação fundamental do país. Ou ainda, foi possível que o sistema literário do país se formasse sem que a escravidão – a principal das heranças coloniais – estivesse abolida.

O quadro se presta a reflexões sobre as liberdades e vinculações complicadas da literatura, a qual pode atingir organicidade sem ocorra o mesmo com a sociedade a que ela corresponde. Vemos no livro de Antonio Candido que a elite brasileira, na sua parte interessada em letras, pôde alcançar um grau considerável de organização mental a ponto de produzir obras-primas, sem que isso significasse que a sociedade da qual esta mesma elite se beneficia chegasse a um grau de civilidade apreciável. Nesse sentido, trata-se de uma descrição do progresso à brasileira, com acumulação muito considerável no plano da elite,

e sem maior transformação das iniquidades coloniais. Com a distância no tempo, pode-se também dizer que essa visão do acontecido, apresentada por Antonio Candido, resultou mais sóbria e realista que a dos outros autores de que falamos. É como se nos dissesse que, de fato, ocorreu um processo formativo no Brasil e que houve esferas – no caso, a literária – que se complementaram de modo muitas vezes até admirável, sem que por isso o conjunto esteja em via de se integrar. O esforço de formação é menos *salvador* do que parecia, talvez porque a nação seja algo menos coeso do que a palavra faz imaginar.

Na altura em que Antonio Candido escrevia, na década de 1940 e 1950, a sociedade brasileira lutava para se completar no plano econômico e social. O impulso formativo recebia o influxo materialista da industrialização em curso e tinha como aspiração e eventual ponto de chegada o país industrial, que se integra socialmente por meio de reforma agrária, superando o atraso material e a posição subalterna no concerto das nações. A vocação empenhada da intelectualidade, explicada no livro de Antonio Candido, vivia um momento substancial. O nacionalismo desenvolvimentista, que tinha como adversários inevitáveis o latifúndio e o imperialismo, imprimia ao projeto de formação nacional uma dimensão dramática, de ruptura, que por momentos se avizinhava da ruptura de classes e da revolução socialista. Pois bem, esse sentimento de relevância prática e histórica do processo de estruturação está presente na concepção de Antonio Candido, em que, entretanto, a peculiaridade do objeto – a formação da literatura brasileira – faz ver as coisas e o seu curso em linha menos polarizada e triunfalista, ou mais cética. Digamos que os autores progressistas que historiavam a nossa formação econômica e social mostravam um movimento represado, que não se completara, e que transformaria o país se viesse a se completar. Ao passo que o livro que soube perceber o percurso efetivo da literatura nacional constatava um movimento que se completou e nem por isso transformou o Brasil. O sistema literário integrado funcionaria como uma antecipação de integrações futuras? Não demonstrava também que as elites poderiam ir longe, sem necessidade de se fazerem acompanhar pelo restante do país? Serão ritmos desiguais que em algum momento convergirão para formar um uníssono? São discrepâncias que fazem duvidar da hipótese e até da necessidade – segundo o prisma – da convergência? Quais os ensinamentos a tirar dessas *constelações de resultados*, que sintetizam a experiência nacional e armam equações decisivas para o mundo contemporâneo? Seja como for, sob o signo do desenvolvimentismo, os obstáculos encontrados pela industriali-

zação e pela reforma agrária, pelo cinema e pelo teatro, pela alfabetização de adultos e pela reforma universitária pipocavam e remetiam uns aos outros, sugerindo a noção de uma única e vasta formação nacional em curso.

Chegando aos dias de hoje, parece razoável dizer que o projeto de completar a sociedade brasileira não se extinguiu, mas ficou suspenso num clima de impotência, ditado pelos constrangimentos da mundialização. A expectativa de que nossa sociedade possa se reproduzir de maneira consistente no movimento geral da modernização capitalista está relegada ao plano das fantasias piás, não sendo mais assumida por ninguém. Por boa-fé, ceticismo ou cinismo, os governantes não escondem que nessas circunstâncias a integração social não vai ocorrer. Vocês dirão se me engano, mas tenho a impressão de que tampouco a esquerda está se comprometendo a sério com a hipótese de uma integração acelerada da sociedade brasileira. Nesse quadro novo, como fica a própria ideia de formação? Vou só alinhar algumas perspectivas sumárias, para sugerir questões e discussões possíveis.

Uma é de que ela, que é também um ideal, perdeu o sentido, desqualificada pelo rumo da história. A nação não vai se formar, as suas partes vão se desligar umas das outras, um setor “avançado” da sociedade brasileira já se integrou à dinâmica mais moderna da ordem internacional e deixará o resto cair. Enfim, à vista da nação que não vai se integrar, o próprio processo formativo terá sido uma miragem que a bem do realismo é melhor abandonar. Entre o que prometia e o que cumpriu a distância é grande.

Outra perspectiva possível: suponhamos que a economia deixou de empurrar em direção à integração nacional e à formação de um todo relativamente autorregulado e autossuficiente (aliás, ela está empurrando em direção oposta). Se a pressão for esta, a única instância que continua dizendo que isso aqui é um todo e que é preciso lhe dar um futuro é a unidade cultural que mal ou bem se formou historicamente, e que na literatura se completou. Nessa linha, a cultura formada, que alcançou uma certa organicidade, funcionará como um antídoto para a tendência dissociadora da economia. Contudo, vocês não deixem de notar o idealismo dessa posição defensiva. Toda pessoa com algum tino materialista sabe que o que comanda é a economia e que o âmbito cultural, sobretudo, a acompanha. Entretanto, é preciso reconhecer que nossa unidade cultural mais ou menos realizada é um elemento de antibarbárie, na medida em que diz que aqui se formou um todo, e que esse todo existe e que faz parte do interior de todos nós que nos ocupamos do assunto, e também de muitos outros que não se ocupam dele.

Outra hipótese ainda: despregado de um projeto econômico nacional, que deixou de existir em sentido forte, o desejo de formação fica esvaziado e sem dinâmica própria. Entretanto, nem por isso ele deixa de existir, sendo um elemento que pode ser utilizado no mercado das diferenças culturais e até do turismo. A formação nacional pode ter deixado de ser uma perspectiva de realização substantiva, centrada numa certa autonomia político-econômica, mas pode não ter deixado de existir como feição histórica e de ser, talvez, um trunfo comercial em toda linha, no âmbito da comercialização internacional da cultura. Enfim, ao desligar-se do processo de autorrealização social e econômica do país, que incluía tarefas de relevância máxima para a humanidade, tais como a superação histórica das desigualdades coloniais, a formação não deixa de ser mercadoria. E ela pode mesmo, no momento presente, estar tendo um grande futuro nesse plano.

Há, também, o ponto de vista propriamente estético, muito interessante e difícil de formular. Outro dia, um amigo ficcionista e crítico me explicava que o âmbito formativo para ele já não tinha sentido. Os seus modelos literários vinham de toda parte: da França, dos Estados Unidos, da Argentina, a mesmo título que do Brasil. É natural que seja assim, e é bom que todos escolhamos as influências à nossa maneira individual e com liberdade, sem constrangimento coletivo. Não obstante, é verdade, também, que esse sentimento de si e das coisas faz supor uma ordem de liberdade e de cidadania do mundo e, sobretudo, de uma sociedade mundial, que não existem. Se em lugar das influências literárias, que de fato estão como que à escolha, pensarmos na linguagem que usamos, comprometida – sob pena de pasteurização – com o tecido social da experiência, veremos que a mobilidade globalizada do ficcionista pode ser ilusória. A nova ordem mundial produz as suas cisões próprias, que se articulam com as antigas e se depositam na linguagem. De modo mudado, esta continua *local*, e até segunda ordem qualifica as aspirações dos intelectuais que gostariam de escrever como se não fossem daqui – restando naturalmente descobrir o que seja, agora, ser daqui.

No momento, o sistema literário nacional parece um repositório das forças em desagregação. Digo isso com espírito realista. O sistema passa a funcionar, ou pode funcionar, como algo real e construtivo à medida que é um dos espaços em que podemos sentir o que está se decompondo. A contemplação da perda de uma força civilizatória não deixa de ser civilizatória a seu modo. Durante muito tempo, tendemos a ver a inorganicidade, e a hipótese de sua superação, como um destino particular do Brasil. Agora ela e o naufrágio da hipótese superadora aparecem como o destino da maior parte da humanidade contemporânea, não sendo, nesse sentido, uma experiência secundária.

Discurso de agradecimento

Antonio Candido

O fato de viver muito pode trazer grandes compensações, como esta homenagem que me desvanece e pela qual quero antes de mais nada agradecer os que dela participam hoje e os que participarão nos dois próximos dias.

Em relação ao ato de hoje, agradeço inicialmente ao magnífico reitor Jacques Marcovitch, que representa a Universidade de São Paulo, em cuja Faculdade de Filosofia – aqui representada pelo seu diretor, o professor Francis Henrik Aubert, a quem igualmente agradeço –, ia dizendo, entrei como estudante em 1939, após dois anos de Colégio Universitário, nela trabalhando como docente de 1942 a 1978, e até 1992, apenas como orientador em pós-graduação. Ela foi por excelência a casa onde vivi intelectualmente o essencial de minha vida. Agradeço também ao magnífico reitor Antônio Manuel dos Santos Silva, da Universidade Estadual Paulista, em cuja atual Faculdade de Ciências e Letras de Assis fui professor. E, ainda, o professor João Wanderlei Geraldi, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Campinas, na qual fui um dos organizadores e o primeiro coordenador do Instituto de Estudos da Linguagem, partilhando a responsabilidade com Carlos Franchi.

Como veem, tive a grata oportunidade de trabalhar nas três universidades oficiais paulistas, às quais me sinto ligado afetiva e mentalmente de maneira profunda. Quero ainda agradecer às outras instituições que integram a Comissão Organizadora, começando por duas da Universidade de São Paulo: o Instituto de Estudos Avançados, do qual sou professor honorário, e a Associação dos Docentes, da qual fui vice-presidente no período inicial, marcado pela memorável greve de 1979, e está presente na pessoa do seu presidente, o professor Jair Borin. Agradeço também ao Núcleo de Literatura e Crítica Literária, dirigido por jovens idealistas do melhor quilate. E, ainda, à Fundação Perseu Abramo, aqui representada por sua vice-presidente Zilah Wendel Abramo, assinalando que a Fundação é um dos organismos do nosso Partido dos Trabalhadores,

presente na pessoa de seu presidente, José Dirceu de Oliveira e Silva, a quem agradeço a atenção. Na pessoa do professor Flávio Wolf de Aguiar, agradeço os esforços que todos despenderam para organizar esse evento.

De maneira afetuosa agradeço as palavras de Walnice Nogueira Galvão, representante daqueles que tive a sorte e a honra de patrocinar nos trabalhos da pós-graduação e se tornaram docentes destacados no ensino superior. Tomados em conjunto, eles representam uma contribuição relevante que, sem modéstia, pude dar às nossas universidades, porque constituem um grupo de críticos, historiadores e investigadores da literatura que honram as instituições onde trabalham, pela sua qualidade excepcional. De fato, eles formam um conjunto de intelectuais eminentes, que a bem dizer não precisei orientar, no sentido estrito, mas apenas, como disse, patrocinar, dando-lhes oportunidade de trabalho, porque todos sempre foram capazes de atuar com autonomia. Por isso os escolhi ou aceitei, e a sua independência é a prova do seu valor.

Particularmente honroso e significativo foi o testemunho de Décio de Almeida Prado, homem tão superior a mim sob todos os pontos de vista, meu amigo há mais de 60 anos, que representa os nossos companheiros de geração nesta universidade, da qual fomos alunos nas primeiras turmas, vivendo uma aventura intelectual renovadora, animada por todas as esperanças da juventude, nossa e dela própria. Hoje somos poucos, estamos muito velhos e a nossa universidade está madura, carregada de méritos pela sua atuação, mas enfrentando de maneira dramática, neste fim de milênio, problemas bem diferentes, suscitados pelas mudanças na ciência, na técnica, no ensino, nos costumes, nas concepções morais e intelectuais.

Já veem que é como filho da Universidade de São Paulo que recebo as manifestações de apreço com que estou sendo honrado. E é como filho da Universidade de São Paulo que tenho consciência de quanto contribuímos todos para o enorme progresso cultural que marcou o Brasil nesse meio século e mais. Quem viveu nela esse período pode avaliar o que foi feito, em comparação ao que havia antes, podendo em consequência sentir-se realizado como parte de um processo fecundo. Ao mesmo tempo, sente o quanto faltou fazer, a partir da universidade, mas fora dela, como contribuição mais eficiente para modificar a situação intolerável de iniquidade social, que talvez nem sempre tenhamos levado na devida conta, embalados pelo entusiasmo de construir instituições culturais tão cheias de consequências positivas.

De fato, quando penso no tempo decorrido desde que entramos nesta universidade, há mais de 60 anos, verifico que contribuímos bastante para a cultura

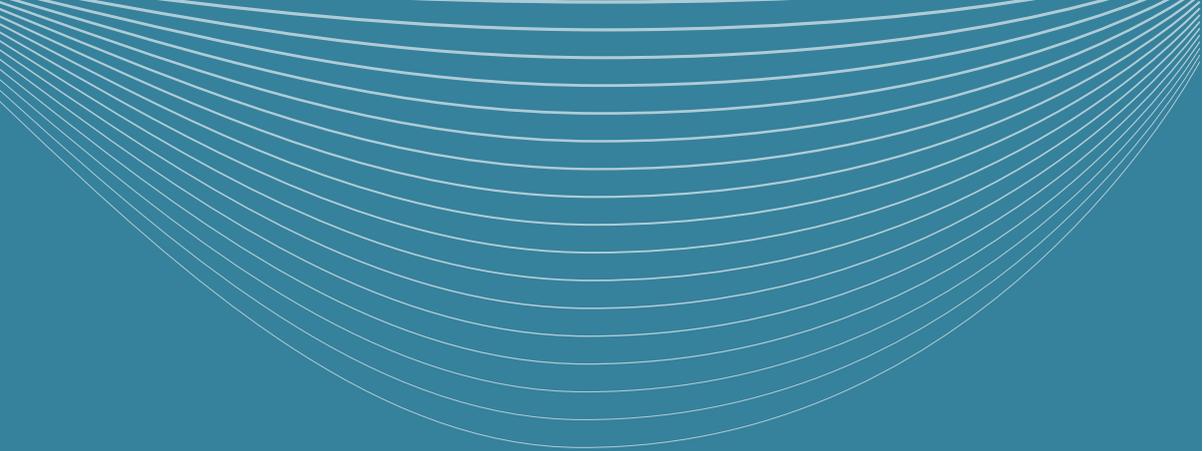
do país, mas talvez não tenhamos contribuído com a mesma eficiência para alterar o traço básico da sociedade brasileira, que é o progresso desigual. Frutos do progresso desigual são, de um lado, a formação de elites capazes de dar conta de vários recados; de outro lado, o abandono em que é deixada a massa da população. No entanto, a nossa formação se baseava num grande otimismo, que previa o advento de todos aos níveis decentes de subsistência e informação. Somos do tempo da Escola Nova, da crença sem reservas no poder da instrução e da cultura intelectual, ligada à confiança na capacidade humanizadora da democracia efetiva. Sob este aspecto, talvez tenhamos sido os últimos filhos de Condorcet, que, acuado no seu refúgio, procurado para a guilhotina, escreveu o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, hino à capacidade do homem de se tornar, por meio do conhecimento, um ser acima do que sempre foi. À busca desse objetivo muitos de nós atuaram no âmbito do socialismo, base da nossa crença e guia da nossa conduta.

Mas o fato é que o país continua mergulhado na iniquidade social, na tremenda diferença entre os que têm e os que não têm, os que podem e os que não podem, como se fôssemos duas nações separadas. Nós, que pertencemos à nação privilegiada, cumprimos o nosso papel como seus cidadãos, mas é provável que, apesar das intenções, não tenhamos feito tudo o que deveríamos ter feito para promover a incorporação a nós da outra nação, a que vive excluída de várias maneiras. Portanto, assinalar o bom desempenho da universidade e da nossa geração deve ser temperado pelo reconhecimento de tudo o que não pudemos ou não soubemos fazer.

Com efeito, a universidade não é apenas um grupo de cultura; é também um conjunto de estímulos para viver adequadamente fora dela. Pensando agora no âmbito mais restrito do instituto onde me formei e ensinei, a Faculdade de Filosofia, lembro mais uma vez que ela foi um fator de radicalidade, que preparou muitos para as tentativas de transformação da sociedade em sentido igualitário. Por isso, na medida em que somos, de certo modo, filhos de Condorcet, houve sempre em nós a esperança teimosa de ver o futuro como superação do estado de país dilacerado, o que será possível por meio da fusão das duas nações que o compõem. Sabemos que é preciso continuar fazendo o melhor em nosso nível privilegiado, mas que, ao mesmo tempo, é preciso lutar por meio dos instrumentos que nos são próprios para promover os outros níveis. Como alvo, o socialismo reajustado parece ainda a fórmula mais capaz de realizar os ideais democráticos, porque uma das suas finalidades é estabelecer a maior igualdade possível entre os pontos de partida, sem a qual não

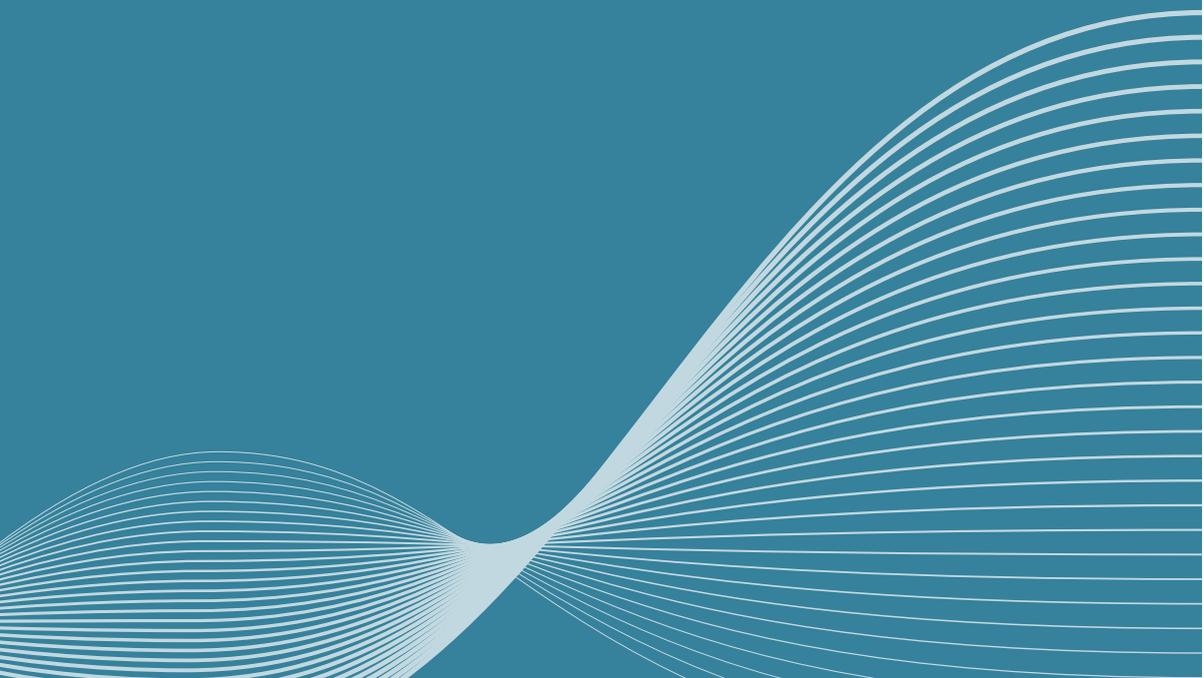
se alcança o melhor rendimento espiritual e material. As nossas universidades estão enfrentando problemas difíceis, mas continuam sendo fatores decisivos de promoção humana, e saberão com certeza tornar-se elas próprias instrumentos de construção do futuro. Tanto no domínio do saber, que é o nosso campo interno, quanto da luta político-social, que nos solicita externamente na sociedade maior, deve prevalecer como critério de conduta o ponto de vista atribuído a São Vicente de Paulo, isto é, que nunca fazemos o suficiente por mais que façamos, e que por isso é preciso fazer cada vez mais.

Caros amigos: como veem, foi na qualidade de filho da Universidade de São Paulo que lhes dirigi estas palavras de agradecimento. Ela foi o meu universo de vida e através dela aprendi a ver o mundo. Foi em função dela que participei do seus rebentos, as outras duas universidades estaduais paulistas. A elas, e às demais entidades que me prestam esta grande homenagem, quero manifestar de novo a mais profunda gratidão.



ESTUDOS LITERÁRIOS

Segunda mesa
(13 de agosto de 1998)



Os novos centuriões

João Alexandre Barbosa

Foi ensaísta, crítico literário e professor de teoria literária e literatura comparada da USP

À medida que nos aproximamos do final do século, fala-se a todo momento de crise: crise dos valores, crise das artes, crise da sociedade, crise da economia, crise da política, crise mundial, crise disso e daquilo, de tal maneira que vai se perdendo, como parece ser natural, o próprio valor da palavra, chegando-se, então, à crise maior, a da própria linguagem.

Em cada canto, em cada aspecto da atividade humana, percebe-se um lugar de crise, como se não fosse normal submeter sempre tais atividades a um processo permanente de indagação, por meio do qual a própria ideia de crise seria encarada antes como derivada de um processo crítico que é o procedimento genuíno de todo aquele que reflete sobre a sua circunstância e sobre as coisas que a constituem.

Crise e crítica não apenas têm o mesmo étimo, a mesma origem na linguagem, como fazem parte de um processo maior de reflexão sobre as próprias relações entre o homem e a mulher e a realidade. Nesse sentido, a crise que se nomeia é o resultado da crítica a que se submete essa ou aquela maneira de relacionamento com o mundo. É por isso que se chega mesmo ao paroxismo em se falar de uma crise da crítica. Nada mais natural, portanto, que se fale de uma crise da literatura e, mais naturalmente ainda, de uma crise da crítica literária e, por extensão, de uma crise do ensino da literatura. Mas que crise é essa?

Para responder existem, como em quase tudo, duas correntes que, à maneira daquelas de Bizâncio, não se entendem, ou fazem questão mesmo de não se entenderem.

Uma conservadora, para a qual a origem de todo o mal está em que os métodos de ensino foram implodidos pelas invenções pessoais e idiossincráticas provenientes dos modelos estruturalistas e pós-estruturalistas ou desconstrutivistas e pelas teorias pós-colonialistas que veem nos princípios da raça e do gênero a única direção possível para o estudo da literatura; outra, que fazem

do daqueles modelos e daquelas teorias dogmas imbatíveis, recusa qualquer compromisso para com a tradição ainda recente da explicação do texto, da literariedade, do *close reading* ou da crítica imanente.

Parece, mas não é, a velha divisão entre aquilo que, já nos anos 1940, René Wellek e Austin Warren, num manual de largo uso nas universidades de todo mundo, chamavam de *estudos extrínsecos e intrínsecos da literatura*. E não é porque ambos os lados, nos melhores exemplos, atuam numa mesma faixa, por assim dizer, filológica: é o texto literário que é tanto explicado quanto desconstruído, embora no primeiro caso se trate de uma busca de decifração e no segundo se trabalhe no sentido de uma recifração. Explico melhor: de um lado, ler o texto para extrair os elementos essenciais que expliquem a sua construção e possam dar conta de suas significações; de outro, transformar o leitor num cúmplice de errantes significados que estão à margem do texto e não se deixam apreender por nenhuma tarefa reconstrutiva.

A primeira corrente, herdeira dos grandes sistemas críticos do século XIX contra os quais se voltou sobretudo a partir dos anos 1920 do nosso século, de que dão testemunho as propostas do formalismo russo, do estruturalismo tcheco, da nova crítica anglo-americana e do estruturalismo francês, esteve atuante nas universidades até os fins dos anos 1960 (e pense-se em mais uma década para o caso brasileiro), quando, então, sofreu a oposição da segunda corrente que, de par com os grandes movimentos de libertação (pós-coloniais, de raça e de gênero), impôs-se como doutrina capaz de conciliar a leitura minuciosa de textos literários, quer os ainda resultantes da modernidade, objetos das leituras da corrente anterior de crítica, quer os que se definiam como pós-modernos e que se organizavam de acordo com aqueles princípios generalizados de libertação – e a redenção das minorias.

Nesse sentido, foi muito natural que a segunda corrente pudesse articular todos aqueles movimentos que se sentiam reprimidos pela hegemonia da corrente anterior, tais como os feministas, os de raça, os anticolonialistas e outros.

Assim, um dos principais alvos desta corrente tem sido a abertura de um cânone, isto é, uma seleção de autores e obras, estabelecido de acordo com o ponto de vista da corrente anterior que, por sua vez, ratificava e, é preciso reconhecer, algumas vezes retificava, seleções tradicionais. É claro que não é possível negar o valor de tais tentativas de abertura: a inclusão de escritores negros, mulheres ou não europeus é fundamental para a representatividade de qualquer seleção literária e a existência de duas antologias já editadas pela prestigiosa editora norte-americana Norton, uma de escritores e escritoras ne-

gros e outra de mulheres, é já uma prova da fertilidade das propostas inovadoras resultantes desta corrente de crítica.

Por outro lado, entretanto, e o que é, talvez, muito natural em novas tendências críticas, há os exageros: o de não se satisfazer com os acréscimos ao cânone e exigir substituições (eliminar Shakespeare por sexista ou Machado de Assis por racista são casos extremos já insinuados) ou o de, acentuando os traços anti-hegemônicos da nova corrente, pensar ingenuamente a literatura como panfleto de libertação política e assalto ao poder.

Neste sentido, creio que foi M. H. Abrams, o autor do famoso livro *The Mirror and the Lamp*, quem melhor situou o problema, quando, num ensaio intitulado “The transformation of English Studies”, incluído no volume *American Academic Culture in Transformation: Fifty years, four disciplines*, referindo-se às inovações trazidas pela nova tendência crítica, escreveu:

Dentre as inovações que sobreviverão, parece certo, estará o estudo dos escritos por mulheres e por grupos raciais, étnicos e outros, que têm sido passados por alto ou marginalizados pelas limitações em perspectiva de estudiosos e formadores de cultura, a maioria dos quais, como os proponentes daqueles interesses reclamam, eram homens brancos europeus. Porém tais estudos de minorias, tendo amadurecidamente passado a fase de advocacia militante, serão antes desenvolvidos mais como uma área a ser estudada e menos como uma causa política a ser defendida. Eles também se tornarão muito mais discriminativos no que no presente é a sua crítica generalizada da tradição intelectual ocidental, no reconhecimento de que os padrões para o quais eles mesmos apelam – padrões tais como justiça imparcial, igualdade humana e direitos humanos – são ideais que foram desenvolvidos dentro da tradição altamente diversificada que muitos dos proponentes dos novos estudos indigitam como monolítica e irremediavelmente patriarcal, logocêntrica, eurocêntrica e sexista¹.

Dois trechos são fundamentais neste texto de M. H. Abrams: aquele que se refere à superação de uma fase de “advocacia militante” de “uma causa política a ser defendida” e aquele que se refere a uma atitude mais crítica com relação à tradição. Que fique claro: nada contra os compromissos políticos e a defesa de princípios deles decorrentes mas que não se faça desses compromissos uma via de mão única para o estudo da literatura ou, o que é ainda muito mais sério e desastroso (e que parece estar ocorrendo de modo alarmante nas

1 Em Daedalus. *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. Winter 1997, p. 128.

instituições universitárias norte-americanas, já com reflexos nas brasileiras), um meio de ocupar espaços universitários. Não o estudo político da literatura, o que é, sem dúvida, uma linha possível de indagação e pesquisa, mas a literatura servindo à política, e ainda a mais rasteira de cargos e posições. É a literatura, ou antes, a representação das minorias pela literatura, servindo de álibi para as indigências de leitura a que, quase sempre, se acrescenta o desconhecimento da própria tradição literária. E é sobre esse último aspecto que o trecho de Abrams selecionado aponta para o essencial.

Na verdade, a luta contra métodos tradicionais de ensino da literatura, com resultados positivos inquestionáveis, como já se assinalou, muitas vezes descamba para a recusa da própria tradição, sem a qual não é possível o estudo, ou mesmo a compreensão, não apenas da literatura, mas das humanidades em geral. Não, é claro, de uma tradição que veja o passado como objeto apenas arqueológico ou arquivístico, mas de uma consciência de que as obras do presente estão sempre informadas pelo conhecimento das tensões que articulam tempos diversos e que, por isso, a rasura do passado significa sempre o empobrecimento do objeto a ser estudado. A cultura do passado só é *do* passado porque não é possível a simultaneidade temporal: se ela importa para o pesquisador é porque está no presente de quem por ela se interessa.

E na literatura isto é ainda mais evidente: as obras literárias são espaços de convergência temporal em que as obras de ontem dialogam com as de hoje e preparam um diálogo futuro. Ou, para dizer com Northrop Frye, “na leitura de qualquer poema, devemos conhecer, pelo menos, duas línguas: a língua em que o poeta está escrevendo o poema e a língua da própria poesia. A primeira está nas palavras utilizadas pelo poeta e a última nas imagens e ideias expressas por estas palavras”.

A língua da poesia não é outra coisa senão aquilo que resulta de uma história, de uma tradição, uma presença de continuidade à qual o novo poema é integrado. Ou ainda, para dizer com o nosso Fernando Pessoa, “deve haver, no mais pequeno poema de um poeta, qualquer coisa por onde se note que existiu Homero”.

Desse modo, a crise do ensino da literatura, como outras crises, aponta muito mais para desvios de crítica do que para o próprio objeto de cujo ensino se diz estar em crise. A literatura, sobretudo o poema, sempre escapou daquela espécie sinistra de centurião que, desde o tempo de Augusto, se comprazia com o exílio de Virgílio, mesmo porque o exílio da poesia e do poeta não desmente a tradição da cultura.

Os estudos literários na era dos extremos

Alfredo Bosi (falecimento 7 abril 2021)

Foi ensaísta, professor titular e emérito de literatura brasileira e diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP

Quando o Centro Ángel Rama nos honrou com o convite de participar deste Encontro em homenagem ao 80º aniversário de Antonio Candido, foi-nos transmitido, como recomendação preliminar, que o homenageado aceitava o gesto de respeito e afeto dos seus discípulos, mas preferia que as sessões tratassem não diretamente da sua obra, mas dos temas que sempre o preocuparam, e que naturalmente estão disseminados nos seus textos.

Recebi o recado, entendi o gesto discreto que o ditou, mas fiquei dando tratos à bola perguntando-me: como falar da situação dos estudos literários entre nós sem entrar de cheio e de pleno direito não só na obra do homenageado, mas na escola que ele próprio foi criando em meio século de magistério e de presença crítica?

Enfim, era preciso encontrar uma saída e, para repetir ainda uma vez o provérbio inglês, onde havia uma vontade, haveria também um caminho. Foi o que tentei, e espero que a solução contemple o desejo de discrição do nosso homenageado.

Começo por uma nota impressionista. A impressão que há já alguns anos me vem da leitura de resenhas e ensaios feitos aqui, mas não só aqui, se aproxima muito do que, no terreno do discurso histórico, Eric Hobsbawm chamou de *Era dos Extremos*.

É bastante conhecido o livro de Hobsbawm sobre o “breve século XX”, que teria começado com a Guerra de 1914 e terminado com a desagregação da União Soviética e o colapso do desenvolvimento no Terceiro Mundo a partir dos anos 1980.

A obra é absolutamente notável, e o seu teor polêmico vem animando boa parte da historiografia recente, inspirando um *revival* do pensamento progressista, pensamento de esquerda democrática, o que, a meu ver, está fazendo bem e arejando o debate ideológico nessa fase de provação que estamos atravessando.

Mas o que me interessa agora é a expressão em si mesma, *era dos extremos*, no que ela coincide com o sentimento que me despertam as Letras nos últimos anos. (Letras aqui, no sentido amplo e compreensivo de ficção e crítica literária).

O que estaria acontecendo com a cultura letrada no universo aparentemente caótico que se dá aos nossos olhos neste fim de milênio? Haveria um eixo de polaridades mais visível ou mais significativo? Haverá algum método nesta loucura?

Talvez. Talvez o eixo que tem como polos o indivíduo-massa e o indivíduo diferenciado. E aqui é possível combinar antigas observações da Sociologia da Literatura e novas intuições da Estética da Recepção, ambas voltadas para entender a relação entre o escritor e o público.

O indivíduo-massa, a personalidade construída a partir da generalização da mercadoria, quando entra no universo da escrita (o que é um fenômeno deste século), o faz com vistas ao seu destinatário, que é o leitor-massa, faminto de uma literatura que seja *especular* e *espetacular*. Autor e leitor perseguem a representação do *show* da vida, incrementado e amplificado. Autor-massa e leitor-massa buscam a projeção direta do prazer ou do terror, do paraíso do consumo ou do inferno do crime – uma literatura transparente, no limite sem mediações, uma literatura de efeitos imediatos e especiais, que se equipare ao cinema documentário, ao jornal televisivo, à reportagem ao vivo. Uma explosão de imediatidade e uma correlata implosão do descritivismo estilizado que a escrita realista, vinda dos ideais literários do século XIX, construiu como *mimesis* da realidade histórica. Lembro, a propósito, a observação de Alberto Moravia sobre o impacto do cinema em toda a cultura letrada do século XX: o filme, imagem em movimento, teria tornado supérflua, para não dizer indigesta, a descrição miúda dita realista, que era a honra dos estilistas que precederam as vanguardas do começo deste século. Moravia chega a dizer que, na era do cinema, se tornou obsoleto o estilo com que Balzac abriu o Père Goriot, descrevendo longamente a pensão burguesa que vai servir de teatro ao romance. Uma cena de um minuto supriria, no cinema, o que o romancista levou mais de uma dezena de páginas para compor e comunicar ao seu leitor. Pessoalmente, relendo Balzac, não concordo com o juízo de Moravia,

mas não posso deixar de entendê-lo. A literatura da era do cinema e, hoje, da televisão e dos meios eletrônicos dispensaria as mediações literárias tradicionais e nos lançaria diretamente no mundo das imagens, suscitadoras de efeitos imediatos. Brutalmente, fulminantemente.

Olhemos de perto essa faixa que corresponde a um dos extremos. Essa literatura, seja nas formas brutalistas de crônica policial, seja quando recorre a um imaginário estereotipado, neohollywoodiano, seja provida de elementos picantes ou aterrorizantes, é a literatura-para-massas, é o *best-seller*, mas não só: os seus procedimentos acabaram entrando, involuntária e depois voluntariamente, no tecido da ficção contemporânea. O que estava confinado ao *thriller* e à pornografia rompeu as barreiras do *best-seller* comercial e entrou fundo nos hábitos estilísticos do contista e do romancista presumidamente culto, ou, pelo menos, portador de um curso universitário.

Chamemos a essa tendência de literatura-de-apelo, já que se trata de uma concepção de escrita como imediação, documento bruto ou entretenimento passageiro, de superfície; exatamente o contrário do que Croce e Adorno, dois hegelianos, um de centro, o outro de esquerda, diziam que a arte é ou deveria ser.

Suspendamos, por um momento, a ação do juízo estético. Atenhamo-nos ao objeto. E façamos a pergunta mais aberta: Será possível, nesta nossa era de cultura-para-massas, de indústria cultural generalizada, ou, se quiserem, nesta era de cultura-espetáculo, ignorar a vigência e o enraizamento pragmático dessa concepção de arte, palpável não só nas revistas de grande público, como também em um sem-número de livros de ficção que enchem as livrarias e que, por isso mesmo, continuamos a chamar, usando o termo mercadológico, de *best-sellers*?

Tampouco se pode ignorar a presença daqueles procedimentos de efeito na literatura que nos habituamos a considerar “cult”, e que vira assunto de resenhas críticas e até de teses universitárias. O brutalismo corrente na mídia entra na ficção contemporânea mediante uma concepção e uma prática hiper mimética do texto. E, na medida em que os diversos *espaços sociais* que a produzem e a consomem são descontínuos e heterogêneos, foram-se criando *subconjuntos literários diferentes na temática, mas que tendem a ser homogêneos enquanto todos retomam a concepção hiper mimética da escrita*. Surgiram, desde pelo menos os anos 1970, uma literatura e uma crítica feminista, uma literatura e uma crítica de minorias étnicas (os exemplos americanos do romance negro e do romance chicano são bem conhecidos),

uma literatura e uma crítica homossexual, uma literatura e uma crítica de adolescentes, ou de terceira idade, ou ecológica, ou terceiro-mundista, ou de favelados etc. etc. O que as diferencia é o público-alvo; o que as aproxima é o hipermetemotismo, o qual, no regime da mercadoria em série, cedo ou tarde acaba virando convenção.

Ora, há um discurso entre acadêmico e mercadológico que valoriza esses vários subconjuntos *exclusivamente em função dos seus conteúdos*. O conteudismo, que o formalismo estruturalista acreditava morto e enterrado para todo sempre, mostrou, na cultura contemporânea, que resistiu e está muito bem de saúde. Que o digam os “estudos culturais”, sobretudo nos Estados Unidos, mas também nas suas periferias, que substituíram a interpretação literária e a crítica estética pela exposição nua e crua do assunto, valorizando-o se politicamente correto e condenando-o, se politicamente incorreto.

Falei há pouco em convenção. É a palavra que convém para ajuizar os modos expressivos desse hipermetemotismo. Convenção: palavra-chave para o historiador da literatura educado na compreensão social de todo fenômeno simbólico. Quem se dedica ao entendimento da formação de uma literatura como sistema deve examinar em profundidade o fenômeno da convenção. Não há consolidação de estilos, não há tradição cultural sem a vigência de certos padrões temáticos e formais. Há padrões clássicos, barrocos, arcádicos; e até mesmo os românticos, inimigos jurados de todo maneirismo, acabaram criando convenções temáticas e expressivas de longa duração. Quanto a mim, pensei que ao menos as convenções parnasianas estivessem defuntas sem remissão. Enganei-me: lendo traduções requintadas de poetas neoneovanguardistas, o crebro estalar de mármore partidos voltou a perfurar meu pobre ouvido. Alberto de Oliveira, Francisca Júlia, ainda hão de dar-vos o reconhecimento devido, posto que tardio.

Mas por que estranhar? Chegou a hora da Expo-2000, chegou a hora de exibir todas as convenções, combiná-las, apresentá-las e sobretudo vendê-las em nobre capa de vergê, em lustroso papel *couché*.

Ora, é pela análise da convenção (que subsiste, não confessada embora, na prática do hipermetemotismo) que alcançamos o outro polo deste universo pós-moderno de extremos.

O outro extremo: a hipermediação

Mas a Era é dos Extremos. Ao polo da literatura brutalista, imediata, opõe-se, ao menos teoricamente, o polo da literatura *hipermediadora*: é o ma-

neirismo pós-moderno feito de pastiche e paródia, glosa e colagem, em suma refacção programada de estilos pretéritos ou ainda persistentes. Este também é um fenômeno da cultura globalizada e se verifica em todas as artes.

Quem vai a Lisboa vê, ao lado de Chiado, da Alfama, do Castelo de São Jorge, do Terreiro do Paço, da Torre de Belém e da Casa das Janelas Verdes, algo estranho, que é o maior *shopping center* das terras lusas, as Amoreiras. Que vem a ser? Mistura de clássico, barroco, neorromântico, modernoso, onde se aglutinam colunas e arcos, torrinhas e pastilhinhas. Rosa-choque e amarelo-pimpão, verde-bandeira e roxo-procissão. O arquiteto que fez as Amoreiras definiu sua obra alvarmente: “Arquitetura de citação”. E comentou: própria de um *shopping*. Quem diria que nos viria do nosso velho Portugal a boa definição da hipermediação pós-moderna? Arquitetura de citação.

Derrida *dixit*: “Todo signo, escrito ou falado, pode ser citado e posto entre aspas”. A desconstrução é a desfiação da tessitura textual. Os fios estão colados. A operação própria do analista de texto seria a descolagem.

Ora, o que há de citação ou de alusão nas dobras do romance ou da poesia hoje corresponde ao que há de análise retórica desconstrucionista na crítica literária. Uma literatura que pasticha estilos alheios estimula e é, em ricochete, estimulada por uma crítica para a qual todo texto é uma rede de *topoi* ou clichês, de camadas de remissões diretas ou oblíquas, concentradas ou disseminadas, voluntárias ou não, em suma, uma crítica que desenvolve e promove uma concepção cumulativa e paroxística de intertextualidade. Quando tudo já vem mediado pela convenção literária, tudo na verdade é citação. Como, inclusivamente, já o tinha inferido o nosso arquiteto português.

A crise de identidade do sujeito que escreve, que a prática desconstrucionista tende a exasperar, é, no limite, a morte do autor auspiciada, a certa altura, por Barthes. Sujeito da escrita e autor seriam, em última instância, encenadores móveis de mensagens pelas quais não passaria uma consciência estruturante estável nem uma personalidade criadora de um estilo próprio. A escrita seria, portanto, um produto de aglutinação de subdiscursos que caberia à retórica ou à história das mentalidades classificar.

Resistir é preciso

Nesse quadro de polaridades, preenchido, de um lado, pelo hiperrealismo brutalista (aparentemente sem véus nem máscaras) e, de outro, pela hipermediação literária e retórica, parece restar pouca margem para a consciência mediadora. Esta, de fato, se acantona em uma faixa estreita e incômoda de re-

sistência, que ora parece saudosista, ora utópica, nunca perfeita e cabalmente contemporânea do seu próprio tempo.

Ora, o estilo de crítica que reconhecemos, aqui e agora, como digno de nosso estudo e de nossa homenagem é, precisamente aquele modo de ler em que sempre se consideraram as mediações e os processos de intersecção de criação individual e tradição cultural. Fomos instruídos na percepção de uma dialética forte, e ao mesmo tempo delicada, de indivíduo e sociedade, escrita e cultura, imaginação e memória social, invenção e convenção.

Para falar em termos crocianos: poesia e instituição literária. Deslocando o discurso para o universo da psicanálise clássica, julgamos, durante decênios, que a situação do *eu* escriptural se configurava como uma tensão entre as pulsões do Inconsciente e as forças modeladoras do Superego social e cultural, com as suas formas formadas, os seus gêneros, os seus padrões de gosto, os seus discursos marcados, os seus temas e lugares historicamente postos.

No entanto, hoje quem dá as cartas e conta os pontos do jogo é o valedor do mercado ou, à sua margem, mas bem protegido pela Academia, o discurso sofisticado da desfiagem retórica.

Não nos cabe senão compreender resistindo e resistir compreendendo. Em face da máquina especular e espetacular posta em ação pelo capitalismo ultramodernista, é preciso exercer a mediação da memória. O perfeito conhecimento, diz platonicamente Schopenhauer, começa pela perfeita reminiscência. Lembrar não só tudo quanto a humanidade vem pensando e sentindo e escrevendo desde Homero; mas reviver as formas libertadoras e contraditórias da modernidade, de que ainda somos feitos e sem as quais este nosso discurso seria oco ou mesmo inviável. Formas diversas mas pregnantas que lemos em Thomas Mann e em Brecht, em Dostoievski e em Maiakovski, em Baudelaire e em Valéry, em Stendhal e em Proust, em Hegel e em Marx, em Nietzsche e em Heidegger, em Sartre e em Camus, em Pirandello e em Ungaretti, em Benjamin e em Adorno, em Machado de Assis e em Guimarães Rosa, em Mário de Andrade e em Drummond. São nomes, entre tantos outros, que representaram aquela tensão fecunda entre a criação e a tradição, sem a qual o imediato é sempre violento.

Mas há também a outra face da resistência (a resistência à hiper-retórica), aquela que redime a ação do eu lírico e reconhece a sua singularidade dolorosa e inalienável. Não há duas pessoas com as mesmas impressões digitais; e, se é verdade que nossa carteira de identidade pode ser falsificada, será preciso, para tanto, sobrepor à própria identidade o nome e o retrato de algum outro eu. A

retórica pós-estruturalista, que ignora o que Starobinski chama de “consciência estruturante” da escrita, dá um atestado de óbito à chance de se renovar por dentro a expressão literária mediante o escavamento da experiência pessoal. Tampouco a construção ousada de um discurso crítico, enformado de um *ethos* satírico, irônico ou autoirônico, se fará possível se se considerarem as palavras de seu autor como palavras de um ventríloquo, sempre a reproduzir algo que já foi dito e redito ao longo dos séculos.

Nem tudo o que é dito novamente é simplesmente dito “de novo”; *novamente* pode ser também advérbio de modo; dizer novamente: dizer de maneira nova.

Para terminar, lembro que o pressentimento de mudanças radicais na relação entre escritor e público, escritor e sociedade, já inquietava um crítico anônimo e obscuro dos anos 1950. E só agora cito o texto que, a rigor, deveria servir de epígrafe a esta intervenção:

Formaram-se então (a partir de 1930) novos laços entre escritor e público, com uma tendência crescente para a redução dos laços que antes o prendiam aos grupos restritos de diletantes e “conhecedores”. Mas esse novo público, à medida que crescia, ia sendo rapidamente conquistado pelo grande desenvolvimento dos novos meios de comunicação. Viu-se então que no momento em que a literatura brasileira conseguia forjar uma certa tradição literária, criar um certo sistema expressivo que a ligava ao passado e abria caminhos para o futuro, – nesse momento as tradições literárias começavam a não mais funcionar como estimulante. As formas escritas de expressão entravam em relativa crise, ante a concorrência dos meios expressivos novos, ou novamente reequipados, para nós – como o rádio, o cinema, o teatro atual, as histórias em quadrinhos. Antes que a consolidação da instrução permitisse consolidar a difusão da literatura literária (por assim dizer), estes veículos possibilitaram, graças à palavra oral, à imagem, ao som (que superam aquilo que no texto escrito são limitações para quem não se enquadrou numa certa tradição), que um número sempre maior de pessoas participassem de maneira mais fácil dessa quota de sonho e de emoção que garantia o prestígio tradicional do livro.

Os bons críticos também são profetas.

Leituras biculturais (Mistral)

Ana Pizarro

Ensaísta, professora e pesquisadora da Universidade de Santiago do Chile e doutora em letras pela Universidade de Paris

Muitas vezes o verbo luso e o castelhano me pareceram uma árvore absurda, partida em duas ramagens que, separadas por apenas cinco polegadas no tronco, repudiam-se e *dividem-se* no alto por um rasgo e um vão de metros. O tronco é uno, a seiva é una, a espécie e o gênero também; mas a árvore cometeu a louca pilhéria de não ver suas ramagens gêmeas. De galho em galho, não corre nenhuma palpitação emocional comum e sua raiz única parece um mito que nos contaram.¹

Ao iniciarmos a leitura, logo nos habituamos com a metáfora vegetal que brota dos olhos camponeses da escritora chilena.

Assim se aproxima Gabriela – tateando – com a percepção e a justeza da linguagem próprias à sua prosa, do divórcio de nossas línguas, “viradas de costas, sem ódio algum, mas também sem amor”, como afirma um pouco antes. Esta reflexão é provocada pelo conhecimento da língua de Portugal, país em que morou, mas emerge fundamentalmente de sua estada no Brasil. O que chama a atenção neste discurso – e este é o aspecto que queremos abordar – é em primeiro lugar sua descoberta pioneira do Brasil, surpreendente devido ao desconhecimento histórico da outra área linguística naquele momento, o que ocorreu inclusive com nossos intelectuais hispano-americanos: no Chile, seu antecedente direto é Joaquín Edwards Bello. Mas queremos observar também sua percepção certa com relação ao deslinde, o conhecimento que a levou a situar a medida precisa em que as vozes “que nascem de um mesmo peito”

1 Gabriela Mistral, “Dos culturas: Brasil y América”, em “Gabriela Mistral y el Brasil”, *Cuadernos Brasileiros*, nº 12, Santiago do Chile, 1963.

se tocam. Por isso sua atitude vai muito além de suas funções oficiais, no interesse e na tentativa de compreensão ao celebrar os gestos de aproximação do Brasil, em ações concretas como a concessão de bolsas e a incorporação do espanhol aos programas de estudo. Considera que este é um ponto de partida, um resumo que, a partir da América, tenta recompor a atitude “da Península pecadora do cisma verbal”.

Gabriela viajou para o Brasil pela primeira vez em agosto de 1937. Cecília Meireles escreveu um belo artigo sobre esta viagem e sua estadia no país. A escritora brasileira esteve muito próxima da chilena na função consular, quando Gabriela morou em Niterói e em Petrópolis. Cecília realizava tarefas de divulgação e tradução de escritores latino-americanos e elas mantinham um diálogo intelectual intenso, através de correspondência. Diversos jornais publicaram informações enviadas por Cecília, especialmente *A Manhã*, do Rio de Janeiro, no qual divulgou, em estreita ligação com Gabriela, escritores chilenos e hispano-americanos recentes. No entanto, era uma relação mais que profissional: a amizade entre essas duas mulheres de enorme sensibilidade não podia ficar apenas nisso. Referindo-se ao último período brasileiro de Gabriela, em que esta está vivendo seus lutos, Cecília anota: “Carregava seus mortos como sonâmbula por lugares que não eram deste mundo e as condições do tempo arrastavam sua alma por grandes perplexidades”².

Pouco se sabe sobre a experiência brasileira de Gabriela. É um espaço que estamos começando a esboçar, e as primeiras informações desmentem a ideia de que sua vida neste país tenha sido pouco significativa. Ao contrário, observa-se primeiramente seu grande interesse de espírito inquieto pelo conhecimento, especialmente no caso de nosso continente. Como sabemos, seu latino-americanismo também é pioneiro no século e sobretudo na escrita de mulheres. Em segundo lugar, há uma leitura e um estudo sistemáticos da literatura do país, leitura de pesquisa, que não se limita ao aspecto canônico. Neste ponto, seus guias são grandes conhecedores, intelectuais ativos. Em terceiro lugar, há um trabalho sistemático de divulgação, tanto de escritores latino-americanos e chilenos em especial, nos jornais locais, quanto de autores brasileiros em revistas e jornais latino-americanos, como *El Mercurio*, de Santiago do Chile, *La Nación*, de Buenos Aires, *El Universal*, de Caracas, entre outros. Atitude também pioneira em um meio caracterizado pelo desconhecimento.

Portanto, sabe-se muito pouco dessa relação prolongada: “O Brasil toma e retém com seu esplendor físico – escreve –, com seu suave temperamento

2 Cecília Meireles, “Un poco de Gabriela Mistral” em *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 12.

racial e com sua originalidade de pátria americana com feições próprias”. Em 1940, Gabriela Mistral assume o Consulado do Chile em Niterói e, em 1941, muda-se para Petrópolis. Da cidade imperial cultiva inúmeras amizades literárias: com a autora do *Romanceiro da Inconfidência*, como já mencionamos, assim como com Henriqueta Lisboa. Com ambas participa de um gesto comum: a inflexão intimista. E com Henriqueta compartilha também o interesse pelo discurso para crianças. A correspondência e os artigos revelam também a amizade com Jorge de Lima, com Assis Chateaubriand, o prolífico crítico e agitador cultural, com Manuel Bandeira – o “mestre Bandeira” –, profundo conhecedor da literatura hispano-americana, professor da Universidade do Rio de Janeiro e um dos seus importantes interlocutores literários. Com o poeta Murilo Mendes, além de interesses comuns no âmbito literário, há uma vocação religiosa comum.

Seu mundo de relacionamentos é vasto nos anos brasileiros e ela assume a tarefa de estender pontes entre os dois países através de artigos e palestras. O país a acolhe com generosidade. Gabriela é recebida como a grande personalidade de nível internacional, a grande poetisa e intelectual, a “divina Gabriela”. Por seu lado, no jornal *El Mercurio*, de Santiago do Chile, assim como em outras publicações do continente, a partir de 1941 ela passa a publicar periodicamente matérias sobre os escritores brasileiros. Fala dos seus escritores e aborda com propriedade temas e problemas dessa literatura, como o faz em correspondência privada sobre “No meio do caminho”, poema fundamental de Drummond de Andrade, assumindo sua defesa no primeiro momento de desconcerto produzido pelo aparecimento do poema. Em uma revista refere-se, também de forma pioneira, à literatura feminina do país, propondo novos nomes, além dos canônicos: Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa, Dinah Silveira de Queiroz, Raquel de Queiroz, Lúcia Miguel Pereira e Gilka Machado, entre outras.

Assim, desde sua primeira viagem ao Brasil, em 1937, a escritora chilena começa a evidenciar seu interesse pelo país: busca informação e entra em contato com importantes setores da vida intelectual: Mário de Andrade escreve sobre seu texto *Desolación*, dialoga com Henriqueta em uma histórica viagem a Belo Horizonte, em que fala sobre a poesia da mineira, e depois a amizade prolonga-se em uma longa correspondência. Mantém contatos permanentes com Cecília, que liga profissionalmente ao Consulado, com Murilo Mendes, com quem comenta leitura e que a informa sobre seus avanços em espanhol. Manuel Bandeira também é um interlocutor literário próximo. Por outro lado, divulga na América Hispânica os escritores brasileiros e impulsiona suas

traduções ao espanhol. Escreve sobre os jardins de Petrópolis, reconhece-se em Minas Gerais e anota em carta a Carlos Drummond de Andrade: “Fiquei pensando que posso me entender muito bem com os mineiros; também sou filha das montanhas e das mais áridas serranias dos nossos Andes”³. Fala às crianças do Brasil fazendo dialogar os dois países e saboreia as palavras do português, da mesma forma que as frutas recém-descobertas.

Em 1943 morre seu filho adotivo, Yin Yin, estudante em Minas Gerais. Pouco antes ela sofrera com o suicídio de Stefan Zweig, seu amigo de conversas diárias. Isto é, no Brasil sucedem momentos centrais de sua existência, tanto no âmbito da dor quanto do estímulo vital: em novembro de 1945, em Petrópolis, recebe a notícia do Prêmio Nobel. Pelo menos entre 1937 e 1945, o Brasil é uma presença significativa na vida da Mistral.

Interessa-nos situar estes antecedentes concretos, porque esta participação real no mundo da cultura do país é que permite que ela se situe com precisão entre os dois blocos culturais, o luso e o hispano-americano, para delinear a difícil linha de intersecção entre eles. Difícil na medida em que se trata, de acordo com sua expressão, de “um sistema de corrente de áreas que brincam de fugir umas das outras”. Entretanto, recupera a unidade no movimento da diversificação, ao afirmar ao mesmo tempo “nosso bem ou nosso mal redondeia-se com palavras que parecem individuais, mas que são raciais e que, partindo do país A ou Z da América, juntam-se em uma só frase”⁴.

A percepção poética de Gabriela oferece-nos uma orientação interessante. Trata-se dessa linguagem sua em que, através da noção de língua, incorpora a de cultura, e em que, através do termo “raça” podemos ler “cultura e sociedade”.

Assim, a linguagem de Mistral nos situa precocemente na linha de intersecção bicultural, que não parece ter sido problematizada antes dessa maneira, pelo menos a partir do âmbito hispano-americano e tampouco através de uma escrita feminina. Porque neste caso não se trata de definir fronteiras culturais, mas apenas delimitações, deslindes. Passo teórico necessário para construir um espaço historiográfico de dessemelhanças e áreas compartilhadas, no qual possa se perfilar a orientação diferencial, porém a busca de construção simbólica se situa em topos e tempos paralelos, em ritmos históricos conjuntos.

Há cerca de duas décadas, quando iniciamos a reflexão sobre o caráter de nossa historiografia literário-cultural, tentamos articular as linhas globais, os espaços únicos que nos permitiriam entender a cultura do continente em

3 Carta a Carlos Drummond de Andrade desde Petrópolis, 3 de dezembro de 1940.

4 C. Meireles, op. cit., p. 18-19.

seu conjunto. Este desígnio, tão vigente então como agora, dada a nossa história de “exclusões mútuas”⁵, privilegiava a unidade da cultura latino-americana, visualizada de todos modos, na expressão de Cornejo Polar, como uma “unidade contraditória”... Começávamos a observar o caráter de uma cultura construída por estratos diferenciados e em pugna. Nesse ponto, Cornejo Polar foi um pioneiro ao nos entregar, a partir da observação de seu próprio meio, o Peru, a noção de “heterogeneidade”, uma chave importante para a compreensão deste funcionamento. Ela estava relacionada a culturas poliétnicas e plurilíngues, hereditárias da história colonial, cujo tenso funcionamento evidenciava uma formação particular. Daí a afirmação de L. H. Costigan no sentido de que, na América Latina, defendíamos precocemente princípios – o que ela chama de comparatismo desconstrutivista – que mais tarde entrariam na moda, como o *poscolonial criticism*.

Isto é, na análise temos privilegiado os elementos que apontam para a unidade das formações culturais, na medida em que ela emerge como uma evidência que se explica a partir das condições históricas similares. A unidade, como sabemos, foi uma necessidade e uma busca permanente nos desígnios políticos desde o século XIX.

Contudo, é preciso distinguir entre unidade e homogeneização. A detecção dos nexos que articulam nossas culturas hispano-americana e brasileira não significa necessariamente observar as semelhanças, os pontos de convergência. Acredito que, nesta etapa, significa muito mais que isto: significa observar a unidade nas diferenças, analisando esta unidade através da observação minuciosa das interações entre ambas e seus efeitos; do deslinde das particularidades das mesmas e de suas imantações, da detecção dos espaços comuns e das orientações divergentes; da evidência dos conflitos e das similitudes; da articulação dos espaços de homogeneidade que podem ser organizados sobre diferenças temporais. Isto é, que nossa unidade cultural é contraditória – como frisou Cornejo –, pois leva em conta a composição vertical de seus estratos, mas também é diversa, pois entre ambos os blocos existem zonas de interação cujas dinâmicas, mais que relações subalternas, expressam diversidade.

Se precisamos construir a arqueologia das interações é porque partimos da noção de unidade cultural. Trata-se de línguas e culturas próximas, em que a diferença nos permite falar, não de fronteiras culturais, mas de demarcações, nas quais o Outro como conceito absoluto não existe, mas existem graus de

5 Lúcia Helena Costigen, “O diálogo Brasil/América Hispana: balanço/Questões teóricas”, *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Ano XXIII, Lima, Peru-Berkeley, EEUU, 1997.

diferenças relacionados a heranças culturais e línguas também próximas porém diferenciadas, que nos permitem construir, de ambos os blocos, outro próximo na unidade. Realizar esse deslinde, no qual estão presentes a unidade e a diversidade, parece ser uma das tarefas disciplinares que se perfilam.

Ao escrever sobre a publicação do romance *La Sucesora*, de Carolina Nabuco⁶, Gabriela Mistral realiza uma reflexão metaliterária importante, e também se refere a este tema. Em 1941, quando o desconhecimento e a exclusão mútua estavam em um ponto de grande inflexão, ela faz o seguinte comentário:

Um erro corrente na América Espanhola garante que o Brasil é um mero galho da cultura ibérica; mas eu sei que seu Brasil, com relação à América Hispânica, representa muito mais que uma parte de um ramo, e que constitui por si mesmo uma orbe espiritual.

Também acrescenta uma observação sobre o discurso literário luso-americano, afirmando, com certo tainismo:

No manejo das qualidades brasileiras, tocam-se, como duas rosas, uma discrição e uma pulcritude verbais tão vigiadas e conseguidas em vosso idioma como no francês. Dir-se-ia que a raça portuguesa, ao receber o Trópico como destino, se impôs uma fórmula que lhe evitasse os perigos de sua nova localização.

Ela parece ter dito: “Quanto mais ardentes os sóis, mais obrigação de medida, e quanto mais vasto o território, mais afiada sobriedade. Este voto tácito tem sido cumprido pelos maiores brasileiros do passado”.

Parece-me importante a apreciação de Mistral por duas razões. Em primeiro lugar, porque, em sua linguagem de escritora – não de crítica ou teórica, pois ela não o é –, manifesta opiniões acertadas em um âmbito em que as delimitações são tênues e as precisões ocorrem no espaço dos matizes. “Pátria americana, com feições próprias”, escrevera antes. Nesse âmbito, sua experiência brasileira, assim como seu estudo e conhecimento da literatura do país, são fundamentais: envolvem a vivência profunda não só da cultura nativa, mas das duas culturas. Em segundo lugar, porque me parece que justamente este – o acerto nos textos em que dialogam as imagens que ambas as culturas têm de si mesmas, é um dos caminhos mais importantes a seguir para perfilar este espaço disciplinar. Por exemplo, isto acontece no caso de textos como

6 G. Mistral, “Recado para doña Carolina Nabuco”, *El Mercurio*, Santiago do Chile, 20 de julho de 1941.

Balmaceda, de Joaquim Nabuco ou de *Cartas chilenas*, de Tomás Antonio Gonzaga, de um século antes, entre outros.

Por outro lado, a perspectiva dos escritores brasileiros sobre o trabalho de Mistral também é um espaço importante, tendo em vista que aporta dimensões críticas que, em geral, não foram consideradas antes. Podemos mencionar, por exemplo, o caso de Henriqueta Lisboa.

Chama a atenção a apreciação de Henriqueta, por se tratar de uma percepção muito contemporânea da obra de Gabriela Mistral. A escritora chilena teve uma imagem nacional e internacional criada por uma crítica conservadora, que entregou dela um arquétipo da maternidade frustrada em sua versão mais patriarcal, a da professora assexuada e severa que tinha o prestígio da experiência trágica de um suicídio sentimental e precoce, próprio do que Fernando Alegría chamou de “crônica vermelha da poesia”.

As novas leituras que começaram há cerca de dez anos no Chile, com um encontro de intelectuais inseridos em perspectivas críticas criadoras, convocados pela instituição La Morada, prolongaram-se há pouco em uma excelente análise realizada pelo pesquisador Grinor Rojo. Esta visão tenta desarticular um discurso percebido como monolítico e linear, para evidenciar suas tensões internas, suas dualidades, as linguagens oblíquas, as máscaras, as dissimulações. E dela surgiu outra Gabriela, com um discurso dilacerante e tensões que possibilitam leituras de novos registros e que abrem espaço para uma releitura de outros discursos de mulheres da época.

Na observação de Henriqueta Lisboa, justamente parece interessante a apreciação de uma tensão, um dualismo presente na construção discursiva da chilena. A propósito do livro de poemas *Desolación*, Henriqueta ressalta:

Livro amargo, sim, mas de uma singular amargura que não conduz à languidez e ao desânimo, que, ao contrário, ressuma filtros cálidos como ondas de energia. Causa a impressão de um holocausto voluntário, simples, mas eloquente, grandioso na sua simplicidade. Traduzindo-se em êxtase nos momentos culminantes de sua inspiração, o misticismo da autora, ativo mais do que contemplativo, espalha-se por toda a obra, contamina-a, aquece-a, dramatiza-a como um fogo abrasador que tudo alcança e tudo devasta. Como uma grande queimada bracejam árvores, contorcem-se, imolam-se, fibra a fibra. Poder-se-ia escrever no pórtico dessa floresta humana o lema de outrem: “Consumir-se iluminando”.⁷

7 Arquivo da Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos.

Esta tensão do discurso de Gabriela, suas virtualidades, a pluralidade de sua voz como pessoa dolorida mas “sem derrotas morais” – como ela se descreve – é justamente o que a crítica de hoje tem começado a demonstrar.

Parece-nos interessante o processo de imantação e, portanto, de confluência, relacionado por um lado com a penetração das linguagens mútuas entre estas escritoras, assim como sua vinculação a um número maior, do qual fazem parte Dulce María Loynaz, em Cuba, Teresa de la Parra, na Venezuela, Alfonsina Stormi na Argentina, e as uruguaias Delmira Agustini e Juana de Ibarbouru.

A relação de Gabriela com a cultura brasileira é uma instância que não consta da arqueologia das nossas vinculações. Trata-se de um marco precoce, cuja percepção do deslinde é digna de consideração, sobretudo quando queremos abordar o problema dos contrastes, que ela observa como “dois verbos que infelizmente se esqueceram um do outro, que durante séculos anularam seu apelativo comum, mesmo sabendo que o sangue continuava uno e inteiro por baixo dessa falsa aparência estrangeira”⁸.

Portanto, ela o considera um problema de raízes ibéricas. Vinculação com o ancestral sobre o qual dialoga com Murilo Mendes, e que faz com que este lhe escreva sobre os perigos da modernização. O ancestral divide, mas ao mesmo tempo é o recurso patrimonial que nos une: “Nós, latino-americanos, mergulhamos nossas raízes na Europa, e devemos defender o grande patrimônio de cultura que herdamos da mãe comum antes que se espalhe pelo mundo a barbárie civilizada e standarizada, em latas”⁹.

Diálogo dos discursos, diálogo da reflexão. Nos últimos anos, a crítica vem forjando as linhas mestras de uma perspectiva comparatista latino-americana. Os movimentos que desenvolvemos têm a ver fundamentalmente com o estabelecimento dos espaços de criatividade em nossa apropriação das culturas metropolitanas e com a aproximação em linhas paralelas dos desenvolvimentos literários do Brasil e da América Hispânica em uma vontade integradora. Entendemos que é uma orientação que não está na agenda do dia, mas a construção da memória está na agenda permanente.

Pareceria que hoje – e Gabriela, em sua relação com a cultura brasileira, é um bom exemplo disso – abre-se uma etapa de análise mais detalhada das relações às quais nos referimos. Da análise que Antonio Candido chamou de

8 G. Mistral, “Recado...”, *op. cit.*, p. 28.

9 Carta de Murilo Mendes a Gabriela Mistral, 27 de setembro de 1943. Arquivo da Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos.

contrastiva. Pensávamos, então, que podíamos resolver em alguns anos e não sabíamos que, na realidade, era tarefa de pelo menos uma vida. Por isso, esta será sobretudo uma tarefa para as próximas gerações.

(Tradução de Cláudia Schilling)

Ocaso da literatura ou falência da crítica?

Benedito Nunes

Foi filósofo, crítico literário, escritor brasileiro e professor da Universidade Federal do Pará

Os antigos gregos começaram, tardiamente, a ler, no sentido literário, os poemas homéricos que conheciam desde a infância, e que só foram comentados, de várias maneiras, a partir da época helenística. A crítica literária surgiria de tais escólios, portanto das glosas à literatura escrita, o que significa admitir que surgiu da prática da leitura dos textos, como decorrência da necessidade de compreendê-los e interpretá-los.

Daí por diante não haveria mais literatura sem crítica e sem leitura. As duas, crítica e literatura, caminhariam juntas: a segunda vive por e para ser lida e a primeira só da leitura da outra pode viver. Nada mais trivial. Mas poderá ocorrer, como certos sinais pressagiam, que a literatura venha a perder, algum dia, sua ressonância crítica, se não vier ela própria, também, a definhar, tornando-se, à falta de leitura, um simulacro de si mesma. Um simulacro igual àquele que da bela Helena de Troia ficara, incólume e fiel a Menelau, resguardada no Egito, segundo nos conta Eurípedes, enquanto a verdadeira teria ido, com Páris, incendiar Ílion, provocando a guerra da Ilíada.

Quanto mais a literatura for viva, quanto mais ela tiver importância num dado meio cultural, na proporção de seus leitores, mais florescerá a crítica literária em seus diversos gêneros. Pois onde a crítica floresce, há várias “mansões” teóricas e metodológicas, como num reino dos céus de comentadores, analistas e intérpretes.

Na Antiguidade e na Idade Média, o gramático, o retórico e até o pedagogo, ocuparam as primeiras “mansões” da crítica. No Renascimento, exerceu a crítica o humanista, esse fundador do cânone das letras clássicas. Cânone é palavra da religião que ingressou na literatura. Nos primeiros séculos do

cristianismo, os abundantes escritos sobre a vida de Cristo foram separados em duas categorias. Evangelhos canônicos, como as quatro narrativas de São Lucas, São Marcos, São Mateus e São João, e evangelhos apócrifos, como os de Tomás, de Basilides e do pseudo Mateus, declarados falsos, condenados à execração e esquecidos até sua recuperação e publicação em nossa época. Aqueles primeiros integram a parte central do cânone do Novo Testamento, composto de outros livros, todos reconhecidos como textos sagrados, fontes imutáveis da palavra divina.

Nas Letras, critérios poéticos, retóricos e estéticos identificam certos textos, em detrimento de outros, como literários; esse reconhecimento marca-lhes o caráter canônico, de onde decorre seu acatamento social num determinado período. Semelhantes aos textos religiosos, consagra-os a autoridade de uma tradição, mas, diferindo daqueles, vigem até serem substituídos por novos cânones. Consagrados, mas não sagrados e, às vezes, parecendo sê-lo, os cânones literários remontam a princípios, valores e modelos de que decorrem normas e regras.

Assim os cânones das letras clássicas, que conformaram o “classicismo”, erigiram, como modelos a imitar, com base na tradição da Antiguidade e na autoridade da *Poética de Aristóteles*, da *Epístola ad Pisones*, de Horácio e do escrito de Longinus sobre o sublime, as obras valiosas desses normativos da literatura. O crítico, mentor dessa tradição das belas-letas, põe diante daqueles que as praticam o imperativo das regras decorrentes das normas, espelhando o perfil dos bons modelos épicos, líricos e trágicos do mundo greco-latino (Homero, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Virgílio, Cícero, Ovídio, sobretudo), expostos e comentados em continuidade à cadeia interpretativa que lá começou. O crítico era uma consciência feliz. Longe ainda estava dos juízos depreciativos – literato de segunda ordem, parasita, vampiro da literatura – com que irão infamá-lo os belettristas ou de que ele mesmo se acusará após o Renascimento.

Só a partir da transição do século XVIII para o século XIX, por espelhamento na palavra “crítica”, então tornada preferencial – crítica dos sentimentos, crítica da experiência, crítica da razão – foi que passou a haver uma crítica literária com esta denominação – no momento em que, segundo parecer do Michel Foucault de *Les Mots et Les Choses*, a “literatura” propriamente dita teria surgido¹. Desde então, a má consciência, nele hoje agravada, visitaria o crítico, em decorrência daqueles juízos depreciativos e que um

1 Michel Foucault, *Les Mots et les Choses*, Gallimard, Paris, 1966.

diagnóstico psicanaliticamente primário pode elucidar. Dado que ele cobrava o respeito às regras, expROBANDO os que as transgrediam, logo funcionaria como um Superego autoritário, e, assim, como um “ inferior vindicativo”², condição que recalcou e não aceitou.

O crítico interiorizaria essa pecha como um sentimento de inferioridade quanto mais o solicitava, desde os fins do século XVIII, a estimulante difusão iluminista: além de dicionários e enciclopédias, editavam-se periódicos, revistas ou jornais, nos quais se publicavam e comentavam romances para leitores mais numerosos que os de antanho, egressos tanto da antiga nobreza como da novel burguesia. Eram as duas grandes cabeças coletivas unidas, para o crítico, numa só entidade coletiva chamada de *público*, corpo da opinião que ele terá que honrar. O livro começava a reproduzir-se em maiores quantidades do que antes, com o crescimento desse corpo multitudinário, ao qual será endereçado. Mas quem lê são os indivíduos, com interesses distintos e pertencendo a diferentes classes sociais. Para eles é que o crítico realmente fala, e por eles, como um direito que lhe assiste, posto em questão pelo romantismo, quer ser escutado.

Já então contestado o cânone clássico, seus princípios, invalidados como regras, sujeitar-se-ão ao juízo de gosto estético. Os românticos alemães, principalmente, contestam ao crítico aquele direito, sob a alegação de que lhe faltaria competência para exercê-lo na base de julgamentos acerca da beleza artística, que não é extrínseca, como uma propriedade objetiva das obras, mas a elas intrínseca, como objeto de apreciação da parte de quem as contemplasse desinteressadamente, fruindo-as em função do prazer que proporcionam em consonância, portanto, com o sentimento do contemplador, em estado de atenção reflexiva.

Considerou-se o gosto estético a faculdade de discernimento do belo, equivalente a um ato de intuição espiritual, que iria ao encontro da imaginação do artista no que ele produzia, da originalidade individual, afirmativa da liberdade de seu Eu – de seu *gênio*, essa disposição excepcional para criar (verbo novo do vocabulário artístico), como se compartilhasse das intenções da Natureza e pudesse, conforme enunciaria Kant, dar regras à arte. Assim, não poderia o crítico julgar se não fosse um “autor em segunda potência”, se não pudesse repetir o que o artista produzisse, se não fosse ele também poeta, um gênio imitando outro gênio. No entanto, Kant dizia que, no domínio do Belo, não poderia haver ciência, mas somente crítica.

2 Leyla Perrone Moisés, *Texto, Crítica e Escritura*, Editora Ática, São Paulo, 1978, p. 17.

Em breve a crítica se arrogaria ser porta-voz da opinião pública, julgando o mérito e o demérito dos textos, primeiramente à luz das intenções do autor neles reveladas, depois, com o apoio das várias ciências em desenvolvimento no século XIX, pelo que documentam das disposições psicológicas inerentes ao indivíduo, das exigências do momento histórico e das demandas da sociedade. A Psicologia, a História e a Sociologia foram chamadas a justificar os juízos críticos, de acordo com as leis naturais explicativas que se esperava que elas formulassem, e que também fundamentariam, tal como acreditou Sainte-Beuve, o historiador de Port-Royal, em suas *Causeries du Lundi* (Conversações da Segunda-feira) – artigos em série publicados em periódico de larga difusão – as apurações do valor ou do desvalor dos escritos literários, aferidos segundo a concordância ou a discordância entre eles e as biografias dos artistas, que teriam a função de documentar. Mas essas conversações semanais veiculavam uma atividade judicativa, que julgando a obra pela biografia do homem que a escrevera, pretendia triar o joio do trigo, separar, no terreno literário, as plantas viçosas das rasteiras e das daninhas.

Na verdade, conforme escreveu Proust, Sainte-Beuve conhecia bem os homens, mas conhecia mal os escritores, que procurava identificar nos documentos de suas vidas. Nem os encontraria como escritores se os procurasse em suas obras, porque nelas, onde o real perde para o estético, os escritores se *outram*, se inventam, se recriam. No século XX, a crítica, além de sua modalidade difusa e reiterada de resposta às primeiras sugestões da obra imediatamente cantadas (impressionismo), visaria o elemento estético, como a especificidade a caracterizar o literário, ora tomado como organização poética de significação autônoma e intransitiva (*close-reading*), ora à busca da forma significativa da linguagem em suas operações de construção interna (formalismo), ora na correspondência entre a forma e os significados sociais e históricos (crítica histórica e sociológica) – seja com apoio na ciência da linguagem (estilística), seja com apoio na fenomenologia (crítica fenomenológica), seja com o apoio na noção de estrutura linguística (crítica estruturalista).

Na segunda metade do século XX, todas essas correntes já eram largamente difundidas entre nós, mormente em artigos jornalísticos, à época um ordinário veículo da literatura e dos juízos críticos, utilizado desde a fase oitocentista de nossa crítica, entre o romantismo que a fundou, com o seu componente nacionalista, e o naturalismo, que a vinculou ao meio social e ao então acreditado curso das leis históricas. Salvo a impressionística, tais correntes estavam todas representadas em 1961, no Segundo Congresso Brasileiro de

Crítica e História Literária, reunido em Assis, por iniciativa da Faculdade de Filosofia e Letras localizada nessa cidade paulista. Quem comparecesse a esse Congresso, marcado pela presença do concretismo como grupo de vanguarda, poderia testemunhar um momento alto, de pletora da literatura e de diversificado aumento qualitativo da crítica.

Publicou-se, em 1956, *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, e *Duas Águas*, de João Cabral de Melo Neto; em 1960, saíra o livro de contos de Clarice Lispector, *Laços de Família*. Continuavam renovadas as poesias de Carlos Drummond, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Manuel Bandeira e Cecília Meireles. Explodira a vanguarda concretista, ascendiam novos poetas, como Mário Faustino, Ferreira Gullar e tantos outros. Tais eram os pontos em comum, as afinidades teóricas e os distintos níveis adotados na apreciação das obras, que as várias correntes críticas, representadas naquele Congresso – e veiculadas pelos jornais em seus suplementos literários – pareciam manter entre si, a despeito das diferenças metodológicas e doutrinárias que as separavam, um simpósio de complementação mútua e de recíproco enriquecimento.

Havia, por certo, desde a década de 1940, uma crítica jornalística, a do *reviewer*, como dizia então Afrânio Coutinho, do resenhista, como dizemos hoje, mas também, pelo que ocorreu na década seguinte e depois, havia uma crítica em estilo jornalístico, mais ágil e não menos apta do que a outra, e lado a lado, continuando uma linha já tradicional do jornalismo literário brasileiro, contávamos, dentro ou fora dos então famosos *rodapés*, com o artigo analítico, de exame e avaliação de textos surgentes, como os de Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Álvaro Lins, Wilson Martins, Afrânio Coutinho e outros, em mais de um jornal, aos quais se adicionavam desde antes, nos órgãos da imprensa, os artigos, em forma ensaística, de Sérgio Buarque de Holanda, de Lúcia Miguel Pereira, ou, concomitante ou posteriormente aos primeiros autores citados, de Augusto Meyer, Otto Maria Carpeaux, Antonio Candido, Adolfo Casaes Monteiro, Jorge de Sena, Franklin de Oliveira e Euríalo Canabrava, para falarmos somente daqueles críticos que mais assídua ou regularmente escreviam em periódicos, muitos deles sendo, também, professores universitários.

Do *Diário de Notícias* ao *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil* ao *Estado de São Paulo*, o jornal foi, pelo menos durante duas décadas, diante da restrita circulação de revistas, como veículo da crítica literária, uma das principais caixas de ressonância pública da literatura em nosso país. Basta dizer, em confirmação disso, que a primeira recepção crítica das obras de Guimarães Rosa, de João Cabral e de Clarice Lispector se fez jornalisticamente.

Já em artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 1948, Sérgio Buarque de Holanda previra o quanto as faculdades de filosofia, recém-fundadas, beneficiariam os estudos críticos, sobretudo na desconfiança que inspirassem “pelo autodidatismo e pelo personalismo exacerbado”³. A teoria da literatura, introduzida nos cursos de letras, não só traria esse benefício. Também contribuiria para desrecalcar o crítico, ao mesmo tempo não permitindo, por força da dúvida que despertava no trato da coisa literária, devido à sua condição de teoria e não de ciência, que passasse do estado de má consciência ao estado de consciência plenamente satisfeita. Bem compreendida, a teoria da literatura daria um novo acesso, menos preconcebido, às ciências humanas e à filosofia, à história e à hermenêutica. Não há, em princípio, uma crítica universitária, por oposição à crítica jornalística de boa qualidade, senão no sentido daquela que professores universitários assinam em jornais ou em livro, muitos dos quais, mais recentemente, se originariam de dissertações ou teses acadêmicas.

Mas se, nos dias de hoje, os jornais não se fecharam de todo à crítica, acolhendo-a quase que exclusivamente (valorize-se o *quase* como ressalva para as honrosas exceções) na forma de resenhas ou de informes editoriais, o certo é que se retraíram no papel de transmissores públicos dessa atividade. Altos seriam os custos da continuação do exercício desse papel; diante do reduzido interesse do público pela crítica, apurado estatisticamente em “criteriosos inquéritos de opinião”, não mais se justificaria, no presente, o investimento com que arcavam os beneméritos suplementos de outrora, publicando ensaios tão longos como os que se permitia estampar o “Suplemento Dominical” do *Jornal do Brasil* e concedendo ao colaborador, como fazia o “Suplemento Literário” de *O Estado de S. Paulo*, o direito de enviar à redação a “matéria” que quisesse, dimensionada em quantia de laudas quase a seu arbítrio. Se essa pletora não pode se repetir, de quem é a culpa?

A culpa é do público, concluem os índices de opinião; a culpa é do mercado, clamam os sistemas empresariais de comunicação. Mas o desfalque, de que se ressentia o antes próspero jornalismo literário, redundava em prejuízo para o leitor e para a literatura – sujeitos aos constritores padrões informativos da mídia, que os nivela a meios de rentabilidade para melhor consumo, convertido em nova mão da providência econômica.

3 Sérgio Buarque de Holanda, “Missão e Profissão”, in: *O Espírito e a Letra*, Estudos de Crítica Literária, II (1948/1959), Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p. 39.

Não reivindicamos, apontando o predominante caráter mediático do jornalismo responsável pelo desfalque, consequente à retração indicada, o retorno à situação anterior, nem pretendemos “resgatar” o exílio jornalístico da crítica. Estamos, sim, assinalando o que talvez seja o sintoma da ascensão de um novo tipo de mentalidade ou de “cultura”. Poderá ser a “terceira cultura” (das duas, a humanística e a científica, tratou Sir J.P. Snow), aquela correspondente ao avançado domínio planetário da técnica, em que tanto insistiu Heidegger – que é também o domínio do produtivo, do ciclo mercadológico – dentro do qual uma só corrente de demandas de consumo, une, num único sistema empresarial de comunicação rentável, a fabricação do papel à produção do livro, da revista e do jornal, estes ao rádio, à televisão e ao computador. Pulsa, nesse domínio do produtivo e do rentável, que é também o da manipulação e da formalização do pensamento, tendendo a uniformizá-lo e a informatizá-lo, um *ethos* do lucro e do poder, à busca do fácil, do banal, do óbvio, com a sua mentalidade calculadora, imediatista, hedonística, espetaculosa, um tanto megalômana, pouco a pouco descentrada da reflexão, do prazer contemplativo, das inquietações intelectuais e filosóficas. Para tal mentalidade, a literatura, *ce métier de chambre* (ofício de câmara ou de quarto), como dizia Paul Valéry, vai se tornando estranha. Pois que a literatura como tal, principalmente a poesia, sabe ser lenta, tortuosa, às vezes difícil, inquisitiva, extraordinária, conflituosa, atordoante para o pensamento, com horizontes longínquos, e só degustável em calma reflexiva. Leyla Perronne Moisés resume, melhor do que eu, o efeito dessa mudança de atitudes:

Mais do que as mutações tecnológicas elas mesmas, que não excluem a arte de escrever e de editar livros, podendo até renová-la, foram as mudanças de visão do mundo, de motivações e de comportamento trazidas por essas novas técnicas que tornaram obsoleta a prática da literatura. O próprio modo de ser da pós-modernidade é avesso à concentração, ao isolamento e à paciência exigidos pela leitura⁴.

O estado de simpósio metodológico e teórico da crítica literária, entrevistado em 1961, se desfez nos anos de governo ditatorial, que nos deram a “modernização do capital, de que a ditadura militar foi o braço armado”, concorridas bienais

4 Leyla Perronne Moisés, “A Crítica Literária Hoje”, in: *Cânones e Contextos*, Quinto Congresso da Abralic, Rio, 1997.

do livro e feiras de automóveis⁵. Mas ainda nesse período, uma saudável crítica da crítica veio mostrar não sermos, como críticos, mais do que intérpretes, social e historicamente situados. Quando avaliamos as obras, nós as vemos sempre de uma certa perspectiva, que nos limita e nos ensina as viseiras de nossos juízos de valor. Isso é um excelente ganho da hermenêutica e das estéticas da recepção, como o é, também, o reconhecimento do caráter mutável dos cânones, o que já sabia o semiótico Mukarovsky, quando os vinculou a condições geracionais de idade, de profissão, de classe social e de nação.⁶ Mas passamos a “destruir” e a “construir” cânones, apressadamente e um tanto à vontade. Com essa atitude, desrespeitamos o tempo histórico; bloqueados num presente ocluso, sem passado, infringimos a hermenêutica, com o seu justo apelo à tradição fecunda, e esquecemos que, no melhor sentido, “destruir” o tradicional é recuperar as suas raízes pretéritas, porventura ocultas no presente. Para que, então, serve a crítica?

Suponhamos, como George Steiner, que a crítica, da qual estaríamos saturados por um excesso de comentários, de análises e de interpretações, seja dispensável, e que dela nos liberemos para podermos fruir diretamente as obras literárias, em suas “reais presenças”⁷. Mas como reconhecer essas presenças reais, se, como professores de literatura, ensinamos mais a “destruir” os cânones do que a reconhecê-los sem veneração religiosa, e se muitos de nós se omitem ao dever principal, suporte da ética da literatura, de transmitir aos nossos estudantes o prazer da leitura dos textos: prazer que, adestrando reflexiva e criticamente a mente e o coração de quem o experimenta, prolonga-se em descoberta de nós mesmos e do mundo?

E, no entanto, em nosso país, jamais se viu, como hoje, um tão grande e diversificado movimento editorial: “livros, livros à mão cheia”, fartíssimo material para leitores de toda ordem. Nossos clássicos saem em edições baratas, muitas delas providas de generosos folhetos de questões e respostas para o professor e o aluno, que interpretam didaticamente, em lugar deles, os textos literários. Nosso céu tem mais leitores, nossos livros mais amores. Nem tanto. *Vide* as verdes campinas literárias brasileiras (e os nem sempre cinzentos prados franceses), atulhados de *montes cinco* e *compostelas*, que não as de Luis Buñuel. “Uns tomam éter, outros cocaína”; mas muitos leitores tomam o entorpecente fabricado com sobras de hinduísmo ou budismo e raspas de espi-

5 Walnice Galvão, *Desconversa*, Editora UFRJ, 1998, p. 57.

6 Jan Mukarovsky, “Função, norma e valor estéticos como fatos sociais (1936)”, in: *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

7 George Steiner, *Reelles présences*, Gallimard, Paris, 1989.

ritualismo cristão em calda de autoajuda. Podemos nós, críticos e professores de literatura, fazer mea-culpa pela atual confusão, mesmo na França, entre literatura e autoajuda?⁸

Já nos envergonhamos de referir os grandes “mestres do passado”, a prezar os “monumentos da literatura”. Se continuar o recesso da leitura, Homero, Joyce e Guimarães Rosa deixarão de ser, dentro em breve, *the companions we keep*, companheiros de leitura e de vida. Suponhamos, enfim, que o triunfo da mentalidade antes retratada seja a derrota da literatura, convertida em simulacro, a leitura deslizando para o antiliterário, como entorpecente do espírito, e a crítica falida, com o seu público reduzido, sem condições de recepção fora do meio universitário. O que, então, fazer com a literatura, não com o simulacro, a relíssima, imediatista e utilitarista Helena, que teria ficado no Egito, mas com a sedutora, a mitopoética Helena, aquela que conflagrou Troia, que não vive sem crítica e morre sem leitura?

Belém, 13 de julho de 1998.

8 Ledo engano pensar que a “terceira cultura” não avançou na França, onde, segundo dados de 1978 (Gerard Noiret, “Crise(s) de la poésie, poésie(s) de la crise”, in: *Esprit*, janeiro de 78), 50% dos instruídos cidadãos não costuma ler, percentual tendendo a 100% no caso da poesia.

Os romances da semana e as formas da ficção oitocentista brasileira

Flora Sussekind

Ensaísta e professora associada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa

Chama a atenção, na primeira edição em livro, em 1861, de *Os romances da semana*, de Joaquim Manuel de Macedo, a diferença entre a composição tipográfica, imitando a escrita à mão, da introdução dirigida “Aos Leitores”, e a impressão regular, não mais “cursiva”, das seis novelas nele incluídas. E se essa diferença de tipos parece, a rigor, se dever exclusivamente ao editor Domingos José Gomes Brandão, não deixa de estar graficamente em sintonia com o contraste estabelecido pelo autor, no prefácio, entre o caráter apressado, jornalístico, ligeiro, “a falta de merecimento, a pobreza de ação, e os descuidos e desmazelo de estilo”, que atribui a esses escritos originalmente divulgados na “Semana” (de abril de 1855 a setembro de 1859) e na “Crônica da Semana” (durante o ano de 1861) do *Jornal do Commercio*, e sua posterior “elevação”, e mudança de veículo e categoria genérica, supostos nessa passagem do rodapé de jornal ao livro, da crônica ao romance. Funcionando, nesse sentido, o simulacro tipográfico de manuscrito no texto introdutório como uma espécie de afirmação autoral diante de textos originalmente divulgados sem assinatura e de reivindicação de valorização literária – mesmo afirmando-se o contrário –, proporcional ao reenquadramento genérico, à retirada, nesses escritos, de uma trama novelesco-exemplar do interior da miscelânea (de assuntos, referências, vozes e tons) que os caracteriza na página do jornal.

Do ponto de vista da compreensão da literatura oitocentista e das formas características da ficção romântica, talvez seja mais significativo, no entanto, o movimento inverso, o registro exatamente dessa miscelânea genérica que en-

forma a escrita romanesca no Brasil. E, nesse sentido, *Os Romances da Semana* se mostram particularmente aptos ao exame, de um lado, tanto do processo de fixação e popularização do romance, quanto da sua diversidade formal no Brasil oitocentista; quanto, de outro lado, das relações entre jornalismo e ficção, sobretudo nesse período formativo, pois, no caso dessas novelas de Macedo, não se trata simplesmente de textos aparecidos ou serializados em periódicos, mas de enredos tecidos em meio ao registro semanal de acontecimentos dramáticos, epidemias, ascensões aerostáticas, eleições, sessões parlamentares, temporadas teatrais, como um dos muitos elementos que compõem os folhetins semanais de variedades.

Parecendo apontar, ainda, esses “romances da semana” para um tipo de estudo comparativo – voltado para o diálogo não propriamente entre “literaturas”, mas entre gêneros e modelos textuais, especialmente necessário quando se trata, como é o caso, dos processos de configuração genérica em literaturas como a brasileira, e as latino-americanas em geral, marcados pelo descarte das noções de unidade e pureza das espécies literárias, por formas peculiares de hibridização cultural e de diálogo entre modelos, registros culturais e temporalidades distintos. Ou, como assinala Octavio Paz, tratando em especial do barroco, pela “superposição de diferentes tempos históricos e tipos de civilização”¹, por um processo histórico descontínuo, no qual “as épocas e os estilos não passam”², mas tensionam-se mutuamente. O que parece ainda se acentuar no caso do romance, no qual a apropriação, a miscelânea e a transfiguração de estruturas genéricas variadas é parte de sua dinâmica, de seu princípio transformacional próprio. Pois, como observa Antonio Candido, ao tratar do aparecimento da ficção romanesca na literatura brasileira:

A largura do seu âmbito, principalmente no que se refere ao tratamento formal da matéria novelística, leva “o romance” a romper com as normas que delimitavam os gêneros. Entrando, à busca de temas e sugestões, pela história, a economia, a política, a moral, a poesia, o teatro, acaba, também, por lhes roubar vários meios técnicos – que ao juntar-se fazem dele um gênero eminentemente aberto, pouco redutível às receitas que regiam os gêneros clássicos³.

Nos *Romances da Semana* assiste-se, sobretudo, a três dos diálogos funda-

1 Octavio Paz, *Sóror Juana Inés de la Cruz. As Armadilhas da Fé*. São Paulo, Editora Mandarim, 1998, p. 211.

2 *Idem, Ibidem*, p. 212.

3 Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol. 2, p. 109-110.

mentais na constituição do novelesco no Brasil: entre relato e teatro, de que são exemplares, de um lado, a posterior transformação de *O romance de uma velha* numa comédia de costumes, que estrearia nove anos depois da versão romanesca, a 13 de junho de 1870, no Teatro Fênix Dramática, no Rio de Janeiro, e, de outro, o rastro melodramático marcante, mas em registros diversos, em *O veneno das flores* e *Uma paixão romântica*; entre relato e alegoria moral, que caracteriza *Inocência*, e, de algum modo, vai estar presente nas demais novelas, assim como na dicção demonstrativo-exemplar própria à ficção macediana; e entre relato e crônica de variedades, particularmente perceptível em *O fim do mundo* e *A bolsa de seda*.

Teatro e romance

A aproximação entre teatro e romance, comédia e novela de costumes no contexto da cultura oitocentista brasileira não é, evidentemente, exclusividade de Macedo. Exemplares, nesse sentido, são as inúmeras teatralizações de romances, à época, como as três adaptações (em 1848, 1859 e 1877), em vida do autor, de *A Moreninha*, a última delas, com Lucinda e Furtado Coelho nos papéis principais, atribuída por J. Galante de Sousa, ao próprio Macedo, ou a de *O moço loiro*, em 1857, por Manuel Eustáquio Barbosa de Oliveira; como as versões operística, em 1870, por Carlos Gomes, e dramática, em 1874, por Visconti Coaraci e José Luís Pereira da Silva, de *O Guarani*, de Alencar; ou a transformação do romance naturalista *O homem* (1887), de Aluísio Azevedo, depois de esgotadas três edições em poucos meses, numa revista de ano, desta vez com final feliz e o casamento de Magdá e Fernandinho (não mais irmãos) convertido em “Apoteose ao Amor” pelos revistógrafos Artur Azevedo e Moreira Sampaio.

Exemplar, igualmente, só que em sentido inverso – do teatro ao romance – é o desdobramento do tema da prostituta regenerada, por José de Alencar, primeiro, em 1858, no drama *As asas de um anjo*, em seguida, no romance *Lucíola*, em 1862. Desdobramento explicado por Valéria de Marco, em *O império da cortesã*, como “uma resposta ativa e sisuda” de Alencar “à gritaria dos censores e do público que, em 1858, tirara de cena *As asas de um anjo*”⁴. A passagem da “palavra viva, rápida e impressionável” da cena teatral, do “espaço público” do palco, para a “pena calma e refletida” do romancista, para uma situação privada de comunicação, e a demarcação de uma distância narrativa –

4 Valéria De Marco, *O Império da Cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo, Martins Fontes, 1986, p. 152.

apesar do uso da primeira pessoa – entre a confissão manuscrita de Paulo e o tempo dos acontecimentos relatados, assim como entre o narrador e a senhora de cabelos brancos a quem se dirige, funcionando no sentido da busca de “expressão artística adequada”⁵ para a figuração ficcional de tal motivo e de uma perspectiva ética “benevolente” com relação à cortesã, cuja exposição fora barrada pela censura, anos antes, no terreno teatral.

É significativo, também, no que se refere a esse estreitamento de relações genéricas, o uso de um repertório comum de tipos e personagens, da cortesã ao criado arlequinal, do velho que deseja parecer jovem à moça ingênua, do idealista ao interesseiro, do vilão à viúva rica, do estroina à namoradeira, por vezes transferindo-se mesmo alguns personagens de um meio de expressão a outro. Como assinala Tânia Serra, no seu estudo sobre Macedo, com relação à burleta *Antonica da Silva*, de 1880, e ao uso pelo personagem Benjamin, na peça, de um disfarce feminino: “Antonica da Silva é o mesmo personagem que aparece nas *Mulheres de mantilha*, ali chamada Isidora, aliás Isidoro, que fugiu da perseguição do vice-rei disfarçado de mulher de mantilha”⁶. Como se pode perceber, também, no duplo aproveitamento, por Araújo Porto-Alegre, dos personagens Laverno e Belchior dos Passos, primeiro como protagonistas dos diálogos satírico-caricaturais do periódico *A lanterna mágica* (1844) e, algum tempo depois, na comédia *Os lavernos*, de 1863. Personagens inspirados, por sua vez, em Robert Macaire e no seu amigo Bertrand (de Daumier e Philippon), cujas fontes são o melodrama *L'Auberge des Adrets* (1823), de Benjamin Antier, Saint-Amand e Polyanthe, e sua transformação, pelo ator Frederick Lemaître e por Antier, na peça *Robert Macaire*, em 1834.

O rastro teatral no universo ficcional oitocentista teria, no entanto, ainda outros desdobramentos. A começar da função do teatro de lugar privilegiado de inserção na vida social (como no primeiro capítulo de *O moço loiro*, passado, em grande parte, durante uma guerra entre os partidários das prima-donas Del Mastro e Candiani no Teatro São Pedro), de negociação (como entre Fábio e Bráulio no salão da frente do Teatro Provisório no segundo ato de *Remissão dos Pecados*, de Macedo) e de encontros amorosos (como em *Cinco Minutos*, de Alencar, em que, depois de procurar por toda a cidade, durante dias, moça misteriosa entrevista num ônibus, o narrador só a encontra, por fim, num camarote teatral durante uma apresentação de *La Traviata*).

5 *Idem, ibidem.*

6 Tânia Serra, *Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos*. A Luneta Mágica do II Reinado. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1994, p. 214-5.

Essa presença teatral se definiria, por vezes, em termos de referência novelesca mais ou menos explícita a temas e textos teatrais e operísticos, como, no próprio *Cinco Minutos*, a um trecho do *Trovador*, de Verdi, que pontua os encontros e desencontros dos apaixonados. Por vezes, no entanto, se metaforiza, como na imagem, importante em *Dom Casmurro*, do destino como um misto de dramaturgo – que “como todos os dramaturgos, não anuncia as peripécias nem o desfecho” – e de contrarregra – “que designa a entrada dos personagens em cena, dá-lhes as cartas e outros objetos”. Sendo significativo, é claro, no que se refere ao romance, que essa digressão – em dois capítulos –, sobre o destino como artífice teatral, suceda à “visita de Escobar” e à sua primeira visão por Capitu, e que se faça acompanhar, ainda, de uma referência direta ao *Otelo*, de Shakespeare, que funciona, ao longo da narrativa, como uma espécie de contraponto dramático à retórica jurídico-processual de Bentinho.

Há, no entanto, um outro tipo de diálogo entre teatro e romance na cultura oitocentista que se dá no próprio método de composição, que enforma alguns dos procedimentos característicos à ficção do período. Não deixa de ser curioso, nessa linha, o registro da quantidade de “cenas cantadas” que irrompem, com frequência, em meio às tramas romanescas. De que são exemplares por vezes capítulos inteiros como “A balada no rochedo”, de *A Moreninha*, ou “O Samba”, de *Til*, cumprindo função semelhante às “partes cantadas” da dramaturgia do período.

Igualmente característica é a importância do diálogo, das cenas de conversação no interior das narrativas, muitas vezes com linhas e linhas sem qualquer intervenção do narrador, como acontece tantas vezes em *A Moreninha*, por exemplo. Há, por outro lado, também, um uso elucidativo frequente, à maneira do que se dava no teatro, do monólogo, de que são exemplares, ainda em *A Moreninha*, a carta de Fabrício a Augusto no segundo capítulo e a longa narração, por Augusto, da história dos seus amores infantis a D. Ana em “Os dois breves, branco e verde”. Elementos a que se poderiam acrescentar as sugestões de mudança de tom, as indicações de gestos, de transformações faciais e de todo tipo de signo exterior como sinais morais ou indícios, à maneira de rubricas teatrais dirigidas ao leitor, que funcionam como meio de visualização e caracterização comportamental dos personagens novelescos. E, recorrendo-se, de novo, a *A Moreninha*, criam, por vezes, códigos gestuais próprios, como a “palidez dos semblantes” dos apaixonados, a “mão no coração” indicando sinceridade ou profundidade de um sentimento, os “olhos baixos” significando modéstia ou pudor, os passeios repetidos num mesmo

cômodo como forma de marcar ansiedade ou preocupação, os olhos desviados como recurso para disfarçar algo ou para não descobrir um segredo alheio.

Tão estreitas se afiguram, portanto, tais relações intergenéricas que exposições paródicas das “manias” lírica e teatral, como nas peças *O Dileitante*, de Martins Pena, e *O Novo Otelo*, de Macedo, e em personagens caricaturais como, na primeira, José Antônio, o dileitante obcecado pela *Norma*, de Bellini, ou o negociante Calisto, da segunda, ator amador que passa a se comportar, no cotidiano, como se fosse, de fato, Otelo, parecem evidenciar, pelo avesso, uma consciência autoral da influência do teatro sobre os modelos textuais oitocentistas. Assim como apontar para certos processos intergenéricos concomitantes à formação e diferenciação de certos gêneros no interior da cultura letrada brasileira do período.

Incluindo-se, nesse processo, dado já sublinhado por Antonio Candido na sua *Iniciação à literatura brasileira*, a constituição simultânea, e marcada por prosaização semelhante, da comédia e do romance, no país, na primeira metade do século XIX:

No decênio de 1840 apareceu o romance, gênero que teve grande êxito e mostrou excepcional vitalidade. Ao mesmo tempo floresceu o maior comediógrafo brasileiro, Martins Pena. Ambos os fatos enriquecem o panorama literário, quebrando pela sua tendência realista o sentimentalismo e a idealização romântica, que, no entanto, se manifestariam também no teatro e na narrativa, apesar de terem na poesia a sua sede principal⁷.

E funcionando, nesse sentido, os dois “romances de uma velha” macedianos, a novela e a peça, como espécies de exemplos privilegiados para o exame do diálogo entre essas duas formas de expressão na ficção brasileira ao longo da segunda metade do século XIX.

Duas Violantes

No caso da transposição de *O romance de uma velha* para o teatro, fora a trama doméstica comum às comédias e novelas de costumes, há uma dupla dimensão dialógica no relato – o seu tom de conversa com o leitor e a disputa financeiro-amorosa entre tia e sobrinha – que já parece sugerir possível visualização teatral. Talvez, no entanto, o que distingue as duas versões seja

7 Antonio Candido, *Iniciação à Literatura Brasileira*. São Paulo, Humanitas/Publicações FFLCH – USP, 1998, p. 39.

também o que torna mais nítidas as relações intergenéricas. E, a princípio, o dado mais aparente, nessa diferenciação, parece ser a intensificação caricatural dos personagens na sua passagem para a cena.

Não que a oposição entre a feiura, o “ridículo da figura” da tia rica de 61 anos, com seus trajes fora de moda, óculos e touca antiga, de um lado, e a beleza e elegância, conjugadas à pobreza e falta de dote, da sobrinha, de outro, já não guiasse, na novela, a aposta das duas em torno dos pretendentes potenciais. Na peça, porém, tanto os defeitos de uma quanto os atributos de outra, que, no romance, se fazem acompanhar, nos dois casos, de sinceridade e boas intenções inquestionáveis, se converteriam em sinais exteriores de traços questionáveis de caráter: o quase desfrute de uma, a vaidade e desocupação da outra. Na verdade, a feiura de Violante – “múmia”, “feio bicho”, “feia como uma fúria” – e a faceirice e a credulidade de Clemência já eram suficientemente enfatizadas na novela. Mas não se associavam a sequelas morais, no entanto quase esperáveis tamanha a ênfase caricatural. Parecendo caber, nesse caso, ao teatro a efetivação da prosopografia cômica esboçada no romance.

Daí, só no romance, Violante poder funcionar como uma espécie de desdobraimento passadista da “voz autoral”, censora moral para a qual “a civilização e o progresso” transformariam o amor em “operação aritmética” e a sociedade “em um imenso mercado, em que tudo se compra e principalmente maridos”. Avaliações que repetiria na peça, ao lado de idêntica estratégia de desmascaramento dos namorados interesseiros de Clemência. Com a diferença, porém, de, no segundo texto, a tia acabar procurando arranjar mesmo um noivo jovem e sua argumentação em torno da ligação entre casamento e crédito se converter no bordão humorístico “no meu tempo não era assim”, repetido a qualquer pretexto.

Não há, na peça, muitas falas suas que se assemelhem ao trocadilho irônico de Violante, no romance, diante do “soneto aos óculos”, da “ode à touca”, do “discurso sobre os seus encantos”, dirigidos, por interesse, a ela. “Em lugar de encantos”, diz ela, “o autor do discurso devia ter escrito em contos”. Ironia à retórica sublime dos textos encomiásticos que aproximaria *O romance de uma velha* de trecho do folhetim de 1 de abril de 1855 de “A Semana”, de Macedo, em meio ao qual se conta a história de um sujeito que, para cortejar uma viúva rica, no seu aniversário, compra, de um poeta fraco, um soneto com “céu cor de anil” e “sol rutilante” e acaba recitando-o em dia de chuva e céu escuríssimo, levando “os convidados e a própria viúva” a “desatarem a rir”. Efeito de prosaização tão inevitável quanto o mobilizado pela ironia de Violante, num movimento que aproxima a personagem romanesca do cro-

nista da “Semana”. O que seria corroborado, ainda, pela quantidade de analogias, presentes nas falas da tia, na novel, entre situações amorosas e retórica parlamentar, igualmente frequentes nas crônicas semanais de variedades e demais escritos macedianos.

Já na versão teatral, além da ampliação do número de personagens, da criação de duas duplas de sinceros apaixonados, ao final bem-sucedidos, transforma-se Violante de voz nostalgicamente moralizante, como no relato, a refiguração, por Macedo, de um dos caracteres teofrásticos – o rejuvenescimento –, de um dos seus tipos cômicos mais característicos: o da “mocidade postiça”, o do velho vaidoso, que procura esquecer a própria idade e comportar-se como jovem. Tipo tão característico que Violante encontraria, na comédia, um desdobramento masculino na figura de Casimiro, também idoso, mas vestido com todo o apuro da moda, com luvas e bengalinha, cabelos brancos disfarçados, sempre assediando Irene, sua futura nora, bem mais jovem e inteiramente desinteressada de suas investidas.

E se a caricatura, antes apenas física da tia, se reveste de contornos morais, não é de estranhar que Violante perca a função de quase coadjuvante do narrador romanesco e Macedo lance mão, na peça, de um novo personagem – o desprezioso, e por vezes arlequinal, Brás – que, semelhante a outras “vozes da razão” macedianas, enreda e desenreda as situações, soluciona a intriga amorosa e dá lições de moral à tia, a Casimiro, aos pretendentes oportunistas, e à plateia. Não, é claro, que sua figura não seja, a seu modo, tão convencional quanto as de Mário (estroina), Casimiro (esbanjador, desfrutável), Clemência (vaidosa), Irene e Lauriano (exemplarmente virtuosos). Apresentando-se Brás, na verdade, como uma das manifestações do homem franco, “rústico”, da comédia, aquela pessoa “de bom senso”, direta, que contrasta com os excessos, imperfeições e aspectos negativos dos demais tipos cômicos.

Essa necessidade de um personagem representando o senso comum, a consciência moral da peça, e meio que narrativizando a sua urdidura – fazendo e desfazendo, como um dramaturgo, as tramas –, deixa patente o papel paradidático atribuído por Macedo à sua ficção (de modo mais enfático a teatral), assim como a ampliação da distância cognitiva (que nas conversas do cronista com o leitor parece, ao contrário, reduzir-se) entre autor e público, que precisaria, a seu ver, de “lições”, de avaliações explícitas, a todo momento, sobre as situações e os personagens. E sobretudo de um reforço descritivo, visual, desses caracteres, convertidos invariavelmente em formas mais ou menos acentuadas de caricatura.

E, curiosamente, se a passagem do texto impresso para o palco, por um lado, parece concretizar a presença física da audiência, a intensificação do didatismo, por meio da figura de Brás, aumenta, por outro lado, distâncias, abstratizando personagens e situações, convertidos em tipos exemplares e subordinados a uma função demonstrativo-moral. Num movimento inversamente proporcional sobretudo ao da crônica. Mas, também, nesse caso, ao do romance, no qual a invisibilidade e a individuação do leitor parecem ser compensados por um esforço de aproximação, por uma interlocução frequente (“Vamos fazer uma visita a essa interessante senhora...contemplemo-la de perto...ouçamos a sua voz”), por uma série de interrogações (“Quais os seus meios de ação?”, “Como então vai Clemência conseguindo operar tão notável transformação no espírito dos três calculistas?”), por uma retórica inclusiva, que agrupa narrador e leitor, a todo momento, em *O romance de uma velha*, num mesmo “nós”. Aproximação que, entretanto, não esconderia – daí tantos “vamos” – um movimento de autotipificação por parte do narrador, que parece se atribuir, desse modo, o caráter fundamentalmente de “guia”. E não apenas do ponto de vista de sua “insistência didática”, mas também no que se refere ao controle do andamento (“Basta de explicações: continuemos a história”) e à prescrição do ritmo de leitura do seu relato (“Mas esperem um pouco: lembra-nos agora que ainda não dissemos uma só palavra a respeito dos tais pretendentes de D. Clemência”).

“A minha visão está tomando jeito de caricatura”, diz o cronista na “Semana” de 17 de fevereiro de 1856, parecendo sublinhar, na verdade, no contexto de uma viagem fantástica sob o efeito de uma “pílula de haxixe”, o seu processo característico de tipificação. Pois não parece bastar o procedimento, também invariável, de colar uma avaliação a qualquer apresentação ficcional. Avaliação por vezes já contida, inclusive, nos próprios nomes escolhidos para os personagens (Clemência, Inocêncio, Simplício, Paciência), convertendo-os, mesmo antes de qualquer ação particular, em verdadeiras personificações de virtudes ou defeitos. Legenda moral que necessitaria, ainda, de reforço figurativo. O aspecto físico devendo indicar, sem ambiguidades, os atributos morais de cada figura. Daí seus personagens funcionarem como quase glosas às fisiologias e estampas satíricas oitocentistas. E parecerem apontar para duas fontes “científicas” indicadas diretamente por Macedo. Como, por exemplo, em crônica de 1 de junho de 1856, falando de Gall e da frenologia, e de Lavater e dos estudos fisionômicos, ou em 30 de março do mesmo ano, ao tratar de outro frenologista, sintetizando o trabalho de Gall como a capacidade

de “apalpando uma cabeça”, ler “um coração como um livro aberto”.

Se a observação sobre Gall, em parte, associa tipificação e materialização (“apalpar”), em parte também sublinharia, ao contrário, o efeito abstratizante (“ler o coração”) de tal operação. Operação que, realizada, com intensidades por vezes diversas na prosa de ficção e no teatro macedianos, chamaria a atenção não só para o sincretismo que liga essas duas formas de expressão na cultura oitocentista brasileira, mas, ainda, para os dois movimentos a rigor contraditórios que, no entanto, as enformariam, no caso de Macedo. De um lado, a prosaização, a contemporaneização da trama, de outro, a sua subordinação a um conjunto de princípios abstratos, e de generalidades e tipos morais. De um lado, a exposição minuciosa de particularidades do cotidiano (bailes, passeios, formas de recreação, namoro e vida social, expressões, ditos corriqueiros e características da prosódia fluminense), de outro, uma estratégia didático-exemplar capaz de, como disse Macedo sobre o teatro, convertê-las numa “escola de moral e de costumes”⁸.

Rastro melodramático

O diálogo entre romance e teatro se daria de modo bastante diverso em *Uma paixão romântica*, publicado originalmente de 21 de janeiro a 3 de março, e *O veneno das flores*, divulgado de 22 de abril a 23 de junho de 1861, ambos na “Crônica da Semana” do *Jornal do Commercio*. Nos dois casos, mesmo numa novela doméstica ligeira como *Uma paixão romântica*, o interlocutor fundamental, desta vez, seria o melodrama. O que não é de estranhar, tendo em vista a popularidade do gênero nas três primeiras décadas do século XIX. E, no caso brasileiro, durante o período de formação das primeiras companhias dramáticas locais e de afirmação do universo dramaturgico oitocentista.

Analisando, em especial, o repertório de João Caetano, Décio de Almeida Prado assinalaria, entre poucos clássicos (em geral adaptados) e alguns românticos (sobretudo Dumas), o predomínio dos melodramas: “É em Bouchardy, em D’Ennery, em Arago, em Anicet-Bourgeois, que o ator fluminense encontra, via de regra, os seus êxitos mais retumbantes – *Os Seis Degraus de Um Crime, A Gargalhada, A Dama de Saint Tropez*”⁹. E, do ponto de vista da dramaturgia brasileira, chamaria a atenção, tendo em vista sobretudo a vertente

8 *Apud* João Roberto Faria, *O Teatro Realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo, Edusp/ Editora Perspectiva, 1993, p. 161.

9 Décio de Almeida Prado, “A Evolução da Literatura Dramática”. In: *A Literatura no Brasil*. Dir. Afrânio Coutinho. Vol.II. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1955, p. 256.

dramática de Martins Pena e a produção de Luís Antônio Burgain, para o seu movimento pendular “entre drama e melodrama”, para o fato de “o universo dramatúrgico no qual estavam mergulhados” ser “uma mistura de melodrama e drama histórico romântico”¹⁰, marcada pela hipertrofia da figura do vilão, “que passa a ser o eixo do enredo”¹¹, pelas identidades misteriosas e encapuçados, pelas “voltas e reviravoltas” da trama, pelos “sucessivos golpes de efeito”¹², solilóquios e gesticulação exasperada.

Não que se possa compreender esses dois “romances da semana” apenas em função do referente melodramático. É, na verdade, bastante intrincada a relação de ambos com o noticiário jornalístico da época. Mais do que sugerem à primeira vista os seus exercícios em torno de algumas técnicas, motivos e efeitos melodramáticos.

No caso de *Uma paixão romântica*, por exemplo, lendo-se o próprio *Jornal do Commercio* do começo do ano de 1861, fica difícil não associar o desenlace da novela, em meio a uma terça-feira de Carnaval, e aos bailes de máscaras, ao próprio Carnaval carioca de então, comemorado pouco antes. Bastando lembrar, nesse sentido, dos inúmeros anúncios, dirigidos aos “Amantes do Carnaval”, tratando, como um de 6 de fevereiro, de “dominós para senhoras e senhores, de diferentes cores, de nobreza, cetim etc., chegados no último pacote francês, todos de gosto moderno e dos mais ricos que há”, ou como outro, do dia seguinte, de “Niobet, cabeleireiro”, avisando “aos amantes dos bailes mascarados que recebeu um lindo e escolhido sortimento de vestimentas de fantasia, encomendado por ele em Paris”. Ou outro ainda, também de 7 de fevereiro de 1861, sobre o aluguel de salas “em uma casa perto do teatro, para os dias de Carnaval, muito próprias para se vestirem máscaras, ou algum senhor que alugue vestimentas para o carnaval”.

O próprio Macedo se encarregaria, na “Crônica da Semana” de 17 de fevereiro de 1861, de comentar os passeios de gente fantasiada no domingo e na terça-feira, e os bailes de máscaras dos teatros São Pedro de Alcântara e Provisório, que, a seu ver, substituiriam, com proveito, “as seringadas, os banhos e as perigosas loucuras do antigo entrudo”. E, mesmo lamentando o fato de que “em geral da parte das máscaras não houve notável empenho de brilhar pelo espírito”, consistindo “o cuidado da quase totalidade delas em agradar pela extravagância que fala aos olhos, aparecendo vestidos tão grotescamente

10 *Idem*, *O Drama Romântico Brasileiro*, São Paulo, Perspectiva, 1996, p. 189-190.

11 *Idem*, *Ibidem*, p. 88.

12 *Idem*, *Ibidem*, p. 57.

quanto lhes pôde lembrar a imaginação em horas de travessura”, Macedo empreenderia um elogio potencial aos bailes de máscaras, que parece prefigurar o seu aproveitamento na seção final de *Uma paixão romântica*, com Luciano vestido de Pierrot e seu pai e Dionísia com trajes de dominó, encontrando-se na escadaria do Teatro São Pedro. Ou, como sugeria o cronista: “Nos bailes de máscaras o verdadeiro interesse e o encanto especial da festa deve principalmente provir da intriga inocente, espirituosa e bem manejada, que excita a curiosidade de todos, confunde os intrigados sem os ofender nem fazê-los corar, e enche de alegria e de animação uma noite, que em tal caso passa voando e deixando só saudades.” Intriga semelhante à urdida, na novela, por Dionísia, com a cumplicidade de seus pais e dos de Luciano, para manter o mistério de sua identidade e revelá-lo, como um jogo de máscaras, apenas no fim da festa e no do folhetim, menos de um mês depois dos festejos carnavalescos, no dia 3 de março.

Quanto a *O veneno das flores*, a referência ao noticiário é ainda mais específica, envolvendo, por parte de Macedo, a novelização de episódio de fato ocorrido em Pinheirinhos, no Rio Grande do Sul, onde uma jovem que, tendo engravidado, e tal fato não podendo “ser reparado por aquele que abusando da confiança doméstica, a induziu ao erro”, segundo o jornal *Mercantil*, de Porto Alegre, ao se ver descoberta e reprimida pelo pai, apossa-se da pistola de um tropeiro e dispara “a arma sobre o coração”. Esta notícia sobre o “Suicídio de uma Jovem”, transcrita na “Gazetilha” do *Jornal do Commercio* em 15 de março de 1861, seria comentada por Macedo, na sua crônica semanal, dois dias depois, quando a toma como exemplar de “um enorme abuso da sociedade”, que, em geral, “repele a mulher seduzida”, “a leprosa a quem se fecham todas as portas, e de quem fogem voltando-se todos os rostos”, e, ao contrário, “o algoz triunfa e ri”, “o sedutor é admitido nos bailes, nas assembleias, no seio das famílias”, não é reputado “infame pelo crime que cometeu”.

Essa argumentação seria repetida literalmente, em seguida, na sua novela, ao tratar da história de Juliana e do sedutor Jorge de Almeida. E seria reforçada, ainda, em crônica de 7 de abril de 1861, pouco antes de se iniciar a sua divulgação seriada, pela tematização do aumento do número dos suicídios no Rio de Janeiro e no Brasil. Parte deles de escravos, explicados, pelo cronista, em função da “vida tormentosa da escravidão”, das “saudades da pátria” e da crença que, “morrendo na terra estrangeira”, reviveriam “no país natal”. E, entre a população livre, ligados ao abuso do crédito, às dívidas, sobretudo de jogo, ao desespero de moças seduzidas e abandonadas, resultado, a seu ver, de

uma formação a que teria faltado a “educação religiosa”. Parecendo, neste último caso, adiantar a descrição da personagem Juliana, de *O veneno das flores*, como uma jovem “incrédula, sem fé em Deus, tudo esperando do mundo, nada esperando do céu”.

E se os dois enredos novelescos em pauta parecem, a rigor, diametralmente opostos – *O veneno das flores* tratando de um episódio de sedução e abandono seguido de suicídio e *Uma Paixão Romântica* de um arдил amoroso feminino na conquista de um noivo recalcitrante – aproxima-os não apenas a ligação com o factual, com elementos da crônica cotidiana, ou a preocupação com a apresentação de modelos exemplares de conduta, mas a orientação melodramática comum. Com a diferença de *O veneno das flores*, de fato, se dimensionar como relato melodramático, enquanto em *Uma paixão romântica* há um uso sobretudo estratégico de recursos do melodrama.

Em *Uma paixão romântica*, Macedo parece, na verdade, satirizar a própria retórica melodramática, e sua popularidade no Brasil oitocentista, sem, no entanto, deixar de empregá-la na novela. Mas ela parece estar lá por conta dos seus personagens, como recurso empregado por Dionísia para atrair a atenção do orgulhoso Luciano, que se recusava a cumprir os desígnios paternos e a casar com a filha do seu melhor amigo e vizinho. Pois, ainda na primeira seção da narrativa, se revelava um gosto inequívoco, por parte de Luciano, pelas leituras e pelos espetáculos do gênero, nos quais chega, inclusive, a pensar como modelos para se livrar do casamento planejado à sua revelia: “Luciano concebeu mil projetos de oposição e de resistência: lembrou-se de diversos tipos que estudara nos romances e nos teatros; pensou em mostrar-se extravagante como o pior dos libertinos, frio como o mais profundo dos egoístas, grosseiro como um barão que tivesse começado por varredor de armazém”. E se o personagem desiste da incorporação de tipos próprios ao melodrama, de fazer-se de extravagante ou libertino, optando por um simples “não quero”, seus pais e a noiva indesejada voltam-se exatamente para identidades misteriosas, aparições e desaparecimentos espetaculares, verdades ocultas, mascaramentos e suspenses como meios seguros de atrair sua atenção – já que se tratava de um jovem de “imaginação exaltada” – e provocar uma reviravolta amorosa, levando-o de um estado extremo a outro, da rejeição absoluta à paixão desesperada.

Se o que Macedo parece fazer aí, ao demonstrar a relativa facilidade com que se efetiva a conquista de Luciano via exacerbação melodramática, é uma espécie de *mimesis* satírica dessa forma dramatúrgica de efeito tão imediato, não deixa de ser curioso, por outro lado, como esses recursos

dramáticos literalmente tomam conta da narrativa. E não apenas ao se enfocarem as ações de Dionísia em prol da conquista do rapaz, mas em todo o discurso narratorial. Em especial no seu desdobramento frequente da narração numa série de interrogações: “Quem precedera o estudante naquela obra de caridade?”, “Como esta criatura angélica (...) viera esconder-se, sepultar-se naquele obscuro cantinho, na casa de tão pobres lavradores?”, “Como explicar o mistério?” e assim por diante. “O narrador aplica pressão ao gesto”, explica Peter Brooks ao analisar a frequência interrogativa na retórica melodramática, “pressão por meio da interrogação, da evocação de possibilidades mais e mais fantásticas”¹³. Possibilidades que apontariam para os sentidos implícitos, ocultos nos gestos e ações. Inclusive para outro aspecto melodramático presente na novela macediana: a procura do “oculto moral”. No caso, o amor “oculto” de Luciano por Dionísia. Ou, como se lê, a certa altura, na novela: “Não amava Dionísia; mas... Este *mas* era o segredo, a história e a contradição de seu orgulho”.

Outro elemento melodramático explícito é o aproveitamento, em *Uma paixão romântica*, de um dos seus *topoi* mais característicos: o do “jardim fechado” como “espaço da inocência” e figuração do “mundo reduzido às dimensões da família”¹⁴ própria ao gênero. É desse modo que se pode visualizar o sítio do compadre Pereira, esconderijo da “bela incógnita” na novela. E se, numa reprodução evidente das cenas melodramáticas em que os vilões se insinuam nesses espaços defesos, Luciano o invade, e a virtude de Dionísia pode parecer em perigo, a novela se encarrega, de imediato, de desmentir a expectativa e registrar que ela tem a seus pés “um escravo e não um sedutor”. O contrário do que se dá em *O veneno das flores*, no qual em nenhum momento se parece tomar distância da “imaginação melodramática”. E em que, ao motivo da inocência defesa, do jardim recluso, se seguem a entrada do vilão – “No silêncio da noite distinguiu-se o ruído de uma chave com que uma cautelosa mão abria o portão de ferro do jardim” – e a cena da sedução de Juliana por Jorge de Almeida. E, ao final da novela, numa espécie de retorno mórbido à inocência perdida, opta-se por um suicídio via “veneno das flores”, pela transformação do quarto de Juliana numa quase estufa, numa outra manifestação do “jardim fechado” característico aos melodramas.

13 Peter Brooks, *The Melodramatic Imagination*. Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess. New Haven/London, Yale University Press, 1995, p.1.

14 Lothar Fietz, “On the Origins of the English Melodrama in the Tradition of Bourgeois Tragedy and Sentimental Drama”, in: Michael Hays e Anastasia Nikolopoulou (ed). *The Cultural Emergence of a Genre*. New York, St. Martin’s Press, 1996, p. 94.

Pois em *O veneno das flores* a melodramatização narrativa parece ser a regra. Anunciada, aliás, desde o exórdio sobre o suicídio com que se prepara o leitor para o relato da desventura de Juliana: “Tenho-vos feito ler não sei quantos romances alegres e brincalhões; em compensação, permiti que eu agora vos ofereça um outro de um gênero absolutamente diverso”. Ao que se seguiria uma sucessão de referências genéricas explícitas. A começar da orfandade paterna de Juliana, sinal de desproteção e relativa insegurança material, e traço característico das “heroínas dos melodramas”, e passando pela abertura da novela com a festa de aniversário da moça, que parece retomar, assim, o “topos da festa interrompida”, por meio do qual a ação de um vilão costuma repercutir sobre toda a comunidade reunida na celebração. E se não há propriamente interrupção no sarau de aniversário de Juliana, do ponto de vista do leitor, a entrada de Jorge de Almeida “neste universo fechado” parece, de fato, contestar “o caráter inviolável” dessa felicidade e colocar “em questão a ordem das coisas”¹⁵. Ou, como assinala Julia Przybós em *L'Entreprise Mélodramatique*: “O momento de sua aparição não poderia ser melhor escolhido já que surge quando a comunidade inteira se prepara para festividades”¹⁶. E, dessa maneira, a virtude ameaçada se converte, ao mesmo tempo, em ordem social, em laços comunitários instabilizados, ampliando-se o alcance da história exemplar.

A isso se acrescentaria um uso particularmente enfático das descrições morais, como a figuração de “olhos belos e penetrantes” e “fonte alta”, indícios de uma “inteligência feliz” para Fábio, o apaixonado pobre e honesto de Juliana, ou de uma “fisionomia insinuante”, um “olhar magnético”, uma “expressão sensual” nos lábios, para Jorge de Almeida, indícios de um caráter “libertino”, “corrompido pelo vício”. Sinais físicos que prefigurariam o contraste moral entre os dois personagens, a oposição entre lealdade e infâmia, virtude e vício, presente em toda a ação narrativa, e bem de acordo com a “polarização em absolutos morais”, com a “hiperdramatização das forças em conflito”¹⁷ que define o melodrama. E que, em *O veneno das flores*, daria lugar a um embate físico (e, depois, a um duelo interrompido) entre Fábio e Jorge, motivado, em última instância, pelos comentários “infames” deste último sobre Juliana, em meio a sua despedida de solteiro.

15 Julia Przybós, *L'Entreprise Mélodramatique*, Paris, Librairie José Corti, 1987, p. 66.

16 *Idem, ibidem*, p. 68.

17 P. Brooks, *op. cit.*, p. VIII.

Dramatização da descrição e dos extremos em oposição, de um lado; dramatização da narração, de outro. Pois também em *O veneno das flores* multiplicam-se as interrogações, as conversas retóricas ora com o leitor, ora com alguns personagens. “O título deste romance é o *Veneno das Flores*: por quê o intitulei assim? [...] lede-o, se desejais sabê-lo”, indaga-se de saída. “Anima-o a luz de alguma esperança?”, pergunta-se, em seguida, sobre Fábio. “Amava Juliana as violetas de preferência a todas as outras flores, ou o encanto daquele ramalhete provinha do mancebo que o oferecera?”, sublinhando-se, depois, com essa indagação, a função de condensação imagética do destino moral da protagonista que o ramalhete cumpriria ao longo do relato, e enfatizando, também, a todo momento, o caráter demonstrativo, a proximidade à parábola do texto que se lê.

Interrogações, polarizações morais, destinos exemplares, a que se acrescentam, tendo em vista o referente melodramático de *O veneno das flores*, as falsas cartas paternas entregues por Jorge a Juliana, a aparição dramática do sedutor numa festa, pouco depois de abandoná-la, a experiência de estados extremos (de vaidade, paixão e desespero) por parte da protagonista, os seus gemidos, desfalecimentos e risos inarticulados, exemplares da linguagem primordial ansiada pela expressão melodramática, o *tableau*, com Juliana imóvel, morta, imagem congelada junto às flores, com que se encerra a novela. Todos esses elementos, particularmente significativos em *O veneno das flores*, parecem apontar, ao lado do misto de glosa e melodramatização operado em *Uma paixão romântica*, para o alcance dessas interações genéricas em Macedo, para o caráter miscelânico da escrita romanesca no Brasil oitocentista.

E se, no caso desses dois “romances da semana” em especial, parecem tensionar-se sobretudo, de um lado, um movimento de melodramatização, e, de outro, sua factualidade, sua referência explícita ao noticiário e a situações de conhecimento público; assim como, em *O romance de uma velha*, se opunham prosaização e abstratização moralizante, essas tensões, estruturais ao processo de composição macediano e à popularização do romance no país, parecem, na verdade, refigurar uma outra, que interconecta e distingue o novelesco (melodramático, instrutivo) e a crônica (factual, prosaica) no interior da escrita macediana. E, de modo particularmente intenso, no interior dos rodapés do *Jornal do Commercio* em que eram publicados os “romances da semana”. Alguns deles, como os dois de cunho mais melodramático, dividindo o espaço com a crônica de variedades, mas separados

dela, introduzidos pelo folhetinista como “coisa à parte”, por vezes até resultado de relato alheio, como diz de *Inocência*, procurando-se respeitar devidamente certas fronteiras genéricas. Outros textos, como *A bolsa de seda*, se apresentando como parte integrante dessa crônica, e inteiramente misturados ao folhetim semanal, sublinhando, exatamente, a miscelânea genérica constitutiva de ambas as formas de expressão.

Caros Leitores

Inocência, publicado entre 10 de março e 7 de abril de 1861 na “Crônica da Semana”, aproxima-se, enquanto parábola sobre a credulidade decepcionada, da história, igualmente de cunho exemplar, de Juliana em *O veneno das flores*. E, enquanto diálogo sobre o ceticismo, travado por Geraldo-Risota, com sua descrença “das cousas do mundo”, e o afilhado Inocência, cheio de esperanças, parece reduplicar o debate de Violeta e Clemência em torno da relação entre amor e interesse. E, pensando na prosa macediana em geral, distingue-se tanto do modelo sentimental, quanto do humorístico, de novela, aproximando-se, de um lado, da alegorização moral que marcaria um livro como *A luneta mágica*, cujo protagonista Simplício lembra, em muitos aspectos, Inocência, de outro, da sátira política direta, um dos elementos fundamentais de *A carteira de meu tio* e das *Memórias do sobrinho de meu tio*. E, é claro, dos folhetins semanais de variedades de Macedo.

Pois se, a rigor, a história do rapaz de valor, recém-chegado de uma viagem de estudos na Europa, desejoso de casar-se com Cristina, de eleger-se deputado na sua região domiciliar, de trabalhar numa comissão que seria nomeada para examinar trabalhos da sua especialidade, em tudo se distingue das falcatruas do “sobrinho do tio”, com seu diploma comprado, seu casamento por interesse com Chiquinha, suas bajulações políticas, aproxima-se, por outro lado, pelo avesso, dele. Pois se é exatamente a correção de Inocência, que não conta com apadrinhamentos e empenhos, que o leva a uma tripla derrota (via eleitores, governo e amada), esta expõe, tanto quanto os ardis do “sobrinho”, a extensão da prática do compadrio no país.

E se a estratégia narrativa é igualmente distinta, a adoção de um narrador distanciado ampliando o didatismo em “Inocência” e a primeira pessoa pouco confiável sublinhando a dimensão satírica nos exercícios memorialísticos do “sobrinho do tio”, nos dois casos parecem evidenciar-se os laços entre narrativa romanesca e crônica jornalística em Macedo. Assim como os dados que apontam concretamente para o processo eleitoral fraudulento, para as formas

de apadrinhamento e clientelismo no Brasil oitocentista.

De certo modo, *Inocência* apenas apresenta, sob o aspecto de uma “história de virtude”, crítica indireta ao “empenho” semelhante à que domina muitos dos folhetins macedianos do *Jornal do Commercio*. Como o de 22 de abril de 1855, todo ele em torno do empenho e do patronato, e que começa por uma espécie de personificação do apadrinhamento, semelhante à personificação da inocência na novela:

O *Patronato*, que é um fidalgo de alta classe, apaixonou-se perdidamente por uma rapariga provocadora e muito desembaraçada que se chama a sra. D. *Pouca Vergonha*; do namoro, que foi curto, passou-se ao casamento, que se tornou muito singular, porque o noivo era quem levava o rosto coberto com um véu, e a noiva nem dos cabelos o trazia pendente. Desta união do Exmo. sr. Patronato com a Exma. sra. D. Pouca Vergonha nasceu um menino muito muito malcriado, muito impertinente e muito intrometido, que se chamou o sr. Empenho.

O cronista passa a listar, então, o vasto campo da ação “de desmoralização” do empenho: repartições, tribunais, academias, teatros, parlamentos, exames, nomeações, eleições:

Faz de um machacaz um diplomata, de uma ratazana um Hipócrates; de um pau de laranjeira uma coluna dourada; de uma reputação suja um homem de gravata lavada; de um coxo um dançarino; de um cômico um pregador, de um macaco um cômico; de uma engasgada uma cantora de *cartello*, do diabo um santo, e de um cousa nenhuma uma grande cousa.

Isso é um pouco o que acontece com os três filhos de Antônio Cubas, o comendador “trimilionário”, em *Inocência*, roubando cada um deles um dos sonhos do protagonista da novela. Anselmo Cubas seria responsável pela sua derrota eleitoral; Carlos Cubas, com seu diploma comprado na Europa, ficaria com a nomeação para a comissão do governo; e o duvidoso Vitorino Cubas acabaria casando com Cristina Fagundes.

E se a novela passa da exposição dos efeitos de empenho a uma discussão sobre o ceticismo, a crônica, mais direta, concluiria com a seguinte afirmação: “O Sr. Empenho é pouco mais ou menos o quinto poder do Império; não está na letra do nosso pacto fundamental, isso é verdade, mas não importa, porque está na letra da constituição dos abusos”. Passando o cronista, em

seguida, a listar os diversos assuntos de que pretendia tratar no seu folhetim semanal, um a um retirados sucessivamente da sua pauta por alguma carta de empenho: “Tudo me roubou o potente e soberano Sr. Empenho, que me entrou pela casa adentro com o mesmo *sans façon* com que sobe as escadas dos magistrados e corre os reposteiros dos ministros”. O que o levaria a concluir, de modo ironicamente mentiroso, pois de fato tratara de tudo, fingindo não tratar: “Estou pois definitivamente sem *Semana*”. E a perguntar aos leitores se algum deles haveria que, por acaso, não tivesse “experimentado a influência perniciosa do filho do Patronato e da Pouca Vergonha”.

Esse diálogo direto com o leitor, no caso em torno do “empenho”, seria, no entanto, marca registrada dessas crônicas semanais. Mas bastante atenuado quando se tratava de convertê-las em “romances”. O que não significava um apagamento completo do seu rastro nessa passagem. Daí o caráter retoricamente dialógico de textos como *O Romance de uma Velha e Inocência*. Ou a conversa fiada entre o narrador e o amigo Constâncio, que vai lhe contando, assim, a história da “bela incógnita” em *A bolsa de seda*. Ou, num processo semelhante ao analisado por Garrett Stewart na ficção oitocentista inglesa, a leitura podia “se tornar um tema – isto é, um tópico, ou *topos* – no próprio texto que ativa, e não apenas leitura em geral, mas a própria leitura em processo”¹⁸. Daí o prefácio “Aos Leitores” e a série de comentários introdutórios às novelas que parece apontar para a fonte jornalística dos *Romances da Semana*, e para a ficcionalização do leitor característica à crônica macediana. E que se manifesta tanto na série de “meus leitores”, “digníssimos leitores”, “meus queridos leitores”, “meus bons leitores”, com que se dirige diretamente a eles nas crônicas, quanto em indicações precisas do que se espera deles aí: “Eia, pois, lede”, “Armem-se de paciência”, “Agora deem-me licença”, “Agora vamos ao nosso romance”.

Daí, também, as várias cenas de leitura figuradas nos romances. Como Dionísia, disfarçada de “bela incógnita, “lendo atentamente um livro, que segurava com suas mãos pequeninas e brancas”, em *Uma paixão romântica*. Ou Jorge de Almeida que “aprendeu pouco ou quase nada nos livros” em *O veneno das flores*. E Violante, de touca e óculos, lendo *O Imperador Carlos Magno e os doze pares de França* em *O romance de uma velha*. Daí, por outro lado, as “cenas de escrita” que parecem condensar nos romances a narrativi-

18 Garret Stewart, *Dear Reader. The Conscripted Audience in Nineteenth-Century British Fiction*. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1996, p. 6.

zação do seu processo de composição. E funcionar, assim, como uma espécie de redução de um dos elementos mais característicos e de maior expansão na crônica: a dramatização da própria narração, das dificuldades em achar assunto ou em dar conta de um excesso de temas, em escrever com o prazo de entrega prestes a acabar ou enfrentando uma série de interferências cotidianas ou dúvidas com relação aos supostos leitores ou à matéria em pauta. O que se converteria, com frequência, em ameaça de “calote aos leitores”, em desvios de rota ou interrupções – chegando a assinalar que seus escritos “principiam sempre com uma cousa e acabam com outra” –, em aviso de que escrevia “com um pé no estribo” ou dormindo ou sob efeito de haxixe imaginário, e até mesmo em desaparecimento da pena, simplesmente esquecida, por vezes, “atrás da orelha”.

Essa narrativização funcionaria de modo a transformar, por vezes, a própria escrita das crônicas numa espécie de segunda trama a rivalizar com as histórias cotidianas relatadas por elas. Desdobramento explicável, em parte, pela própria variedade constitutiva do gênero, associado muitas vezes a um cartucho de amêndoas ou a uma colcha de retalhos. E que teria na figuração do processo de escrita e leitura um fio condutor em meio à quantidade de assuntos e às derivas próprias aos folhetins de variedades, assim como uma possibilidade de estender sua função demonstrativa à prefiguração potencial de sua própria recepção.

O que, no âmbito das novelas, muitas vezes se congelaria num ou noutro “quadro”. Congelamento literal em *O fim do mundo* em 1857, com o Castro morto diante do “boletim do cometa” que preparava, ao morrer, para o “Suplemento” do *Jornal do Commercio*. Ou repetição de idêntica estrutura narrativa, como na sucessão de conversas entre o Narrador e Custódio que é *A bolsa de seda*. Não sem que o processo de narrativização não instabilizasse tais repetições, como na discussão sobre o melhor modo de narrar um fato misterioso que interrompe, a certa altura, o relato de Custódio:

– Quando me achei perto, aproximei-me nas pontas dos pés... Cheguei-me à rótula, que por sinal abria-se para dentro, conforme o disposto nas posturas da Câmara Municipal.

– Ora, Constâncio!...que posturas tão sem pés nem cabeças!... esfriaste a narração com elas.

– Tens razão; deita fora as posturas.

– Pois sim; não façamos caso delas... Também ninguém faz. Vamos

- à história: Tinha chegado à rótula.
 – Cheguei... olhei para dentro... e vi... oh!
 – O que?
 – Era ela!
 – Quem?... A Bela Misteriosa?

Cena que se aproximaria, por exemplo, dos parágrafos iniciais do “romance”, sobre as dificuldades em que se encontrava o cronista, seu narrador, no dia 20 de outubro de 1855, para encontrar matéria com que preencher o seu folhetim hebdomadário para o *Jornal do Commercio*. “Reconheci que não dava conta da mão”, comenta, “roguei pragas ao público, atirei com as penas para baixo da mesa, tomei o chapéu e saí”. Saída também, em parte, do seu lugar narratorial que, logo em seguida, cederia ao amigo Constâncio e ao relato de sua perseguição à bela moça que, em meio à epidemia de cólera no Rio de Janeiro, fazia caridade sem alarde, e o intrigava com sua identidade misteriosa. Cessão que parece prefigurar, por outro lado, nessa passagem de crônica a “romance da semana”, o movimento pendular, e por vezes de sobreposição, entre cronista e romancista na constituição do narrador macediano e na ficcionalização desse processo miscelânico de escrita que é, em parte, *A bolsa de seda*.

Cronografias

Não são apenas esses dois procedimentos característicos da crônica macediana – a figuração do leitor e a narrativização da própria escrita – que têm o seu rastro muitas vezes camuflado na passagem do jornal para o livro. E o exame dos folhetins que se converteriam em *O fim do mundo em 1857* e em *A bolsa de seda*, e do que Macedo extrai da primeira versão para transformá-los em “romances da semana”, expõe, com especial nitidez, a noção de romance implícita nessa operação. Assim como, indiretamente, o seu imbricamento justo com aquilo de que se tenta distingui-lo, e o caráter miscelânico de um processo de composição enlaçado à comédia, ao melodrama, à narrativa exemplar e à crônica.

O que se acha de fora, nessa linha, na publicação em livro de *A bolsa de seda*, divulgada originalmente em “A Semana”, nos folhetins de 21 e 28 de outubro e de 5 de novembro de 1855? São excluídas, de saída, as referências mais imediatas a acontecimentos e questões ligadas diretamente ao período em que foram publicados os folhetins. Como, no de 21 de outubro, a crítica ao uso de música de teatro na Igreja, as referências ao encerramento da assembleia provincial, o elogio à imprensa diária pelo tratamento das questões políticas, ad-

ministrativas e econômicas. Ou, no do dia 28, as observações sobre a *epidemia* de cólera (que, no entanto, permanece como “pano de fundo” para a novela), a política geral, a dissolução da Câmara, a falta de carne verde. E, na crônica de 5 de novembro, os comentários sobre o dia de Finados, a temporada de *As Mulheres de Mármore* no Ginásio Dramático e todo o episódio da malograda tentativa de ascensão de um balão aerostático no Campo da Aclamação.

Este último evento, que tem uma referência breve, por Constâncio, mantida no romance, quando mencionado na própria crônica do dia 5, recebe tratamento bem mais extenso, dando lugar a uma irônica analogia política entre o balão, que não chega a subir, furado pela própria estaca que o sustentava, e o Brasil, cuja “grandeza” seria incompatível com “o pau e a corda”, segundo diz o cronista, brincando com a expressão, então corrente, “a pau e corda” (isto é, “à força”):

O balão chamava-se Brasil, e para ter lugar a ascensão prenderam o balão Brasil a uma corda e a um pau, e por fim de contas caiu o pau, furou-se o balão, e o Brasil não subiu.

Mas o que, de fato, mais se suprime em *A bolsa de seda*, na passagem da crônica ao romance, são mesmo os diálogos entre cronista e leitor, ao lado dos muitos comentários sobre o ofício de folhetinista e a escrita de variedades semanais. Sendo significativo, desse modo, que o primeiro dos folhetins que dariam origem a *A bolsa de seda* comece exatamente com uma inversão aparente de papéis, com um imperativo dirigido ao cronista: “Escreve!”. Exigência do ofício, mas, em parte, do “Sr. Público”, “senhor despótico”, “que quer sempre ser obedecido, e não admite nem desculpas nem explicações”. O que chama a atenção, de um lado, para o incipiente mercado literário, ligado sobretudo à imprensa diária, na vida cultural oitocentista, que permite essa caracterização do público à maneira de uma clientela todo poderosa. E, de outro lado, para a dramatização do processo de escrita, um dos elementos mais característicos dessas crônicas de variedades. Cabendo, em geral, aos leitores interpelação bem mais constante do que o “Escreve!” dirigido ao cronista. “Convido-os a que vão hoje à Academia das Belas Artes a ver se descobrem o mistério da bolsa de seda”, lhes diria o redator ao final desse primeiro folhetim. “Dispensar os meus leitores de me aplaudirem o salto”, comunicaria no de 5 de novembro, prescrevendo-lhes a recepção adequada.

E há, também, desse ponto de vista, o início – suprimido no romance – do segundo folhetim em torno da “bolsa de seda”, todo ele à maneira de uma

conversa, espécie de digressão sobre a pressa, o descarte rápido das matérias por parte do leitor de jornal, que “corre os olhos pelas páginas”, que lê uma linha “olhando já para o período seguinte da minha semana”. Pois, como assinalara no folhetim de 21 de outubro, tratava-se, nessas seções de variedades, de prender “a atenção dos leitores durante uns vinte minutos”. Pressa, brevidade, a que se acrescentariam tanto uma intimidade tácita – “não faz cerimônia comigo, e comigo conversa sentado, deitado e até às vezes ainda na cama”, diz do leitor –, quanto uma espécie de sem cerimônia patronal por parte do público: “Pois conversa comigo, que é a sua obrigação”, imagina-o dizendo.

Não deixando de chamar a atenção, porém, ao lado da ênfase nessa “intimidade pública”, no caráter de “comunicação informal” do folhetim de variedades, a preocupação igualmente recorrente com uma espécie de delimitação genérica, de autodefinição constante da crônica. Mesmo quando – ou talvez exatamente por isso – o que parecia defini-la era exatamente a fluidez, a indeterminação classificatória, o aspecto a rigor “informe”. Ou como se lê em “A Semana” de 5 de novembro de 1855, ao se explicar a impossível adoção de um “estilo único”: “a pena de um cronista hebdomadário deve dar aos acontecimentos que registra a cor, a fisionomia característica que cada um deles tem, e, portanto muitas vezes tem que rir e chorar, filosofar e brincar correndo pelo papel”. Funcionando, porém, sob outro ângulo, essas variações de tom e voz características à conversação, essa dramatização constante da escrita, também como meio de identificação, de delimitação formal da crônica.

Mas a retirada de boa parte das conversas com o leitor, na transformação das crônicas em romances da “Semana”, aponta, ainda, para um outro ponto fundamental no esforço de estabelecer uma trama mais coesa e certa unidade de tom no terreno novelesco. E que diz respeito ao descarte do desdobramento temporal trazido à crônica por esses diálogos, que oferecem um movimento de presentificação, contrapondo ao relato dos fatos passados, dos acontecimentos semanais, a “atualidade”, a imediatez das apóstrofes, digressões e interloquções. A supressão das “conversas com os digníssims leitores” parecendo barrar o tempo presente que tensionaria o passado dominante, mesmo que não propriamente distante, do romance.

Uma tensão temporal semelhante cumpriria papel igualmente estrutural em *O fim do mundo*, divulgado integralmente no sábado 13 de junho de 1857, no Folhetim do *Jornal do Commercio*. Parecendo significativo, portanto, assinalar o que ficou de fora também na passagem dessa pequena novela para livro. E lembrando-se que ficou de fora, de fato, desta vez, bem pouco.

Na nota que antecede a versão em livro da novela, Macedo se encarregaria, por sinal, de avisar que esta “não era certamente um romance”, mas um “simples artigo de ocasião” em torno do noticiário catastrófico, motivado sobretudo pelas previsões do Cônego de Liège sobre o prazo fatal de 13 de junho de 1857 para o fim do mundo, que se seguiria à passagem de um cometa pela terra. E se, fora uma ou outra correção, a transposição, do jornal para o livro, da história de Martinho Vasques como único sobrevivente do cometa no Rio de Janeiro parece integral, falta, entretanto, apenas um parágrafo brevíssimo, mas significativo, quase ao final do texto: “Lembrei-me então que antes de adormecer tinha lido um artigo do *Figaro* de 16 de abril intitulado – *Le dernier homme*, e que fizera no meu sonho um verdadeiro e quase completo – plágio”. Pois este registro de empréstimo desapareceria por completo, e não há nenhum aviso semelhante ou na nota que o antecede ou no “romance” propriamente dito quando da publicação em livro. O que, sem dúvida, merece consideração.

Que o noticiário em torno do cometa era intenso as próprias páginas do *Jornal do Commercio* o atestam. Mesmo na seção de anúncios. Em 30 de maio de 1857, por exemplo, lia-se que E. e H. Laemmert tinham acabado de publicar “O Cometa de 13 de junho de 1857 trará acaso o fim do mundo? Questão resolvida por Vaudelaincourt, traduzida do francês por B. J. M. Cordeiro”. E, ao se indicar o preço de “320 réis”, acrescentava-se: “decerto é uma diminuta quantia quando se trata de saber se teremos todos que fazer a nossa trouxa”. No sábado, 6 de junho, anunciavam-se duas partituras com temática semelhante: “O Cometa ou O fim do mundo, grande valsa de capricho, por E. Pinzarrone, piano só”, e “a polca ‘O Cometa ou o fim do mundo’ à venda no Imperial Estabelecimento Musical de Diniz”. Além de, em 8 de junho, cinco dias antes do folhetim de Macedo, a propaganda de uma coletânea humorística em torno do mesmo assunto: “*J. Antônio e O Cometa*. Quem ainda não apreciou este apanhamento de pilhérias, feito por um devoto, deve lê-lo, e, quanto antes, porque depois do dia treze... adeus minhas encomendas! Tem-se vendido como canela em botica, já reimprimiu-se”.

Mas, se os reclames dizem bem da importância do cometa no noticiário e no anedotário da época, não dão conta da fonte revelada de passagem por Macedo ao final do folhetim. E que, na verdade, aponta para mais uma retomada de *Le Dernier Homme*, de Jean-Baptiste Cousin de Grainville, publicado na França em 1805 e na Inglaterra no ano seguinte, reeditado em 1811 com introdução de Charles Nodier, e em versões versificadas em 1831 e 1859. Além das retomadas por Thomas Campbell em poema de 1823, por

Thomas Hood noutro de 1826, por Thomas Lovell Beddoes em dramatização deixada inédita quando de sua morte em 1849, e por Mary Shelley, em romance publicado em três volumes em 1826, com o mesmo título do livro de Grainville e de suas sucessivas releituras oitocentistas: *The Last Man*. Havendo, inclusive, tal a popularização do motivo, inúmeras versões irônicas e bem pouco apocalípticas, de que é exemplar o relato anônimo “The Last Man”, assinado apenas por um “XB”, e divulgado, originalmente, no *Blackwood’s Edinburgh Magazine* de março de 1826. E que guarda certas semelhanças com o “fim do mundo” segundo Martinho Vasques, passando-se, em ambos os casos, de um cenário aterrorizante de devastação final para a explicação corriqueira de que tudo não passara de sonho. Interrompido, prosaicamente, no texto do *Blackwood Magazine*, pelo aparecimento do criado John com as botas limpas e um jarro d’água para o narrador, e no de Macedo, por uma queda de Martinho da própria cama durante o pesadelo.

Aproximação humorística do texto de “XB” que não descarta o interesse do contraste de “O Fim do Mundo” com a sua fonte temática grainvilliana. Espécie de texto inaugural do *topos* do “último homem”, depois bastante popular na ficção científica, o livro de Grainville tem, a rigor, dois narradores (o viajante pela Síria, no presente inicial do relato, e Omegarus, da “Família dos Reis”, no futuro da Terra) e dois enredos paralelos: a história do rapaz que, em viagem perto das ruínas de Palmira, entra na “Caverna morte” e recebe, de um espírito celestial, a função de “espectador das cenas que irão terminar os destinos do universo”; e a história de Omegarus, o último mortal, e sua “Eva”, Sidéria, a que o narrador assiste por meio de um espelho mágico colocado à sua frente na caverna. Desdobramento da narração e do enredo que não deixa de estar presente em *O fim do mundo*, no qual Martinho Vasques toma o lugar do narrador e onde se trata tanto do seu sonho, quanto do “cataclisma” por que teria passado o Rio de Janeiro.

Ampliam-se as semelhanças quando se pensa que, como Sidéria e Omegarus, também na história de Macedo sobrevive o casal constituído por Martinho e pela corista. Por outro lado, enquanto em *O fim do mundo em 1857*, depois do cometa, apenas as vidraças se quebram, ficando a Corte como um cenário vazio, com toda a população morta, mas intacto; no texto de Grainville, ao contrário, o narrador e Omegarus veem Paris desaparecer, “seus jardins, templos, edifícios nobres”, exceto poucas casas ainda de pé e uma estátua de Napoleão, tudo transformado num “campo de pó”.

Aspecto fundamental, no entanto, o que parece estruturar o relato, nos dois casos, é a tensão entre “o fluxo do tempo apocalíptico” e o “tempo

da experiência humana”¹⁹, como assinala Paul K. Alkon no seu estudo sobre o romance de Grainville. Pois os relógios parecem funcionar ainda e Oregamus especifica minuciosamente, hora a hora, a passagem do tempo: 3 horas, 8 horas, meia-noite e o começo do “último dia da terra”. Coisa semelhante se dá em *O fim do mundo*. Não é apenas o Castro que mantém aí uma cronografia do cataclisma – 6 horas, 8 horas, 9 horas, 10 horas, 11 horas, até o meio-dia, quando anuncia, antes da própria morte: “Chegou a hora suprema”. O próprio Martinho indica, por sua vez, a passagem das horas detalhadamente, antes e mesmo depois do cometa: “Os sinos dão o sinal da meia-noite”, “cinco minutos depois da meia-noite”, “Meia hora depois”, “A 1 hora da noite”, “Puxei o relógio: era meio dia”, “2 horas menos um quarto”. Minúcia a rigor tão incompatível com a circunstância apocalíptica, com o “fim do mundo”, quanto com a dimensão onírica – revelada ao final – do relato.

Contudo compatível, por outro lado, com o processo mesmo de escrita da crônica. “O pensamento de um escritor de *Semana* deve obedecer ao ponteiro do relógio com a mesma prontidão com que o carpinteiro ou o pedreiro obedece ao malho que bate o prego na sua obra”, lê-se no primeiro dos folhetins hebdomadários que compõem *A bolsa de seda*. Minúcia temporal enfatizada no do dia 28 de outubro de 1855, no qual se retardam ao máximo as revelações sobre a “bela incógnita” prometidas por Constâncio para a última badalada do meio-dia. Nove, nove e meia; segunda, última badalada do relógio: a ênfase nos minutos apontando para as “pequenas durações” que pautam a crônica, para a tensão evidente com relação às extensões mais vastas de tempo no romance. E desdobrada, ainda, na oposição entre contemporaneidade e passado, entre a medida estrita do rodapé e sua multiplicidade de assuntos, sua forma aberta, miscelânea, de um lado, e o esforço de homogeneização que caracteriza o romanesco, de outro.

Ou, ainda, no contraste entre temporalidade pública e privada, de que é exemplar tanto o tempo, pautado pela obsessão amorosa, do Luciano de *Uma paixão romântica*, que chega a “encerrar-se no seu quarto” por oito dias “sonhando com a bela incógnita”, quanto a oposição entre o relógio público e a expectativa privada dos leitores de *A bolsa de seda*. Ou quanto o tempo da espera de Juliana antes da cena de sedução no caramanchão de sua casa em *O veneno das flores*, apresentado, na novela, por meio do contraste entre os

19 Paul Alkon, *Origins of Futuristic Fiction*. Athens/ London, The University of Georgia Press, 1987, p. 168.

quartos de hora, sinalizados pelo sino da igreja vizinha, e um pêndulo caseiro, com o “movimento regular e progressivo dos ponteiros anunciadores da marcha incessante do tempo”, com “aquele monótono tic-tac, que parecia responder a cada palpitar do seu coração, como se o pêndulo vibrador pudesse estar lendo em sua alma”.

Parecendo afigurar-se, simultaneamente, em meio a essas tensões, outra, na verdade estrutural, entre uma “forma cronográfica serial”²⁰ como a crônica e certa continuidade no tempo prefigurada convencionalmente no romance. O que, à primeira vista, poderia parecer justificar, na sua novelização por Macedo, o descarte desse “resíduo jornalístico” nos *Romances da Semana*. Ou o reestabelecimento de uma delimitação excludente entre crônica e romance. Talvez retomando os termos por meio dos quais Virginia Woolf, num artigo sobre Joseph Addison, nega a possibilidade de seus ensaios jornalísticos terem chegado a se transformar em prática romanesca. Tanto porque, ao contrário dos capítulos de um romance, seriam unidades à parte, completas, acabadas, singulares; quanto pelo fato de, para caracterizar seus personagens, bastar a ele “uma sucessão de traços extremamente precisos, diretos”²¹, procedimento distinto do “aprofundamento” ou da “sutileza intrincada” próprios, a seu ver, ao romanesco.

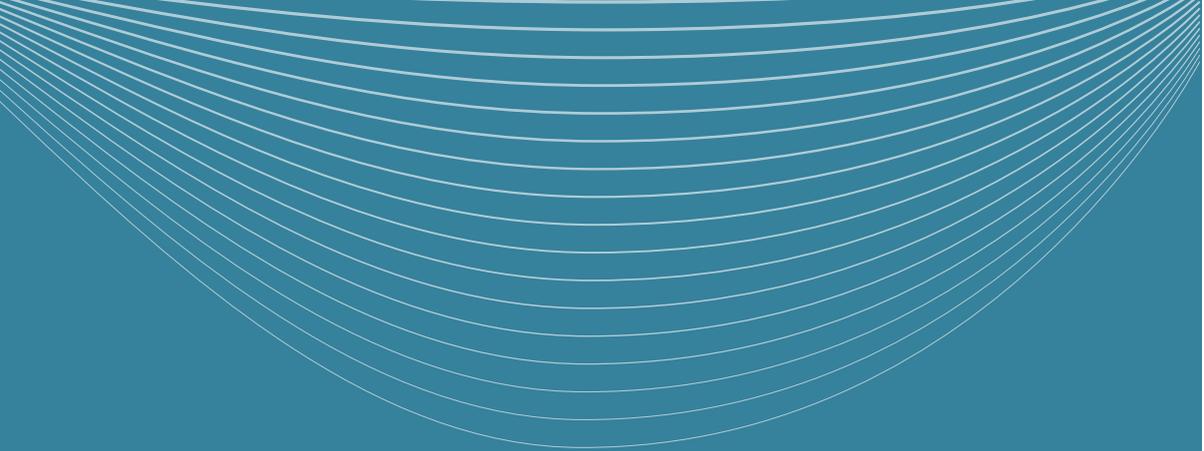
A observação da passagem do folhetim jornalístico à novela, empreendida por Macedo nos *Romances da Semana*, aponta, nesse sentido, para um território misto no qual se visualizam tensões, relações intergenéricas e se ensaiam limites para o romanesco no Brasil oitocentista, chama a atenção, igualmente, para um tipo de indivisão do trabalho, de prática literária híbrida (na qual os escritores são simultaneamente dramaturgos, romancistas e cronistas), na qual fica, de fato, difícil uma delimitação excludente. E, do ponto de vista do período de popularização do romance e do teatro no século XIX, chama a atenção para processos de formalização pautados exatamente nessas absorções e tensões genérico-temporais. Daí, por exemplo, a compreensão do espaço como cena, característica à prosa do período. Ou o aprendizado, via crônica, de uma capitulação breve, tensionada, porém, por um mecanismo digressivo que, se parece instabilizar, de dentro, a estrutura sequencial do relato, intensifica, por outro lado, a dimensão narrativa.

20 Expressão empregada por Stuart Sherman, cujo *Telling Time. Clocks, Diaries and English Diurnal Form. 1660-1785* (Chicago/London, The University of Chicago Press, 1996) foi fundamental para esses comentários sobre as formas cronográficas.

21 Cf. Virginia Woolf, “Addison”, in: *The Common Reader. First Series*. New York, Harcourt Brace & Company, 1984), p. 103-4.

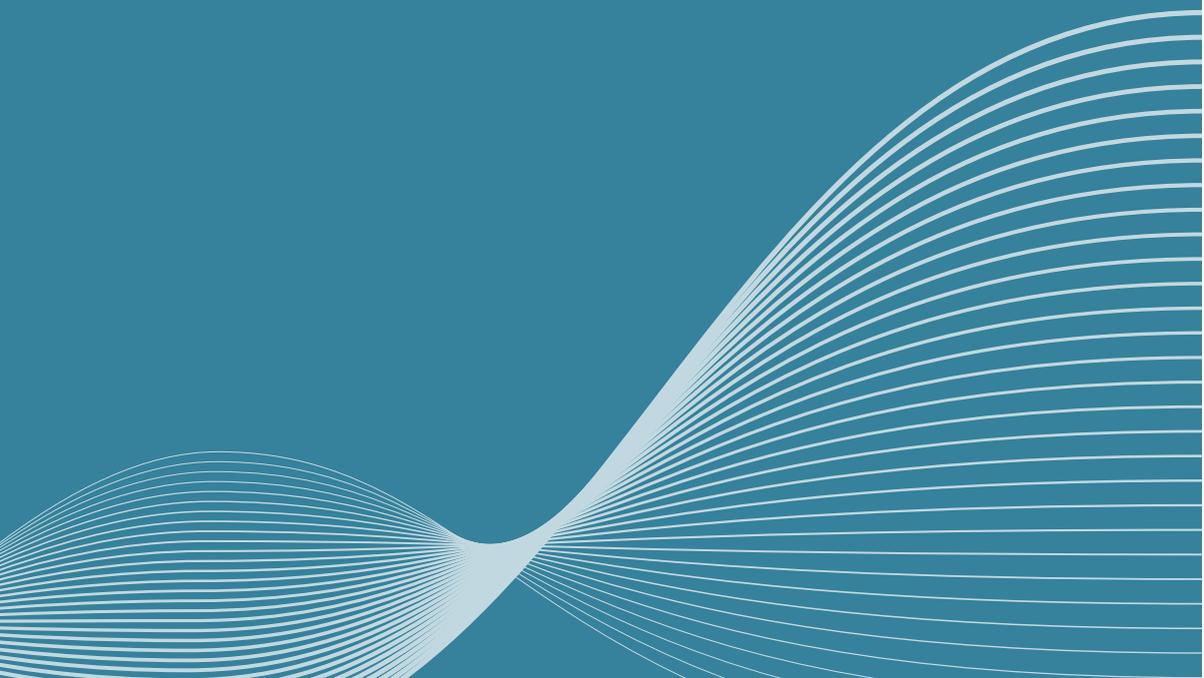
Ou o fato de, via desdobramentos e dramatizações do processo narrativo, e em direção antagônica à da maioria dos dramas e romances históricos oitocentistas, se sugerir, nesse diálogo intergenérico, um tipo de experiência literária pautada não numa cronografia linear e homogeneizadora, mas em estratos genérico-temporais não sucessivos, que, para retomar o comentário de Octavio Paz sobre as culturas literárias latino-americanas, “coexistem uns ao lado dos outros, alimentam-se e devoram-se mutuamente”²².

22 O. Paz, *op. cit.*, p. 212.



CONJUNTURAS POLÍTICAS E MILITÂNCIA: DO ESTADO NOVO À NOVA REPÚBLICA

Terceira mesa
(13 de agosto de 1998)



Abertura

Zilah Abramo

Foi presidente do conselho curador da FPA e fundadora do PT

Um dos objetivos traçados para este seminário foi o de ressaltar, na trajetória do nosso homenageado, o aspecto militante, que não entendemos apenas como uma faceta a mais da sua personalidade, mas sim como componente essencial de sua vida, dentro e fora da universidade. Na sessão de hoje vamos nos restringir à militância fora da universidade.

Vou iniciar o debate apresentando a mesa, que se compõe dos seguintes professores: Paul Singer, que irá falar sobre a experiência do Partido Socialista;¹ Walnice Nogueira Galvão, que irá fazer um apanhado de todos os períodos de luta pelas liberdades democráticas; e Luiz Dulci, que falará especificamente sobre a participação no Partido dos Trabalhadores.

Gostaria de dizer que, quando eu olho para estes três expositores, não vejo somente os intelectuais altamente qualificados que eles, indubitavelmente, são. Vejo, sobretudo, militantes, que foram e são grandes companheiros de nossas lutas. O mesmo acontece com a plateia: nela é fácil de identificar muitos dos que estiveram nas jornadas contra a ditadura, e continuam conosco na luta pela dignificação do povo brasileiro.

¹ Em sua fala, Paul Singer comentou que o surgimento do PT não pode ser visto como uma consequência do Partido Socialista. Em comentário durante este seminário, Zilah concordou com ele, sentia certa angústia porque se viam presos numa contradição. De um lado um grupo de intelectuais com uma produção teórica muito rica, ansiosos por colocá-la a serviço das “massas”. Por outro lado, uma dificuldade para atingir, com as nossas ideias e as nossas propostas, aqueles que consideravam os destinatários de seu pensamento político. Eram forçados a admitir que conseguíamos alcançar uma pequena parcela da classe trabalhadora. Quando, na histórica reunião do Colégio Sion, encontrei – irmanados no projeto de criação do PT – de um lado a classe trabalhadora, representada pelas suas autênticas lideranças sindicais e, de outro lado, muitos dos seus companheiros do Partido Socialista, entre os quais Antonio Candido, Maurício Segall e Paul Singer, Zilah sentiu uma emoção enorme, pois vislumbrava a oportunidade de realizar o sonho da integração de trabalhadores e intelectuais num mesmo partido político. Naquele momento, tive a clara sensação de estar no caminho certo. [N.E.]

Por isso, tenho certeza de que esta evocação não será um exercício nostálgico, de saudade de um passado que não volta mais; ao contrário, ela nos dará o sentido da continuidade da luta, que anima e reforça nossa esperança no futuro.

Os meus mestres

Paul Singer

Foi economista, autor de diversos livros e professor titular FEA da USP

*A Antonio Candido, homenagem por seus
80 anos maravilhosamente bem vividos*

Antonio Candido pertence a uma plêiade de pensadores e militantes socialistas, que tive a sorte de encontrar quando adolescente e que, mais do que ninguém, contribuíram para minha formação. Faziam parte deste grupo o médico Febus Gikovate, o jornalista Fúlvio Abramo, o crítico Paulo Emílio Salles Gomes, o advogado Antonio Costa Correia, entre outros. Era um grupo de intelectuais politicamente engajados, que viveram numa época profundamente marcada pela Revolução de Outubro e seu controvertido destino e pela ressurreição do autoritarismo sob forma moderna e ainda mais perversa. Seu maior mérito, a meus olhos é claro, foi a de terem resgatado a unidade fundamental entre socialismo e democracia, submergida, nesta época, sob a maré montante do stalinismo e do populismo.

A época era 1945, ano marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. A ditadura de Getúlio fora manchada inicialmente por namoricos políticos e ideológicos com o fascismo, posteriormente compensados pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. A campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, conferiu ao regime um falso selo democrático, avalizado pelo Partido Comunista que, mesmo perseguido e na ilegalidade, ofereceu ao governo pleno apoio por se tratar de um aliado da União Soviética. Pressionado pelos generais, reconvertidos à democracia pela mudança do espírito da época, resultante da vitória sobre o Eixo, Getúlio proclamou a anistia, soltou Prestes da cadeia, aboliu a censura da imprensa, legalizou os partidos políticos (inclusive o PCB, pela primeira vez em sua história) e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte.

Foi então que Antonio Candido, Febus, Paulo Emílio e outros resolveram criar uma corrente política de esquerda, proclamadamente democrática e, portanto, oposta ao 'Comunismo' do PCB e ao getulismo. Esse mesmo propósito empolgou outros grupos no Rio de Janeiro e em diversos estados, o que permitiu, em pouco tempo, reunir um expressivo número de assinaturas ao manifesto de lançamento da Esquerda Democrática. Entre estas cumpre destacar os nomes de João Mangabeira, dileto discípulo de Ruy Barbosa, o socialista cristão Domingos Velasco, o jurista Hermes Lima, o cirurgião Alípio Corrêa Neto. Destes, o primeiro seria o presidente nacional da nova agremiação e o último o presidente de sua seção paulista.

É surpreendente esta valorização da democracia no seio da esquerda num país como o Brasil em que, ao contrário da Argentina, do Chile e do Uruguai, nunca houve uma forte tradição social-democrata. É provável que ela se deva à experiência da ditadura do Estado Novo, que interrompeu e fez retroagir a evolução política do país. O fato notável é que a Esquerda Democrática – e dentro dela sua seção paulista, capitaneada ideologicamente por Febus, Fúlvio, Antonio Candido etc. – assumiu, desde o seu início, posição nítida a favor do socialismo e da democracia, desenvolvendo formulações teóricas sofisticadas na crítica ao stalinismo.

Embora minoritária, a seção paulista exerceu sempre forte liderança sobre o partido. Foi dela que partiu a iniciativa de mudar o seu nome para Partido Socialista Brasileiro (PSB), o que foi um avanço tanto para identificar melhor a sua orientação socialista como para evidenciar o seu parentesco com os demais partidos socialistas. Também a decisão do lançamento de candidatura própria à presidência da República, em 1950, foi uma proposta que contou com o apoio da seção de São Paulo, embora não com o de João Mangabeira, que não obstante acabou sendo o candidato.

O que distinguia o PSB de São Paulo, graças a Febus, Fúlvio, Antonio Candido e outros, era a radicalidade de sua adesão ao socialismo e à democracia, que não admitia transigências com as correntes majoritárias então do PCB e do PTB. E nem com o liberalismo burguês, representado pela UDN, em cujo seio a Esquerda Democrática se aninhou, antes de levantar voo próprio. No após-guerra (que no Brasil se estende até o suicídio de Getúlio, em 1954) o movimento operário era muito influenciado pelo getulismo, sobretudo no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas, e seus elementos mais conscientes costumavam ser membros ou simpatizantes do PCB. Não havia praticamente espaço para os socialistas, pouco numerosos e que, por seguirem princípios, pareciam sectários.

Nesse período, os socialistas tinham uma presença maior no meio estudantil e intelectual. Seu peso eleitoral era pequeno e por isso tendia a ser menosprezado pelos formadores de opinião, que manifestavam admiração pelo seu 'idealismo' mas ao mesmo tempo criticavam sua aparente falta de senso prático. Dentro do partido, senso prático se traduzia em fazer alianças com quem tinha votos, mesmo que suas afinidades ideológicas fossem poucas. Era o que eu havia aprendido ser o famoso 'senso de oportunidade' ou oportunismo. A liderança socialista de São Paulo (e em muitos outros lugares do Brasil) era intransigentemente oposta ao oportunismo, sempre alerta contra as investidas dos que queriam aproveitar a legenda para fazer carreira.

Um episódio ilustrativo desta atitude foi a cassação dos mandatos dos candidatos do PCB à Câmara Municipal de São Paulo, que conseguiram se eleger em 1947 sob outra legenda. Pela decisão da Justiça Eleitoral, as vagas assim criadas (se bem me lembro eram 15) deveriam ser repartidas entre as demais legendas. O PSB tinha elegido apenas um vereador, o saudoso Cid Franco, e poderia ficar com mais uma vaga. A Comissão Municipal do partido decidiu então repudiar a cassação dos mandatos e que o partido não aceitaria qualquer vaga dela resultante, o que implicava a renúncia de todos os suplentes. O primeiro suplente não acatou a resolução e foi empossado, o que acarretou sua expulsão do PSB logo a seguir. Um dos suplentes do Partido Democrata-Cristão que assumiu uma das vagas foi o professor Jânio da Silva Quadros.

A tentação maior do oportunismo ocorreria em 1953, quando o Partido Socialista, aliado ao PDC, elegeu Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, por uma maioria de dois terços contra um candidato que reunia o apoio de todos os grandes partidos. Jânio foi eleito pelo voto da periferia operária o que abriu as portas do partido à entrada em massa dos que formaram os Comitês Jânio- Porfírio. Jânio fora colega na Faculdade de Direito de diversos dirigentes socialistas e era amigo de alguns. Em seu governo, socialistas ocuparam cargos de destaque como a Secretaria de Obras, de Saúde (Alípio Corrêa Neto) e a Superintendência de Abastecimento, que ficou com Fúlvio Abramo.

O governo de Jânio Quadros foi o primeiro que poderia ser chamado legitimamente de 'popular' na cidade de São Paulo pois inverteu as prioridades dos que o precederam, procurando atender principalmente as reivindicações dos moradores das vilas operárias. O seu êxito foi tão grande que catapultou Jânio ao governo do estado em 1954 e ao da União em 1960. Só que Jânio, neste trajeto, transformou-se de um político de esquerda num populista consumado, personalista, que usava os partidos para os seus propósitos sem qual-

quer pudor. Em 1960, Jânio foi o candidato das forças mais conservadoras e golpistas e a sua renúncia em 1961 foi uma tentativa mal disfarçada de golpe, que de certa maneira antecipou malogradamente o de 1964.

A aliança do PSB com Jânio Quadros nada tinha de oportunista em seu início, pois sua candidatura à prefeitura tinha caráter de esquerda e era resultado duma mobilização legítima da periferia operária da cidade. Mas a candidatura de Jânio ao governo do estado já dividiu o partido, a maioria da direção (inclusive Febus e Fúlvio) sendo favorável a ela. Opunham-se o então deputado estadual Cid Franco (que fora colega e aliado dele na Câmara e na Assembleia), o velho líder operário João da Costa Pimenta e uma porção de militantes jovens, entre os quais estava eu.

A partir de 1956, a direção do PSB em São Paulo caiu nas mãos dos janistas incondicionais, muitos detendo cargos eletivos que dependiam do voto janista. Febus, Fúlvio, Costa Correa e outros companheiros de Antonio Candido (que na época já se tinha afastado da militância) formaram a oposição partidária, que retornaria à direção apenas a partir de 1960, quando o PSB decidiu apoiar Lott-Jango contra Jânio, o que provocou a saída em massa dos janistas do partido. A fase janista do PSB, que eu não presenciei, interrompeu um processo de construção partidária, que não obstante prosseguiu em outras partes do Brasil, sobretudo em Pernambuco, onde as Ligas Camponesas surgiram, em 1955, sob a liderança de Francisco Julião, que era socialista e pouco depois representaria o partido na Câmara Federal.

Durante a sua curta existência (1945-1965), o Partido Socialista Brasileiro teve um papel expressivo na evolução da esquerda. Eleitoralmente, ele sempre foi fraco, esmagado pela concorrência de partidos populistas, como o PTB, o ademarismo e o janismo. Mas, com o passar do tempo, importantes lideranças sindicais aderiram ao partido. Ao longo dos anos 1950, o movimento operário e camponês passou por um processo que alguns dirão que foi de radicalização mas eu prefiro considerar de amadurecimento, de aquisição de consciência de classe. Este processo naturalmente inclinou os trabalhadores mais engajados a aderir a partidos de esquerda e entre estes o PSB era o único legal, com atuação pública e com posicionamentos conhecidos. A teimosia do grupo fundador em se apegar a princípios e repudiar o oportunismo começou gradualmente a dar frutos.

Contribui para isso também o desmascaramento do stalinismo por Nikita Krushov no 20º Congresso do PCURSS, em 1956. O seu discurso, feito em sessão secreta e divulgado pela imprensa 'burguesa' ratificou as denúncias do totalitarismo que reinava na União Soviética e causou profunda

comoção nas fileiras ‘comunistas’ no mundo inteiro. No Brasil, grande parte da intelectualidade do PCB abandonou o partido e muitos dos que ficaram passaram a exigir a democratização da sua vida interna. Evidentemente, o desmascaramento do stalinismo favoreceu partidos como o PSB que jamais transigiu com práticas autoritárias no seio da esquerda.

A partir da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, a esquerda brasileira tendeu a fragmentar-se em diversas correntes ideológicas: o PCB se cindiu mais uma vez e surgiu o PCdoB, fortaleceu-se uma importante corrente de socialistas cristãos, apareceram diversas correntes da então chamada ‘nova esquerda’ marxista. Esta fragmentação refletia o alargamento da influência das ideias de esquerda no âmbito da sociedade e sobretudo no meio intelectual. Mas, a fragmentação não impedia que as correntes de esquerda se unissem nas grandes batalhas políticas e o Partido Socialista, a única formação partidária legal na esquerda, passou a servir de terreno comum para que a unidade pudesse ser forjada.

As sementes plantadas por Antonio Candido, Paulo Emílio, Febus, Fúlvio, Costa Corrêa e outros frutificaram desde então. As gerações que se envolveram nas lutas democráticas e sociais, a partir dos anos 1950, educaram-se politicamente nos seus textos e se inspiraram em seus exemplos. A influência deles foi muito além do Partido Socialista, sobretudo nos anos de ditadura militar, quando a própria universidade se transformou num bastião de resistência democrática. Quando a ditadura finalmente completou sua autoextinção, os veteranos sobreviventes, como Sérgio Buarque de Holanda, Mario Pedrosa, Antonio Candido, Fúlvio Abramo e Perseu Abramo, entre tantos outros, pudemos nos reencontrar na fundação do Partido dos Trabalhadores.

Este reencontro, em 1980, não foi casual. O PT obviamente é muito mais que herdeiro do antigo PSB, mesmo porque entre o fim de um e o nascimento do outro passaram-se 15 anos. O PT teve a virtude de reunir em si a maior parte dos fragmentos da esquerda brasileira, os quais, após um duro aprendizado, tornaram-se capazes de recriar sua unidade em conjunto com os movimentos surgidos das classes trabalhadoras. O reencontro de tantos antigos socialistas no PT não foi casual porque o Partido dos Trabalhadores é confessadamente a realização de seus sonhos. O que Fúlvio, Febus, Antonio Candido, Paulo Emílio queriam criar em 1945, Lula, Olivio, Bittar, Bicudo e muitos outros conseguimos criar em 1980. Entre sonhar e fazer houve muita luta, muito sacrifício, muito trabalho. Na pessoa de Antonio Candido quero homenagear os que souberam sonhar e fazer e sobretudo transmitir e educar. Aos meus mestres muito obrigado.

A militância não partidária

Walnice Nogueira Galvão

Ensaísta e professora emérita aposentada de teoria literária e literatura comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)

Há muitas maneiras de resistir à opressão, e é delas que falarei.

Entre dois partidos estruturados, de um lado a Esquerda Democrática (1945), denominada a seguir Partido Socialista (1947-1965), e de outro o Partido dos Trabalhadores (de 1980 em diante), abre-se espaço para outras atividades.

Queria chamar a atenção aqui para, justamente, tudo aquilo que é ação política não partidária. Para isso, devo começar bem antes, até antes da Esquerda Democrática. Pois devemos recuar e verificar como é que se fez a oposição à ditadura Vargas, por parte dos estudantes, primeiro, e depois por parte dos intelectuais. Nesse período, Antonio Candido ainda aluno participa de um grupo clandestino da Faculdade de Direito, intitulado Frente de Resistência, que fazia agitação e publicava um pequeno jornal, o *Resistência*. Participou depois da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que congregava todo tipo de opositorista, numa frente ampla que ia do centro à esquerda, reunindo stalinistas, liberais, socialistas, trotskistas etc. Fundada em 1942, logo nela se juntou tudo o que havia de mais significativo no país em matéria de resistência intelectual.

À ABDE se deve um dos primeiros manifestos reivindicando liberdades democráticas. Foi lido na sessão de encerramento do primeiro congresso da entidade, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, em janeiro de 1945. Tendo sido proibida sua divulgação pela imprensa e pelo rádio, acabou distribuído de mão em mão em forma de panfleto. Nosso homenageado afiliou-se à ABDE desde o início e colaborou para que se expandisse a São Paulo. Logo na primeira diretoria da seção paulista foi segundo secretário, sendo Sérgio Milliet presidente, posto que viria ele próprio a ocupar.

Outra maneira de ser de oposição, durante os anos 1950, era acolher e apoiar os portugueses que se haviam refugiado no Brasil da perseguição da ditadura salazarista. Em São Paulo, a agremiação se chamava *Portugal Democrático*, título de seu jornal. Era liderada pelo Comandante Sarmiento Pimentel, carinhosamente chamado de “O Capitão”, que era uma espécie de patriarca dos portugueses no desterro. Uma vez por ano eles davam um grande jantar, a 3 de outubro, data da proclamação da República, em 1910. Convidavam simpatizantes brasileiros, e a cada ano um dos convidados discursava; uma vez a tarefa coube a Antonio Candido. O Capitão, que era militar de carreira e homem de negócios, se transferira para o Brasil desde o golpe de Salazar. Antonio Candido, mais tarde, proferiria uma oração em cerimônia póstuma para homenageá-lo.

Essa aliança com os portugueses foi estratégica para a obtenção de asilo para vários deles, entre os quais Adolfo Casais Monteiro. Deu-se assim: por ocasião dos festejos do IV Centenário paulista, em 1954, nosso homenageado fazia parte da comissão de literatura. O governo de São Paulo enviou o intelectual Paulo Mendes de Almeida para fazer contatos em Portugal e na Espanha. Assim surgiu a trama pela qual a Comissão do IV Centenário convidou Casais e Miguel Torga para participarem das comemorações. O governo português assentiu, exigindo, contudo, em troca convites para “dois dos nossos”, que foram o Conde d’Aurora e Álvaro da Costa Pimpão. Casais, que fora preso juntamente com a esposa quando recolhia recursos para os republicanos na Guerra da Espanha, no final dos anos 1930, vira-se não só demitido do liceu no Porto onde lecionava mas ainda proibido de dirigir publicações e de dar aulas – até particulares. Já tinha decidido vir para ficar, como de fato ficou, a partir de sua presença no Congresso Internacional dos Escritores. Para este, patrocinado pela UNESCO e integrado aos festejos paulistas de 1954, vieram igualmente William Faulkner e Robert Frost. Para facilitar as coisas, o congresso deu-lhe destaque, como grande estrela. Paulo Duarte, presidente do congresso, chamou-o para integrar a mesa da sessão solene de instalação dos trabalhos, juntamente com o governador do estado, o crítico Wilson Martins e o próprio Paulo Duarte. Enquanto estrela, teve direito à apresentação de duas teses, que foram “Fernando Pessoa, o insincero verídico” e “Problemas da crítica”. Nos debates, Casais aproveitou a oportunidade para atacar o salazarismo, tendo o Conde d’Aurora se erguido para defendê-lo. Tudo isso consta dos anais. Antonio Candido, também na comissão julgadora de poesia, que partilhava com Carlos Drummond de Andrade e Paulo Mendes de Almeida,

teve o prazer de premiar *O rio*, de João Cabral de Melo Neto, submetido a concurso sob pseudônimo.

Além dessas manobras, por assim dizer informais, com os portugueses, havia certos eventos nos quais a presença significava marcar posição. Assim, por exemplo, as homenagens a García Lorca e por extensão aos republicanos espanhóis – e portanto contra a ditadura de Franco. Nesse sentido, nosso homenageado fez conferência em cerimônia presidida por Paulo Duarte na Biblioteca Municipal, ao lado do irmão de García Lorca e dos poetas Neruda, Cernuda e Vinicius de Moraes, em 1968.

Nesse ano, criou-se sob a mesma presidência uma comissão para providenciar um monumento a García Lorca, obra de Flávio de Carvalho, afinal inaugurada na Praça das Guianas, no Jardim América. A escultura seria logo depois bombardeada pelo Comando de Caça aos Comunistas, o famigerado CCC. Após longa hibernação nos depósitos da prefeitura, foi resgatada, restaurada e reinstalada no mesmo lugar por um grupo de alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, nos anos 1990.

No ano de 1968, Antonio Candido foi eleito para a Comissão Paritária Central da Faculdade de Filosofia como representante dos livre-docentes, tendo intensa participação em assembleias e atividades experimentais nos vários meses por que perdurou a ocupação da faculdade. Quanto do bombardeio e incêndio do prédio nos dias 2 e 3 de outubro, tomou a dianteira de uma comissão por ele proposta para a coleta de provas e testemunhos para um “livro branco” de denúncia, que só viria a ser publicado vinte anos mais tarde, em 1988. Era ele próprio relator, enquanto Simão Mathias presidia a comissão, de que eram membros Carlos Alberto Barbosa Dantas, Carlos Benjamin de Lyra, Eunice Ribeiro Durhan e Ruth Correia Leite Cardoso. Todo o material foi entregue à direção da faculdade, e viria a desaparecer misteriosamente. Entretanto, nosso homenageado tomara a precaução de tirar cópia de tudo e guardar consigo. Seu desempenho na defesa dos cercados e presos está documentado, em depoimentos de terceiros, nesse que é o *Livro branco dos acontecimentos da Maria Antonia*, edição da própria Faculdade.

Nesse decênio, e juntamente com Paulo Duarte, nosso homenageado já labutara na tentativa, afinal frustrada, de fundar uma associação de escritores, iniciativa de Darcy Ribeiro e Artur Neves, destinada a apoiar as reformas progressistas do governo Jango, em 1963. E em 1967 ajudou a formar outra associação, esta de docentes, para autodefesa. Criada em 1967, por inspiração de Alberto Rocha Barros, da Faculdade de Direito, a Associação Paulista

dos Professores do Ensino Superior (APPEs) visava ao objetivo explícito de defender os colegas perseguidos e teve como primeiro presidente Cesarino Jr. Na gestão seguinte foi presidente Gofredo Telles Jr. e Antonio Candido vice-presidente. O presidente foi detido no DOPS por um dia (enquanto o vice o aguardava na casa dele) e em 1969 forçou o ministro da Justiça Gama e Silva a recebê-lo, quando lhe entregou uma representação. Após o AI-5, tornou-se impossível obter lugar para fazer as reuniões, que todos recusavam; e a agremiação, legítima precursora da atual ADUSP, acabou por desaparecer.

Nos anos que se seguiram, Antonio Candido associou-se a várias iniciativas de resistência, colaborando no jornal *Opinião* e integrando a direção da revista *Argumento*, ambos ideados por Fernando Gasparian. No caso desta última, fez parte da comissão que foi a Brasília entrevistar-se com Armando Falcão, ministro da Justiça, para procurar, sem êxito, assegurar a sobrevivência da publicação.

Outra forma de fazer oposição ao regime que Antonio Candido encontrou naqueles tempos era ir à Auditoria Militar na Brigadeiro Luis Antonio e fazer-se presente no julgamento de réus políticos, ou como testemunha de defesa ou como simples observador.

Uma tarefa que se impôs na época foi o salvamento de bibliotecas e arquivos de militantes esquerdistas, que a repressão apreendia e destruía. Antonio Candido ajudou no salvamento dos papéis do anarquista Edgar Leuenroth, oferecidos pelos herdeiros a Zeferino Vaz, reitor da UNICAMP, que solicitou a Azis Simão, da USP, especialista em movimento operário, um laudo de avaliação. Este, por sua vez, convocou Antonio Candido para a missão, resultando que esses arquivos hoje estão seguros, sob a guarda daquela universidade.

Ser paraninfo de turmas de formandos também foi tarefa cívica. É bom ressaltar que foi o paraninfo da gloriosa turma de 1968, cuja formatura, sem brilho e pouco concorrida, deu-se no Colégio Rio Branco, no início de 1969, já que a sede da faculdade fora incendiada e interdita. Até então, como praxe, nossas formaturas se realizavam no Teatro Municipal, mas a prefeitura negou-o daquele ano em diante. Terminava sua oração, num momento sombrio para a escola e para quem se formava, augurando que “as auroras são inelutáveis”.

Também fora paraninfo da turma de 1947 da Faculdade de Filosofia, que o elegeu em desagravo a sua preterição no concurso para a cátedra de literatura brasileira. Abro um parêntese para narrar essa intrincada saga, nunca bem esclarecida. Desde 1942 assistente de Fernando Azevedo em Sociologia,

Antonio Candido viu sua oportunidade de conquistar um título em letras quando se abriu em 1944 o concurso para preenchimento da cátedra de literatura brasileira. O regulamento estipulava que poderiam concorrer todos os detentores de diploma de curso superior, fosse este qual fosse. Incentivado pelos amigos, preparou a tese *O método crítico de Sílvio Romero* em pouco menos de um ano, tendo escolhido assunto que dominava. Tinha então 26 anos.

Havia outros concorrentes, nomeadamente Mário Pereira de Sousa Lima (apresentando a tese *Os problemas estéticos na poesia brasileira do Parnasianismo ao Modernismo*), que exercia interinamente aquela cátedra; José Oswald de Sousa Andrade por seu nome completo (*A Arcádia e a Inconfidência*); Jamil Almansur Haddad (*O Romantismo e as sociedades secretas*); Antonio Sales Campos (*Origem e evolução dos temas da primeira geração de poetas românticos* – provavelmente o primeiro trabalho universitário de literatura comparada no país), de quem Antonio Candido fora aluno no Colégio Universitário; e Manoel Cerqueira Leite (*A crítica literária do ponto de vista funcional*), assistente da cátedra. Todas as teses se acham nos arquivos de Antonio Candido. À época, os requisitos do concurso consistiam em: apresentação de uma tese, com cem exemplares; prova de títulos; prova escrita com ponto sorteado na hora; aula com ponto sorteado 24 horas antes.

Iniciando-se a 24 de julho de 1945, dia em que o candidato completava 27 anos, o concurso estendeu-se até os primeiros dias de agosto. Na prova escrita, sorteou o ponto “O Modernismo brasileiro”; e na aula, “Classificação dos períodos na literatura brasileira”, em que pôde incluir o Barroco graças à recente leitura de Welck.

A Faculdade de Filosofia contava com poucos catedráticos e por isso não dispunha de uma Congregação, as funções da qual eram exercidas pelo Conselho Universitário. Este nomeou a banca, constituída por dois membros “de dentro”, Jorge Americano e Gabriel de Rezende Filho, ambos da Faculdade de Direito; e três “de fora”, nas pessoas de Guilherme de Almeida, Leo Vaz e Afonso Arinos de Mello Franco. Os resultados foram os seguintes: primeiro lugar para Antonio Candido, por unanimidade, o que lhe dava cinco votos. Entretanto, os dois da Faculdade de Direito atribuíram o primeiro lugar *ex aequo* a Sousa Lima, e Guilherme de Almeida a Oswald de Andrade. Na rodada de desempate, os dois escolheram Sousa Lima e o último, Oswald. Assim, Antonio Candido saiu com apenas dois primeiros lugares, Sousa Lima igualmente com dois, e Oswald com um. Este resultado, novamente empatado, foi enviado ao Conselho Universitário para decisão, e este por maioria

absoluta selecionou Sousa Lima para ratificá-lo na cátedra que já ocupava, dando somente cinco votos para Antonio Candido. Que, todavia, como fora aprovado, dali saiu com o título de livre-docente e doutor em letras, o que muito lhe valeu quando, anos e anos mais tarde, pode passar para a literatura na Faculdade de Assis, o que ficaria inviabilizado para o portador de um título em Ciências Sociais. Fecha-se aqui o parêntese.

Outra formatura memorável é a da turma de 1967 da Escola de Engenharia de São Carlos (USP). O paraninfo eleito pelos alunos, já por si um gesto contestatário, era Otto Maria Carpeaux, desassombrado intelectual de oposição. O escritor, que sofria de um permanente empecilho da fala, pediu a Antonio Candido que o representasse e lesse seu discurso. Este, explosivo, atacava o acordo Mec-Usaid, que num esforço conjunto a ditadura e os americanos então cuidavam de impor ao sistema educacional do país. Na presença das autoridades que compunham a mesa, como o bispo de São Carlos, o coronel-comandante do Regimento de Artilharia Montada de Itu, o diretor da escola Teodoreto Camargo, etc., e mais o homem de confiança do regime Alfredo Buzaid, reitor em exercício da USP, o discurso dizia coisas que depois se tornaram corriqueiras como o lema: “Usaid e Abusaid!”. Pedia ainda que os alunos preferissem como exemplo o sargento Raimundo Moraes, uma das primeiras vítimas do regime, torturado até a morte e encontrado boiando em águas gaúchas. O reitor abespinhou-se e infringiu o protocolo ao responder com veemência – não se *responde* ao discurso formal de um convidado numa cerimônia dessa natureza –, sendo ovacionado pela Congregação e por todos os presentes, exceto pelo paraninfo substituto e pelos formandos, que se mantiveram imóveis, recusando-se a aplaudir.

Importante no período foi também a aliança com a Igreja Católica em sua gradativa assunção de posições de vanguarda na defesa dos perseguidos pela tirania, culminando na criação da Comissão de Justiça e Paz por D. Paulo Evaristo Arns quando se tornou arcebispo de São Paulo, comissão de que desde então nosso homenageado é membro.

Os intelectuais de oposição faziam o que era possível para fincar pé nem que fosse numa resistência mínima. Na USP, a primeira manifestação institucional contra a ditadura foi deflagrada no final de 1975 pela morte de Vladimir Herzog, assassinado sob tortura. Formou-se espontaneamente uma assembleia no salão nobre da Faculdade de Filosofia, presidida por Antonio Candido. O manifesto então tirado, para o qual se colheram adesões de professores, alunos e funcionários por todo o campus, recebeu 535 assinaturas.

Levado à reitoria por uma comissão encabeçada por nosso homenageado e integrada por José Querino Ribeiro, Egon Schaden, Juarez Brandão Lopes e Dalmo Dallari, após várias horas de antessala, o reitor afinal não os recebeu. A muito custo, já que a esquivança a divulgá-lo se generalizou, foi publicado no *Estado de S. Paulo*, embora em tipo miúdo.

Na greve de 1979 – a primeira, pois antes disso professor não fazia greve – nosso homenageado era vice-presidente da recém-criada ADUSP, aliás concebida como entidade de resistência. Trabalhou muito na propaganda da greve onde quer que houvesse um campus da USP, em Ribeirão Preto, Rio Preto, Araraquara, São Carlos, Rio Claro. Também presidiu, entre outros, um comício realizado nos jardins da Faculdade de Medicina, em circunstâncias adversas que passo a relatar.

Sopravam os ventos da Abertura nesse ano de 1979. Professores e demais funcionários públicos pela primeira vez paralisavam juntos o trabalho, em longa e ingrata greve, conduzida com entusiasmo mas afinal perdida. Absoluta novidade, os funcionários, ainda que proibidos pelos estatutos, saíram em passeata.

Naturalmente, como em todo movimento de massa, houve altos e baixos, incidentes dramáticos e quiproquós. Dentre as diversas ações, restou como a mais lembrada um comício havido certa tarde chuvosa de meados de abril, no jardim da Faculdade de Medicina, enfim reunidos, após várias assembleias parciais convocadas nos locais de trabalho, os professores de primeiro e segundo grau, os do ensino superior e os funcionários. Ao largo, na avenida Dr. Arnaldo, a polícia mantinha-se em peso e de prontidão.

Ninguém sabe como, nem por quê, no ritmo febril daqueles dias tinham esquecido de pedir permissão ao diretor da Faculdade. Transpirou a notícia de que ele estava uma fera. Deliberou-se rapidamente, concluindo-se que era imperativo ir logo dar-lhe uma satisfação.

Lá se foi o vice-presidente falar com o diretor, que o recebeu muito irascível e ameaçando mandar a polícia entrar para expulsá-los. Por seu lado, o presidente, com uma comitiva, procurava o secretário da Segurança Pública, firmando o compromisso de que nem os grevistas saíam, nem a polícia entraria.

Enquanto isso, a tensão geral chegava ao auge e despencava uma tempestade, com raios e trovoadas. E o pessoal ali firme, ao ar livre, debaixo do aguaceiro. O sistema de som, como sempre acontece nessas horas, entrou em pane. Adotou-se então a prática da *ladainha*, inventada pelos estudantes, pela

qual os da frente repetiam o que ouviam e iam repassando para os de trás. E não dava para ver quem falava.

Às reclamações dos manifestantes, o pessoal se mexeu e acabou desencavando, não se sabe onde, uma mesinha. A humilde peça de mobiliário encontrou sua gloriosa serventia ao se metamorfosear em tribuna para os oradores da sessão. E foi assim que se registrou para a posteridade o instantâneo do vice-presidente e primeiro orador, subindo na mesa pelo comando de greve da USP e clamando por união. Em minutos, serenou os ânimos, fortalecendo-os e dando continuidade aos trabalhos.

Culminação do movimento, seu mais memorável evento veio a ser esse comício, que ficou conhecido como aquele em que Antonio Candido subiu na mesa.

* * *

A época da Abertura foi fértil em atos públicos, sessões e comícios – e em todos estava nosso homenageado. Como, por exemplo, presidindo a mesa do comício de lançamento da candidatura de Fernando Henrique Cardoso a senador, em 1978, antes que seus caminhos divergissem. Foi na oportunidade que Antonio Candido, sinalizando quem chegava, apresentou ao público “nossa querida Regina Duarte”, como se nunca tivesse sido outra coisa na vida senão animador de auditório. Ou integrando várias reuniões que visavam a criar uma associação ou partido socialista. Ou fazendo parte da comissão assinou e apresentou em público a Carta aos Brasileiros, redigida e lida por Gofredo Telles Jr. em 1977, no pátio da Faculdade de Direito – aquela que terminava por: “Estado de direito, já”. Ou dando uma histórica entrevista em que marcava precocemente, antes da Abertura, posições de esquerda, já em 1977, à revista *IstoÉ*.

Mais tarde, com a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, que esteve presente, nele veio a ocupar diferentes funções ao longo dos anos. E ao PT doou o total da importância correspondente ao prêmio Moinho Santista com que foi agraciado em 1990.

Nos anos 1980 viajou por três vezes a Cuba e dedicou-se com afinco à divulgação da revolução cubana entre nós, por meio de conferências e artigos. Compôs a mesa por ocasião de debates sobre o tema em várias ocasiões, uma delas quando da visita de Roberto Fernandez Retamar, presidente da Casa de las Américas, no Centro Cultural Vergueiro, e outra quando da visita de

Fidel Castro, no Anhembi, tendo escrito a saudação, que foi lida por Antonio Callado.

Ultimamente, passou a integrar várias homenagens a Carlos Marighella. Este, como se sabe, morto e enterrado pela repressão em 1969, só dez anos depois teve seus restos mortais entregues aos familiares. Na ocasião, houve uma cerimônia em São Paulo, no Instituto dos Arquitetos, quando foi orador Luis Carlos Prestes e Antonio Candido esteve presente; e outra em Salvador, na inumação.

Subsequentemente, fizeram-se cerimônias anuais, até o lançamento do livro de Marighella, *Por que resisti à prisão*, em 1994, quando nosso homenageado foi orador. No mesmo ano houve outra celebração, com uma Semana de Estudos Carlos Marighella, na Universidade Federal da Bahia, quando Antonio Candido se deslocou para lá juntamente com Florestan Fernandes, e ambos discursaram no salão nobre.

Uma tarefa das mais recentes a que se tem dedicado nosso homenageado é a de escrever prefácios para os livros de memórias de militantes históricos, como Lélia Abramo, e mesmo daqueles da luta armada, como os do próprio Marighella, de Apolônio de Carvalho e dos presos do Presídio Tiradentes.

Os intelectuais e a criação do PT

Luiz Dulci

Vice-presidente nacional do PT. Ex-dirigente sindical, foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência nos governos Lula e ex-secretário de Cultura e de Governo de Belo Horizonte. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo

São numerosos, como é justo, os estudos dedicados ao papel das lideranças sindicais na criação do PT. Há também diversas teses e depoimentos acerca da contribuição da igreja progressista e das organizações clandestinas de esquerda. Mas não conheço qualquer trabalho relevante sobre o aporte dos intelectuais e artistas à construção do partido.

Trata-se, a meu juízo, de uma lacuna importante, pois os intelectuais tiveram naquele processo um papel muito mais destacado do que se imagina e, sobretudo, o cumpriram de um modo fortemente inovador no que diz respeito à tradição da esquerda.

Os intelectuais que participaram da fundação do PT, ou que nele ingressaram em seus primórdios, já eram quase todos abertamente refratários ao dogmatismo da esquerda tradicional. Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire, Marilena Chaui, Antonio Candido, Lélia Abramo, Hélio Pellegrino, entre muitos outros, mais ou menos notórios, em diferentes regiões do país, eram o que se poderia chamar de “socialistas independentes”, tanto pela autonomia de pensamento quanto de conduta política. Assumidamente esquerdistas, radicais, eram ao mesmo tempo – e o eram, em alguns casos, há décadas – críticos severos da degeneração teórica e prática dos partidos autoproclamados revolucionários.

Nada mais distante desses intelectuais que a *sacralização* do partido político imperante na esquerda ortodoxa. Nada mais alheio a eles que a apologia do partido em si, legatário e portador da “Ciência da História” e do saber revolucionário, intérprete oficial das agruras e desejos dos oprimidos. Nada mais oposto às suas convicções que um aparato partidário profissional e mo-

nolítico, acima dos sentimentos e movimentos populares, com a pretensão de governar toda e qualquer iniciativa de mudança social.

Na verdade, esses intelectuais possuíam, sem prejuízo da paixão transformadora, uma visão *laica* do partido. Não o encaravam como “vanguarda iluminada” (a expressão é de Antonio Candido, contra as concepções estalinistas, em 1948), mas como uma organização popular entre outras, de inegável importância na luta política mas sem possuir nenhuma garantia prévia, doutrinária ou histórica, do acerto de sua atuação e da prevalência de sua verdade, devendo legitimar-se pelo apoio social aos seus projetos. O PT não era o partido justo de hoje que vinha substituir os partidos justos do passado – mas um partido necessário, entre outros possíveis, para que importantes segmentos da sociedade brasileira não continuassem excluídos da democracia ativa e dos direitos de cidadania.

Muitos desses intelectuais e artistas aproximaram-se do PT, sentiram-se atraídos pela sua proposta, depois de expressarem em suas respectivas obras uma compreensão, ao mesmo tempo radical e heterodoxa, da realidade brasileira e de seu potencial libertário.

Eles haviam, cada um à sua maneira, participado intensamente do combate às ideologias conservadoras e antipopulares, ao chamado “pensamento reacionário”, contribuindo para desmistificar o autoritarismo excludente da vida brasileira e para afirmar valores políticos e morais alternativos. Haviam superado em suas obras o marxismo mecanicista ainda dominante na esquerda, incapaz de analisar e compreender as contradições reais da nossa sociedade, em especial as emergentes. Haviam produzido esplêndidas “descrições críticas” da civilização brasileira e de sua radicalidade estrutural, assentando as bases, mesmo sem pretendê-lo especificamente, para um novo olhar socialista sobre o Brasil. Sérgio Buarque escrevendo uma história dialética não economicista; Candido surpreendendo no âmago da criação literária a sua dimensão civil; Freire criando uma pedagogia da autotranscendência coletiva; Marilena escrutinando os fundamentos éticos da democracia radical; Pellegrino polemizando com deus e o diabo sobre o mistério do amor...

Ao contrário do que se afirma, acredito que a lucidez desses como de outros intelectuais colaborou de modo decisivo para que o PT adquirisse a singular fisionomia ideológica e organizativa que faz dele um caso provavelmente único na história partidária brasileira, condição reconhecida até pelos seus maiores adversários.

E não se trata de terem os intelectuais assumido este ou aquele posto de poder no partido (embora alguns fossem logo respeitados dirigentes). Nem tampouco de terem participado diretamente da elaboração dos nossos documentos constitutivos (embora alguns tenham sido corretores inclusive do manifesto de fundação e do programa do PT).

Penso que a sua influência heterodoxa e inovadora não dependeu de cargos (que de resto nunca pleitearam e frequentemente recusaram) nem de luta doutrinária interna. A maior contribuição desses intelectuais – tanto mais profunda, em certo sentido, quanto menos deliberada – foi a sua própria atitude militante, sua modalidade peculiar de ser e estar no partido, de *presença* humana e política, naquele sentido de testemunho visceral, que traduz princípios éticos em comportamentos cotidianos e convicções gerais em atos particulares os mais singelos; naquele sentido da despojada e exemplar sabedoria que levou certa feita Gabriel Marcel a falar em “categoria da presença”.

A consistência de seus valores democráticos e socialistas, praticados com discrição e firmeza, teve notável impacto sobre o conjunto do partido, como que prefigurando o novo convívio social que desejávamos construir. De um lado, transparência, companheirismo, tolerância, espírito de serviço sem negação da individualidade, generosa abertura para o debate interno e externo, sem qualquer laivo de sectarismo, um compromisso de vida com o destino das classes populares. De outro, vasto conhecimento do Brasil real e autêntico fervor pelo Brasil possível, senso do concreto, prioridade para os problemas de interesse geral, um modo não dogmático de abordá-los, com o máximo de rigor e profundidade mas sem nunca perder de vista a desejável partilha do saber.

A sua própria defesa do PT já subvertia os cânones. Reivindicavam para o partido o direito de estruturar-se livremente, à revelia da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, imposta pelo regime militar. E o que é mais importante: sustentavam a necessidade de o PT inventar a sua identidade orgânica e não somente reproduzir formatos partidários da nossa e de outras tradições. Estimulavam o partido à “aventura da originalidade” (Eder Sader), mesmo sabendo dos riscos inerentes às formas políticas experimentais, que não contam com o tranquilizador (mas quase sempre conformista) aval das teorias estabelecidas. Não hesitavam, por isso mesmo, em propor ou apoiar mecanismos de tensionamento da *forma-partido*, tais como os núcleos de base, as plenárias e encontros democráticos, as salvaguardas aos direitos das minorias, as restrições ao acúmulo de cargos, a socialização dos mandatos e assessorias parlamentares, as prévias eleitorais internas etc.

Basta mencionar, nesse sentido, dentre outros depoimentos de grande transcendência ético-política, em que pese a natural modéstia de seus autores, a *Carta Aberta a um Líder Operário* de Mário Pedrosa a Lula (1978), as entrevistas de Antonio Candido *Democracia e Socialismo* (*IstoÉ*, 07/09/1977) e *Opinião de Antonio Candido* (*Folha de S.Paulo*, 10/08/1980), o texto de Paulo Freire *O partido como educador e educando* (1981) e vários artigos de Hélio Pellegrino, da mesma época, coligidos no volume *A burrice do demônio*.

Mesmo que não tivéssemos plena consciência disso, a verdade é que muito da fisionomia do PT ainda estava em disputa. Na tentativa de inviabilizar o projeto petista, ou pelo menos de domesticá-lo, adversários de direita e de esquerda tradicional chegavam até a arguir a nossa “ilegitimidade democrática”, devido à proposta *sui generis* do partido. As heresias teóricas e práticas do PT eram condenadas por uns e outros, que exigiam, a título de “ritual de passagem”, o abandono pelo partido de suas características mais originais e insurgentes, de seus elementos de ruptura com a tradição elitista e conciliadora da política brasileira. Exigiam que abjurássemos justamente dos nossos traços mais surpreendentes e menos neutralizáveis pelo poder dominante, que destinava à esquerda o eterno papel de caudatária ou testemunha impotente, jamais de protagonista e em hipótese nenhuma de alternativa de poder. Exigiam que alienássemos justamente aquilo que, na prática, podia redefinir o quadro partidário do país.

Internamente, como aliás era de se esperar no caso de um partido heterogêneo em formação, havia segmentos ainda presos a matrizes teóricas exauridas e que tendiam a priorizar questões ideológicas e mesmo programáticas completamente artificiais no Brasil de 1980, em prejuízo da pertinência social e do carisma político-cultural do PT. Nesse contexto, o apoio intelectual às ousadias conceituais e empíricas dos “novos sindicalistas”, a serena e bem fundamentada recusa de esquemas ideológicos esclerosados, assim como a capacidade de resistir à maré montante do pensamento neoconservador – tudo isso foi, sem dúvida, muito importante para assegurar um PT radical e socialista mas liberto da ortodoxia comunista e de outros ortodoxias.

O PT não pode ser o educador que já sabe tudo, que já tem uma verdade intocável, diante de uma massa popular incompetente a ser guiada e salva. Um educador para quem o futuro seja algo preestabelecido, uma espécie de fado, de sina ou de destino irremediável. [...] A questão não está apenas em proclamar verbalmente a opção pelas classes e setores dominados, mas ter uma

prática político-pedagógica rigorosamente coerente com a proclamação verbal. Uma coisa é a expressão oral da opção pelas classes oprimidas, pelas massas populares, a outra é uma prática elitista, quando sabemos que não é o discurso que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso. É então a coerência entre a sua prática e as suas opções proclamadas que virá fazendo o PT, enquanto educador, reconhecer-se também como educando. Vale repetir: para que o PT assuma o seu papel de educador enquanto partido, coerentemente com as suas opções proclamadas, ele tem de assumir também o papel de educando das massas populares. A sua tarefa formadora, como partido de massas e não de quadros, se dá na interioridade das lutas populares, na intimidade dos movimentos sociais de onde ele veio, dos quais não pode afastar-se e com os quais deve aprender sempre [...] Só os educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de ser educado pelos educandos, só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe (Paulo Freire, 1981).

Esses intelectuais não se propunham, de modo algum, a dirigir o partido em função de sua competência teórica ou científica. Ao contrário: valorizavam reiteradamente, através de palavras e atos, o fato de que um partido *a favor* dos trabalhadores fosse também *de* trabalhadores, contasse desde o início, em todos os níveis de decisão, com trabalhadores a liderá-lo. Consideravam uma importante novidade histórica o protagonismo político de operários e sindicalistas e maior ainda a criação de um partido de massas pelas mãos de lideranças verdadeiramente populares. (Coisa, aliás, a auto-organização política das classes subalternas, que vários deles haviam de alguma forma auspiciado em suas obras, a começar do próprio Sérgio Buarque de Holanda, no capítulo final de *Raízes do Brasil*). Valorizavam a novidade do fenômeno não obstante o que ele pudesse conter, como de fato continha, de relativa ignorância histórica, limitada informação institucional e (às vezes) deliberada imprecisão ideológica. Prestavam maior atenção ao sentido estrutural do processo – já por si revolucionário no contexto brasileiro – que à sua “aparência”. Sentido estrutural que extrapolava o discurso consciente dos líderes do PT, sua verbalização condicionada pela conjuntura e pelo léxico de época. E, naturalmente, transcendia os rituais, modismos e cacoetes do PT que nascia, suas inevitáveis querelas internas: “Essas brigas são espuma – dizia Hélio Pellegrino – o rio corre mais embaixo, passa tranquilo”.

Recusando-se a adotar postura elitista, de presumível superioridade intelectual e, por extensão, política, nem por isso incorreram em qualquer tipo de basismo. Tinham frente aos líderes e militantes populares respeito, curiosidade fraterna, não raro carinhosa solicitude, mas de modo algum atitude acrítica, disposição subserviente, celebratória ou personalística, que restabelecesse pelo avesso as hierarquias artificiais que pretendiam abolir. A sua genuína admiração pela coragem e criatividade popular de que resultou o PT não implicava nenhum rebaixamento dos padrões analíticos e críticos, nem de sua obra geral nem de sua contribuição ao debate interno do partido. E menos ainda significava concordância *a priori* com quem quer que fosse.

O que mais os entusiasmava era o potencial de “surpresa histórica” que o PT trazia consigo (impensável na tradição ortodoxa, a surpresa histórica). Destacavam, e desse modo ajudavam a consolidar, o que não era de modo algum descontado – os nossos aspectos mais inaugurais. Por exemplo: a pluralidade de fontes filosóficas e ideológicas de que se nutria o partido, dialogando criativamente com distintas concepções de mundo; a petulância de encontrar respostas brasileiras para os problemas brasileiros, sem importação de modelos políticos ou intelectuais, de soluções *pret-à-porter*, embora valorizando o conhecimento crítico de ideias e experiências transformadoras em outros países; a mescla de linguagens e estilos do PT; seu movimentismo; a conjugação de democracia representativa com democracia direta, do social com o institucional, da desobediência civil com a negociação parlamentar, de clássicas reivindicações econômicas (ainda vitais!) com a afirmação de novos direitos de raça, de gênero, de sexualidade.

Anos mais tarde, já no 7º Encontro Nacional do partido (1990), a resolução “O socialismo petista”, aprovada por unanimidade, algo raríssimo na história do PT, faria justiça àquele processo, sistematizando os seus frutos:

Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. O ideário do partido não expressa unilateralmente nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia “oficial”. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto

comum de uma nova sociedade [...] que se inspira na rica tradição de lutas populares da história brasileira.

Nos partidos ortodoxos, regidos pelo chamado “centralismo democrático”, a adesão orgânica praticamente exigia o sacrifício da liberdade intelectual. Acabava-se, de um modo ou de outro, por subordinar a reflexão teórica, a investigação científica e a criação artística aos “interesses superiores” da agremiação ou às tarefas de propaganda (alta ou medíocre propaganda, não importa). Para evitá-lo, alguns “companheiros de viagem” limitavam-se a emprestar seu prestígio social ao partido, sem integrar-se plenamente a ele. A rigor, não existia a possibilidade de o intelectual conservar sua independência, isto é, sua autonomia de investigação e juízo, sem confrontar-se em algum momento com a verdade oficial do partido. Predominavam os “enquadramentos rígidos” (Antonio Candido), as linhas oficiais ou oficiosas: linha filosófica, linha econômica, linha política, linha estética. Fora delas, era o desvio, a indisciplina, com as suas tremendas consequências objetivas e subjetivas.

Sem postular que houvesse uma relação idílica, sabidamente impossível, nem ignorar contradições, às vezes agudas, que certamente existiram e continuavam existindo, estou convencido de que conseguiu-se instaurar entre os intelectuais petistas e outros setores também dedicados à construção do partido uma dialética cultural e política de novo tipo, de fecundo e recíproco aprendizado. De certa forma, apesar das eventuais turbulências (ou, quem sabe, exatamente por causa delas, por considerá-las naturais e até pedagógicas em uma instituição democrática), conseguiu-se uma relação bastante horizontal e complementar, em que os intelectuais deixaram de ser um corpo separado, especializado e instrumental, com a missão de difundir uma política que usualmente não ajudavam a gestar, para tornar-se parte integrante, a pleno título e para todos os efeitos, do debate e da atuação coletiva do partido.

A cultura política e humanística dos intelectuais – sua rigorosa leitura do capitalismo brasileiro aliada à capacidade de presentificar sentidos da história e de questionar limites da própria resistência popular – enriquecia de modo natural, pelas artes do convívio, o saudável empirismo dos sindicalistas, sem o qual o PT não teria sequer nascido ou logo teria se desnaturado em um “partido de vanguarda”. Essa dialética de saberes, isenta de proselitismo, desafiava as lideranças populares à autossuperação política e moral (sem deixarem de ser o que eram e, se possível, sendo-o cada vez mais) com vistas ao combate mais complexo pela hegemonia política na sociedade democrática.

Por outro lado, desafiava, também, acadêmicos e artistas, habituados a lidar com o povo trabalhador, sobretudo de um ponto de vista conceitual (por digno e arriscado que fosse o seu engajamento), ao contato direto, cotidiano com operários fabris e trabalhadores rurais de carne e osso, em sua desconcertante diferenciação e contraditória identidade, amálgama de preconceitos moralistas e inéditos valores de libertação, de lacunas escolares e vasto, qualificado, quase inacreditável *saber de experiência feito*; de uma enorme sede de aprender, de conhecer, de superar-se, casada com forte autoestima classista, com orgulhosa e provocativa “incultura” – forma possível e necessária de recusa às liturgias elitistas do Estado burguês.

Sem falar da astúcia estratégica de suas lideranças, frequentemente mais hábeis e criadoras, a julgar pelos resultados históricos obtidos, do que não poucos arautos de projetos com maior bibliografia e menor tirocínio.

* * *

Antonio Candido – que Carlos Drummond de Andrade considerava “o maior intelectual brasileiro vivo” – é um desses pensadores e artistas que participaram da criação do PT e ajudaram a moldar o seu caráter heterodoxo e inovador.

Candido relativiza a própria contribuição, alegando que não fez parte do Movimento Pró-PT, nem acompanhou diretamente as articulações que deram origem ao partido, vindo a integrá-lo somente a partir do Ato de Lançamento, em fevereiro de 1980. Esclarece que também não desempenhou posteriormente tarefas de formulação doutrinária ou política. Diz que sempre procurou “cumprir com o seus deveres de militante”, mas que nunca teve influência decisiva nos rumos do PT nem suas ideias tiveram maior centralidade no debate petista.

Se aceitássemos a premissa de que magistério moral, intelectual e político depende de espaços de poder ou de encargos oficiais, provavelmente concluiríamos que Candido tem razão ao minimizar o alcance de sua militância. No entanto, à luz do que sustentei páginas atrás – sobre o contributo marcante, ao ideário e ao estilo petista, de intelectuais que não ocuparam postos dirigentes ou, se fizeram (como Paulo Freire, Paulo Singer, o próprio Candido, Helena Grecco, Perseu Abramo, Hélio Bicudo), foi sem reivindicá-lo e de modo discretíssimo – é necessário avaliar o seu aporte pessoal por critérios mais perfunctórios. Também aqui, diria Hélio Pellegrino, “o rio corre mais embaixo”.

Candido impactou-nos a todos, durante esses quase 20 anos de militância compartilhada, pelo que ele é e pelo que decididamente não é. Pelos valores que proclama e pratica e pelos antivalores que radicalmente combate. Pela sua adesão a um só tempo racional e afetiva à causa dos oprimidos, que as vicissitudes da disputa política não abalam e muito menos a derrisão dos bem pensantes.

A forma como Antonio Candido milita já é em si mesma conteúdo. A exemplo do que sucede com as grandes obras literárias, que ele tão bem compreende e ensina a compreender. Ausência de atavios, de rebuscamento artificial, de jargão. A sua atuação política é análoga à sua prosa ensaística. Argúcia, profundidade, clareza. Assim também, dizem os ex-alunos, o seu modo de lecionar: “Um professor correto, discreto, que não falava de si nem se exibia [...] e todo mundo de repente percebia que a literatura é uma coisa importantíssima” (Walnice Galvão). Mais do que uma opção técnica, esse despojamento revela uma ética do estilo, que nega a linguagem política especializada como instrumento (consciente ou inconsciente) de poder. Seja de poder interno, diante dos filiados comuns, seja externo, perante a base social do partido. Profundidade que não cede nunca ao hermetismo. Argúcia que jamais transforma o objeto em pretexto. Clareza que não pretende abolir o senso do mistério...

Essa modalidade de presença confirma em toda a linha o que dele disse Darcy Ribeiro: “Antonio Candido é uma das encarnações mais dignas e conscientes da postura socialista entre os intelectuais do nosso tempo”. Postura que se evidencia não só frente aos grandes dilemas éticos e políticos mas em gestos comezinhos do dia a dia. Recordo-me, por exemplo, de sua participação em nosso primeiro Diretório Nacional (1981/1984). Não faltava às reuniões, chegava na hora, ficava até o final, ouvia com atenção todas as opiniões, em especial as que não coincidiam com a sua. Falava pouco mas, se necessário, não se eximia de opinar. Caso estivesse de acordo, evitava repetir o já dito. Se discordava de alguma análise ou proposta, fazia-o com franqueza e companheirismo, sem nenhum “argumento de autoridade”, procurando ater-se às questões de mérito. Considerava perfeitamente possível e natural que divergissem dele. E até desejável, nas situações mais complexas, para que o cotejo de experiências sociais distintas, de diferentes “culturas” pessoais, ensejasse uma compreensão integradora da realidade.

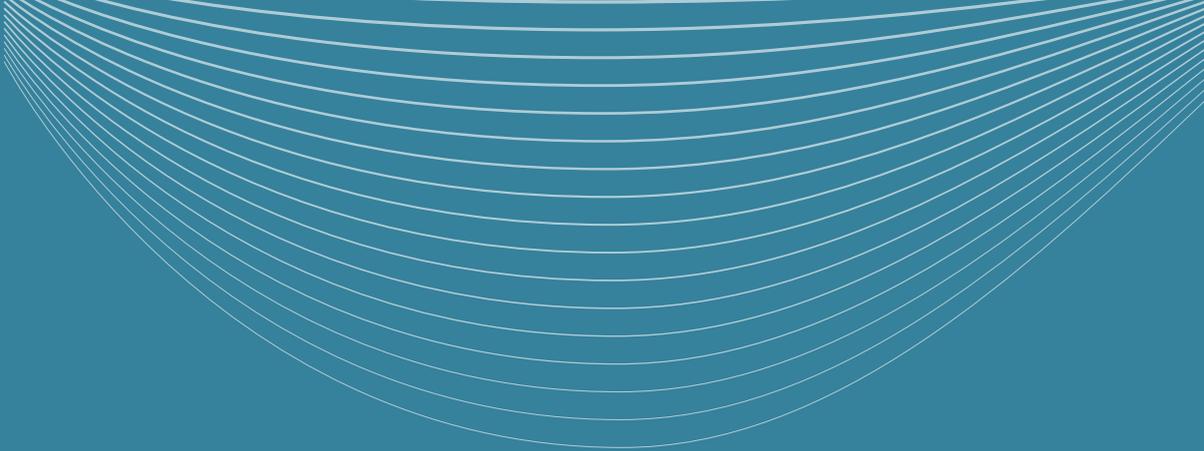
Um tal estilo, uma tal soma de virtudes poderia resultar indigesta, fazer de Candido um respeitável mas aborrecido varão de Plutarco. Mas não é absolutamente o que acontece. Antes de mais nada, porque ele tem uma

atitude dessacralizada também para consigo mesmo. Sua inteligência mantém-se alerta, imprevisível, atenta aos desafios do presente e do futuro, despida daquele narcisismo da memória que acaba por hipertrofiar o sentido do passado, atribuindo à experiência acumulada um valor normativo que ela raramente tem. É proverbial, além disso, o seu interesse pela inteligência e pelas obras alheias, *pelo outro*. Inclusive (qualidade pouquíssimo frequente entre militantes partidários) pelos problemas humanos que não são traduzíveis em termos imediatamente políticos. Sem falar do seu finíssimo senso de humor, antídoto à academicização de ideias e comportamentos. O que pode haver de mais salutar em um partido político sério que o espírito capaz de achar graça inclusive de si mesmo? Quem conhece Candido apenas através de fotografias, nas quais tende a ressaltar a sobriedade, a *gravitas*, não sabe o que perde de sua peculiar irreverência, de suas estórias saborosas (já se disse que ele é “um *causer* formidável”), de seu talento teatral, sobretudo parodiando poses, vocabulários, sotaques. Aliás, é dele mesmo, segundo uma de suas ex-alunas mais ilustres, a observação de que “todo professor é um ator frustrado”.

Senso de humor que frequentemente se manifesta por uma espécie de ironia compassiva. No dizer de Alfredo Bosi, esse jeito de ser, essa forma de estar junto aos semelhantes, “tempera o iluminismo severo da mente crítica com uma generosa aceitação dos limites de cada um”.

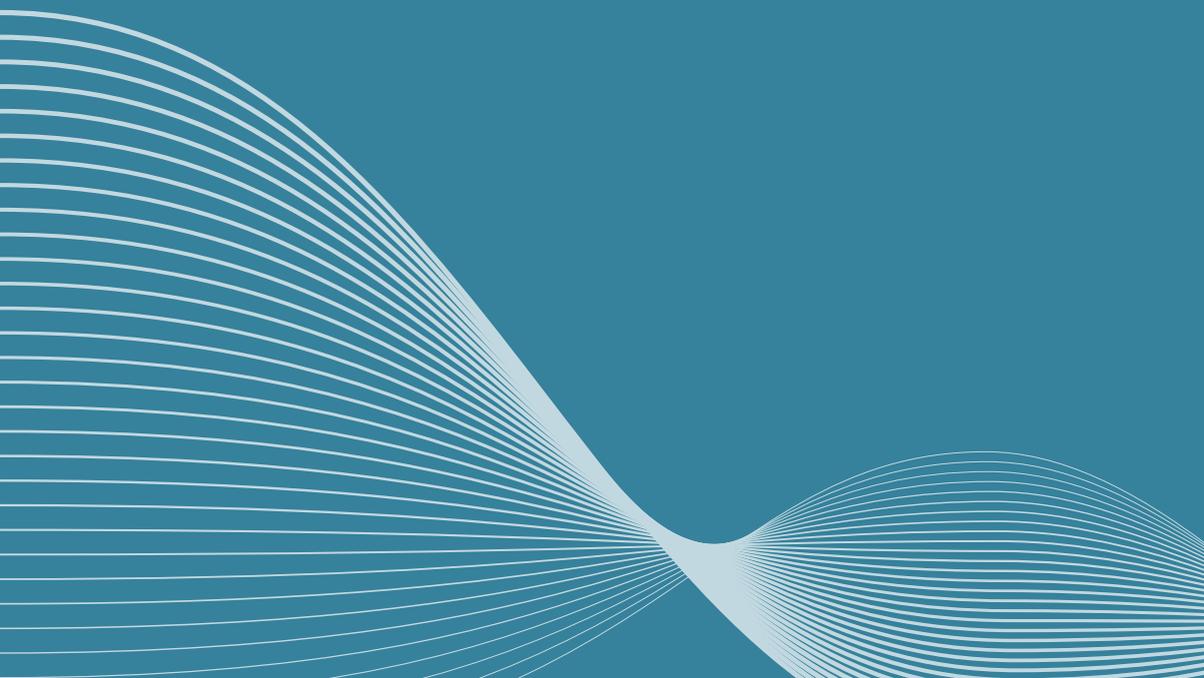
Ao longo dos anos, Candido cumpriu desse modo um sem-número de pequenas e grandes tarefas partidárias.

Mas, sobretudo, esteve e está presente.



EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE E MOVIMENTO DOCENTE

Quarta mesa
(14 de agosto de 1998)



Abertura

Jair Borin

Foi professor titular do curso de jornalismo da ECA-USP. E ex-presidente da Associação de Docentes da USP (ADUSP, seção sindical da Andes-SN)

Bom dia a todos. Vou dar início agora à constituição da mesa dos debates desta manhã e em seguida abriremos para a intervenção dos participantes. Sou o professor Jair Borin e teremos exposições dos professores Modesto Carvalhosa, Teresa Vara, Igenes Navarro e Carlos Franchi. “Educação, universidade e movimento docente” é um tema bastante caro para todos nós que militamos na ADUSP, e também para os estudantes das universidades brasileiras e seus funcionários. Formamos um conjunto dinâmico de grande importância social e econômica, e a crise que envolve hoje o ensino público superior brasileiro merece reflexões profundas, porque afeta a todos nós. É inconcebível que uma universidade como a USP, por exemplo, onde depois de duras penas são admitidos cerca de oito mil alunos, só forme, no fim do ano, quatro mil. Nossa evasão já está em torno de quase 50%. Isso é apenas um sintoma desta crise que nos envolve. Para discuti-la, então, estão aqui os especialistas. E em nome da ADUSP, eu gostaria de dizer que a nossa associação se sente muito honrada, não só por ser uma das entidades promotoras deste evento, mas também por contar entre seus associados o professor Antonio Candido, sempre presente na defesa do ensino superior público, gratuito, de qualidade. Gostaria de dizer que não é apenas um refrão essa nossa bandeira de luta, acho uma necessidade fundamental, hoje, defender ainda esta ilha que é o ensino superior público gratuito e manter sua qualidade.

Todo o trabalho do professor Antonio Candido é um exemplo de respeito à militância cidadã e é um farol a nos guiar nestas atividades que temos pela frente. O debate previsto para esta manhã contempla reflexões importantes sobre o que a sociedade espera das universidades e de seus docentes enquanto cidadãos trabalhadores e, sobretudo, pesquisadores e agentes de difusão do conhecimento. Uma crise sem precedentes, a nosso ver, atinge hoje as

universidades públicas brasileiras, e os sintomas dessa crise estão na burocratização excessiva de todos os procedimentos, baixos salários, desrespeito à especificidade do conhecimento e, enfim, uma série de outros problemas que geram um desalento entre os docentes. Para examinar esta crise estão aqui os professores convidados.

Antonio Candido: a passagem pela UNICAMP

Carlos Franchi

Foi ensaísta, linguista e professor emérito do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, do qual foi também diretor

Conheci o professor Antonio Candido em 1967, como seu aluno de pós-graduação em teoria da literatura. Ao final do curso, ele me convidou para a (a) ventura da formação do Departamento de Linguística da UNICAMP. De 1975 a 1978, como seu diretor associado no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, estivemos bem próximos. O que poderia eu dizer dessa minha pequena história com o professor Antonio Candido, entre colegas que tão longamente o conheceram? Dessa convivência quase episódica, o que poderia contribuir para o retrato acabado de uma personalidade tão rica, uma vida demorada e tão intensa, uma obra tão importante, uma ação política sem limites, tão teimosa e coerente? Em vez de falar dele, eu deveria ouvir dele e sobre ele, para recompor do que ouvisse as razões por que tão breve período tenha tido tamanha influência na minha vida, na minha opção acadêmica e na construção do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, que meus colegas e eu o ajudamos a implementar.

Uma forma de explicar esse quase encantamento é que um grande homem, que se construiu na ação e militância de tantos anos com uma profunda consciência ética, democrática e política, em cada coisa que faz é sempre uma síntese madura. Assim, nesse pequeno desvio de sua atividade pela UNICAMP, é lembrar e ver:

- a capacidade de pressentir e de prever aquilo em que vale a pena investir;
- uma predição que não lhe vinha do plano e da lógica, mas da experiência e da sensibilidade;
- daí, a disponibilidade de quem se doa sem cobrar e de quem faz sem esperar;

- depois, a arte de compor as circunstâncias, de conceber o projeto adequado e de agregar em torno de algumas diretrizes mestras as ações de seus parceiros, por uma liderança natural, sem qualquer imposição, quase por geração espontânea;
- enfim, sua só presença – estímulo e modelo.

Preciso tornar histórico esse sentimento pessoal. Já nos princípios da Universidade Estadual de Campinas, na década de 1960, Fausto Castilho se esforçava por transformar um núcleo inicial de economistas em um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Na Europa, era o apogeu do estruturalismo – da releitura de Marx e Freud, da antropologia analítica e construtiva, da revisão da noção de historicidade, da busca de um conceito de literariedade, da importância das noções de modelo, esquema, sistema e formalização. Não vou estender-me aqui sobre questões paradigmáticas e seus ecos na intelectualidade brasileira. Lembre-se somente o quanto influenciaram esse movimento o desenvolvimento da matemática moderna e mais particularmente a linguística estrutural – Saussure, Hjelmslev, Troubetzkoy, Jakobson, Shaumjan e menos Bloomfield, Harris e Chomsky cujo sucesso por aqui foi posterior.

Havia várias razões por que o projeto de Ciências Humanas na UNICAMP fosse marcado pelo ideário estruturalista. Bem localmente, a UNICAMP se projetava como uma universidade voltada para os avanços tecnológicos. Fausto Castilho, por outro lado, convivera na Universidade de Besançon, na França, com os primeiros reflexos de alunos de Culioli e seu programa formalizador e com algumas experiências, embora ingênuas, de linguística matemática. De fato, na linguística é que o projeto estruturalista vinha obtendo os melhores resultados explicativos com base em uma teoria de modelos, o que parecia justificar a crença de ser ela “a ciência piloto da renovação das ciências humanas”.

O projeto de formação de um grupo de linguística, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 1967, incorporava esse lema – a linguística na UNICAMP não nasceria como disciplina ancilar ou preparatória de um curso de letras, mas como um dos centros estruturadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Para tanto, seria importante que o grupo de linguística já nascesse interdisciplinar. E, por isso, lá se foram para a França, para uma licenciatura e mestrado em linguística em Besançon, um matemático, um antropólogo, um filósofo e um sociólogo.

O projeto possuía um forte apelo, embora elaborado sobre uma soma de equívocos:

- hoje, mais recuados no tempo e na reflexão, percebemos facilmente os problemas que se levantam a uma transferência ingênua de método e instrumentos formais da linguística às ciências sociais ou à teoria da literatura ou à teoria do discurso e do texto;
- a Universidade de Besançon e seu Centro de Linguística Aplicada estavam longe, mas muito longe, de equiparar-se aos centros de excelência em formação linguística nos Estados Unidos, na Inglaterra e mesmo na França;
- um bom projeto interdisciplinar depende da interação de pesquisadores experientes e competentes em sua área específica e não da existência de e pesquisadores pluridisciplinares; de fato, depois de um ano e até hoje, os pesquisadores do primeiro grupo seriam sempre menos linguistas e continuariam bom matemático, antropólogo, sociólogo e filósofo;
- o projeto parecia ter-se originado menos de convicções que do estratagema de fazer aprovar-se na UNICAMP e por seu Reitor, Zeferino Vaz, a criação de um Instituto de Ciências Humanas com verniz tecnológico e fazer aceitar sua importância¹.

Que tem isto a ver com Antonio Candido? Tanto a FAPESP quanto a Reitoria da UNICAMP se deram conta dos problemas e dos riscos postos à continuidade do projeto em que se havia investido. Ao mesmo tempo consultor da FAPESP e intelectual da confiança do reitor Zeferino Vaz, Antonio Candido foi chamado a ajudar, para não dizer intervir no processo de reformulação e manutenção do projeto. Sem ser linguista ou estruturalista e, menos ainda, formalista, Antonio Candido interpretou corretamente o projeto no contexto científico e intelectual da época, dando-lhe nova significação. Professor nas letras da USP, antevê os domínios de investigação que se abririam, para os estudos da linguagem, da interação nova entre a linguística e outras ciências humanas. Apoiava a formação de um segundo grupo de bolsistas, que cuidadosamente seleciona por informações próprias e de colegas docentes da USP – Rodolfo Ilari, Haquira Osakabe, Carlos Vogt – que tinham completado brilhantemente seu curso de Letras na USP e já se iniciavam na pós-graduação. Avaliza o projeto e lhe garante continuidade.

Lembro-me muito bem os argumentos que Antonio Candido utilizou para

1 O projeto tinha sido proposto com essa roupagem. Anos depois, quando voltamos da França para constituir o departamento, Zeferino Vaz, em entrevista a um jornal de Campinas, o saudava como um departamento de Linguística Matemática, o que ele nunca foi.

convencer-me a participar desse grupo, fechar meu escritório de advocacia e iniciar minhas atividades na universidade. Que a linguística teria aberto fronteiras para uma pesquisa interdisciplinar não somente nas ciências humanas mas no domínio de intersecção entre o estudo da linguagem e o estudo da literatura. Que mesmo sem entender nada disso – modéstia dele obviamente – percebia como, ao lado das tendências histórica, culturalista, crítica, estilística, sociológica, ideológica no estudo do fenômeno literário, havia sempre a linguagem, mais que instrumento, matéria mesma da literatura. Que o projeto da UNICAMP constituiria, de qualquer modo, uma ruptura na linearidade dos estudos da linguagem no Brasil, cujas consequências valia a pena explorar. Nós nos conhecíamos, professor e aluno, há pouco mais de um ano – da pós-graduação em Teoria Literária e eu me pergunto até hoje qual a força pessoal de Antonio Candido para levar-me a fechar o escritório de advocacia e me fazer incorporar, como contrapeso é verdade, ao Grupo de Linguística.

Posso dizer-lhes que o papel de Antonio Candido foi, nesse momento, decisivo para a constituição do Departamento de Linguística da UNICAMP e o que ele representa, ainda hoje, para o desenvolvimento dos Estudos da Linguagem no Brasil. Foi o que quis dizer, no início deste texto, sobre a capacidade de antever. De fato, o projeto renovado permitiu-nos constituir um departamento universitário original. Sem o caráter subsidiário de um curso de letras, abriram-se as perspectivas para um conjunto de áreas básicas e interdisciplinares – a sintaxe e a semântica formais, a fonologia, a análise do discurso, a linguística antropológica, a sociolinguística, a psicolinguística, a filosofia da linguagem e, mais tarde, a neurolinguística, a linguística textual, a linguística aplicada, as letras clássicas. Por isso, nosso departamento se tornou logo um centro irradiador e formador de excelência, certamente ainda hoje o mais importante da América Latina em algumas de suas áreas de concentração.

Pouco a pouco, daqui e dali, vínhamos sentindo pressões para a criação de uma Faculdade de Letras de que esse Departamento de Linguística – nascido e crescido num instituto de ciências, seria o embrião. Antonio Candido, lá da USP, sempre que nos encontrávamos, continuava uma referência e uma voz na reflexão. Ia nascendo um projeto mais ambicioso. Foi com ele – o inspirador – que fomos construindo um consenso sobre como responder a essas pressões:

- Não se podia perder a vocação para a pesquisa nos novos domínios de investigação que se consolidavam a pouco e pouco na UNICAMP e que exigiam ênfase na pós-graduação. Como construir sobre os alicerces dessa experiência um edifício moderno?

- Não teria sentido reproduzir na UNICAMP a estrutura habitual de uma Faculdade de Letras. Não havia uma demanda que a justificasse nas dimensões tradicionais para atender à formação de professores de línguas, o que nos obrigava a repensar os objetivos acadêmicos, científicos e sociais dessa nova instituição. O que de original se devia criar que respondesse às novas perspectivas dos estudos da linguagem? Que domínios inexplorados havia que explorar? Como inserir a nova instituição na sociedade e responder a suas demandas?
- Assim, em vez do agrupamento compartimentado de inúmeros departamentos – língua portuguesa, línguas clássicas, línguas estrangeiras, literaturas, linguística, teoria da literatura, filologia românica etc. – a nova instituição deveria constituir-se como um projeto orgânico e desenvolver-se a partir de um núcleo conceitual. A imagem com que Antonio Candido nos ilustrava esse desenvolvimento era o de uma tênia, em que os anéis se articulassem um a um por exigências internas e de vida própria. Não se institucionaliza uma estrutura para a realização de um programa de ação – são os resultados de um programa que devem dimensionar organogramas institucionais.
- Antonio Candido já propunha algumas linhas mestras desse projeto. Fazia-nos pensar primeiro em dois centros de pesquisa – o da linguística e o da teoria da literatura, em interação, que oferecessem as bases de reflexão teórica e de análise para o estudo de línguas naturais, por um lado, das literaturas, por outro e, na convergência, para o estudo da linguagem. Imaginava até, por uma vocação política e para o preenchimento de uma grave lacuna cultural no país, a formação de um centro de estudos latino-americanos, como um passo posterior ².

Isso eram conversas de corredor, assunto de seminário, a gestação de um programa. Foi assim que, por iniciativa dos colegas, formou-se o Grupo de Estudos em Teoria Literária, embrião de um futuro departamento, outra vez com a assistência e avaliação do professor Antonio Candido. A maioria dos componentes se formaram como nós em seus cursos e sob sua orientação na USP³. Inicialmente, reuniam-se para estudo e para reelaborar essas ideias

2 Pena que esse passo do projeto nunca se realizou.

3 O primeiro grupo era composto por Edda Arzúa, João Luís M. Lafetá, José Miguel Wisnick, Berta Valdman, Vera Chalmers, Suzi Frank Sperber, Maria Lúcia Dal Farra, Iara Frateschi, Adélia de Meneses.

em termos de objetivos institucionais. Foi então que se fixou o propósito da criação de um Instituto de Estudos da Linguagem que, por razões de política interna ao IFCH, se precipitou.

O projeto não se concretizou sem investidas críticas. Em muitos casos, a oposição nascia da contraposição equivocada entre os estudos linguísticos e os estudos filológicos ou mesmo os estudos clássicos das faculdades de letras tradicionais. Houve, porém, um momento em que nossa longa reflexão preparatória quase se perdeu. Marginalmente, corre uma história que hoje muitos desconhecem. Campinas era ainda uma cidade provinciana e a pequena burguesia letrada sempre resistiu à UNICAMP que se criara sem sua participação e sem incorporá-la a seus quadros, salvo talvez na Faculdade de Medicina. Num esforço de abrir-se acesso para esses interesses, havia sido encaminhada à Reitoria uma proposta que aliava alguns poucos docentes do Centro de Linguística Aplicada (o CLA, então subordinado ao Departamento de Linguística)⁴ e um membro do Conselho Federal de Educação ligado a um seminário batista, que sempre atendera a pedidos do reitor Zeferino Vaz. Esse outro projeto de uma Faculdade de Letras reproduzia exatamente a estrutura tradicional, com base no CLA, e pressupondo vários departamentos – português, inglês, francês, latim, grego, hebraico, filologia... A formação de professores para o ensino médio de línguas e de suas literaturas, em várias linhas paralelas, era seu objetivo central; a linguística e a teoria literária se tornariam disciplinas auxiliares. O ex-conselheiro seria encarregado da implantação da nova Faculdade de Letras.

Ao mesmo tempo, o diretor do IFCH e o chefe do Departamento de Linguística, então Manuel Berlinck e Carlos Vogt, coordenavam a implantação do novo Instituto de Estudos da Linguagem, tal como o havíamos concebido, ouvindo Antonio Candido. Lembra-me muito bem como o reitor Zeferino Vaz se mostrava inclinado a resistir à proposta alternativa e apoiar nosso projeto. Mas ele nos dizia que não teria condições de satisfazer o Conselheiro, a quem a UNICAMP devia favores, se em seu lugar propusesse para dirigir o novo Instituto/Faculdade, um professor – Vogt ou eu mesmo – cuja designação não pudesse justificar-se por si só e, pelo renome e reconhecimento públicos do designado, evitar ressentimentos. Foi quando nos propôs que procurásse-

4 O Centro de Linguística Aplicada tinha sido constituído, também, à imagem do centro da Universidade de Besançon. Ele se destinava ao ensino de línguas – inicialmente o inglês, o francês e o alemão e português para estrangeiros – em caráter instrumental para alunos dos diferentes Institutos e Faculdades da UNICAMP. Neste caso, seus docentes de ensino médio (não incluídos no corpo docente do Magistério Superior) tinham sido recrutados entre professores de Campinas.

mos Antonio Candido: se ele aceitasse assumir a direção do novo Instituto, a Reitoria adotaria e suportaria nosso projeto⁵.

Antonio Candido se aposentara recentemente na USP. Seu projeto pessoal de se dedicar tranquilamente a escrever não incluía certamente a direção de um Instituto na UNICAMP. Não tinha, em seus planos, assumir tarefas administrativas, cuidar de pessoal, examinar processos, despachar petições, preparar orçamentos, prestar contas⁶. Entretanto, mais uma vez, Antonio Candido colocou-se à disposição da Universidade, comprometeu-se com o novo Instituto de Estudos da Linguagem e salvou o projeto que vinha amadurecendo com sua inspiração.

Como seu diretor associado, assumindo as obrigações técnicas e burocráticas, pude conviver muito de perto com ele e ganhar o período mais importante de aprendizado e formação pessoal de minha vida acadêmica. Nas terças-feiras, Antonio Candido chegava bem cedo para a primeira atividade da manhã comigo. A Antonio Candido cabia a orientação acadêmica, as inúmeras reuniões de gabinete com os colegas e os intelectuais que o procuravam, a decisão sobre prioridades, projetos, programas, a indicação e decisão final sobre a ampliação do quadro de docentes e pesquisadores do IEL. Sobretudo, nas longas entrevistas com Zeferino Vaz, a que eu assistia, aprendia-se da história da cultura brasileira e das Universidades e, como subproduto, saíam sempre os melhores recursos para a implantação tão rápida do IEL. Mais do que tudo isso, Antonio Candido assegurava, só por sua presença, um modo de ser do Instituto internamente e o prestígio da instituição externamente e junto às demais Unidades e Órgãos administrativos da UNICAMP: a imagem ofereceu um ponto de apoio fundamental para o futuro sucesso da instituição.

Isso tudo tem a ver, no que eu sinto, com a riqueza de sua personalidade, com a simplicidade e modéstia com que estabelecia as relações com os colegas e servidores, com os fragmentos de fala que nunca pareciam conselhos ou recomendações, com um compromisso ético que não era normativo: transpirava de cada gesto e cada ação.

5 Zeferino Vaz sempre sabia muito bem o que queria. Seu respeito por Antonio Candido vinha de longa data e, por diversas vezes, o convidara para assumir a implantação das letras e, pacientemente, esperara essa oportunidade.

6 Modesto Carvalhosa, neste encontro, chamou-me a atenção para um outro traço do comportamento de Antonio Candido. Ele, de fato, não se sentia atraído nem dotado para atividades administrativas; mas não as recusava quando se tratava de contribuir para um objetivo político ou perspectiva comum. Assim se dispôs, por exemplo, a secretariar as reuniões que se faziam na USP para a criação e organização da Associação dos Docentes.

Eu desfiaria muitas pequenas histórias que guardo cá comigo. Mas Antonio Candido vai me perdoar uma indiscrição para contar-lhes um segredo que ele me fez silenciar até hoje e que mostra a raridade de seu comportamento. Ele insistia com Zeferino Vaz que suas atividades na UNICAMP não precisavam ser-lhe pagas. Sua remuneração devia limitar-se ao ressarcimento de despesas, já que recebia os proventos de aposentadoria da USP. Zeferino Vaz lhe respondera que não existia função pública gratuita: a UNICAMP lhe pagaria como aos outros diretores. Antonio Candido mantinha, por isso, um caderninho de gastos – um táxi, um almoço, uma multa do motorista do carro oficial, e assim por diante. Todo mês, deduzia da remuneração as despesas miúdas que fizera, sentava-se comigo para avaliar os pedidos do IEL ou de seus docentes e servidores que não tínhamos podido atender e os cobria com o saldo. Foi assim que se tornou possível pagar viagens de docentes a encontros científicos no Brasil, comprar livros para a biblioteca, atender a pequenas necessidades do IEL e de funcionários. O meu papel era esconder a fonte pagadora e fazer acreditar aos beneficiados que se tratava de algum recurso público ou doação qualquer.

Escrevendo este texto, posso entender melhor o que me encantou em Antonio Candido – a experiência moldadora da figura desde o mais proeminente até o gesto mais simples, a clarividência, a disponibilidade, a inspiração e modelo, a liderança desarmada, a preocupação social, o comportamento desinteressado e ético, a força pessoal que fazia sem nem mesmo pedir. E também esses pequenos gestos que não entram nas biografias ilustres mas são sinais visíveis – transparências: o desapego, o resguardo modesto de seu lado incomum, a simpatia com que atendia um servidor humilde, a paciência com que ouvia meus relatórios semanais.

E é muito importante deixar claro, particularmente para os mais novos que não viveram essa história, que o Instituto de Estudos da Linguagem não seria certamente o que foi e o que é sem Antonio Candido. Sua modéstia diria que eu exagero e que o Instituto é o que fizemos todos nós juntos. Acontece que, sem ele, muito provavelmente nem teríamos conseguido continuar juntos e até irmanados durante tanto tempo.

A ANDES-SN em memória e existência: um depoimento

Ignez Pinto Navarro

Professora aposentada do Centro de Educação
da Universidade Federal da Paraíba

Agradeço sinceramente a honra de ter sido convidada para participar de um evento como este – raro nos dias atuais – que, conjugando *razão* e *sensibilidade* em alta densidade acadêmica, me dá a oportunidade de resgatar, com a emoção de quem se inseriu apaixonadamente neste processo, a emergência e traços/acontecimentos marcantes da trajetória da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior brasileiras, hoje Sindicato Nacional.

Falar do significado histórico e da importância política da criação e atuação da ANDES é voltar à “década da esperança”, no Brasil. É reviver o final dos anos 1970, quando pipocavam Associações de Docentes nas redes pública e privada de ensino superior de todo o país que, desafiando o regime militar e seus grilhões repressivos, traduziam a vontade coletiva de combater organicamente, a partir dos próprios locais de trabalho e em sintonia com as aspirações de muitos outros movimentos sociais que também eclodiam, o autoritarismo e o arbítrio vigentes nas instituições de ensino superior e na sociedade. A defesa da democratização dessas instituições e da sociedade brasileira está, pois, na raiz da própria *identidade da ANDES*, como um dos seus traços constitutivos fundamentais.

No *campus I* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde fui aluna e lecionei por muitos anos, este momento foi vivido com fortes cores e muita intensidade. A determinação expansionista do reitor Lynaldo Cavalcanti viabilizara a contratação maciça, mediante processos de seleção e admissão desencadeados nos departamentos das várias áreas de conhecimento, dos famosos e por vezes execrados professores colaboradores. Predominantemente

jovens e muitos deles egressos do movimento estudantil, eles começaram a mudar a fisionomia e o cotidiano da instituição, principalmente os oriundos do centro-sul do país, academicamente respeitados e assumidamente com posições de esquerda. É que o prestígio do reitor nas esferas institucionais de poder e a sua visão “progressista” de universidade (importa registrar que a UFPB representava e representa o segundo orçamento do Estado da Paraíba e, pois, uma fonte enorme de poder) lhe permitiram contratar, como professores colaboradores ou visitantes, inclusive, “grandes cérebros” perseguidos pela ditadura, apesar da submissão da universidade aos controles da Assessoria de Segurança e Informação atuante no dia a dia universitário.

Neste contexto, a tradicional UFPB, dirigida por docentes ex-padres e/ou grandes personalidades locais, foi “invadida” por uma onda de professores barbudos, alguns usando bermudas e “sandálias de rabicho” e de professoras com vestes também descontraídas, feministas, liberadas – todos rotulados pelo conservadorismo local como “comunistas, *hyppies*, drogados ou sexualmente promíscuos” – que constroem principalmente os catedráticos de paletó e gravata. De fato, esses “alienígenas” subverteram em pleno e bom sentido a “moral e os costumes” da ordem provinciana: do simples modo de ser/se apresentar (compatível com o clima e o sol paraibanos) ao ameaçador terreno dos questionamentos e críticas ao estabelecido. Em decorrência, como a USP, a UFPB também tem seu “Livro Negro”: viveu sérios episódios de confronto e perseguição ideológica, nela caracterizados por um xenofobismo em alto grau.

A ADUFPB-JP foi criada, em outubro de 1978, marcadamente por iniciativa desses perigosos “alienígenas”. A eles se integraram “nativos” que, como eu, viam com bons olhos e muita expectativa essa “invasão”. Foi possível, assim, enfrentar o medo da repressão e da perda de emprego em início de vida profissional, para vivenciar um *esperançar ativo*, porque fundado na possibilidade de intervir na perspectiva de transformação da realidade universitária e do país. A *fome coletiva* de democracia e de promover mudanças fundas nos corações e mentes – que tomava as salas de aula da graduação e da pós-graduação recém-criada, fazendo-se também presente nos grupos de pesquisa e de atividades de extensão que aos poucos se ampliavam – suplantava as *angústias e tensões do medo individual*, atenuado pelo seu próprio enfrentamento coletivo.

Se essa fome nos colocava na proa e na vitrine dos acontecimentos, nos punha também diante da nossa própria condição de assalariados precários, que periodicamente tinham de receber o “sinal verde” da ASI para a recon-

tratação como colaboradores. Impedidos por lei de fazer concurso público e ingressar por essa via no quadro permanente dos docentes, somamo-nos ao contingente dos professores integrantes desse quadro que, lutando pela democracia, eram ao mesmo tempo compelidos a se verem como trabalhadores que, dentro das especificidades do trabalho docente e gozando do prestígio socialmente atribuído aos *professores universitários*, tinham de perseguir uma melhor situação salarial e profissional, associando-se e se diferenciando em relação às demais categorias de trabalhadores que (re)emergiam ou passavam a se organizar.

Participar do movimento docente era um duplo risco: expunha-nos ideologicamente e nos dava a ousadia de, como servidores públicos federais constitucionalmente proibidos de nos sindicalizarmos, infringir a lei maior e realizar greves nacionais por salários, carreira e melhores condições e qualidade de trabalho. Lutas trabalhistas e luta pela democracia das estruturas de poder e pelo ensino público e gratuito de qualidade para todos foram se conjugando, politizadamente, nos movimentos paredistas que se sucederam. No campus I da UFPB, as assembleias ocorridas durante as greves do início dos anos 1980 lotavam o ginásio de esportes com a presença de “alienígenas” e “nativos”, impregnando de emoções e perspectivas novas o tempo/espaço de trabalho e abalando definitivamente os seus velhos alicerces e práticas. Ao transcender os muros institucionais e ganhar notoriedade e simpatia externas, essas primeiras greves materializavam o nosso sentimento generalizado, militante, de que, a partir de então e independentemente dos seus desfechos, a UFPB nunca mais seria – como de fato, deixou de sê-lo, em um patamar contraditório superior – a mesma.

O que acontecia na UFPB, em sua intensidade e cores próprias, se espalhava em todo o país e fortalecia a busca de organização nacional do movimento dos docentes do ensino superior brasileiro. A ANDES nasce dessa força nova e desse processo, que lhe confere o *ineditismo* e a *originalidade* de uma organização por local de trabalho, cuja estrutura, essencialmente democrática e autossustentada, comporta grupos de reflexão, elaboração e proposição de políticas de ação sindical (os GTs), que constituem espaços por excelência de formação de quadros para o movimento, através de uma produção intelectual “engajada”, sim, mas “alto nível”. De minha vivência no Grupo de Trabalho de Política Educacional – não por acaso um dos primeiros a ser criado – retenho, além do aprendizado e crescimento intelectual, gratas memórias de um convívio fraterno, solidário, bem-humorado e cúmplice, em que as trocas

e discordâncias se davam movidas pela paixão política de avançar e fazer as coisas acontecerem. Em nome dela, muitas vezes, virávamos noites e fazíamos refeições trabalhando em hotéis, para concluirmos tarefas inadiáveis e voarmos em seguida para o aeroporto de Brasília, retornando às nossas “bases”. Instância não deliberativa, o GTPE fecundava e enriquecia os debates nas plenárias de Congressos Nacionais da ANDES e Conselhos Nacionais de Associações de Docentes (CONADS), com suas proposições algumas vezes nada familiares para a maioria dos presentes, em outras declaradamente conflitantes (por falta de consenso interno) e quase sempre instigantes. Como Grupo de elaboração e proposição, também se convertia em grupo de intervenção, representando a própria diretoria da ANDES no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, além de dialogar/pressionar parlamentares pela defesa de emendas que a ANDES julgava fundamentais, durante a tramitação do projeto de LDB no Congresso Nacional.

Congressos Nacionais anuais e CONADS semestrais – sem falar dos Extraordinários já feitos – corporificam essa estrutura sindical ímpar e constituem verdadeiros celeiros de formação política para os militantes de base, largamente predominantes por disposições estatutárias. Sua vivência ilumina as especificidades desse sindicalismo: muito papel, infindáveis inscrições e falas, discussões de fundo e de vírgulas prolongavam as plenárias madrugada adentro, em climas acalorados, amenos, tensos, divertidos, onde a própria crítica e autocrítica dos participantes – por vezes bem-humorada – sobre os ritos de funcionamento, os jargões e cacoetes manifestos se faziam presentes.

Essa estrutura orgânica permite – embora não garanta, por si mesma – a plena democracia interna e uma efetiva aproximação entre direções e bases do movimento. Ela tem viabilizado, inequivocamente, o aprendizado político do debate de grandes e importantes questões que desafiam o movimento, redundando em deliberações cruciais e em minuciosos encaminhamentos que, quase sempre, são impossíveis de serem inteiramente cumpridos. Colocá-la em prática custou, aos primeiros dirigentes, muita dedicação, disponibilidade pessoal e dinheiro do próprio bolso.

Ancorada nessa estrutura, alavancada pelo movimento dos docentes das IES federais autárquicas e fundacionais, alimentando-se também pelos ímpetos democratizantes dos docentes das IES estaduais e pelo vigor inicial dos professores das IES privadas, a ANDES se tornou, de pronto, um baluarte na defesa do *patrimônio social* representado pelas universidades públicas e de um *padrão unitário de qualidade* para as IES públicas e privadas do país. Ao lado

de entidades como a OAB, a SBPC, a ABI e a CNBB, ela representou, também, nas conjunturas que antecederam o advento e a própria implantação da chamada “Nova República”, uma importante força coletiva de combate à ditadura militar e aos seus desígnios, ao mesmo tempo em que, buscando inserir-se no “novo sindicalismo” nascente, somava-se aos que defendiam a autonomia, a independência e a liberdade sindicais como indispensáveis aos avanços concretos das classes trabalhadoras em suas reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida.

Em todas as suas ações internas e externas, bem ou malconduzidas, bem ou malsucedidas, a ANDES vem-se notabilizando pela *resistência* às investidas privatizantes dos governos no campo da educação e pelo esforço incessante de construir uma nova política educacional para a universidade e a sociedade brasileiras. Assim é que formulou, defende e vem constantemente atualizando a sua *Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira*, apresentou e defendeu uma *Plataforma Educacional para Assembleia Nacional Constituinte* e um *Projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional*, tendo ainda um papel decisivo na criação e atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, atuante no Congresso Nacional nas diferentes conjunturas que se seguiram ao seu nascimento.

Simultaneamente a essas formulações e intervenções mais globais, o movimento docente vem tentando concretizar, através de embates cotidianos (internos e externos) de projetos, a sua *concepção de universidade*. Exemplos marcantes e polêmicos são o seu acúmulo de discussões e proposições no campo da *avaliação institucional* e o seu combate sistemático às propostas de *reestruturação da universidade* movidas pela lógica empresarial, que têm marcado as iniciativas governamentais ao longo desses anos – a exemplo do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e do GERES – sem falar dos inegáveis avanços obtidos no campo da *democratização das IES*, particularmente no que se refere à *escolha dos dirigentes* universitários.

Existindo e resistindo, a ANDES tem, pois, um legado de contribuições significativas no que se refere à preservação/transformação da universidade pública e à construção da consciência crítica, cidadã. Neste sentido, o seu empenho no movimento pelas “Diretas Já”, em 1984, pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney, em 1988 e, mais recentemente, a sua participação no movimento pelo *impeachment* do presidente Collor de Mello são emblemáticos de uma ação voltada para o combate ao projeto neoliberal em curso no país e para a tentativa de construir um projeto de educação e

sociedade emancipadores. O prosseguimento desse combate se torna nítido no enfrentamento das políticas privatizantes e de congelamento salarial do governo FHC, como a última greve dos docentes das IES federais, em sua pujança controvertida, mas alentadora, recentemente demonstrou.

Essa sua atuação tem acumulado, também, conquistas econômicas e políticas importantes para a categoria e as IES, quase sempre sustentadas por movimentos grevistas, entre as quais se destacam: carreira docente (com progressão vinculada à titulação acadêmica) para os docentes das IES públicas e de algumas IES privadas; conquista da isonomia salarial entre autarquias e fundações e posterior obtenção de um regime jurídico único para os docentes das instituições federais de ensino superior; ganhos ou reposições salariais possíveis e viabilização de recursos financeiros para a manutenção, ainda que crescentemente precária, das IES públicas.

A transformação da entidade em Sindicato Nacional e a sua filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT), apesar de problemáticas para algumas Associações de Docentes, não a descaracterizaram em sua identidade singular nem a desviaram de seu ideário e de sua rota: apenas acentuaram ou introduziram novos desequilíbrios entre a sua *dimensão acadêmica* e o seu *fazer especificamente sindical*, desequilíbrios esses dados pelos seus traços constitutivos e que também se devem ao teor e ao montante dos desafios postos pelas diferentes conjunturas, cada vez mais desfavoráveis a uma intervenção exitosa na universidade e na realidade brasileiras.

De fato, ao pretender representar os docentes das IES *públicas* (autárquicas, fundacionais, estaduais) e *privadas*, a ANDES se deparou, desde o início, com o imperativo de construir a *unidade interna* face à diversidade de demandas dos docentes desses setores institucionais, que vem se materializando de diferentes modos conforme as próprias diversidades regionais do país. Sempre perseguida em torno de ações comuns direcionadas para questões fundamentais da política educacional, esta *unidade* se revelou tênue e precária, tendo prevalecido, como resultado concreto, por razões várias, o predomínio dos interesses dos docentes das IES públicas federais. Isto representa, inequivocamente, um traço tensionante e limitador de suas pretensões e práticas, acentuado pela sua transformação em Sindicato Nacional e pela conseqüente disputa com os SINPROS da representação dos docentes da rede particular de ensino. Por sua vez, o esforço crescente de aproximação dos servidores públicos nas lutas de caráter econômico-corporativo e o apelo frequente às ações jurídicas tem reforçado as suas ações especificamente sindicais, em detrimento às vezes de

conquistas importantes como a isonomia salarial e de um maior empenho nas suas formulações e intervenções no campo da política educacional.

A inserção orgânica efetiva da ANDES-SN no conjunto dos trabalhadores organizados na CUT – que não se resolve com a filiação em si mesma – também constituiu e ainda é um processo lento e penoso, com dificuldades de mão dupla: de um lado, há uma inegável resistência de parte da categoria e da “base” do movimento em assumir a condição de trabalhadores e, de outro, os trabalhadores organizados na CUT ainda veem os docentes do ensino superior de modo reservado/diferenciado, o que pode ser compreendido a partir das próprias especificidades do trabalho docente, calcadas na divisão social do trabalho historicamente existente e pela manifestação crescente de divergências de fundo entre as posições político-sindicais majoritariamente assumidas pelo Sindicato e pela Central.

Crescendo e amadurecendo, a ANDES-SN não ficou – nem poderia ficar – imune às adversidades conjunturais que se multiplicam e aos vieses que historicamente perpassam a prática militante, agudizando-se em situações de crise. Divergências iniciais quanto à concepção e condução do movimento se transmutaram e adensaram neste processo, permeadas pelas tendências políticas presentes no campo das esquerdas, resvalando mais acentuadamente para conflitos, tensões e disputas internas nem sempre palatáveis. Cansaço, desesperança, desistências, aposentadorias em massa e ingresso de novos docentes nas IES públicas mudaram o perfil e o tom da militância, desafiando o Sindicato a necessárias atualizações históricas de seus propósitos e práticas. Possivelmente, hoje, o clima de Congressos, CONADS e dos próprios GTs se encontra marcado por vicissitudes dessa ordem. Por sua vez, as derrotas, fragilidades, desvios corporativistas e desgastes vivenciados pela entidade neste seu percurso podem ser visualizados como inerentes ao processo de sua afirmação, consolidação e amadurecimento, *vis-à-vis* ao processo histórico de embate de racionalidades que vem se travando na sociedade brasileira, numa relação de forças crescentemente desfavorável aos intentos e práticas que caracterizam a ação sindical da ANDES-SN em sua singularidade.

Refletindo sobre esta ação em sua emergência e trajetória, a designo, hoje, como um *sindicalismo de intelectuais*, ou seja, um sindicalismo que traz a marca das especificidades do trabalho docente na definição processual e político-ideológica da sua estrutura organizativa e da prática sindical que vem sendo majoritariamente desenvolvida pelos seus dirigentes e militantes. Como um sindicalismo que convive, nesta sua identidade singular, com as

tensões e contradições inerentes ao desafio de integrar a *dimensão acadêmica* e a *especificamente sindical* em suas lutas pela construção de um novo projeto de universidade, de educação e de sociedade, declaradamente compromissado com os interesses dos subalternos e dos excluídos. As dificuldades básicas vivenciadas, intrínsecas à sua identidade, configuram limites históricos deste sindicalismo, que podem ser alargados ou superados pelo acionamento das próprias potencialidades da ANDES-SN, com destaque para o papel dos grupos de trabalho na sua estrutura orgânica, que traduzem a sua capacidade ímpar de elaboração teórica e de formulação de propostas e estratégias de ação no campo das políticas públicas e, particularmente, da política educacional.

Na atual conjuntura de crise e refluxo dos movimentos sociais comprometidos com as classes subalternas, em que o movimento sindical combativo – como um todo – se encontra imerso, a existência e a trajetória histórica da ANDES-SN representam, por si mesmas, com todos os seus limites, tensões e contradições, um alento para a retomada do *esperançar ativo* e da crença na possibilidade histórica de construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Ao saírem das academias para as praças públicas, há mais de 20 anos, os professores universitários – recém-egressos e titulares que, como o professor Antonio Cândido, jogaram sua força no movimento – se inseriram decididamente na busca de concretização dessa possibilidade histórica. Que essa busca seja alimentada, transformando fragilidades em força motora à altura do enfrentamento dos problemas sociais, econômicos, políticos e existenciais deste conturbado fim de milênio, em que, mais que nunca, é preciso conjugar *pessimismo da razão e otimismo da vontade*. Vontade coletiva, apaixonada, colada na história.

Educação, universidade e movimento docente

Modesto Carvalhosa

Advogado, professor aposentado de direito comercial na Faculdade de Direito da USP. Ex-presidente da Associação de Docentes da USP (ADUSP, seção sindical da Andes-SN)

Quero agradecer a oportunidade de compor o grupo de pessoas que falará a respeito de assuntos universitários neste momento de celebração dos 80 anos de Antonio Candido. Tenho a impressão de que o tema “Educação, universidade e movimento docente” se enquadra muito bem no que eu gostaria de dizer sobre os momentos em que lutamos juntos, Antonio Candido e todo o nosso grupo universitário, aqui neste campus, no período de 1977 a 1979. Quero fazer algumas reflexões para situar aquele momento histórico do Brasil e da Universidade de São Paulo. Gostaria de lembrar que a Historiografia baseia-se fundamentalmente, a partir da *École des Annales*, na documentação e na continuidade temporal. Despe-se a história do imaginário, da tradição factual, do sentido oficial da história enfim, para se basear nas fontes primárias e suas conexões e suas interpretações no tempo. Porém, para se situar uma época marcante na história, essa metodologia braudeliana é insuficiente, porque, na realidade, a história é sobretudo fundada num *sentimento coletivo* que se tem num determinado momento. Proponho que se faça uma reflexão metodológica, no sentido de estabelecer uma metodologia da *história do sentimento*. Faz-se a história do cotidiano, faz-se a história dos costumes, a história das mentalidades, e por que não vai se pesquisar a *história do sentimento* ou a *história das emoções*?

Isso porque a leitura daquele período, de 1977 a 1979, só pode ser feita através de uma percepção das emoções que então predominavam e não fundada apenas nos fatos documentados. O sentimento era o da *liberação* entendido como diverso do sentimento da *liberdade*. Quem sente a *liberação* como

uma necessidade não sente a mesma coisa quando já está liberto. A *liberação* é, sobretudo, um sentimento de exacerbação das ambiguidades pessoais e do grupo. Para se entender um período agudo ou de luta, há que detectar os sentimentos de coragem, de medo, de perplexidade, de reflexão, de ação; o *ethos* e o *pathos*, que marcaram profundamente a USP e nela a associação dos Docentes da USP (ADUSP) na esteira do que já estava aqui ocorrendo desde 1964. Naqueles anos de angústia cotidiana fomos dominados por esse sentimento de *liberação*, que, de resto, tomou conta de todos os segmentos da sociedade civil que não se conformavam com a ditadura militar que se instalara, cada vez mais vigorosa e amedrontadora.

Portanto, a *liberdade* política, que se alcançou hoje corresponde àquela frase que ouvi desde criança: *La guerre est finie*. Esta afirmação popular é de uma importância fundamental para o entendimento do tema da liberação: alcançadas as liberdades públicas, os sentimentos se encolhem, fica-se calmo, as pessoas perdem a excitação sobre o momento em que estão vivendo. É o mundo de liberdade. Diferente de 1977 a 1979, quando procuramos os caminhos para retomar a liberdade. Foi naquela época que a ADUSP surgiu. Havia já uma Associação dos Auxiliares de Ensino que acabou se transformando na ADUSP em decorrência da visão política dos integrantes do corpo docente da USP. Pensava-se, com razão, que um bom caminho para levar a efeito esse processo de liberação era o discurso da sociedade civil e não apenas o discurso político. Houve na Faculdade de Filosofia um seminário que estabeleceu esse consenso de que os temas da sociedade civil eram o instrumento político que poderia levar ao discurso político.

Com esse restrito propósito, a ADUSP iniciou suas atividades em junho de 1977, no dia em que foram cassados coincidentemente quatro deputados: Alencar Furtado e mais três, que haviam praticado o “crime político” de, aproveitando-se de um horário eleitoral gratuito, terem criticado o governo militar. Pode-se imaginar o clima em que ocorreu a posse da ADUSP. A partir daí muita coisa aconteceu.

A primeira foi a aposentadoria relâmpago de Antonio Candido. Na época, ele me chamou lá na salinha que tinha nas Ciências Sociais e disse: “Carvalhosa, você não sabe. Todo o processo de aposentadoria aqui na USP demora uns seis meses, um ano; a minha foi concedida em quinze dias. Por que será?”. Sua aposentadoria imediata não impediu que Antonio Candido atuasse como vice-presidente da ADUSP, liberando-nos de tarefas onerosas em todos os momentos. Percebemos, desde logo, a força da ditadura interna pre-

sente na USP. Grande parte dos professores militava contra a ditadura. Porém, havia uma contradição: a maioria dos diretores das unidades era conivente com o regime militar. Alguns mais outros menos, mas no mínimo a metade só faltava vestir farda. Mantinham esses acólitos um patrulhamento ideológico e logístico, impedindo inclusive que se utilizassem as instalações do campus para as reuniões e assembleias da ADUSP, além de fornecerem todo o tipo de informação à Reitoria e aos órgãos de repressão sobre o movimento docente.

Lembro-me muito bem da maneira como se enfrentavam problemas desse tipo. Walnice Galvão lembrou muito bem que a diretoria da Faculdade de Medicina não permitiu que se fizesse uma assembleia de docentes grevistas nas instalações daquela unidade. Essa atitude repressiva era muito comum. O nosso único reduto era o Auditório da Faculdade de Arquitetura. Uma vez, o Diretor da FAU, no meio da greve do funcionalismo público, mandou dizer que a ADUSP não poderia mais usar o auditório “porque o reitor não queria”. Recebi o recado e telefonei para ele; perguntei: “o que houve?”. Resposta: “Não é que não pode, o Reitor não quer”. Respondi-lhe que iríamos resolver a questão pessoalmente em 15 minutos. Quando cheguei, o diretor pusilânime havia mudado de opinião: estava tudo aberto, porque sentiu realmente o “tom” do telefonema. Era esse o clima, de intimidação, de vedação e ao mesmo tempo de covardia dos burocratas que dirigiam a USP naquele período. O patrulhamento ideológico era muito grande. Denúncias contra a “conduta ideológica” deste ou daquele em aula e em reuniões docentes. Alguns raros professores também se prestavam a esse tipo de patrulhamento ideológico.

Na proposta da ADUSP de encaminhar o discurso civil com finalidade política, levou-se avante a integração da entidade com a comunidade, com as lideranças das demais universidades, e com a categoria dos funcionários públicos, o que culminou com a histórica greve do primeiro semestre de 1979 contra o governador Maluf. A partir daí, outras universidades criaram as suas associações de docentes. No decorrer desse ano de 1979, quase todas as universidades públicas já tinham as suas associações de docentes. Também foi criada a Andes, cujos feitos à época foram muito bem retratados pela professora Ignês Navarro. A luta visou não só a redemocratização mas também a Anistia. A ADUSP teve um papel extraordinário na organização desse movimento pela Anistia ampla, geral e irrestrita.

O outro confronto ocorreu na ocasião do lançamento da *Carta aos Brasileiros*, em 11 de agosto de 1978. Fomos todos para a Faculdade de Direito onde estava acontecendo o movimento. Antonio Candido à frente, encontra-

mos o professor Gofredo da Silva Telles Jr., no momento da leitura de seu célebre discurso. Uma multidão. Não se sabia mais quem era estudante, quem era professor naquela agitação toda. Foi maravilhoso. Após a leitura no Pátio da Faculdade, resolvemos invadir o Salão Nobre, onde havia uma solenidade pelo Sesquicentenário da Faculdade de Direito, com professores vestidos de beca, ouvindo discursos absolutamente ridículos. Fomos lá e invadimos o salão. Botei a tal beca para que pudesse entrar no meio dos professores. Quando o Gofredo entrou, empunhei a bandeira nacional ao lado dele. O diretor da faculdade, que presidia a “sessão cívica” e que tinha prestado serviços extraordinários ao Ministro Alfredo Buzaid ao tempo da OBAN, na hora em que o professor Gofredo entrou com a bandeira e toda aquela massa de estudantes e professores, de todas as unidades da USP, levantou-se como uma verdadeira prima-dona e retirou-se do salão. Nós, então, tomamos conta daquele auditório. Foi extraordinário. Parece até uma brincadeira, uma molecagem, mas foi na realidade um marco fundamental nessa luta pela liberação do país.

A outra ação fundamental, realizada pela ADUSP nessa época (1977 a 1979), foi a publicação do *Livro negro da USP*. Publicar esse livro consistiu num ato de coragem extraordinário. Fizemos uma comissão para o levantamento da tragédia das cassações sórdidas que ocorreram nesta universidade, inicialmente em 1964 e depois em 1968. Em plena ditadura o *Livro negro* foi assim publicado. Fizemos milhares de cópias e as demos para professores e alunos, distribuímos pelas livrarias que, por sinal, venderam todos os exemplares. Nesse livrinho, mostramos a Universidade de São Paulo como instrumento da ditadura brutal, em que integrantes da cúpula universitária cassaram e aposentaram seus desafetos pessoais e denunciaram alunos e professores. Como referência histórica, a publicação do *Livro negro da USP* constituiu a ação culminante da ADUSP.

Como é que Antonio Candido exercia sua liderança nesses anos de *liberação*? A formação acadêmica de Antonio Candido confunde-se com a própria fundação da USP, marcada pela vinda de muitos professores da França. Nunca se poderia imaginar que um homem com essa bagagem cultural de elite pudesse ter uma atuação tão vibrante na militância associativa da ADUSP. Já falei da estudantada que todos nós fizemos durante a proclamação da *Carta aos Brasileiros*. Também na greve do funcionalismo, Antonio Candido exerceu uma grande liderança. Lembro o fato notório e simbólico de Antonio Candido subindo na mesa para discursar, em meio à tempestade, no jardim da Faculdade de Medicina. Antonio Candido diz que sempre há um malan-

dro num grande homem. Mas nele existe sempre um menino travesso. Essa é uma característica muito típica de Antonio Candido. Ele nunca se coloca como uma grande autoridade acadêmica; ao contrário sempre tem grande disponibilidade para fazer coisas como se fosse ainda um estudante. A ADUSP, à época, constituiu-se num movimento contínuo. Todos os dias nos reuníamos informalmente para enfrentar os confrontos e estabelecer nossas estratégias. Como uma associação legal, deveríamos no entanto lavrar atas dessas reuniões. Mas, pelo acúmulo das atividades políticas que exercia na ADUSP, nosso secretário nunca tinha tempo para redigir as atas. Foi quando o professor Antonio Candido ponderou que éramos desorganizados, sendo necessário não só lavrar as atas, como também organizar os documentos do movimento docente. Foi quando, ao invés de ficar só com a liderança política, Antonio Candido se responsabilizou não só pela redação das atas presentes da ADUSP, como também, pelo trabalho de recomposição das anteriores. A Antonio Candido deve-se também, essa contribuição extraordinária da recomposição documental da ADUSP.

E o que se pode hoje dizer sobre Antonio Candido, após 20 anos? É que o nosso mestre prosseguiu com seu ideal socialista. Hoje, vivemos num período de restauração semelhante àquela do período que se seguiu à queda de Napoleão, com a volta dos Bourbons ao poder e de todos os valores que foram combatidos pela Revolução Francesa. Hoje, vivemos clima semelhante: quem não está a favor do liberalismo, do neoliberalismo, não é entendido ou aceito. Esse clima inibe muitas pessoas de se proclamarem “ainda” socialistas, isto é, capazes de agir politicamente na retomada da luta por uma nova sociedade. Nunca Antonio Candido perdeu seu ideal socialista e o sentido da necessidade de ruptura da injustiça social. A ruptura tem que continuar. Esta é a grande lição de Antonio Candido quando nos ensina que o ideal não deve ser perdido, e que nós não devemos aceitar que as conquistas do socialismo foram perdidas ou não valeram. Mantemos, com Antonio Candido, o sentido de luta que nos longínquos anos 1970 enfrentamos e que não visava apenas a volta das liberdades públicas, mas também a construção de uma sociedade mais justa.

Esboço de figurino

Tereza de Jesus Pires Vara

Ensaísta e professora aposentada de teoria literária e literatura comparada da USP

Queria inicialmente agradecer à comissão organizadora a oportunidade de poder, junto com os colegas, prestar esta homenagem ao professor Antonio Candido. Sei perfeitamente que o senhor é avesso a todo tipo de homenagem, sei também a dificuldade que se coloca para nós quando tentamos falar de sua experiência em qualquer campo de sua atividade profissional, a sensação que se tem é que fica tudo limitado, precário como é limitada qualquer tentativa de abordagem de uma obra imensa; por isso a maneira que escolhi para prestar-lhe esta homenagem foi recortar um pedaço de minha história no tempo e trazer de volta, ainda que precariamente alguns momentos de nossa convivência na Faculdade de Assis, quando tive o privilégio de ser sua aluna.

Não é fácil falar do mestre que nos iniciou nas primeiras letras, especialmente quando nele se confundem “o mestre exemplar e a personalidade de um educador sempre à frente de seu tempo”; sem deixar de lado o seu papel na universidade e na sociedade, gostaria de me deter na figura profundamente aberta e humana do professor que soube compreender as fraquezas de nossa situação educacional e colocar-se à disposição de um projeto pioneiro que revolucionou o ensino de literatura no interior de São Paulo.

Com a instalação da Faculdade de Letras em Assis, em 1958, primeiro Instituto isolado do ensino superior, vieram os primeiros professores, grande parte da Universidade de São Paulo que, junto com o professor Soares Amora, criaram o projeto de funcionamento do primeiro curso de letras no interior de São Paulo. Vivemos uma experiência inédita com a criação de um curso em tempo integral tanto para alunos como professores e a instalação dos departamentos que congregavam professores da mesma área, como os Departamentos de Letras Clássicas, Letras Vernáculas, Neolatinas e Anglo-Germânicas, todos eles assessorados pelos cursos de história e pedagogia. A grande inovação

foi a criação de duas disciplinas básicas, Introdução aos Estudos Literários e Introdução aos Estudos Linguísticos, que faziam parte do Departamento de Vernáculas e funcionavam, no primeiro ano, como curso propedêutico ao ensino de língua e literatura; mas a grande renovação viria, na verdade, com a criação da disciplina Introdução aos Estudos Literários que norteou o ensino de literatura nos primeiros anos da faculdade; com isso, pudemos acompanhar desde o início os novos rumos para o desenvolvimento dos estudos literários a partir de um projeto pioneiro que revolucionou o ensino de literatura, centrado no estudo concreto das obras e dos textos literários, ao contrário dos grandes centros que privilegiavam o estudo das épocas e dos autores.

Tive a sorte e o privilégio de pertencer à primeira turma de alunos e professores depois de um vestibular onde se inscreveram mais de 300 candidatos; éramos 15 alunos em tempo integral com uma sessão de estudos na parte da manhã e as aulas e seminários na parte da tarde. Cada dia da semana tínhamos um professor responsável pela sessão de estudos para orientar os trabalhos, os seminários, a bibliografia, quando, então, podíamos ter um contato mais direto com os mestres, frequentar as bibliotecas, consultar as edições raras ou então organizar o fichamento do material pesquisado para o curso de Introdução aos Estudos Literários, que se desdobrava, no primeiro ano, no curso de Crítica Textual dado pelo professor Antonio Candido.

A primeira coisa que aprendíamos com ele era folhear as edições, localizar os dados bibliográficos na página de rosto, o nome do autor, o título da obra, a edição, a editora, o local e a data de publicação que às vezes não aparecia na página de rosto; aprendíamos, na prática, a reconhecer os diversos tipos de edição que ele trazia para a sala de aula, como a edição príncipe, a fac-similar, a edição diplomática e o exemplar da edição crítica de Rodrigues Lapa, que servia de texto básico para o curso de crítica textual; assim podíamos seguir concretamente todas as etapas de fixação de um texto, desde as diferentes edições usadas pelo autor, até o aparato crítico com as variantes, as notas explicativas e o texto fixado.

Sob sua orientação, organizávamos uma ficha índice que permitia seguir todos os desdobramentos do curso, como no estudo dos manuscritos ou então quando se tratava do problema da autoria das *Cartas Chilenas*. Pela ficha índice podíamos reconstituir todos os passos da análise, desde o estudo dos elementos externos, como localização temporal, a época em que foram escritas as *Cartas*, os manuscritos, os testemunhos de terceiros, até o estudo dos elementos internos ou provas existentes no próprio texto das *Cartas*, refletidas

no estilo como peculiaridades comuns às *Liras* e às *Cartas*. A partir desse trabalho rigoroso de leitura e análise das *Cartas*, iam se configurando, para nós, os caminhos da pesquisa, o rigor de um método de trabalho que depois tentávamos reconstituir, combinando o ponto de vista externo e exterior à obra (histórico e social), com o ponto de vista interno (estético).

Reverendo, hoje, todo esse material guardado em fichário, percebo a importância de um curso dessa natureza, no primeiro ano de Introdução aos Estudos Literários para iniciação à pesquisa e aos estudos literários. A bem da verdade eu sentia grande dificuldade para organizar o material do curso, distribuir a matéria em fichas, desenvolver cada item pormenorizadamente; em geral, eu me perdia no meio das fichas sem conseguir organizar todo material de pesquisa. Eu esperava ansiosa o momento da aula, quando, então, ele expunha a matéria do curso; como já tínhamos passado pelo convívio direto com as edições, os textos os manuscritos, ficava, agora, mais fácil seguir sua exposição, pois já dominávamos uma terminologia inteiramente nova para nós, já havíamos elaborado parte dos conceitos e preparado o arcabouço do curso. Agora era só seguir o seu pensamento vivo, extraordinariamente didático, sem falar nas histórias que ele contava em sala de aula sobre a importância dos pseudônimos ou sobre os casos mais evidentes de fraudes literárias, como os casos famosos de Ossian e Clotilde de Surville. O ponto alto do curso era quando ele passava para a leitura e análise das *Liras* de Gonzaga, desde a leitura pausada do texto, a inclinação da voz marcando bem a notação temporal, a passagem de um tempo para outro tempo, os recursos de estilo, mas principalmente a voz, o tom de voz que ele imprimia ao longo da leitura, fazendo ressaltar o sentido dramático do tempo, a relação entre o passado e o presente, marcados pelo sentimento da perda e da privação amorosa; aos poucos os versos de Gonzaga iam recompondo o cenário, o gesto, o sentimento do poeta, fazendo ecoar, em nós, outros cenários, outros sentimentos, gravados na memória e no esquecimento.

Eu, Marília, não fui nenhum vaqueiro,
fui honrado pastor da tua aldeia;
vestia finas lãs e tinha sempre
a minha choça do preciso cheia.
Tiraram-me o casal e o manso gado,
nem tenho a que me encoste um só cajado.

Desde os primeiros cursos fomos aprendendo a perceber o sentimento do tempo, nos poemas, nos romances, que ele foi aprofundando em cada ensaio,

em cada obra como um *leitmotiv* wagneriano; me lembro quando analisamos *Iracema*, de Alencar, no segundo ano da faculdade de ter ouvido falar, pela primeira vez do tempo interior psicológico e observar, com espanto, como o tempo exterior cronológico (o tempo do relógio), como ele explicava, assumia, naquele romance, uma importância extraordinária, evidenciando através dos ritmos da natureza a duração psicológica dos personagens. Ali, naquele romance primitivo de Alencar, em que os personagens se confundem com a natureza e se revelam por meio dela, íamos percebendo, a partir das cenas e situações o tempo da separação e do silêncio o tempo da angústia e da espera, que faziam com que a personagem desse “uma estufadinha”, e passasse de personagem plana para personagem esférica, segundo as lições de Forster. A partir dessa primeira experiência com o romance, começávamos a entender melhor o modo de nos relacionarmos com a obra e isso significava compreender a relação com o tempo, que nos dava a dimensão mais profunda da obra.

Hoje fica difícil explicar como ele foi imprimindo, em nós, esse sentimento agudo do tempo, do “tempo presente”, do “tempo partido”, que ele aprofundou, depois em outros cursos, já em São Paulo. Hoje as lembranças se misturam e já não sei dizer se foi o modo particular de ler a poesia, ou se foi a poesia de Drummond que cravou fundo, em nós, o sentimento antecipado das “dores eternas”, “do tempo que há de vir”, “das velhas eras”. Porém, de certa forma, parece que as duas coisas sempre caminharam juntas, a visão do poeta e a percepção poética do mundo no ato crítico da leitura, querendo dizer, apenas, que se trata de algo que pode não ser único, mas com certeza é extraordinariamente raro “o dom de pensar poeticamente”, na expressão de Hannah Arendt.

Era tudo muito novo, muito recente, para nós que só tínhamos a Escola Normal e o Curso Colegial, na cidade; o encontro com a literatura, as descobertas que íamos fazendo em cada curso, a grande aventura que nos fazia avançar várias décadas, sem ao menos nos dar conta que o passo era sempre menor que a perna; não tínhamos, evidentemente, a mesma formação nem a mesma experiência, mas isso não pesava; ao contrário, dava-nos o estímulo necessário para ver mais longe, para instalar dentro de nós a mesma inquietação diante do mistério e da poesia, o mesmo sentimento dos espaços ilimitados da liberdade e da utopia, que fomos ao longo dos anos afinando pelo mesmo diapasão.

Mas a experiência que me marcou mais profundamente foi no segundo ano da faculdade quando, então, podíamos escolher, além do currículo bási-

co, uma matéria completiva para início de especialização; para meu espanto e perplexidade eu fui a única aluna que escolheu literatura brasileira, ministrada pelo professor Antonio Candido. Até hoje não sei dizer ao certo, intuição? sexto sentido? talvez um raro momento de iluminação ou curto-circuito, desses momentos em que você faz a escolha sem entender bem os motivos ou mesmo sem precisar entendê-los. Naquela época, eu me encontrava em estado natural de absoluta cegueira, não que a cegueira tenha desaparecido por completo, mas evidentemente mudou de natureza. Eu não sabia nada sobre o mestre que se dispunha a passar dois anos na Faculdade de Assis, aliás nós, os seus alunos, não sabíamos nada sobre ele, apenas que terminava uma pesquisa na área de ciências sociais, que só posteriormente viríamos a conhecer quando publicou *Os parceiros do rio Bonito*. Não sei explicar ao certo, talvez eu o tenha escolhido pelo estímulo, pelo interesse, pelo entusiasmo que suas aulas sempre despertaram. Com isso, passei a ter “aulas particulares” de literatura brasileira, durante um ano, como matéria completiva do currículo básico. Não vou contar, em detalhes, tudo o que esse tipo de escolha acabou gerando no círculo dos alunos onde cada um de nós tinha a sua completiva; digo apenas que vivi raros momentos de inigualável parceria, como se fizéssemos um trabalho a quatro mãos que me davam a ilusão de ter formulado junto com ele, “salvo engano”, os pressupostos da “Dialética da malandragem”.

Ele chegava de São Paulo às 9h30 e às 10 horas já estava subindo as escadarias da Faculdade; passava primeiro pelo Departamento de Vernáculos, vestia o avental branco e em seguida se dirigia para a sala de aula que ficava no fundo do corredor, para iniciarmos o trabalho de leitura e análise das *Memórias de um Sargento de Milícias*. Ele me passava tarefas semanais de análise de texto, escolhia um capítulo-chave do romance para o estudo da estrutura e eu ficava, ali, horas debruçada sobre o texto, tentando captar a trama, o tecido, a combinação dos fios narrativos, os elementos de ligação de um capítulo para o outro (os elementos conectivos, como ele denominava), os cortes e a costura, até chegar bem próximo de entender o princípio estrutural que explicava o romance como um todo. “D. Teresa se a senhora descobrir quem faz a amarração do romance, na próxima aula vai receber um prêmio!” Eu sorria incrédula, sem ao menos esboçar uma resposta, eu desconfiava, podia ser o major Vidigal, mas nem por sombra de dúvida eu era capaz de arriscar uma só palavra; depois ele me mostrava um desenho complexo das correlações que Manuel Antônio de Almeida ia tecendo entre as personagens, “fazendo um se tocar no outro, de modo a garantir a fluidez do romance”. A partir dessa

análise minuciosa das sequências narrativas, eu ia me iniciando nas noções de estrutura, percebendo, pelo avesso, a combinação dos fios narrativos, os momentos de passagem de um capítulo para o outro, os cortes e a costura, onde se revelavam os defeitos do romance, mas também a arte do romancista; isso ficava muito claro nos capítulos mais bem-sucedidos do romance, como no episódio 16, *A Estralada*, no qual tive a oportunidade de analisar e perceber claramente o manejo dos fios narrativos, a sequência das cenas e acompanhar as conclusões que ele próprio ia tirando do romance, isto é, “como o elemento estático, representado pelos costumes, entra em correlação com o elemento dinâmico, representado pela ação, como a ordem entra em correlação com a desordem, formando um todo coerente e significativo”. Ao contrário deste, em outros capítulos menos realizados, podíamos perceber os defeitos do romance, “como a ação ficava, às vezes, completamente escamoteada pelo peso excessivo e documentário da época”.

Nesse curso paralelo, eu me preparava para os seminários do curso básico, no segundo ano. Já a ideia do Seminário, representava para a época um grande avanço nos estudos literários, pois implicava uma mudança radical na relação do professor com os alunos, dos alunos com o texto literário, transformando a aula numa experiência partilhada, capaz de transmitir lições de método e rigor no trabalho com o texto literário.

Cada aluno preparava individualmente o seu tema, que depois era apresentado e discutido em seminário; com isso íamos aprendendo a perceber os diversos níveis do romance, começando por aqueles mais próximos da nossa experiência pessoal, como o estudo dos personagens, do ambiente, dos costumes e da época; depois passávamos para o estudo das cenas, dos elementos de composição dos episódios, para em seguida analisarmos os elementos mais complexos e determinantes da estrutura do romance, como o estudo do tempo e do espaço, do foco narrativo e dos princípios estruturais que fundamentam o romance como um todo; evidentemente a amarração de todos esses elementos ficava por conta do mestre que ia reconstituindo cada parte, revelando os níveis mais profundos que ficavam escondidos no viés do texto.

É essa a diferença que vejo, hoje, nos cursos de teoria literária: os alunos, em geral ficam fascinados pela leitura e interpretação dos mestres, mas nunca chegam a realizar, concretamente em sala de aula toda a experiência da análise e da interpretação dos textos, embora isso seja solicitado nos trabalhos de aproveitamento. No nosso caso, a tônica do curso era deslocada para a experiência pessoal dos alunos com o texto literário (éramos 15 alunos em sala de

aula), que nos dava uma extraordinária segurança para falarmos de nossas descobertas pessoais, para colocarmos os pressupostos da análise e a quase certeza de que poderíamos chegar bem perto do modelo criado pelo mestre; o que ficava era uma experiência concreta de sensibilidade e percepção que fomos ampliando em outras disciplinas e outras áreas do saber, aprendendo, com ele, a focalizar a literatura pelo ângulo do vivido que nos permitia sair dessa experiência com o texto literário, mais ricos, mais humanos para apararmos os choques da vida moderna.

Folheando, hoje, a edição das *Memórias*, que ele usou para elaborar a “Dialética da malandragem”, é possível reconstituir quase todo o arcabouço da análise miúda do romance, desde a indicação rigorosa dos 44 episódios que compõem a obra, até as sínteses interpretativas mais complexas que vão fundamentar os pressupostos do ensaio. Na primeira página já se esboçam em letra miúda, quase ilegível, a lápis, as etapas da análise, as grandes divisões, nas quais já se percebe a sua preocupação fundamental baseada no estudo da forma como ponto de partida para a compreensão dos elementos de fatura e da realidade social, como elementos de construção do romance; uma primeira nota à margem do livro evidencia o estudo minucioso de cada episódio e dos elementos que compõem o episódio, chamando a atenção do leitor para uma parte ativa que estaria ligada à ação e outra circunstancial, cuja proporção varia, ligada aos costumes; e à medida que a análise avança, vão se configurando os elementos centrais que estruturam a narrativa, como o comentário, os episódios, os costumes, compondo as unidades dinâmicas que fazem marchar a narrativa e progredir a ação. Paralelamente a esse estudo minucioso dos elementos que estruturam a narrativa, vamos percebendo a correlação que Manuel Antônio de Almeida vai tecendo entre os personagens, fazendo um se tocar no outro, permitindo-lhes transitar livremente entre a esfera da ordem e da desordem, do lícito e do ilícito, resultando um todo coerente e significativo. A partir dessas relações e de uma maneira mais ampla vão se configurando as ideias de simetria, de equivalência, de compensação, que se manifestam nas relações humanas e no estilo, que lhe permite formular uma primeira nota sobre a dialética da ordem e da desordem, como princípio estrutural que sustenta a narrativa, evidenciando a sua correspondência mais profunda com certos aspectos da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX: “Um universo que tende à liberdade, no qual há um princípio de repressão representado pelo major Vidigal, que acaba entrando em composição com as forças da liberdade”.

Outras notas esparsas atentam para o caráter peculiar do romance: “Talvez o único romance popular da literatura brasileira, escrito de dentro das vivências populares, com um extraordinário gosto”. Essa observação permite-lhe vincular as *Memórias* a uma tradição inédita na Literatura Brasileira, a linha da malandragem que vem da Colônia, inclui o Pedro Malazarte, o folclore, Gregório de Matos, a imprensa cômica e satírica da Regência e desemboca no século XX, com *Macunaíma*.

Como os companheiros de sua geração, Antonio Candido tinha “a paixão do concreto”, longe das discussões teóricas e abstratas, o seu trabalho mais apaixonante era a análise concreta dos textos literários, nos quais se mesclavam a sensibilidade e a intuição, o rigor da análise e a liberdade de interpretação que possibilitavam os grandes saltos da imaginação criadora. Eu ficava fascinada pela sua maneira de ler o texto e perceber nas coisas aparentemente simples, a realidade mais complexa; às vezes num simples relance ele iluminava todo o processo de composição do romance, como na cena em que o “mestre de cerimônias” é surpreendido de cueca e solidéu na cabeça, nas *Memórias de um Sargento de Milícias*. Ali, naquela cena já estava em germe “a dialética da ordem e da desordem”, que iria fundamentar o seu ensaio sobre a “Dialética da malandragem”; outras vezes, um parágrafo do romance, uma imagem, uma notação de estilo eram suficientes para ele perceber os movimentos fundamentais do romance, como no capítulo “O fogo no campo”, um dos capítulos mais bem construídos do romance, no qual a ação e os sentimentos dos personagens se enredam, podendo-se perceber nas malhas do texto o despertar do sentimento amoroso de Luizinha por Leonardo, extasiados com o fogo no campo.

Não era diferente no curso de cinema que ele deu, na Faculdade de Assis, o mesmo trabalho de sensibilidade e percepção, o mesmo rigor na análise detalhada das cenas, dos elementos de composição ou de ligação de uma cena para outra, que podiam ser percebidos no voo do pássaro, no crepitar da lenha no fogão ou numa vela acesa num canto, como se ele fosse iluminando os cantos obscuros do entendimento e da percepção, para finalmente revelar “a escondida pérola”, a beleza mais profunda, “no fundo de um mar sem fundo e sem água”.

Só em julho de 1961, durante o segundo Congresso de Crítica e História Literária que ele organizou em Assis, juntamente com o professor Soares Amora é que pudemos ter a dimensão mais clara da importância do mestre no contexto da crítica literária no Brasil. Ali, naquela cidadezinha pacata do

interior paulista, ele reunia os bambas da crítica, figuras do porte de Sérgio Buarque de Holanda, Anatol Rosenfeld, Paulo Emílio Sales Gomes, Décio de Almeida Prado, Wilsom Martins, Wilton Cardoso, Joel Pontes, Hércio Martins, Benedito Nunes, Adolfo Casais Monteiro, Afonso Romano de Santana, Roberto Schwarz, João Alexandre Barbosa, Décio Pignatari, Augusto de Campos, Haroldo de Campos. Durante o dia acompanhávamos os debates, as mesas-redondas e à noite ainda tínhamos a oportunidade de ver Cacilda Becker em *Final de jogo*, de Samuel Becket, ou então assistir a *Un chapeau de Paille d'Italie*, de René Clair, comentado por Paulo Emílio; me lembro da figura extraordinária de Anatol Rosenfeld, de sua maneira simples de apresentar os assuntos mais complexos, como o texto que apresentou para debate, “A Estrutura da Obra Literária”, um texto polêmico que despertou grande interesse do público, especialmente dos alunos de Antonio Candido, que já conheciam, na prática, experiência de leitura semelhante, possibilitando o entendimento de grande parte do texto.

Foi um tempo forte e trepidante, esses dois anos em que o professor Antonio Candido permaneceu na Faculdade de Assis, e em que ele encerrou com o Congresso de Crítica e História Literária, quando então pudemos ter uma dimensão mais ampla das várias tendências da crítica literária no Brasil; com isso pudemos saltar por alguns momentos do espaço limitado da província, para sermos atirados no espaço ilimitado da liberdade e utopia. Depois que ele voltou para a Universidade de São Paulo, passei um bom tempo perdida e sem rumo; para compensar a falta, comecei a frequentar, mesmo esporadicamente, alguns cursos na Maria Antônia. Eu chegava bem cedo de Assis e às 7h30 já estava lá para garantir o meu lugar na sala de aula, que em geral já estava lotada; acompanhava o curso sobre *Quincas Borba* e depois ainda podia conversar com o Mestre na sua sala ou acompanhá-lo nas suas caminhadas pela cidade.

Só em 1964, quando comecei a dar aulas de literatura brasileira na Faculdade de Assis é que voltei a procurá-lo mais formalmente para orientar o meu trabalho de doutorado sobre o romance machadiano. Naquela época, não havia, ainda, os cursos regulares de pós-graduação, mas a partir de 1967 já podíamos frequentar os primeiros seminários, na área de teoria literária e literatura comparada com os primeiros orientandos do professor Antonio Candido. Ali, naquela pequena sala da Maria Antônia, vi surgirem os primeiros e mais importantes trabalhos que iriam definir as diversas linhas de pesquisa em teoria literária, quase todos eles voltados para as relações entre forma

literária e realidade social: o trabalho de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis; a tese da Walnice Galvão sobre Guimarães Rosa; o trabalho do João Alexandre sobre José Veríssimo; a pesquisa da Onédia sobre as repercussões de Byron no Brasil; e as primeiras leituras de Mário de Andrade feitas por Telê Ancona Lopez, Nites Feres e Maria Helena Grebenki.

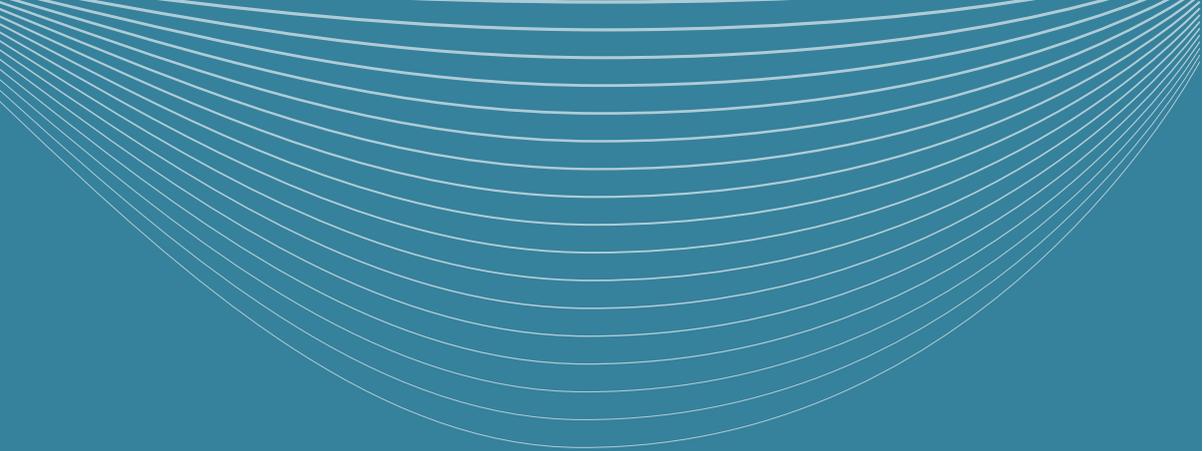
Eu acompanhava atenta a apresentação de cada trabalho e ia percebendo os vários caminhos da leitura sobre o romance, que me davam a oportunidade de alargar o âmbito da minha pesquisa e sentir mais de perto a orientação do mestre, que nunca se impunha, ao contrário, tínhamos inteira liberdade para tratar o assunto, o que às vezes complicava, pois não sabíamos lidar com aquela liberdade que fomos conhecendo ao longo dos anos. Eu me sentia perfeitamente identificada com a orientação de cada trabalho, embora me sentisse muito insegura, deslocada, com uma sensação incômoda de que alguma coisa estava fora do lugar ou em lugar errado e no mais das vezes assaltada por um sentimento de atraso, próprio do provinciano quando se desloca para a corte. Eu vinha de Assis com as primeiras leituras de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que me desafiava com um narrador defunto-autor, que dava muito pano para manga; o máximo que eu conseguia era registrar as variações do ângulo do narrador, uma espécie de radiografia do romance, onde podia perceber a instabilidade do foco, a multiplicidade de perspectivas que anunciavam já algumas técnicas do romance moderno.

Com o tempo, fui tomando conhecimento da realidade que eu ia enfrentar, a grande responsabilidade de uma tese e de uma disciplina, na Faculdade de Assis para a qual eu não me sentia suficientemente segura; eu estava ainda na fase de encantamento e paixão pela literatura, que nunca me deixou, mesmo nos anos mais difíceis quando passei a trabalhar na Universidade de São Paulo, em 1969. Vim para São Paulo nos anos sombrios da universidade, com alguns professores exilados e outros ameaçados de prisão, agora já nos barracões da Cidade Universitária, onde as pessoas falavam baixo e as notícias chegavam pelos corredores e nos apertavam nas salas, nas esquinas, nos encontros. A literatura era a única válvula de escape, as salas de aula em geral lotadas, 150 alunos para quem, como eu, estava acostumada a trabalhar com 20 alunos, no máximo 30, em Assis. Foi uma fase difícil, desde 1968, quando os alunos questionavam tudo, os cursos, o método, os programas, a orientação pedagógica, a falta de professores e de verbas. Evidentemente, já não eram os anos dourados da Faculdade de Letras de Assis e a realidade era outra. Alguma coisa tinha mudado e eu não

me dava conta do significado da mudança, o importante era entender, mais tarde, o efeito de choque desses deslocamentos de lugar e de perspectiva e o que isso ia significar na minha visão do mundo e das coisas, mas isso, como viu muito bem o poeta, só vim a entender 20 anos depois.

Por enquanto o ver não vê, o ver recolhe
fibrilhas de caminho e de horizonte
e nem percebe que as recolhe
para um dia tecer tapeçarias
que são fotografias
de impercebida terra visitada.

Carlos Drummond de Andrade



A SOCIOLOGIA E A FILOSOFIA

Quinta mesa
(14 de agosto de 1998)



Abertura

Sedi Hirano

Sociólogo, professor emérito do Departamento de Sociologia da USP, ex-presidente da Associação dos Sociólogos do Estado. Foi diretor da FFLCH e pró-reitor de Cultura e Extensão da USP

A Universidade de São Paulo tem como membros construtores do pensamento figuras eminentes como Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Antonio Candido, Maria Izaura Pereira de Queiroz etc. Esse conjunto de professores inaugurou nesta universidade a reconstrução histórica como uma metodologia de investigação. E esta tradição sociológica marca também um novo padrão de trabalho sociológico no Brasil, que vem se desenvolvendo desde os meados do século XX até a presente data. A tradição é a formação do novo, a formação de um moderno sistema orgânico e articulado de pesquisadores, obras e cientistas atuantes, que dá, do ponto de vista cultural, início ao fenômeno fundamental da formação de uma nova tradição sociológica moderna no Brasil. E para falar sobre essa temática estão presentes os ilustres professores que compõem esta mesa.

Sobre como se diz o outro

Carlos Rodrigues Brandão

Psicólogo, escritor, mestre em antropologia social e doutor em ciências sociais. Professor emérito da Universidade Federal de Uberlândia e professor emérito pela UNICAMP

*Mas onde é bobice a qualquer resposta,
é aí que a pergunta se pergunta.*

João Guimarães Rosa

O subtítulo do livro de Antonio Candido *Os parceiros do rio Bonito* é: “Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”. Para o seu tempo – a investigação foi iniciada em 1947 e o trabalho foi concluído e apresentado como tese de doutoramento em 1954 – as intenções são corajosas e, de algum modo, inovadoras.

No entanto, a proposta de origem parecia ser bastante diversa e, convenhamos, mais próxima ao campo de estudos de Antonio Candido. Ele a enuncia da seguinte maneira, logo no primeiro parágrafo do prefácio.

Este livro teve como origem o desejo de analisar as relações entre a literatura e a sociedade; e nasceu de uma pesquisa sobre poesia popular, como se manifesta no Cururu – dança cantada do caipira paulista –, cuja base é o desafio sobre os vários temas, em versos obrigados a uma rima constante (carreira), que muda após cada rodada (p. 9).

Eu também sou um herdeiro do *Parceiros*. Minha chegada a uma antropologia do mundo rural passou pela leitura desse livro. Eu o li e reli como aluno de mestrado, na UnB. Depois, por onde andei como professor, fiz os meus alunos lerem e relerem esse livro. Nas duas direções propostas por Antonio Candido, a desejada e não realizada (como na epígrafe) e a, finalmente, pesquisada e escrita no *Parceiros*, eu o segui. Ora investigando e escrevendo sobre as culturas campo-

nessas de Goiás, de Minas Gerais e de São Paulo – cantos, danças, rezas, crenças e outros ritos –, ora procurando compreender e explicar relações e estruturas de mistérios e do imaginário de vida rural tradicional no Brasil.

Fiquemos pois, uma vez mais, entre a antropologia e a literatura.

Este texto que quer se somar ao que se fala e ouve aqui à volta dos 80 anos de Antonio Candido, não é mais do que um pequeno exercício de voltar ao rural, aos sertões. É um exercício da mais extrema simplicidade. Pois, na verdade, ele nem é meu. Quem fala e escreve nele são outros e eu apenas dei uma ordem qualquer aos seus depoimentos: João Guimarães Rosa e Manuelzão.

De uma longa viagem ao norte de Minas Gerais, seguindo as trilhas do *Grande sertão: veredas*, trouxe de Manuelzão, morador velho (ele morreria – ele se encantaria, diria um outro encantado – poucos anos depois) algumas falas em que, falando dos sertões e de si mesmo, boiadeiro, ele lembra a viagem com “João Rosa” e o revisita na memória. As passagens colocadas aqui são fragmentos da última parte “Nós, Sertanejos” de meu livro recente: *Memória/Sertão – cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*¹. E de alguns fragmentos dos escritos “de campo” de Guimarães Rosa, na viagem acompanhando a boiada e Manuelzão, e zelosamente preservados em arquivo JGR no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em pastas preciosas sob o título de “A Boiada” – em que faço, outra vez, Guimarães Rosa criar Manuelzão. Não exatamente o da afetuosa novela de *Uma estória de amor – Festa de Manuelzão*.

Mas, que este pequeno jogo em que um fala do outro, comece por um primeiro Manuelzão dito por Guimarães Rosa na novela.

Guimarães Rosa, sobre Manuelzão

Na Samarra todos enchiam a boca com o seu nome: de Manuelzão.

Sua casa. Sempre pudesse ser. Mas lá, a Samarra, não era dele. Manuelzão trabalhava para Frederico Freyre – administrador, quase sócio, meio capataz de vaqueiros, certo um empregado. Porém Frederico Freyre nem bem uma vez por ano se lembrava de aparecer, e Manuelzão valia como único dono visível, ali o respeitavam. Às horas, quando na mira dum sonho consentido, ele chegava mesmo a se sobre-ser, imaginando quase assim já fosse homem em poder e rico, com suas apanhadas posses. Uma dia, havia-de. Sempre puxara por isso, as duras mãos e com tensão teimosa, sem um esmorecimento,

1 Universidade de Uberaba/Cone Sul. São Paulo, 1998.

uma preguiça, só lutando. Ele nascera na mais miserável pobreza-zinha, desde menino pelejara para dela sair, para por a cabeça fora d'água, fora dessa pobreza de doer. Agora, com perto de 60 anos, alcançara aquele patamar meio confortado, espécie de começo da metade de terminar. Dali ia mais em riba. Tinha certeza. E na Samarra todos enchiam a boca com seu nome: de Manuelzão. Sabiam dele. Sabiam da senhora sua mãe, dona Quilina, falecida. (150)

Na Samarra, aliás, Manuelzão conduzira o início de tudo, havia quatro anos, desde quando Frederico Freyre gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada. “Te entrego, Manuelzão, isto te deixo em mão, por desbravar!” E enviou o gado. Manuelzão: sua mão grande. Sua porfia. Pois ele sempre até ali usara um viver sem pique nem pouso – fazendo outros sertões, comboiando boiadas, produzindo retiros provisórios, onde por pouquinho prazo se demorava – sabendo as poeiras do mundo, como se navega. Mas, na Samarra, ia era firmar um estabelecimento maior. Sensato se alegrara. Mordeu no ser. Arreuniu homens e veio, conforme acostumado. (151)

Manuelzão, sobre João Guimarães Rosa

Quando o Guimarães estudava, um certo tempo ele foi lá para Belo Horizonte e lá ele formou. E foi pra Barbacena, e foi pro Rio. Ele foi cônsul no Rio, foi médico da polícia em Barbacena e depois foi pra Europa.

Passados muitos anos ele voltou outra vez. Voltou chegou aí. Foi quando eu conheci o Guimarães. Ele encontrou um primo dele no Rio e ele trouxe ele pra aqui. E eu morava aqui embaixo e ele trouxe ele praqui e foi pra pegar uns dados aqui no sertão. Naquele tempo era tudo sertão: tinha um resto de sertão. Então foi quando ele escreveu aquele livro: *Sagarana*. E também *Campo dos Gerais*... aquele seriado: o *Grande Sertão: veredas*.

E com esse parente dele eu trabalhei 16 anos. E por intermédio desse parente dele foi que eu fiquei conhecendo o João Rosa e ele veio aqui para casa. Então, os companheiros que viajou com o João Guimarães não era só eles não. Tinha mais, mas na ocasião, quando ele procurou por eles ninguém quisera vir. Queria... mas... mas também as pessoas tinha razão... a pessoa aí num sertão brabo desse... E pra mim, eu já tô com a vida vencida e não aguento mais. E quando eu era moço, sô, aí o negócio até dava: era uma festa!

Eu conheci o João Rosa em 1952. Depois eu conheci ele e viajei com ele, ele ficou aqui uns 45 dias. Foi um tempo que eu não tinha... mas.

Eu tava juntando uma boiada, porque eu tomava conta de uma fazenda que era dum primo dele... E nesses 45 dias toda pessoa que ele quis conhecer e que tem o nome dele naqueles livros, foi. Tem alguns que ele mudou o nome, não resta dúvida. Mas eu pegando o livro, eu ainda recordo quem é que é... que é que é cada um. Mas a gente vai indo até que passa e não conhece mais ninguém. E, além de tudo, a cabeça é pequena pra caber tanta coisa. mas a gente ainda recorda muita coisa, aquelas estórias que ele tem no livro.

Eu fui uma pessoa que viajei aqui com aquele seriado: *Grande sertão: veredas*, pra ser uma testemunha ao vivo. Porque o que ele escreveu naquele livro não tem menos e não tem mais do que ele escreveu não. Eu posso te afirmar isso, porque ele escreveu aquilo e tomou nota de tudo. Se caçar os cadernos que ele tomou nota, o senhor conferir o livro, o senhor acha uma parte grande daquilo e não acha outra. Porque tudo quanto há, ele perguntava, pior do que padre.

Mas, do jeito que a gente, com esse conhecimento, eu me sinto de muito serviço. Que, de qualquer maneira, uma pessoa vem aqui de longe pra me conhecer, e chega aqui eu não sou ninguém. “É um pingunço, um velho barbudo da barba ruim.” Mas tem muita gente que gosta... Mas papel aceita tudo que vier. ... O Miguilim? O Miguilim morreu com 106 anos.

...Eu vou falar uma coisa, que eu ainda tenho uma esperança, mas depois que eu morrer. Eu acho que na hora que eu morrer é capaz de algum escritor, alguma pessoa, é capaz de escrever um livro sobre isso. Que morreu uma pessoa que foi personagem de Guimarães Rosa. Assim como vocês estão procurando uma pessoa que foi o resto do rastro dele.

Da segunda entrevista, no Andrequicé, em 20 de julho de 1989

No Andrequicé se conversa sobre João Rosa

Manuelzão – Não, quando eu mudei aqui pra beira do rio eu fiquei viuvo da primeira esposa, daqui uns 70 km. Lá eu fiquei com cinco filhos. Eu perdi um menino em dezembro e a mulher em janeiro (ele chama de longe uma netinha pra vir sentar no seu colo).

Carlos – Mas conta pra mim, porque eu quero saber esse pedaço: o primeiro momento que o senhor conheceu o João Rosa. Foi ele quem veio aqui ou o senhor conheceu em outro lugar?

ma. Eu conheci ele lá na fazenda onde eu trabalhava, que era de um primo dele, primo-primeiro. A mãe do João Rosa... (em Cordisburgo? eu pergunto). É do lado de Cordisburgo. Mas a fazenda era aqui em baixo. Os primos dele é de lá, e hoje ele mora em Sete Lagoas. ele tá quase com 100 anos. Mas, esse Francisco Moreira, ele chama Francisco Guimarães Moreira, é primo de João Rosa. A mãe do João Rosa é tia do Chico Moreira.

Eu fiquei conhecendo ele aí, através desse parente dele. Que quando ele voltou da Itália, aí ele veio aí e falou comigo. Disse: “Ó, eu tenho um parente que é escritor, e ele quer vir aqui por sertão, pra pegar uns dados aqui do sertão, pra escrever um livro. Ele quer escrever qualquer livro.” Ele falou comigo. “Ele é um homem acostumado de almoçar a uma hora (qualquer hora do dia) e de noite ele toma um lanche... é essa confusão toda.” Daí eu falei pra ele: “Aqui nesse sertão ele não tem o conforto que ele tem em Belo Horizonte e no Rio, não é? Porque aqui o lugar mais perto é Pirapora, e é 20 léguas. Daqui pra Corinto é 20 léguas. Carro aqui não tem, e qualquer coisa que ele vir pra aqui e ele quiser, tem que ir em Corinto ou em Pirapora, que é os lugares mais perto. De cavalo é 4 dias. quando chegar com o que ele quer, já não tá servindo mais.”

Daí ele me disse: “Não, ele quer é conhecer o sertão, e quer que você procura contador de estória. Pessoa só velha, e que sabe tocar viola, cavaquinho... só esses instrumentos antigos. Você arruma isso aqui pra ele?”

Eu disse: “Isso aí não é difícil da arrumar não, e eu faço.”

E Deus ajudou que ele telegrafou pra ele no Rio e ele veio...

meio e fim do lado 2 da entrevista de
20 de janeiro de 1989, no Andrequicé.

ma. João Rosa não gostava de nada moderno. Você pode olhar aquele livro que ele escreveu: não tem nada!

Ele gostava só das coisas antigas, nesse tempo... Ele só procurava uma pessoa que tivesse uma certa idade. Novo ele não queria saber de nada não. Às vezes tinha alguma pessoa nova que acompanhava o ritmo dos velhos, (que) tava naquela embrulhada. Você olha, aquele livro tem uma naquela embrulhada. Você olha o livro, tem uma Joana Xavier (a Joana Xaviel do *Uma estória de amor*). Aquela Joana Xavier, havia naquela ocasião uns 60 a 70 anos. (Ele) adorava Joana...

ca. A gente sente nos escritos dele que o negócio dele era os mais velhos; os mais antigos; sistema antigo...

ma. Não queria nada de novo não!

ca. Mas, no tempo que ele conversou com o senhor, que vocês viajou, o senhor não era tão velho assim?...

ma. Nós viajou em 1952. Eu não era dos velhos, mas pela confiança do parente dele, sabia que eu ia arrumar um velho pra ele. Eu arrumava meus velhos e velhas pra ele, porque tinha contato com muita gente daquela ocasião. E todos me gostavam. Quer dizer que eu não perdia a viagem...

Eu sabia quem tocava viola, quem dançava uma contra-dança, como diz naquele tempo. (quem contava um causo? eu pergunto) Quem contava um causo; quem contava uma estória; quem contava bobagens que existia naquele tempo.

Aquelas pessoas mais antigas, pra todo lado que eu mandei um contador, daqui de dez léguas pra trás, arrumou todo mundo que ele queria.

ca. Quer dizer que vinha gente de longe pra conversar com ele?

ma. Nesse tempo eu tinha uma palavra de governador. Se eu mandasse buscar uma pessoa, ela vinha. Ela vinha e João Rosa ficava satisfeito. A pessoa também ficaria muito satisfeita, porque lá em casa ela ficava; lá ela dormia. Não comia melhor porque não tinha. Mas o que tivesse de comer e beber, ele comia e bebia, e dormia. Ele, naquele tempo a coisa era muito fácil, de qualquer maneira, ninguém sabia nada. Tudo que agasalhasse tava muito bom!

ca. Eu pensei que esses assuntos de folclore, essas coisas não interessava a ele não.

ma. Interessou. Interessava. Cada um contava lá o modo dele. Mais ele queria mais saber o que existia.

Quer dizer que a gente... E toda a vida, eu vou te falar, eu já tinha tempo que eu tava aqui na beira do rio. Eu tava aí conhecido desse pessoal mais antigo. Ele me procurava. Eu fazia questão de ajeitar pra ele. Não era eu não... mas eu pedia uma pessoa lá de fora; alguma pessoa que tivesse condição. O que eu pedisse pra uma pessoa, aquela vinha.

meio de entrevista de estrada, entre o Andrequicé e o Riachão, no dia 22 de julho de 1989.

ma. Do outro lado eu fui até Paredão. E de Paredão nós voltamos, e daqui até o Paredão até é perto, né? Daqui nós saímos na Sirga e dormimos aqui num lugar chamado Torda. É daqui a três léguas. Passei aqui com uma boiada junto com ele. Lá da Torda nós viemos aqui. Arranchamos, dormimos. Ali morava um senhor. Um tal de Geraldo Tanqueiro, e era desse povo que gostava de conversar e de contar piada. E João Rosa gostava desse povo que contava piada, e ele também era bom pra isso.

E daí nós fomos pra um lugar aqui na estrada. Um lugar por nome Santa Catarina. Morava um fazendeiro por nome de Pedro Mendes. Dormimos lá. De Pedro Mendes a viagem era 11 dias. Mas por causa de um desastre que teve aí na estrada foi preciso de eu mudar o giro, e nós fizemos com dez dias. Aí nós foi ao Retiro dos Brotos; foi por Meleiro; de Meleiro nós saímos no Bananal e da Bananal nós virou pra cá, de Cordisburgo, numa buracaria de terra que chama Maquinés. E fomos sair em Cordisburgo e em Cordisburgo nós saímos lá na frente, que foi aonde o fotógrafo do Cruzeiro tirou aquela fotografia...

É aquela fotografia que vocês viram no Museu (da casa de Guimarães Rosa, em Cordisburgo) não sei, porque não pegou. Porque era 680 bois... só ficou aquilo... Hum, parece pouco, não é? ... E o que mais interessou foi um berranteiro que eu carregava na bagagem, que rodou comigo por muitos anos. Eu dei o berrante pro Museu de Cordisburgo.

Ele, se nós arranchasse aqui debaixo desses paus, o senhor podia morar no melhor apartamento aqui, e falar: “(eles tratavam ele de Joãozinho) ô, Joãozinho, vamos lá pra casa? Vamos dormir lá?” Ele falava: “não, eu fico com o pessoal!”

Me dava trabalho, porque toda a noite quem arrumava a cama dele era eu. A gente arrumava uma espumazinha ajeitada, não é? E se no lugar tinha um banco, um trem pra por aquilo, muito bem. E se não tivesse, abria no chão e ele dormia, de qualquer maneira. Não era de luxo. Não, não era. E o interesse era dele, não era? Claro...

Ele queria conhecer, e pra ele conhecer... Ele, a maior parte parecia que tinha um dom com aquilo. E por todo o lugar que arranchava, ali por perto tinha uma festa, uns tocador de viola, umas pessoas mais antigas. E fazia um fuá e ele tava misturado naquilo. E gostava desse povo mais de idade, essas velhas... E era “comadre” pra aqui, “comadre” pra ali. E, de vez em quando, uma pinguinha nesse povo e eles ficavam meio de fogo, né?

ca. E ele gostava disso? E ele gostava dessas festas também?

ma. Gostava!

ca. Mas nessas festas ele ficava mais assuntando, ou ele ia dançar um forró?

ma. Não. Ele não mexia com esse negócio de dança, não. Mas se tivesse uma turma aí, era mesmo que um santo que chegou num lugar. Ele ficava arrodando. Ele com o caderno espiral amarrado no pescoço e o lápis, e tomando nota.

Ele perguntava ao senhor uma coisa. O senhor falava aquilo e ele tomava nota. Falava outra coisa, tomava nota. Contava uma estória, tomava nota. E era essa confusão diariamente!

As anotações de João Guimarães Rosa durante a viagem (de "A Boiada")

Dar rodeador ou arrodador a um gado

Nessa pega-agora

O boi mais mau que Manuelzão conheceu: um boi preto. estrelo. não é boi de carro: é boi boiadeiro. Deu trabalho pra nós pegar ele. Nesta pega-agora

(E 27 (2) p. 71 datilografada. "Estouro - p. 35-36 (1)

"DEVIR":

A BOS

- 1) individualização gradual e crescente. (No último capítulo quero (?) que os nomes ou apelidos de todos
- 2) o "pressentimento" "da chegada"

(CAS) Os (?) gastos do calcáreo. (?)

Onde o orvalho

muda de sabor.

a outras luzes.

E (27) (2) p. 81

A rola caldo de feijão pia diferente: ela tem um arrulhozinho como o da juriti, mas mais fraco

(O Velho Camilo): – Ele aséste mais é aqui.
 Às vezes descasa um milhoso, busca
 um balde d'água. Mas tudo na vontade
 dele, ninguém manda não (80 a 90 anos).

E 28 – A BOIADA I

ESTOURO

(Manoelzão)

Dentro de Montes Claros.

1.070 reses

1934

Vinha de Jequitinhonha e ia para Pirapora.

Causa: ninguém sabe. Manoelzão vinha

mais ou

menos no meio da boiada

(– “Aquilo vai de ‘golpe’ em ‘golpe’...”)

Em 1932, em ponte de Pirapora.

Umás 400 reses – vacada curraleira, vinda de Goiás. (Nós
 recebemos este gado em Paracatu. A guia refugou.

Manoelzão tinha cortado o primeiro “golpe”. O seu cavalo
 caiu, foi todo pisado, mas não morreu. O cavalo ficou todo
 machucado.

Já tinham avançado uns 200 metros na ponte.

Ela zôa mesma coisa como uma cuíca: zuum, zum!

(só tem um assoalho, o reto é ferro. A gente
 não nota nem de que jeito vê...)”

– Fui saindo da sela e me encostando

naquelas

guardas da ponte...

‘rêses caíram dentro d'água. Passaram
 cachoeira (tombo d'água por baixo da ponte)
 Saíram um quilômetro e tanto, mas embaixo,
 nos portos de vapor

...

(estouro da ponte... Pior agora)

Oito horas da manhã...

O velho Figueiredo mandou 12 vaqueiros pra receber essa vacada do Nonô Roquette, condutor dessa vacada. Recebemos essa vacada em Buritizeiro, no curral da Central (tínhamos vindo de Paracatu).

Já se sabia do perigo da Ponte. Me mandaram cortar o primeiro golpe.

Barulho da ponte: no bater do assoalho: zum, zum... zum – e cada vez aumentando mais. Quando já uns 200 metros dentro da ponte: o golpe da frente refugou e voltou pra trás.

– largura das pontes: 2 metros.

Pulei. Nem olhei o cavalo.

Reses batiam dentro d'água e chegava a e estalar. Altura da ponte: mais ou menos uns 50 metros. O encontro dos dois golpes: embocam
p. 35 datilografado

(No alto da capela):

9hs. 10⁷. Calor. sol. Céu puro azul: só há nuvens, poucas, nas barras do oriente. No poente, alta, em seu lugar, no azulíssimo céu, a lua: uma metade, com o corte reto (oblíquo) de cima p/ baixo) para baixo, por baixo. Só aquilo branco, pálido
p. 46 referência à capela

Roteiro da Boiada (Manoelzão)

1. – Tolda (segunda, 19)
2. – Andrequicé (terça, 20)
3. – Santa Catarina (quarta, 21)
4. – Catatau (quinta, 22)
5. – Riacho das Vacas (sexta, 23)
6. – Sítio (sábado, 24)
7. – Brejinho (Taboquinha) (segunda, 26)
9. – Juvenal (terça, 37)
10. – Cordisburgo (quarta, 26)
11. – Fazenda São Francisco (quinta, 29)

(Pelo Curral-Do-Pedras: há
muito vento e pouca água
para o gado)

P. 10
19 - V- 1952

SAÍDA da Boiada às 10 hs 30'

Três a cavalo, dentro do curral. Um deles, Santana, conta. Fora, Manoelzão determina. O gado sai mugindo (Mugem ainda os de dentro)

Zito: com o berrante

– A feira está comprida demais. Eles estenderam muito a guia...

(A maravilhosa saída da boiada. Luz, alegria, festa, gritos. Multidão de vaqueiros. O gado sobe a encosta. Alegres. Encaracolaram as caudas. maravilha!

E 29 A Boiada 2 datilografado

Mugidos

(Neste momento, Manoelzão me chamou: um boi tinha caído morto, lá atrás. Mas não morrera. Tivera um “excesso”, sim, mas já se levantava, um tanto perna-dura, perna-mole, cambeta. Era um boiote pintado de laranja em branco, um “chitado laranja”, (Manoelzão disse nunca ter visto boi ter “excesso” assim).

P. 3

“ A SAÍDA ”

(19 - V - 52)

Foi uma apropriada manhã, em transparência, de teatro de ar. Ofuscava. E armou-se a Sirga, desde cedo o alvoroço tranquilo. (a gente ria, falava) Surpreendente a quantidade acorrida de povo, o pessoal de ajuda, para tocar o gado até a serra. Vaqueiros, roceiros, mulheres, meninos, bichos e pessoas, via-se que davam importância de festa às últimas horas, prezavam como especial acontecimento a saída do boiada – a ex-ir, à valedição, à ampla viagem.

Tornava-se custoso poder assistir a tudo feito num conjunto, ajuntar numa côrra-de-olhos os pedaços do espetáculo, os detalhes daquela continuidade quente, ruidosa. Tentar isso era o que emprestava uma pululação feérica e estranha aos sucessivos instantes, em que algo de muito grande se fragmentava. Desconheci a Sirga dos dias antes. De alto a alto, um enxame de sol. Roda a roda, o lugar se servia como inteira paisagem. Era uma composição. Através da luz, ao norte, o horizonte sinuoso, a oeste, as encostas tapando a extensão São Francisco, a leste, só, a camoniana claridade ecoa, ao sul o arrompado imenso, o morro, contra o qual íamos.

Entrementes, o oó, o alvoroço, a sucessão de movimentos humanos, boa alegria. Acabavam de arrear a mula ruá – absurdamente chamada *Balalaika* – em que eu ia cavaleirar. Alguém, prestimosamente, ajudou-me a prender (atar) a capa, na capoteira. Perto, outro, com o tesourão, aparava a crina de seu cavalo. Outros cuidavam dos burros cargueiros, de arreatar: isto é, de atar com muitas voltas as cangalhas.

Na hora de carregarem os caixotes no burro Canário, esse resistia. Não seria o peso demais?

– Adonde! A carga comum de um muar, em Minas, regula entre 7 e 8 arrobas; a ali só estariam umas 5. Outro campeiro explicava:

... “E ele *amanéira* o passo dele nos baques, nas descidas...”

o burro de carga. Mas, diz-me o Quin, com cordial ironia:

– Dr. João, se essa (na hora em que essa) armadilha rolar toda no chão, que escrita bonita que o sr. vai fazer, hein?

Vim espiar ainda os currais, onde se prendia a boiada formidável. Curreal cheio: os bois ali, nas relações. Como esperavam. Os chifres em conformidade.

meio de quebrantá-los. Íamos sair com (...)

Tinham estado quase três dias em jejum, tudo pronto, às 10hs e 30, de repente foi a própria saída.

A largada.

Montei. Escutei o avozeamento. O berrante tocou. Três dos vaqueiros a cavalo tinham ainda achado jeito de entrar no curral. Um deles, Santana, conta.

Cá fora, Manoelzão determina. Abriram a porteira-mestra. O gado sai mugindo. Mugem os ainda de dentro. Assim mugentes: *me uh...* moooe... Entre escoavam-se, à pressa, contentes, Zito, acolá com o berrante

Tudo se faz rápido, e extenso demais, para se abarcar com os sentidos. Aqui nós ainda na sofralda da serra, e já o gado além, fazendo cortejo, em avivamento, de ondada, *versus* o bastião montanhoso. A boiada se derrama para cima. Muito lá acima, já altíssimo na escalada, Zito poteava, soprando sua enorme inúbia. O berrante é -: *u-hum-u-hum...*

Noutro ponto, Manoelzão espera, tático, muito almirante. Aquilo era de atontar os olhos.

E 26 *II* p. 21 e terminou na 22 (até aqui originais manuscritos de João Guimarães Rosa em “A Boiada”)

Manuelzão conta de boiadas e boiadeiros

De toda forma eu fiquei satisfeito. Vim conhecer João Rosa.

Porque muita gente fala comigo: “Você é bobo! Tanta gente que te conhece. Por que você não cobra caro desse povo pra tirar fotografia, ou ter uma entrevista, ou a coisa qualquer?”

Eu não! Se me derem eu quero, porque não sou pobre soberbo. Mas conhecimento vale mais do que dinheiro. Porque, numa comparação, se dois ou três... Vocês não é dos primeiros que vêm de São Paulo aqui em casa; não são os primeiros, tem vindo é muitos e ainda vai vir muita gente também. E tá sujeito a vir mais. Quer dizer, que todos eles que vêm eu não tenho nada. A única coisa que resta comigo é um resto de um coração bom, que ainda tenho.

Do meio por fim da 2a. entrevista, em 20 de julho de 1989, no Andrequicé.

Não sai mais com aquele número grande de boi, igual andava... O senhor não acha quem consegue mais com isso; não tem uma pessoa com capacidade pra isso, porque ninguém quer. E antigamente tinha que ter um, porque não havia meio de outro transporte. Tinha que ser aquele. Mas aquele que fizesse com carinho e que goste, porque aquilo que o senhor gosta o senhor faz com carinho. A gente tinha prazer de passar num comércio igual a esse aqui, porque dentro de uma cidade nunca passava. A gente passava beirando por fora. Mas quando chegava num lugarejo pequeno a gente era obrigado a passar no meio e tinha um berranteiro sem-vergonha (que tocava o berrante na passagem pelo povoado para chamar a atenção) e nem cozinheira ficava na cozinha. Vinha pra porta apreciar.

Era um lugar de parar. Aqui, ó. Porque sempre dormia no comércio. E vinha, passava aqui e nem sempre deu pra parar. Mas, claro, a gente chegava, tomava água, vaqueiro pegava, enquanto gado tava bebendo. E ia saindo devagar nessa chapada aqui e ia comendo, pegando um capinzinho.

Aquilo, a gente já tinha mais ou menos uma turma certa de companheiro, o que não era fácil. E os companheiros a gente arrumava, todos eles a gente conhecia de viagem. E aqueles que a gente não conhecia de viagem ficavam doidos pra mó de viajar, pra aprender... Fazia aquilo com carinho, porque a pessoa fazendo aquilo que ela gosta com carinho, ela faz tudo na vida... Mas todo o mundo sabia o tanto que ele ia ganhar pelos dias, né? Alguns trabalhavam mensalmente. Você saía com o pessoal aí, e podia ficar dez, podia ficar 30 dias, podia ficar 60, podia ficar 90. Se algum tivesse família e aí na estrada acontecesse alguma coisa, se fosse preciso mandava lá da estrada. Mas por comum nós todos que tinha família, se saísse, se deixasse família, tinha uma pessoa que garantisse em tudo... Nessa fazenda onde eu trabalhei, era condutor de boi, eu saía com 12 homens. O patrão que ficava aguentava com tudo que precisasse pra família deles. Fazia por mim; quer dizer que tava comigo na estrada, mas tava des preocupado. E se por acaso saísse e tivesse qualquer falta em casa, eles não tinha que reclamar nada. Quem tinha que reclamar era eu.

Lugar que eu chegasse, eu passava a primeira vez e outra vez. Às vezes, eu ficava parado pra trás e falava pros companheiros: “Vocês vão pra tal lugar. Depois eu chego.” Se eles chegasse lá e falassem: “Eu quero um cômodo aqui pra arrancar.” Eles perguntavam: “De

quem é essa bagagem?” E eles dissessem: “É do Manoelzão, ele vem aí”, não faltava lugar pra mim.

Não, é porque... a derradeira boiada que eu trouxe pra aqui (foi) pra uma firma que tinha na beira do rio. Veio de João Pinheiro. Eu fui pro lado de João Pinheiro. Tinha 36 Km. Eram 980 bois e eu levei daqui 12 homens e nós fomos lá e pegamos esse gado. O senhor imagina, pra trazer 980 bois de caminhão! Era caminhão demais pra trazer esses bois! A viagem ficou por menos da metade do que caminhão cobrava pra trazer esse gado. e nós viemos caçando volta, desviando de asfalto, atravessando e um lado e de outro de asfalto, por fora, pra não vir no asfalto. O pedaço maior que nós andamos no asfalto foi no Rio Abaeté, até aqui perto de Três Marias. Que ali não teve recurso mesmo, teve que vir pelo asfalto.

Não era difícil (conseguir trabalho de transporte de gado) porque diariamente a gente chegava em casa, já tinha outra viagem marcada: essa viagem mesmo que eu tive em Formosa. Tinha uma viagem só pra aquele lugar. Você chegava em casa, conforme a pessoa que fosse encarregado, o senhor chegava na fazenda, comprava um gado. Eles impunham o nome do encarregado. Diziam: “Eu compro o seu gado, mas tem que mandar o seu encarregado levar”. Logo que o encarregado tinha um bom nome, todo mundo impunha que a condução fosse dele.

Lá na fazenda que eu trabalhei com eles, 16 anos – o senhor imagina, não são 16 dias! – eles vendiam pra mandar eu entregar. Às vezes, eu estava viajando e o gado ficava lá esperando uns dias minha chegada pra poder sair. E nós tinha duas turmas de tropas pra viagem. Quando eu estava na estrada, a outra ficava na fazenda. Na hora que chegasse, se tivesse que sair, deixava a que chegou e pegava outra.

Às vezes, tinha ocasião que eu ficava um dia de falha. (Uma certa vez) eu tinha ficado aqui uns 45 dias. Cheguei em casa, eles tinham vendido um gado por Franco Sampaio, pra entregar em Bom Despacho. Eu fui lá pra Bom Despacho, e tinha 30 dias pra ir e voltar. Cheguei de Bom Despacho e eles tinham vendido um gado aqui pra um lado de Cruzeiro, um fazendeiro. O fazendeiro comprou pra mim entregar. Nisso eles iam comprando e vendiam prum outro lugar e eu ia lá. Recebia o que eles compravam. E se chegava na fazenda e eles tivesse vendido pra algum lugar, lá ia eu. Vivía mais na estrada do que dentro de casa.

A pessoa que viaja vive pelo mundo. Ele tem que controlar a vida. Ele não pode ser perrengue demais e nem valente demais. Porque

se ele for muito perrenque os outros dão nele um couro. De vez em quando, eu ouço dizer: “Ele é muito perrenque, vamos dar nele um couro!” Se ele for muito valente, chegar num comércio e dizer: “É, porque eu faço e aconteço! Eu bato e...” o perrenque vai dizer: “Vamos ajuntar uns quatro aí e vamos matar ele!” Se o diabo não vale nada, ele morre. Ele tem que ter o controle nas duas coisas: não ser muito valente nem perrenque demais.

Até aqui, entrevista 7, do dia 21 de julho de 1989, no Andrequicé.

“Ia haver festa”

Ia haver festa. Naquele lugar – nem fazenda, só um reposto, um currais-de-gado, pobre e novo ali entre o Rio e a Serra dos Gerais, onde o cheiro dos bois apenas começava a corrigir o ar áspero... Mas, para os poucos moradores, e assim para a gente de mais longe ao redor, vivente nas veredas e chapadas, seria bem uma festa. Na Samarra.

Benzia-se a capela – templozinho, nem mais do que uma guarita, feita a dois quilômetros da casa, no fim de uma altura esplá, de donde a vista se produzia. Uma ermida, com paredes de tapa-de-sebe, mas caiada e entelhada, barrada de vivo azul e tendo à testa a cruz. Nem um sino. A imagem do altar sorria sem tamanho e desjeitada, uma Nossa Senhora feia. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Mesmo Manuelzão achara de inscrever na parte de fora a invocação, em desastradas letras, que iam não cabendo na empena exígua (*Uma estória de amor – Festa de Manuelzão, 145*)

Se esquecia. “Manuel Jesus Rodrigues” – MANUELZÃO J. ROIZ: – gostaria pudesse ter escrito também debaixo do título da santa, naquelas bonitas letras azuis, com o resto da tinta que, não por pequeno preço, da Pirapora mandara vir. Queria uma festa forte, a primeira missa. Agora, por dizer, certo modo, aquele lugar da Samarra se fundava. (146)

Sabiam da senhora sua Mãe, dona Quilina, falecida. Sua mãe, que meses antes, velhinha, viera para aquele ermo, visitando-o. Pudera ir buscá-la, enfim, era a primeira ocasião em que se via sediado em algum lugar, fazendo de meio-dono. E ele pensara até que ele fosse dono todo. A mãe apreciara aquilo, o Baixio da Samarra, a Vereda da Samarra, o território. No tempo de adoecer, ela mencionou a mesa-de-campo como o ponto ideado para se erigir uma capelinha, a

sobre. Ela estava a pensar? Lá mesmo Manuelzão a enterrou, confechando quase a borda da chá um cemiteriozinho, razoável, cercado de aroeiras, moirões que podiam durar sem acabar, e coberto pelo capim duro do cerrado, no qual, no raiar das madrugadas, o orvalho é azul e mata a sede. Ao lado ergueu a capelinha. Enquanto pode dar uma folga, na lida. O principal da ideia da capelinha. Enquanto pode dar uma folga, na lida. O principal da ideia da capelinha então tinha sido sua mãe. Mas ele cumprira. E ele inventava a festa, depois. (151)

Manuelzão era o das forças, não se queixava. (153)

“Fiz a capelinha”

(Manuelzão começa a contar a estória da capela)

ca. O único povoado que tem aqui pra frente é esse do Das Pedras?

ma. É. Tem umas casinhas, um povoadinho pequeno, uma igreja. Nós vamos passar pertinho. Eu vou fazer questão de parar com vocês aonde foi a igrejinha velha que eu construí. O cemitério que eu fiz.

A igrejinha acabou, mas ainda tem as paredes, o resto. De toda a maneira, pra nós irmos pra barra do Rio de Janeiro, nós temos que passar pertinho da capelinha.

Eu fiz um protesto. Deus me perdoe! Porque não sei se eu estou pecando, não. Mas eu fiz o cemitério aqui em baixo. Porque aqui hoje esta... o cemitério era no campo, ninguém não cercava, coisa nenhuma. Eu cerquei o cemitério... fiz a capelinha. ... Fiz a capelinha. Fui mexer com o padre. O padre saiu comigo na testa: “Com ordem de quem que eu tinha feito?”

Eu fui com ele, e disse: “Eu fiz por ignorância. Achei que eu podia fazer.” Contei a ele a relação que mãe veio morrer em minha companhia e trouxe uma santinha. Eu aprendi a fazer o sinal-da-cruz foi defronte ao oratório da santa no quarto de mãe. Ele não quis compreender aquilo, e disse: “O senhor não podia fazer!” Eu disse: “Eu acho que podia!” No fim, resolvi falar com ele: “Olha, toda a Terra é Dele. Eu não vi Ele fazer não, mas Deus, Ele fez este mundo. Ele fez a terra. A madeira que nasce nela é sagrada, porque, se não, não nascia.” E fui dando a ele mais ou menos a relação do que eu conhecia. E falei com ele: “Se você quiser benzer a capela, benze. Se não quiser, toda a terra é benta.” E foi que ele disse: “Tem que desmanchar!” E eu disse: “Desmanchar, eu não deixo!”

Meio de conversa durante a viagem do Andrequicé para o lugar de As Pedras, no dia 23 de julho de 1989.

E outra coisa. E lá quando eu perdia Mãe, quando veio pra minha companhia. Porque eu deixei ela na Mata quando eu vim pro sertão. E nós ficou 10 anos sem saber notícia do outro.

Fui a primeira pessoa. Quando eu mudei pra beira do rio, foi Mãe que morreu. Quando ela morreu eu sepultei ela. Aqui era um lugar que ninguém tinha fechado; um cemitério, não tinha feito nada. Aí enterrei ela. Mandei furar lá a sepultura. Mandei levar o arame, porque, pelo costume nosso lá na Zona da Mata, o cemitério é fechado e toda a terra é benta. Não tem terra nenhuma que não seja benta. Eu achei que eu fiz muita coisa. E ela trouxe uma imagenzinha. Eu tenho ela guardada até hoje: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Eu resolvi então fazer uma capelinha lá perto do cemitério e colocar essa imagem. Porque essa imagem, ela tem mais de 100 anos, porque quando eu conheci Mãe, ela já possuía essa imagem. Eu aprendi fazer sinal-da-cruz num oratório dentro do quarto, no pé dessa imagem.

Quando ela veio pra minha companhia, depois de muitos anos, ela trouxe ela. Eu achei que era bem empregado fazer uma capelinha e colocar ela perto da sepultura dela. Quem fechou o cemitério fui eu. Fui engarinhando ali o pessoal, ajeitando eles, até que eles buscaram uma lascas de aroeira, e eu fazia tudo aquilo.

Até que fechou a capelinha.

E quando eu chamei o padre pra ir lá benzer o cemitério, era um padre de Felizlândia que tomava conta da paróquia daqui. Cheguei e falei com ele: “Ô padre Zezé, eu queria que o senhor fosse lá em casa pra benzer um cemitério; benzer uma capelinha pra mim...” Conte pra ele mais ou menos a relação do que tinha passado, né? Ele virou pra mim e disse: “Você fez a capela com ordem de quem?” Eu falei: “Eu fiz por ignorância minha. Eu fiz a capelinha.” E ele disse: “Mas você não sabe que pra fazer uma capela tem que dar terra pra patrimônio?” Eu falei: “Eu não tenho terra pra mim morar; agora, vou ter terra pra dar pra patrimônio? E nem condição de comprar eu não tenho!”

Daí, ele disse: “Pois a capelinha, tem que desmanchar ela!” Eu falei: “Não desmancha, não! Não desmancha de maneira nenhuma! O cemitério não é bento. A capelinha não é benta, pelo que diz vocês. Eu não vi Ele fazer, não, mas porque não foi no meu tempo. Mas se esse mundo foi Deus que fez, que tá escrito na Escritura Sagrada, que esse mundo foi Deus que fez, então tudo que Deus fez é bento e sagrado! A terra é sagrada, porque eu fiz o adobe foi da terra. A madeira que tem na capelinha é sagrada porque nasceu da terra e foi Deus que fez. Quer dizer que de toda maneira toda terra pra mim é sagrada e tudo que existe em cima

dela é sagrado. Se você quer benzer ela, benze. Se não quiser, desmanchar também eu não deixo. Pra desmanchar ela vai ter uma dificuldade muito grande.”

Aí ele disse: “Ah, não sei o que... não sei o que.. lá não pode celebrar. Não pode nada!” Eu falei: “Tá certo! Mas de oito em oito dias a patroa vai lá no cemitério; leva meus filhos, abre a igreja, varre ela, ensina os meninos rezar um padre-nosso. Eu não sou rezador, não, mas eu faço questão de ver os outros rezarem. Aí ela ensina os meninos fazerem o nome-do-pai, ensina o padre-nosso, e eu fico satisfeito com aquilo.”

Daí, ele falou comigo: “Eu vou conversar com o bispo. O bispo vai dar autorização pra gente vir aqui benzer o cemitério e celebrar a missa.” Aí eu falei: “Não precisa pedir bispo, não! Pode largar isso pra uma banda, que agora eu não quero mais também.” Aí ficou.

Aquí em Pirapora tinha um padre franciscano, o frei Fernando, e ele celebrava em todo o município de Pirapora, de fazenda por fazenda. Celebrava missa. Um dia, conversando com ele lá em Pirapora, ele falou comigo: “Eu não posso celebrar na capela e nem benzer o cemitério e nem a capela. Se você aceitar, lá na sua casa, eu posso celebrar uma missa, porque de qualquer maneira, atravessando aqui, pra mim ir pro município de Pirapora, eu tenho que passar na sua porta pra pegar a divisa do município de Pirapora. Eu vou lá pra sua casa hoje; durmo lá e amanhã eu celebro uma missa e sigo viagem.”

Aí, eu falei: “Tá certo”. Ele foi lá pra casa, lá dormiu. No outro dia, celebrou a missa. Ajuntou muito vizinho, ali logo, eu avisei que ele ia celebrar a missa. E era uma coisa nunca vista neste sertão brabo.

Aí, ele falou comigo: *“Eu vou entender com o padre Zezé. Se ele der uma ordem, eu te escrevo e venho celebrar uma missa aqui e fazer uma festinha da santa aqui.”*... Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Aí, com uns 15 dias recebi uma carta dele, e ele marcou certo. E deu tão certo que nessa viagem do João Rosa aqui, o João Rosa assistiu à festa.

Reminiscências

Maria Isaura Pereira de Queiroz

Foi ensaísta, socióloga, fundadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos e professora do Departamento de Sociologia da USP

A vida universitária pode decorrer sem grandes agitações ou alvoroços; não foi o que de início sucedeu à Universidade de São Paulo, fundada em 1934, às vésperas da instalação da ditadura civil de Getúlio Vargas. Desde o início, houve professores e alunos que manifestaram sem temor suas ideias, principalmente quando elas eram impedidas de vir à tona. As escolas superiores que compunham seu conjunto estavam disseminadas pelos bairros da cidade, distribuídas entre dois limites constituídos, de um lado, pela Faculdade de Medicina e do outro pela Escola de Engenharia (Politécnica), tendo ao centro a Faculdade de Direito. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estava dispersa em vários pontos, sendo o principal a então bela Praça da República, onde departamentos como os de Filosofia, Ciências Sociais e Letras se aninhavam no 3º andar – o mais elevado – do Instituto Caetano de Campos. Este instituto possuía, nos dois primeiros andares, um jardim da infância, uma escola primária, um ginásio e uma escola normal! Instituição conhecida e respeitada, nela tinham estudado minha mãe e minhas tias, tanto do lado materno quanto do lado paterno e, em seguida, suas filhas. A Praça da República, muito cuidada, numa das beiradas da qual se encontrava o então considerado imponente prédio da Caetano de Campos, composto de três corpos e três andares, todo circundado de jardins, se apresentava como um dos cartões-postais da cidade.

Em 1944, decidi voltar a estudar e inscrevi-me no cursinho que o próprio Grêmio da Faculdade de Filosofia oferecia a partir de outubro, durante até o início dos exames, na 1ª quinzena de janeiro; o intuito era reforçar os conhecimentos dos estudantes, para que pudessem alcançar uma vaga no departamento em que desejavam entrar. Entre a filosofia, as ciências e as letras, que então formavam o conjunto da faculdade, minha escolha se

fixou nas ciências sociais, cujo vestibular me pareceu mais acessível; eram 30 as vagas, porém somente 20 estudantes se inscreveram e 11 conseguiram entrar. Em todas as áreas da Faculdade de Filosofia, este desequilíbrio, se não era geral, era constante e somente em poucas áreas o número de inscritos superava o número de vagas; na Faculdade de Direito e numas poucas outras havia maior quantidade de postulantes para as vagas existentes. Certa vez, no vestibular para o curso de filosofia, apenas dois candidatos se haviam apresentado, uma moça e um rapaz; felizmente ambos haviam conseguido passar no exame e, tendo estudado juntos durante cinco anos, se casaram uma vez formados... Esta quantidade mínima de aspirantes para a filosofia levava a discussões entre os professores, que chegavam até nós: seria interessante conservar tal departamento que dava tantas despesas, já que ali havia vários professores estrangeiros cuja manutenção era mais elevada do que a dos nacionais sem resultados satisfatórios? Felizmente surgiu uma outra solução, estendida a todos os departamentos: todas as vezes que a quantidade de vagas não fosse preenchida num departamento, abrir-se-ia o exame para os professores normalistas que, exercendo sua profissão, quisessem melhorar de nível. Exigia-se que no exame de ingresso e naqueles que iriam prestar durante o curso, obtivessem sempre nota igual ou superior a sete, em caso contrário seriam remetidos de volta à escola ou ginásio em que trabalhavam. No primeiro ano, grande quantidade de aspirantes se inscreveu e entrou nos diversos departamentos, porém foram poucos os que persistiram e chegaram a se diplomar. Esse requisito não durou por muito tempo, o resultado não foi dos mais brilhantes e as exigências para o vestibular voltaram a ser as mesmas.

Nos dois primeiros anos em que cursei as ciências sociais, essa experiência nova de estar numa sala para 30 estudantes e povoada por apenas 11, foi tranquila; os colegas eram simpáticos, seu número era às vezes aumentado por gente de outros departamentos, interessados em conhecer algo fora de suas classes. Conhecedora da Praça da República desde muitos anos, eu não hesitava em cabular as aulas enfadonhas e ia com os colegas à sorveteria da japonesa, velha conhecida, ou então, numa data considerada importante, tirar um retrato com o grupo todo no lambe-lambe. Com a deposição de Getúlio Vargas pelas Forças Armadas em outubro de 1945, o país entrara numa fase mais tranquila. Desse período que muitas vezes me parecia uma continuação dos tempos antigos da Caetano de Campos, três episódios se conservaram com clareza. Um deles, que considero o mais importante porque revelava uma

confiança na estudante anda bisonha, foi um pedido efetuado por Gilda de Mello e Souza, então assistente do professor francês Roger Bastide e preparando sua tese de doutorado; pediu-me se eu podia ler romances brasileiros da segunda metade do século XIX e fichar as passagens que dissessem respeito às roupas da época. O pedido encheu-me de alegria pelo interesse demonstrado e lancei-me com brio ao trabalho que mereceu um agradecimento que me encheu de prazer.

Os dois outros casos foram bastante diferentes. O professor Roger Bastide costumava dar aos estudantes, para nota, tarefas que dissessem respeito às pesquisas em que ele estava trabalhando; pediu-me um levantamento de todos os movimentos religiosos que teriam existido no Brasil até o fim da Primeira República. Mergulhei primeiramente na Biblioteca Municipal e, em seguida, em todas as outras que pudessem encerrar publicações sobre o assunto e, com espanto meu, pois pensava não serem senão “O Reino Encantado”, “Canudos” e “Padre Cícero”, encontrei uma quantidade maior do que simplesmente estes! Bastide me aconselhou que, no ano seguinte, fizesse um levantamento e a classificação que me parecesse válida dos mesmos; sem o saber, iniciava então a coleta de dados para uma futura tese de livre-docência...

O terceiro episódio decorreu de um trabalho dado a toda a classe pelo professor Fernando de Azevedo, no segundo ano do curso; o tema foi “Organização e mobilidade social na sociedade brasileira durante o Segundo Império”. No meu entender, isso me pareceu banal; quem não sabia que nesse período senhores e escravos estavam inteiramente separados e a mobilidade social estava, por isso mesmo, cerceada, só existindo no interior da camada livre? Levei minhas dúvidas ao professor Antonio Candido, assistente do professor Fernando de Azevedo, que me parecia mais acessível do que o catedrático, e a resposta foi mais ou menos: “Uma afirmação não é suficiente para ser aceita como verdade; demonstre-a com dados e então veremos...” Não havia o que retrucar, a resposta era firme mas achei que era preciso apoiá-la em dados para que os demais não duvidassem. Depois de buscar nos dicionários de sociologia o sentido dos termos a serem utilizados, passei com entusiasmo a procurar nas mais diversas fontes sobre o século XIX: viajantes, romancistas, políticos, estadistas. E – oh espanto! – já nas primeiras leituras encontrei inúmeros dados que punham em dúvida minha afirmação; e à medida que mais enriquecia a pesquisa, mais e mais ela era desfeita! Ferida, a vaidade me doía; resolvi então escrever numa linguagem próxima do século XIX, para

dar um ar ligeiramente pomposo ao trabalho, pois pomposo me parecia o professor... Anos mais tarde, quando eu já era assistente do professor Fernando de Azevedo, contou-me ele um dia que ficara muito bem impressionado com meu primeiro trabalho, mas que havia pensado não me dar a melhor nota devido ao linguajar muito fora de época em que fora redigido; na incerteza, consultara a respeito Antonio Candido, que era tão sensato! A resposta fora: “Se o problema é somente a linguagem, eu daria a nota máxima e aconselharia a aluna a fazer um esforço para se livrar de uma linguagem antiquada...” Assim foi feito e a estudante embatucou... Esta anedota mostra o apreço em que o professor Fernando de Azevedo, sempre muito exigente no que tangia aos problemas de hierarquia, tinha por seu assistente, a ponto de consultá-lo e aceitar-lhe o alvitre; poucos catedráticos o fariam e, por outro lado, poucos assistentes também seriam semelhantes a Antonio Candido, em seu nível de conhecimentos e em seu respeito por outrem.

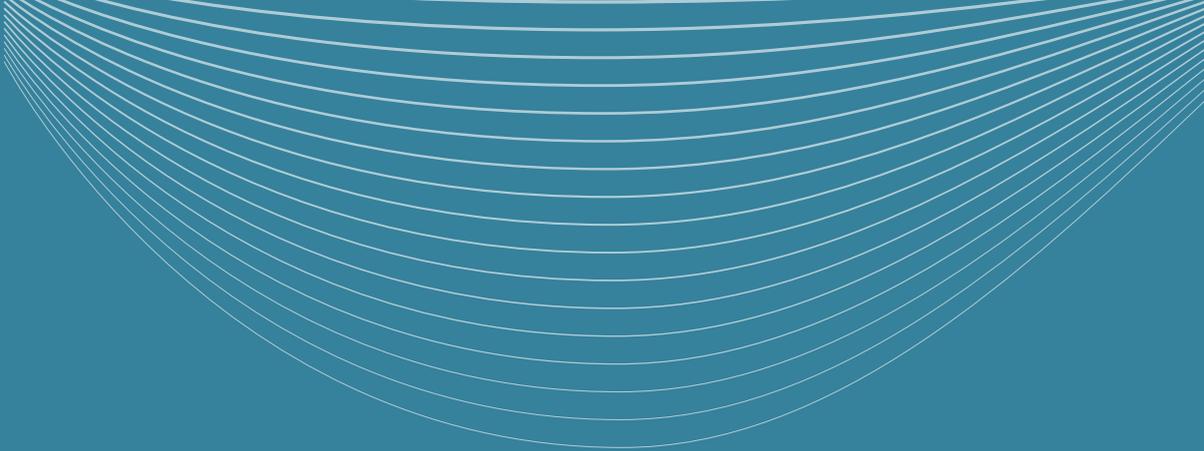
Estava eu terminando o curso de ciências sociais quando a Faculdade de Filosofia foi mudada para outro local: dois prédios vizinhos um do outro, na Rua Maria Antonia, 294. Em comparação com nossa instalação na Praça da República, em que estávamos terrivelmente apertados, estávamos agora em céu aberto; assim, o Departamento de Ciências Sociais ocupava quase totalidade de um andar! A instalação foi prazerosa, ali teríamos vivido confortavelmente por bastante tempo, se o período de quase quietude política não tivesse chegado ao fim. Não que estivesse o país em grande tranquilidade desde os fins da década de 1940; porém eram prenúncios que não iam longe. A fase do desenvolvimento material nacional, que se expandira a partir de 1956, fazia supor que o país se ocuparia, por bastante tempo, apenas com a sua expansão econômica. Mas, no entanto, a partir de 1961, terminado o governo do presidente Juscelino Kubitschek, mais e mais patente se tornou que a nação se desestabilizava politicamente e o estouro se deu a 30 de março de 1964. As Forças Armadas se apoderaram do governo e teve início uma ditadura militar que durou por muito tempo.

A permanência na Rua Maria Antônia foi marcada a princípio, nas ciências sociais, pela discussão em torno de se acelerar ou não a ida para a Cidade Universitária; todos a achavam necessária, porém havia os que a consideravam premente, outros não e o tempo ia passando. O local do prédio era muito satisfatório, ia-se com facilidade até o centro da cidade e as saudades da Praça da República não foram nada duradouras.

Um problema existia que a princípio não mereceu consideração, porém foi se tornando incômodo. Bem em frente à nova instalação da USP, erguiam-se prédios que há muito tempo tinham sido elevados pelo Colégio Mackenzie, de origem americana, o qual englobava também escolas superiores. À medida que a política nacional ia se aquecendo, desacertos e embates surgiam entre os estudantes das duas universidades que se miravam face a face, e cujas ideias políticas eram opostas. À medida que a política nacional se esquentava, também as relações num mesmo espaço, separado pela estreita rua, iam se tornando mais difíceis, até finalmente explodirem no dia 3 de outubro de 1968. As razões permanecem obscuras até hoje; desde cedo, estudantes do Mackenzie atacavam os da Faculdade e a batalha, que pela manhã não passava de escaramuça, chegou a tal ponto que não se podia mais penetrar no prédio da USP; no interior deste não restava praticamente mais ninguém, embora os tiros disparados do Mackenzie continuassem de maneira intensa, tendo inclusive baleado um rapaz que nem pertencia à Filosofia. Como a situação piorasse, decidiram Antonio Candido e alguns outros professores ir rapidamente à Cidade Universitária alertar o reitor e demais docentes de cúpula da USP do que se passava. As destruições do prédio da USP eram grandes, as intimidações dos mackenzistas continuavam, e também corriam boatos de que os Departamentos de Filosofia e de Ciências Sociais seriam definitivamente fechados por serem seus estudantes os baderneiros; ficou resolvido que estes seriam imediatamente levados para a Cidade Universitária, para, não deixando professores e estudantes diante das vistas dos mackenzistas, se abrandassem os ânimos. Assim foi feito, e, agindo com rapidez, professores e estudantes mudaram rapidamente para a Cidade Universitária o que pode ser salvo... No dia 21 de outubro desse ano, o Departamento de Ciências Sociais deu a primeira aula no seu novo endereço. No dia 28 de outubro, três professores foram convocados à Assembleia Estadual com a finalidade de deporem na Comissão Especial de Inquérito sobre o ocorrido: Antonio Candido como representante das letras; Porchat, da filosofia e eu, das ciências sociais. O que foi feito de nosso depoimento não sei... Vitorioso, tendo expulsado de suas imediações a perigosa Faculdade de Filosofia, o Mackenzie se aquietou...

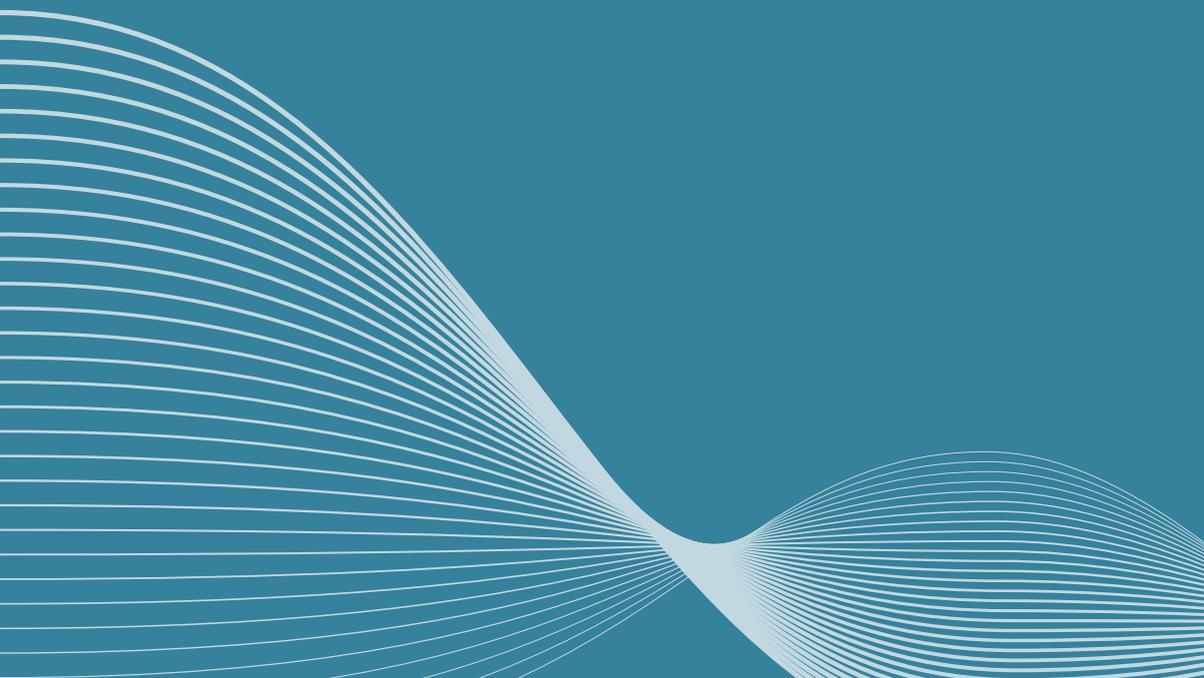
A luta tragicômica desencadeada pela Universidade Mackenzie contra a Faculdade de Filosofia, representante da USP, fecha a primeira fase da sua vida. Protegida no âmbito da Cidade Universitária, a Faculdade de

Filosofia, cercada pelos seus iguais, ficava a salvo de arremetidas como a que experimentara quando inocentemente se instalara na vizinhança de tão terrível D. Quixote... A história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como hoje se intitula, ainda está para ser escrita; seria interessante efetuar-la enquanto se pode solicitar pelo menos alguns velhos professores, assim como a avelhantados antigos alunos, que contem ou redijam as particularidades, os fatos corriqueiros ou extraordinários, as anedotas que ainda conservam na memória.



A UNIVERSIDADE HOJE

Sexta mesa
(14 de agosto de 1998)



Abertura

Pedro Tierra

Pseudônimo de Hamilton Pereira, poeta e escritor, recebeu título de doutor honoris causa da Universidade Católica de Brasília e da Universidade Federal de Tocantins. Foi presidente da Fundação Perseu Abramo e secretário de Cultura do Distrito Federal. É membro do conselho editorial da Fundação Perseu Abramo

Falo aqui em nome da Fundação Perseu Abramo, de cuja diretoria faço parte e que é coparticipante desse seminário. Gostaria de dizer da honra que significa para a Fundação Perseu Abramo estar somando esforços com a Universidade de São Paulo e com os demais organizadores para que tenhamos a possibilidade de refletir um pouco sobre este país nesse século.

Um certo mineiro, nascido em Itabira, mal saído da guerra, prefigurava num poema o homem futuro com essas palavras:

“(…)
Nalgum lugar faz-se esse homem...
Contra a vontade dos pais ele nasce,
contra a astúcia da medicina ele cresce,
e ama, contra a amargura da política.
Não lhe convém o débil nome de filho,
pois só a nós mesmos podemos gerar,
e essa nega, sorrindo, a escura fonte.
Irmão lhe chamaria, mas irmão
por quê, se a vida nova
se nutre de outros sais, que não sabemos?
Ele é seu próprio irmão, no dia vasto,
na vasta integração das formas puras,
sublime arrolamento de contrários
enlaçados por fim.
(...)”¹

1 Carlos Drummond de Andrade, “Contemplação no banco”. In: *Claro enigma*, José Olympio, 1951.

Esse itabirano assim prefigurava o homem do futuro. Um homem que ele desejava brotasse da história de seu país, da sua capacidade de retirar a energia criadora de sua própria cultura, e ao mesmo tempo, de trazer para si, pela exata dimensão humana, a universalidade. Penso que nós, ao refletir sobre o país que temos, e o país que desejamos, temos que enfrentar o desafio de construir esse homem. A Fundação Perseu Abramo busca contribuir com uma pequena parcela das suas possibilidades na construção desse perfil que não é de natureza estritamente política, no sentido pobre do termo, mas no sentido de trazer consigo a indispensável dimensão política que esse perfil tem de conter.

A juventude deste país está colocada hoje diante de um desafio que nenhuma das gerações anteriores desse século viveu. Está inserida na perspectiva da exclusão e na de ser vista exclusivamente como consumidora, e não como partícipe do processo produtivo criador da sociedade. Temos a obrigação de recolocar a dimensão da utopia, que não será desta vez uma ação exclusiva das gerações anteriores, mas, que sem dúvida nenhuma, terá algo da experiência passada. Terminaria estas palavras, lembrando que a trajetória do professor Antonio Candido nos recoloca a necessidade de recolher na sombra aquela estrela que entre as dobras das sombras se revela, para que possamos acender a metade humana que combate, e combatendo recria apaixonadamente a utopia.

Universidade e liberdade

Francis Henrik Aubert

Professor de língua inglesa e literatura inglesa e norte-americana e diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP

A História nos ensina que quando as necessidades ou anseios, individuais ou coletivos, não mais encontram nas suas formas de exteriorização uma suficiente congruência com essas mesmas necessidades e esses mesmos anseios, configura-se o que comumente denominamos de “crise”, crise essa que pode resolver-se por um ou mais dos seguintes desdobramentos, algumas mais promissoras do que outras, mas nenhuma imune a riscos:

1. A forma de exteriorização pode sufocar o indivíduo ou a coletividade, ensejando a perda de percepção das suas verdadeiras vocações, iniciando um processo de decadência;
2. Os gestores das formas (ou superestruturas), quer seja o superego, no plano individual, ou a elite dirigente, no plano coletivo, podem implementar alterações mais ou menos profundas nas formas, correndo, porém, o risco de tomar forma por conteúdo, superestrutura por necessidade, com clara inversão das reais prioridades e apenas postergando o desenlace da crise;
3. Ocorre uma ruptura revolucionária, que transcende de forma mais contundente o *status quo*, para passar-se, na sequência, à construção de novas formas de exteriorização. Aqui, o risco é, novamente, de focar as formas olvidando os conteúdos, de expulsar a criança junto com a água do banho.

O descolamento entre as necessidades e as formas ocorre pela evolução, natural ou induzida por pressões externas, quer das necessidades ou das formas. Retomando minha filiação linguística, sem querer, no entanto, forçar por demais as possíveis relações analógicas, diria que, em tais situações, vê-se rompido o elo significante/significado, que, ao contrário do que queria Saussure,

é, idealmente, motivado. Em tais momentos históricos, se queremos manter a serenidade a despeito das turbulências geradas, se queremos optar, de forma mais lúcida, entre as diversas formas de encaminhamento que se apresentam e, principalmente, se queremos resgatar o elo motivacional entre a necessidade e a sua forma de exteriorização, sem confundirmos o que é significativo e o que é significado, será, provavelmente, de bom alvitre indagar-se primeiro qual a essência que se busca resgatar.

Essa busca, é forçoso admitir, não passa apenas pela racionalidade. Incorpora-se, a ela, um ato de fé.

No caso da universidade, meu ato de fé me diz que a necessidade primeira que esta instituição busca atender não é a profissionalização dos jovens, não é *ars gratia artis* nem a *scientia gratia scientia*, não é a busca de palmas acadêmicas, de presença maciça nos Citation Indexes da vida e de outros galardões da nobiliarquia universitária contemporânea. Todos esses elementos têm o seu valor e o seu papel, sem dúvida, mas constituem, antes, desdobramentos sintagmáticos do nosso signo principal, e resvalam mais para o significativo do que para o significado.

A necessidade primeira a que a universidade busca atender, aquela que deve sustentar a definição de seus rumos, adaptando-as às circunstâncias do tempo/ espaço da nossa atualidade, é a mesma que movia os helenos da antiguidade: o autoconhecimento e, por meio dele, a liberdade plena do espírito humano. A modernidade, e as conscientizações que ela nos trouxe, acrescenta a esta dimensão individual a dimensão coletiva. Com efeito, sabemos hoje que a liberdade do espírito humano não se realiza em sua plenitude em isolamento, em um contexto social de carências materiais, sociais e educacionais que afrontam a dignidade humana. Nesses termos, a necessidade primeira da universidade se confunde com sua vocação: a de oferecer, pela ciência, pelo conhecimento, um caminho privilegiado, ainda que não exclusivo, de libertação.

A busca da liberdade, aqui entendida como a da liberdade cultural e científica, é plenamente compatível com o rigor e com a disciplina que são exigências definidoras das buscas do conhecimento e, para além do conhecimento, da sabedoria. Não é, porém, compatível com a priorização da avaliação face ao estudo, da redação de relatórios ante a produção de textos de reflexão científica, da integralização de créditos em lugar da integração e da multiplicação de saberes.

São outros os tempos, são outros os espaços. A Confeitaria Vienense de que nos falou o Décio na abertura deste evento não mais tem como abrigar os alegres seminários noturnos, os *symposia*, ainda que regados a café e chocolate, em

lugar do vinho do Antiquidade Clássica. Os cento e poucos alunos da Faculdade de Filosofia, razoavelmente bem acomodados no terceiro andar do Instituto Caetano de Campos, transformaram-se em nossos sete mil e tantos alunos de graduação e nossos mais de três mil alunos de pós-graduação. Paralelamente, a pobreza ainda quase digna do Brás e do Bexiga, que abrigavam algumas dezenas de milhares de famílias operárias e de funcionários subalternos, se transmudou na miséria das favelas e dos cortiços, envolvendo vários milhões de concidadãos. As centenas de meninos engraxates foram substituídos pelos milhares de pedintes dos cruzamentos. As distâncias físicas desta cidade aumentaram, enquanto que as distâncias virtuais foram praticamente eliminadas pela tecnologia da informação e das telecomunicações, gerando a situação ímpar de facultar-nos um contato em tempo real com nossos colegas de outras instituições, nacionais e estrangeiras, e uma perda quase absoluta de contato com o espaço real que nos cerca e que, por vezes, nos apavora.

Nesses outros tempos e outros espaços, as formas terão, portanto, de ser outras. Mas essas formas não podem ser escravas deste outro tempo e deste outro espaço. Ao contrário, devem manter uma independência suficiente dos condicionantes externos para que, sem ignorá-los, possamos não nos escravizar a eles e, sempre que possível e justificado, atuarmos de forma transformadora sobre esses mesmos condicionantes.

Não cabe aqui, nessa breve alocação inicial, detalhar um projeto específico de redefinição de rumos. Contento-me, pois, em deixar a proposta de um mote, a ser ou não retomado por repentistas mais competentes e mais lúcidos. Integram este mote: (1) o conceito de liberdade de ensino e de aprendizagem; (2) a busca do autoconhecimento, individual e coletivo; e (3) a assunção da responsabilidade social. Propõe-se, por este conjunto, a busca séria e rigorosa do saber; e pressupõe-se que possamos empreender a mais ampla socialização do conhecimento que é nosso papel gerar. Significa que o prestígio que podemos obter por nosso desempenho “mensurável” nas instituições nacionais e internacionais de fomento e de academometria é positivo na medida em que nos fortalece, também institucionalmente, para exercermos melhor o nosso papel, a nossa missão. Mas não posso deixar de pressentir que um indicador muito mais verdadeiro de que não falhamos nessa mesma missão teremos quando recebermos a manifestação, verbal ou escrita, de algum pai de aluno de uma escola pública, agradecendo a contribuição que um livro, um artigo, uma palestra ou uma entrevista de nossa lavra teve na educação e na formação de seu filho.

Quero, reiterando as palavras do magnífico reitor, parabenizar vivamente a comissão organizadora pelo evento que hoje se encerra. E, já que, como representante de Sua Magnificência, não me encontro completamente comprometido com o acordo de discrição feito entre a comissão organizadora e com o nosso homenageado, quero agradecer, em nome não apenas da Faculdade de Filosofia mas da Universidade de São Paulo, ao professor Antonio Candido por tantas lições, por tantas inspirações, por tantos exemplos tangíveis e reais de como a missão da universidade pode e deve ser exercida por seus membros. Quer tenhamos ou não tido o privilégio individual de termos sido seus alunos, somos todos, professor Candido, seus devedores. E, acredite, nisso não vai nenhum arroubo de retórica; é essa uma declaração sincera, afetuosa, em que respeito e carinho se misturam e se combinam e lhe são aqui oferecidos com profunda alegria.

Muito obrigado.

A universidade hoje

Marilena Chaui

Filósofa, ensaísta e professora sênior da USP.
Foi secretária de Cultura do município de São Paulo

Portanto, incentivemos a pesquisa e a produção intelectual, condições do progresso do conhecimento, mas restauremos o “ser docente”, no sentido ontológico e ético, configurando profissionais que queiram ser professores e não se acanhem disso.

Antonio Candido

I.

Está em curso a chamada Reforma do Estado. Seu Plano (desenhado em organogramas e fluxogramas) e sua implantação (justificada em dezenas de “exposições de motivos”) pretendem ser uma “engenharia política” que visa adaptar o Estado brasileiro às exigências impostas pela nova forma do capital, que não carece mais, como careceu nos anos 1950-1970, do Estado como parceiro econômico e regulador da economia. Apresentada como racionalizadora e modernizadora, essa reforma tem como objetivo redefinir e redistribuir as atividades estatais em quatro campos:

- o Núcleo Estratégico do Estado (os três poderes; o Poder Executivo presente por meio dos ministérios) para definição do exercício do poder;
- as Atividades Exclusivas do Estado, definidas pelo Núcleo Estratégico e que não podem ser delegadas a instituições não estatais;
- os Serviços Não Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadoras de serviços; o Estado provê tais serviços, mas não executa uma política, nem executa diretamente o serviço. Nestes serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura, as utilidades públicas;

– o Setor de Produção para o mercado, isto é, as empresas estatais.

A Reforma do Estado tem um pressuposto ideológico básico: a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Estado não só no Setor de Produção para o mercado, mas também nos Serviços não exclusivos, donde se conclui que todas as soluções e todos os benefícios econômicos, sociais e políticos procedem da presença das empresas privadas no Setor de Produção e no dos Serviços não exclusivos. Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República.

Ora, isto significa que a Reforma não prevê apenas a saída do Estado do Setor de Produção para o Mercado (como seria de se esperar numa ideologia da “desregulação” econômica), mas também do setor de serviços públicos, pois estabelece uma identificação imediata entre intervenção estatal reguladora da economia e direitos sociais. Em outras palavras, identifica as exigências feitas pelo capital ao *seu* Estado e conquistas econômicas, sociais e políticas, vindas de lutas populares no interior da luta de classes. Essa identificação, ou essa confusão, é o que leva a colocar *direitos* sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de *serviços* estatais, destinados a se tornar não estatais. A Reforma encolhe o espaço público dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados. O Estado se desobriga, portanto, de uma atividade eminentemente política, uma vez que pretende desfazer a articulação democrática entre poder e direito. Dessa maneira, ao colocar a educação no campo de serviços, deixa de considerá-la um direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público, que pode ser terceirizado ou privatizado.

Quando se lê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas também quando lemos artigos e entrevistas dos que estão ligados ao Ministério da Educação, observa-se algo muito significativo: o vocabulário empregado não é o dos direitos, mas também não é propriamente o dos serviços. Para entendermos o sentido do novo léxico que orienta definições e decisões relativas à universidade, precisamos ver como a universidade é concebida pelo atual governo e como ela aparece no Plano da Reforma do Estado.

O Plano distingue o setor de atividade exclusivas do Estado e o de serviços não exclusivos do Estado, distinguindo entre “agências autônomas” e “organizações sociais”. São agências autônomas as instituições de direito público, que realizam as atividades exclusivas do Estado. São organizações sociais as institui-

ções públicas não estatais, que operam no setor de serviços. As universidades, as escolas técnicas, os museus e os centros de pesquisa estão neste grupo. As organizações sociais são consideradas prestadoras de serviço ao Estado e com ele celebram “contratos de gestão”. A universidade é, assim, uma organização social que presta um serviço ao Estado e celebra com ele um contrato de gestão. Essa definição da universidade, por seu turno, confere um sentido bastante determinado à ideia de autonomia universitária, e introduz no léxico termos como qualidade e avaliação universitárias e flexibilização da universidade.

Que sentido possuem para os reformadores palavras antiquíssimas, como autonomia, qualidade, avaliação, e essa outra, que mais parece um monstrenço, “flexibilização”? Em linhas gerais:

Autonomia universitária: é a gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia universitária se reduz, portanto, ao gerenciamento empresarial da instituição, e a responsabilidade do Estado é a mesma que tem, por exemplo, com as empresas encarregadas do recolhimento do lixo. “A autonomia” prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. Cria-se também um Fundo de Apoio Universitário, com recursos públicos que podem ser repassados a qualquer universidade, desde que ela se apresente como prestadora de serviços e cumpridora das cláusulas do contrato de gestão.

Flexibilização: é o corolário da “autonomia”. Na linguagem do Ministério da Educação, “flexibilizar” significa: 1) eliminar o regime único, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas “outras fontes de financiamento”, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemático nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre “social” e “empresarial”); 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa (a ponta do *iceberg* dessa medida é o PRONEX); os recursos que a universidade recebe atualmente para a pesquisa seriam destinados à ampliação de vagas na graduação “flexibilizada”.

Qualidade: é definida como competência e excelência, tendo como critério seu “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é medida pela produtividade. A produtividade, que mede a qualidade, é orientada por três critérios: *quanto* uma universidade produz, *em quanto tempo* produz e qual *o custo* do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que orientarão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz. (Aristóteles há-de estar tomado de cólera no Hades: seu paciente e gigantesco trabalho de distinção das categorias – qualidade, quantidade, tempo, lugar –, sem o qual o pensamento ocidental não seria o que é, está posto por terra, numa confusão que somente a barbárie capitalista é capaz de produzir. Isso para não mencionarmos a “ilusão” de Hegel e de Marx para os quais, a partir de um determinado ponto de um processo, a quantidade se transforma em qualidade; aqui, temos a inversão ideológica, pura e simples, da qualidade em quantidade). Observa-se também que a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a prática dos “contratos flexíveis”. Ora, considerando-se a proposta da Reforma, que separa a universidade e o centro de pesquisa, e considerando-se que a produtividade orienta o contrato de gestão, cabe indagar qual haverá de ser o critério dos contratos de gestão da universidade, uma vez que não há definição de critérios para “medir” a qualidade da docência.

Avaliação: é o corolário da “qualidade”. Sobre isso não é preciso falar porque todos nós já a discutimos *ad nauseam*.

O léxico da LDB é inseparável da definição da universidade como “organização social” e por isso vale a pena indagar o que significa definir a universidade como “organização social” e inseri-la no setor de serviços não exclusivos do Estado. E tentar uma primeira resposta, dizendo: significa que a universidade está sendo submetida a uma mutação sem precedentes porque se alteraram seu lugar e seu modo de inserção social; o que, por seu turno, provoca uma alteração de fundo nas ideias de docência e pesquisa.

II.

Desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma *instituição social*, isto é, uma *ação social*, uma *prática social* fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras insti-

tuições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade europeia tornou-se inseparável das ideias de *formação, reflexão, criação e crítica*. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pode furtar-se à referência à democracia como ideia reguladora, nem pode furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista. Numa palavra, por ser uma instituição social, a universidade não pode colocar-se à margem da luta de classes nem das questões ideológicas que, sabemos, são sua questão própria, pois cabe-lhe indagar (o fugir da questão) qual o lugar das ideias no processo da produção material da sociedade.

Ora, que significa passar da condição de instituição social à de organização social?

Uma *organização* difere de uma instituição porque se define por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e

busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade *aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e Natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, “meio ambiente”; e “meio ambiente” instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Donde o interesse pela ideia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo.

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se *universidade funcional*; na segunda, *universidade operacional*.

Universidade funcional: era a universidade voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. Entre os vários caminhos trilhados, um deles foi decisivo: a chamada parceria com as empresas, na medida

que estas não só asseguravam o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como ainda financiavam pesquisas diretamente ligadas a seus interesses.

Universidade operacional: enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

Que se entende por docência e pesquisa, na universidade operacional, produtiva e flexível?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em CDs. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins – o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorchado e arrochado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos de pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.

(Gostaria, aqui, de abrir um parênteses para falar da formação. A docência é formadora quando aceita que seu ponto de partida é a assimetria entre professor e aluno e seu ponto de chegada, a simetria entre ambos. Para que esse processo se realize, é preciso afastar a ideologia do “diálogo”, do professor popular e querido porque “dialoga” com seus estudantes. Acredito que a verdadeira docência é aquela em que o professor cria as condições do diálogo do estudante com o saber, e não com ele. Em outras palavras, há docência quando o professor não se interpõe entre o aluno e o saber, não se oferece como substituto, imediato e fácil, dos conhecimentos, vedando o acesso ao conhecimento. Merleau-Ponty, numa bela passagem da *Fenomenologia da Percepção*, escreve que o bom professor não é aquele que diz “faça como eu” e sim, “faça comigo”; como o professor de natação que não ensina a nadar na areia, com gestos abstratos, mas lança-se n’água com o aluno e deixa-o conviver com nela, ser acolhido e repellido por ela para que, com ela (e não com ele), aprenda a nadar. A docência formadora, creio, é a que diz “faça comigo” para que, ao fim e ao cabo, ali onde havia um professor e um aluno, haja dois professores).

A desvalorização da docência teria significado, compensatoriamente, a valorização excessiva da pesquisa? Teria esta assumido o lugar formador, que antes cabia à docência?

Ora, o que é a pesquisa na universidade operacional?

À fragmentação econômica, social e política, imposta pela nova forma do capitalismo, corresponde uma ideologia autônoma pós-moderna. Essa nomenclatura pretende marcar a ruptura com as ideias clássica e ilustradas, que fizeram a modernidade. Para essa ideologia, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contacto com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e de pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade. O que pode ser a pesquisa numa universidade operacional sob a ideologia pós-moderna? O que há de ser a pesquisa quando razão, verdade, história são tidas por mitos, espaço e tempo se tornaram a superfície achatada de sucessão de imagens, pensamento e linguagem se tornaram jogos, constructos contingentes cujo valor é apenas estratégico?

Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal.

Compreende-se, então, o que vem acontecendo com a pesquisa na universidade operacional brasileira. Começa-se dizendo que uma pesquisa não tem como realizar-se por um único pesquisador, mas este precisa estar associado a outros que tratam de diferentes aspectos do mesmo problema (entenda-se: problema e não questão). Para que haja a associação dos pesquisadores, define-se uma “linha de pesquisa” e, a seguir, passa-se a receber estudantes que se associam à “linha de pesquisa”, cada um deles, como na antiga fábrica fordista, posto na linha de montagem, contribuindo com alguma pecinha muito especializada para a fabricação do artefato. Como tem-se dado a definição da “linha de pesquisa”? De duas maneiras principais: 1) ou pelo ajuntamento de docentes-pesquisadores que trabalham numa mesma disciplina e foram informados de que, se formarem um grupo, núcleo ou centro, terão subvenções (contratos de gestão) para seus trabalhos; 2) ou porque um notável consegue uma “parceria” com uma empresa que encomenda uma “pesquisa”, isto é, uma estratégia de intervenção e de controle sobre alguma coisa. Em outras palavras, as “linhas de pesquisa” são, de um lado, maneiras de conseguir subvenção, recurso e complementação salarial, e, de outro, exprimem a ideia organizacional da “pesquisa” como delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela ideia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. É evidente também que os

responsáveis pela “linha de pesquisa” não sejam pesquisadores e sim gestores de contratos e programas e que saibam ser “flexíveis” para mudar o curso da “pesquisa” quando assim for necessário.

Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa na universidade operacional.

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

III.

No entanto, aprendemos com Antonio Candido a não nos submetermos à dialética da malandragem e que, se parecemos um escorpião encalacrado, é porque no calor da hora sabemos sempre dançar uma dança dramática que nos permita a invasão da catedral e não gritar: “Ao vencedor às batatas”.

No início deste ano, tive a oportunidade de presenciar um acontecimento que, a muitos de nós, teria parecido impossível: a aparição (uso o termo de propósito!) política dos desempregados franceses, com manifestações, debates e reivindicações no espaço público. Por que tal acontecimento nos pareceria impossível? Porque fomos formados na tradição marxista, que sempre julgou o lugar de trabalho o espaço primordial para a formação da consciência de classe, para a organização e a ação da classe proletária, de sorte que, por definição, desemprego significa impossibilidade de consciência, organização e ação de classe. Todavia, o acontecimento não foi surpreendente apenas porque o teríamos julgado impossível, mas sobretudo pelo conteúdo trazido pelos desempregados. De fato, se resumirmos bastante os debates, as manifestações e suas palavras de ordem, seu conteúdo foi o seguinte: “não reivindicamos o direito ao trabalho numa sociedade que dele não precisa e que promove, simultaneamente, o elogio do trabalho e o desemprego; não reivindicamos o sacrossanto dever de trabalhar, que supostamente nos dignificaria, pois vivemos numa sociedade em que o trabalho oscila entre o martírio e a inutili-

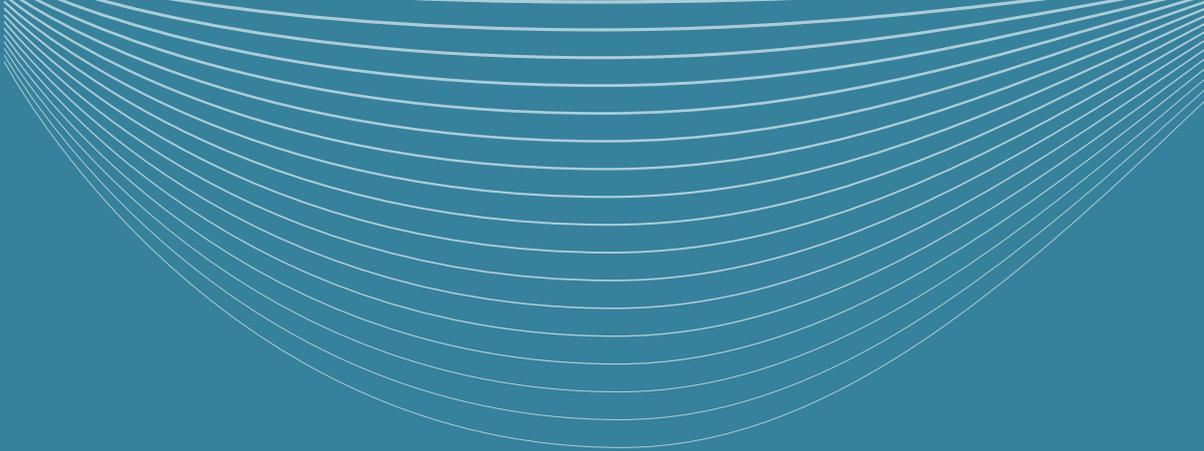
dade, a competição mortal e a rápida obsolescência. Não aceitamos projetos paliativos para o desemprego estrutural. Não aceitamos a moral vigente, que erige a ética do trabalho em valor primeiro e impede sua concretização nos indivíduos. Reivindicamos os direitos do cidadão – moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, cultura e lazer – que podem ser atendidos porque reivindicamos a divisão social da riqueza social, concentrada em uns poucos oligopólios planetários”.

Essa reivindicação extraordinária – não reivindicamos o direito ao trabalho, não reivindicamos a participação na “ética protestante”, e sim o direito de partilhar a riqueza socialmente produzida – porque inesperada, e, no entanto, acontecida, me permite terminar com uma reivindicação que a muitos, talvez, pareça descabida: reivindico que a universidade seja o lugar onde possamos viver para cultivar nosso espírito encarnado e situado e formar espíritos encarnados e situados para que nós e eles, porque encarnados e situados em condições históricas determinadas, possamos compreender a realidade que nos envolve e de que somos parte; reivindico que a universidade seja um campo de reflexão, crítica, embates e combates, de descoberta e invenção cujo compromisso primordial seja com a verdade porque tal compromisso é, em si mesmo, desejo de liberdade, beleza, justiça e felicidade, e somente esse compromisso assegura uma docência capaz de formar gerações cultivadas, que intervenham na sociedade e na política, movidas pelo conhecimento e pelo sentimento do verdadeiro, do belo, do bom e do justo.

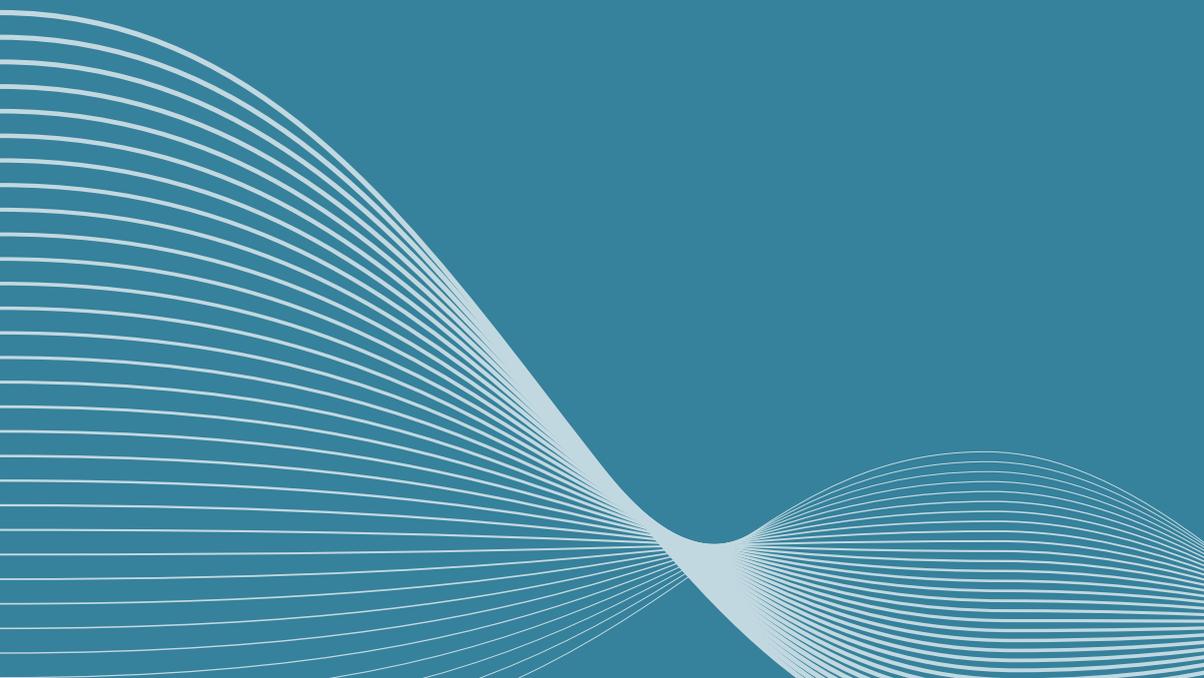
Minha reivindicação é, simplesmente, a repetição das palavras de Antonio Candido, numa palestra que foi publicada pela revista *Almanaque*, n. 11, e que coloquei em epígrafe, nesta homenagem que lhe prestamos.

Na verdade, reivindico que retomemos o gesto de Antonio Candido: vamos subir na mesa!

Publicado primeiramente na revista *Praga*, nº 6 (São Paulo, Hucitec, outubro de 1998).



ANEXOS



Antonio Candido, a Maria Antonia e o pensamento radical¹

Adélia Bezerra de Menezes

Doutora em teoria literária pela USP, lecionou literatura brasileira na Technische Universität de Berlim. Foi professora de teoria literária na USP e na UNICAMP, onde se aposentou

O professor Antonio Candido foge das homenagens – o que às vezes deixa seus (eternos) alunos numa constrangedora situação de desobediência civil. Por isso não vou falar diretamente dele, mas da Maria Antonia dos anos 1960: ele encarna e condensa, para nós que tivemos a sorte e os riscos de sermos estudantes naqueles anos tensos e intensos, aquilo que de mais significativo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, quando situada na Rua Maria Antonia, pode representar. Embora definir a marca da Maria Antonia seja tarefa complexa, talvez ela possa ser captada, numa formulação do próprio Antonio Candido, como o “pensamento radical de classe média” – que teria pela primeira vez propiciado (já desde décadas anteriores) uma visão não aristocrática do Brasil. Não é revolucionário propriamente, precisa ele, mas radical: representando uma oposição às forças conservadoras, imantado por ideias de transformação social – podendo, eventualmente, abrir caminhos para uma ação revolucionária. Pois antes do dramatismo de se tornar, em 1968, o lugar onde se feriu no nível estudantil a batalha da esquerda e da direita (USP *versus* Mackenzie), a Maria Antonia foi o espaço das grandes transformações interiores das gerações que por lá passaram.

Assim (mesmo tocando nos lugares-comuns necessários), falar dela é falar da USP quando a Faculdade tinha escala humana e estava implantada organicamente na cidade, pulsando de sua vida; quando a não compartimentação geográfica metaforizada a convivência intelectual e literatos tropeçavam nas escadas

1 Os textos que compõem esse Anexo foram publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, Suplemento Cultura, em 22 de agosto de 1998.

estreitas com sociólogos, filósofos e psicológicos, e todo mundo se encontrava no Grêmio. E lá, misturando pingue-pongue a conversas inflamadas, comentávamos com o mesmo empenho os filmes do Glauber e a Reforma Universitária, discutíamos Lukács e Ferreira Gullar e agendávamos nervosamente reuniões da Ação Popular (AP) e outras siglas; estruturávamos cursos de Alfabetização de Adultos/Método Paulo Freire e programávamos idas de operários de Osasco para assistirem, no Tuca, a peça *Morte e vida severina*; de lá partíamos para shows de MPB e para as passeatas (quando “a praça era do povo, como o céu é do condor e do avião...”). E discutíamos apaixonadamente a reforma agrária, pensando que era pra já. No espaço do Grêmio é que se aprendia – um tanto atabalhoadamente – como funciona uma assembleia: um exercício de democracia. Naquela atmosfera desenvolviam-se projetos que integravam estudo-arte-povo: os Centros de Cultura Popular (CPCs) da UNE, o MEB, o MCP. Tínhamos um Brasil à nossa espera e os tempos eram urgentes.

Pois bem, tudo isso tem tudo a ver com Antonio Candido! Com esse intelectual radical, sociólogo dublado em crítico literário, militante político e também um esteta, mas, fundamentalmente, professor. E que nas aulas de teoria literária nos forjava sensibilidade e visão de mundo, descortinava os horizontes da poesia, apresentava a literatura como um *sistema* e apontava o fator de humanização que ela representa.

É exatamente algo ligado a este último ponto que eu gostaria de me deter. Pois, deixando de lado os aspectos mais alardeados dessa “congenialidade” entre Antonio Candido e a Maria Antonia, eu gostaria de focalizar uma interessantíssima posição desse militante esteta, a saber, a defesa do direito à literatura como um dos direitos humanos – ideia que ele explicitou cabalmente numa palestra organizada pela Comissão Justiça e Paz, em 1988, publicando posteriormente o texto².

Ele parte da própria dificuldade em discriminar o que é essencial ou não em termos de direitos humanos – pois há os óbvios e inequívocos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à liberdade; e há os bens que respondem a necessidades profundas do ser humano, necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas, “sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora”. Pois bem, diz ele, a literatura corresponde a um desses bens que, garantindo a integridade espiritual, não poderiam ser negados a ninguém, pois ela atua no sentido de uma humanização, isto é, o processo que nos con-

2 Cf. Antonio Carlos R. Fester. (org.) *Direitos humanos e...* São Paulo: Brasiliense, 1989. Esse texto foi republicado na 3ª edição ampliada de *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

firma em nossa humanidade (implicando reflexão, sentido do belo, relação com o outro, percepção da complexidade do mundo e dos seres etc.).

E o extraordinário é que ele não está pensando especificamente numa literatura empenhada, ou melhor, na literatura dita social, aquele que é instrumento de desmascaramento de uma estrutura de sociedade iníqua (Castro Alves, Victor Hugo, Zola); ele está tratando da literatura como atividade poética e fabuladora, que organiza a experiência e propicia aos nossos estados amorfos a passagem para uma forma construída. Também não está se referindo (embora lhes reconheça o valor!) às manifestações ditas “populares” – quadrinhas, provérbios, folclore; trata-se de alta literatura (Machado de Assis, Dante, Goethe, Dostoievski), e privar dela os pobres é espoliação. Poderia haver exemplo mais contundente e belo de “pensamento radical”?

Antonio Candido e Maria Antonia: um homem e um lugar transformados em legenda. No entanto, não se há de encará-los somente como fonte de paradigmas: quanto à Maria Antonia, importa não conservar o passado, mas sim, falando como Walter Benjamin, urge “despertar do passado as centelhas de esperança que aí estão”; e quanto a Antonio Candido, é o caso de correr-mos para tentar acertar os passos com os dele, à frente, nos seus esplêndidos 80 anos.

Antonio Candido: humanista militante

Dalmo de Abreu Dallari

Foi diretor da Faculdade de Direito da USP.
Foi professor emérito da mesma instituição

O homem justo pode não saber definir o que é Justiça, mas por meio de seus atos mostra que à sua consciência repugna praticar injustiças. Em sentido oposto, existem aqueles que fazem belos discursos, tratando com brilho e erudição do conceito de Justiça, mas que se caracterizam como praticantes ou cúmplices de injustiças.

De Antonio Candido pode-se dizer que associa o lado bom das duas hipóteses. Homem culto, é capaz de expor os temas mais abstratos e de dissertar sobre eles com erudição e agudeza, em linguagem precisa, clara e elegante. Ao mesmo tempo, cada momento de sua vida, cada circunstância em que foi posto perante opções decisivas entre a conveniência pessoal e a fidelidade à sua consciência de Justiça, valeu com comprovação inequívoca de sua autenticidade e coerência. Antonio Candido é o justo praticante.

Um testemunho altamente expressivo da bela trajetória de Antonio Candido, revelador de sua agudeza intelectual e, ao mesmo tempo, de sua firmeza ética e de sua independência moral, é o que resulta do confronto de sua obra de pensador e pesquisador com sua atitude serena e firme resistência, nos momentos cruciais da ditadura econômico-militar que se abateu sobre o Brasil a partir de 1964. Esse testemunho se tem renovado por sua postura crítica nos últimos tempos em relação às injustiças promovidas pelo atual governo neoliberal. É o opositor lúcido, realista, sincero e elegante, que não busca o agredir, mas denuncia e recusa com lealdade e firmeza tudo o que contraria a ética, a democracia, os interesses do povo brasileiro e a justiça social.

Uma das obras mais importantes de Antonio Candido é o clássico *Os parceiros do Rio Bonito*. Produto de cuidadosa pesquisa de campo e de minu-

ciosa análise teórica, esse trabalho, escrito em 1954, já prenunciava o grande pensador e mestre que teria pleno reconhecimento poucos anos mais tarde. Apresentado como tese de doutorado em Ciências Sociais à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, esse livro já revela o intelectual humanista, que vai além das peias formais de uma área ou disciplina acadêmica e consegue ver o ser humano com suas características e necessidades materiais e, também, com sua riqueza espiritual e seu acervo cultural.

Observando minuciosamente os fatos da natureza e da sociedade, atento às peculiaridades da cultura caipira, que era então o objetivo de seu trabalho, Antonio Candido não ficou cego ou insensível às penúrias e às lutas pela sobrevivência de um povo que era forçado a mudar de padrões culturais e que sofria o impacto de uma força mais poderosa. As imposições dessa força provocavam o desequilíbrio sociais que, assim como ocorre atualmente com muitas comunidades indígenas, era o começo da morte de grupos humanos enquanto unidades culturais. E dessa observação, tendo olhos para ver, sensibilidade para sentir e inteligência e cultura para avaliar com rigor científico, o pesquisador arguto conseguiu extrair verdades universais.

Numa das passagens mais importantes de *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido faz o seguinte registro: “Há para cada cultura, em cada momento, certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas. Formulado nesses termos, o equilíbrio social depende de uma equação entre o mínimo social e o mínimo vital”. Sem nenhum exagero, pode-se dizer que se alguns governantes brasileiros tivessem lido e compreendido Antonio Candido e posto em prática suas ideias, o Brasil não estaria sujeito à vergonhosa acusação de etnocídio e genocídio, como tem ocorrido.

Essa mesma agudeza na percepção dos fatos e no equacionamento dos problemas foi demonstrada por Antonio Candido no combate às violências e injustiças praticadas pelos governos militares. Mostrando raro equilíbrio entre indignação e firmeza, serenidade e elegância nas atitudes, o grande mestre esteve sempre na primeira linha dos resistentes, lutando pela liberdade, pela democracia, pelo respeito à dignidade da pessoa humana. E por sua enorme autoridade moral jamais alguém ousou acusá-lo de sectarismo, revanchismo, oportunismo ou qualquer outro “ismo” menos nobre, pois ninguém tinha dúvida de que acima de qualquer consideração de conveniência pessoal ou de

qualquer sentimento mesquinho estava seu compromisso ético de não praticar injustiças e de não calar diante delas.

Essa é uma das facetas de Antonio Candido que, desprovido de poder econômico, político ou militar, consegue exercer influência profunda e duradoura, pelo poder de sua postura ética e de seu valor intelectual. Corajosamente inovador, dele se pode dizer que revela na prática a mesma convicção otimista de Maurice Diverger, sintetizada na frase: “Quem transforma o mundo são as minorias determinadas, não as majorias acomodadas”. Muito firme em seus princípios e vivendo com autenticidade, Antonio Candido jamais temeu expor-se como minoria e assim avançou e tem contribuído valiosamente para o avanço da humanidade no sentido do verdadeiro desenvolvimento. Figura exemplar de humanista, sem nunca ter tido assento em altos cargos de governo, é um personagem da moderna história brasileira, por sua contribuição à cultura e por sua intensa militância em favor dos direitos humanos e da Justiça.

Um intelectual

Dom Paulo Evaristo Arns

Foi frade franciscano, escritor, cardeal e arcebispo de São Paulo

O ilustre e mui digno professor Antonio Candido de Mello e Souza completa 80 anos. Agradecemos a Deus por mais esta graça, a de termos como contemporâneo e amigo um homem com este modo de ser. Tristão de Athayde dizia que uma das vantagens da terceira idade, das pessoas e das nações, é estar mais próximo da verdade e da sabedoria. Certamente, o eminente amigo está mais sábio e Deus tem sido pródigo para com ele, pois, desde jovem, a verdade e o bom senso, seja como homem, como crítico literário ou como professor, têm sido características marcantes de sua personalidade.

Em palestra que fiz no passado, para o Centro Catarinense Anita Garibaldi, quando alguns conterrâneos decidiram lançar a candidatura do arcebispo de São Paulo ao Prêmio Juca Pato, tentei conceituar o que é um intelectual – o que não me considero, mas o professor Antonio Candido certamente é.

Afirmava, na ocasião – junho de 1990 –, que a verdade, a justiça, a solidariedade e a liberdade caracterizam o intelectual. Sua marca básica é amor em geral e o amor pelo pensamento em particular. É papel do intelectual a luta pela justiça e pela solidariedade, não apenas pela preservação da saúde física da humanidade, mas também para a garantia da sobrevivência da imaginação. O intelectual é o arauto da humanidade, o homem que precede a história. Mais. O amor é a característica básica do intelectual e, por extensão, do professor Antonio Candido.

Se me reporto ao modo de ser, faço-o porque, dando uma olhada ligeira em sua obra, percebo sua preocupação com esse conceito. É o que se pode verificar em *Teresina etc.* (Paz e Terra, 1980), especialmente em “O ser e as convicções”, ou na belíssima análise que efetua do romance de Dino Buzzati, *O deserto dos tártaros*, em *O discurso e a cidade* (Duas Cidades, 1993, p. 185), quando escreve: “O sentido da vida de cada um está na capacidade de resistir, de enfrentar o destino sem pensar no testemunho dos outros, nem no cenário dos altos, mas no modo de ser”.

Toda a sua obra e toda a sua atividade não são senão isto: uma preocupação com o modo de ser da sociedade e dos homens, como o modo de ser do texto, do autor, das circunstâncias e dos momentos históricos, com o modo de ser do pensamento. Parece-me que sim. E aqui, sem dúvida, entra a ética, um modo de ser no mundo.

Mas outros articulistas estão debruçando-se, sem dúvida, com mais detalhes sobre sua obra. Há outros aspectos que gostaria de ressaltar. Fui informado, também, que o professor é avesso a homenagens. Recusou-se a ser candidato ao Prêmio Juca Pato – que eu não tive o pudor, mas a alegria de receber. Recusa-se, peremptoriamente, a participar de Academias de Letras, mas acaba de ser agraciado como o Prêmio Camões, com a justiça que lhe é devida. Pois a luz não pode ficar sob o leito, mas no candelabro, para tudo iluminar (cf. Mc 4, 21).

Além da modéstia que o caracteriza, o professor Antonio Candido distingue-se pela lealdade e amizade. Defendeu o arcebispo de São Paulo, não poucas vezes, pelo que lhe sou muito grato, mas em atitudes que nunca chegaram a me surpreender, porque bem típica do seu modo de ser. Tendo bebido de todas as fontes, bebeu também dos escritos da Igreja, encantou-se com o padre José M. Lebet, que o influenciou, segundo seu depoimento. Foi, por toda a vida, mais que irmão, até o túmulo, do saudoso professor José Santa Cruz, o ex-dominicano frei Benevuto, dono da livraria Duas Cidades, na qual o professor e sua mulher, a professora Gilda de Mello e Souza, fizeram publicar muitos dos seus livros. Trabalhou, com afinco, na correção literária da tradução da *Bíblia de Jerusalém* (Paulinas, 1975) e em muitas outras atividades junto a nós. Como membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, teve destacada atuação, com suas ideias, atitudes e seus escritos, a favor dos frutos do Concílio Vaticano II, por uma Igreja mais cristã e coerente e contra a ditadura militar.

Diante das ditaduras, o militante professor fez-se ouvir em todos os espaços, especialmente a partir do mundo universitário, na defesa de professores e alunos, mais igualmente do mundo cultural brasileiro, enfim, da sociedade brasileira em geral. O professor Antonio Candido de Mello e Souza é, sem dúvida, uma das mais importantes expressões do Brasil.

Por esse modo de ser, o professor é um dos mais diletos filhos da Igreja e um cristão exemplar, ainda que à sua revelia, porque não se pretende crente e, muito menos, exemplar; o que não impede que o consideremos assim, ou melhor, que assim ele seja. Não somos os melhores juízes de nós mesmos e tampouco pretendemos sê-lo de nossos irmãos. Na verdade, só há um grande juiz: Deus. Mas o professor tem dado a vida por seus amigos, pois amigo, para ele, é todo e qualquer ser humano, na medida em que luta para que todos tenham um modo de ser melhor. E é isso que caracteriza o autêntico cristão.

Antonio Candido e a sociologia em São Paulo

José de Souza Martins

Sociólogo, é professor titular aposentado da USP.
Professor emérito da FFLCH da USP

Embora Antonio Candido tenha se transferido da sociologia para a teoria literária, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, deixou algumas significativas portas para o desenvolvimento da sociologia no Brasil. Ele é, sem dúvida, um eminente e ativo representante da chamada “escola sociológica de São Paulo”. Sobretudo porque representa uma proposta alternativa extremamente rica para o desenvolvimento da teoria.

Ele é, sem dúvida, quem nesse grupo melhor expressa o anseio de uma sociologia enraizada de estilo clássico: uma sociologia cujo diálogo teórico se faz com uma realidade social fundante e peculiar, com base na pesquisa empírica, objetiva e sistemática. A sociologia de Antonio Candido é a sociologia da indagação científica que funda as possibilidades e continuidade no grupo de que Florestan Fernandes veio a ser a figura central, mais ou menos da mesma geração acadêmica e seu antigo colega.

Os clássicos da sociologia, ao contrário do que supõe a atual tendência “brasilianista” da sociologia brasileira, não criaram teóricos abstratos. Eles criaram sistemas teóricos enraizados em sociedades concretas, enriquecidos por análises comparativas com sociedades completamente diferentes dos países coloniais ou dos antigos países coloniais, como claramente se propõe em Durkheim, em Max Weber, em Marx.

Convém lembrar que Antonio Candido foi professor dos estudantes que depois se tornaram assistentes de Florestan Fernandes e deram continuidade a uma concepção de sociologia que mescla a orientação de ambos. Na obra desses discípulos (Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros), Candido

suaviza a sociologia densa e às vezes hermética de Florestan. Ele é uma das sólidas pontes entre o espírito dos modernistas de São Paulo, sobretudo Mário de Andrade, e as ciências sociais na Faculdade de Filosofia da USP, passando pela experiência estética e cognitiva da revista *Clima*. Daí que sua sociologia seja a um só tempo uma sociologia enraizada e com estilo, situada claramente na trajetória da modernidade em nosso país.

Fernando Henrique Cardoso, num belo ensaio sobre *Os parceiros do rio Bonito*, de Antonio Candido, diz que essa obra não fez escola. Dele discordo completamente. Em primeiro lugar, porque esse livro não é estritamente um livro de sociologia rural. Tomar a sociologia rural brasileira como parâmetro para medir a influência desse livro fundamental da nossa sociologia rural no Brasil, com algumas exceções, foi capturada pela mentalidade instrumental e técnica de nossas escolas de agronomia. Em segundo lugar, como aliás Fernando Henrique Cardoso sugere, porque justamente a partir da época da publicação do livro, em 1964, ano do golpe de Estado, a sociologia que se fazia nas faculdades de filosofia e que começava a se interessar pelo mundo rural foi de algum modo capturada pelo sectarismo ideológico de um marxismo de manual de péssima qualidade. E, também, pelas ambiguidades interpretativas de um instrumentalismo de esquerda que procura no campo evidências da luta de classes e da massa rural, proletarizada ou não, que faria a revolução que o proletariado urbano não havia feito. O livro de Candido ficou à margem dessas concepções avessas à ideia de que a cultura (e a cultura popular) é uma mediação essencial na constituição e na transformação das relações sociais, na complicada combinação de tradição e mudança.

Ora, Candido, justamente nesse livro, que foi tese de doutorado em sociologia, em 1954, dez anos antes da publicação, constrói e propõe uma linha de interpretação da realidade rural que junta interpretações de antropólogos, com Malinowski, Redfield, Foster, com a teoria da história de Marx e Engels, especialmente exposta em *A ideologia alemã*. Essa proposta representa uma inovação na sociologia. Em primeiro lugar porque reintroduz no pensamento sociológico a multiplicidade dos tempos no processo histórico: o tempo histórico, propriamente dito, das grandes transformações sociais; e o tempo imediato, da sobrevivência do dia a dia, que fora objeto de interesse dos antropólogos da cultura. Candido reconcilia (e pela primeira vez se reconhece isso entre nós) o caipira marginalizado e desconsiderado com a história da sociedade brasileira; aponta nele um protagonista da história social do país, que ele também é. Na dialética dos mínimos vitais (a pobreza, a economia de

subsistência ou a integração marginal no mercado) e dos mínimos sociais (o bairro rural, o familismo e a vida comunitária dessa unidade de referência da sociabilidade caipira), Candido encontra e mostra o homem rústico do sertão como agente ativo do processo histórico, em consequência mesmo das condições adversas de sua pobreza. Em oposição, portanto, ao que os equívocos teóricos das ciências sociais haviam confinado na condição de agentes passivos e imobilistas dos processos sociais.

Antonio Candido e a literatura na escola

Norma Seltzer Goldstein

É professora sênior da pós-graduação em filologia e língua portuguesa da USP

- Sinceramente, você acha que o que eu tenho a dizer pode ser útil?
- Com certeza, professor.
- Nesse caso, aceito. Com o máximo prazer.

Numa ponta do fio, o convidado: o professor Antonio Candido. Na outra, esta ex-aluna e ex-orientanda, representando a equipe técnica de língua portuguesa da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Em 1988, os monitores – professores de português responsáveis pela orientação pedagógica dos colegas na rede pública estadual – ouviram-no com encantamento. Meu convite foi aceito mais duas vezes, com a mesma humildade e gerando o mesmo efeito: enfeitiçou e motivou os ouvintes do Encontro da Associação de Professores de Língua e Literatura (APLL), em 1990; e da conferência³ na Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), em 1993. O tema das três falas foi o ensino da literatura, batizado por quatro questões norteadoras que tento aqui sintetizar.

Como conceituar literatura? Antonio Candido retomou duas diferentes concepções de literatura: de um lado, a que vigorou até as primeiras décadas do século, priorizando a mensagem, o conteúdo, a transmissão de valores; de outro, as vertentes formalistas mais recentes, voltadas exclusivamente para o código e a anatomia do texto. Ele defendeu a reconciliação dos dois aspectos: “O texto é uma realidade indissolúvel de código e mensagem”, ou seja, a mensagem só funciona se o código for eficaz.

Por que ensinar literatura? Graças à visão integrativa dos dois aspectos (código mais mensagem), tem-se maior consciência do papel formativo da lite-

3 A conferência foi registrada em vídeo pela TV Educativa, Canal E, *Programas 94/95*, em 1993.

ratura. Os valores seriam repassados aos leitores não apenas pela mensagem, mas também pelo código através do qual a mensagem se expressa. A literatura atuaria como organizadora da mente e do espírito e com refinadora da sensibilidade, sobretudo em nível subconsciente. Segundo Candido, está difícil apontar aos jovens o belo, o justo. Nos dias atuais, os valores estão confusos e num mundo tão fluido, a literatura pode funcionar como uma âncora.

Como ensinar literatura? O interesse dos alunos pela literatura varia: pode ser grande, ocasional ou quase nulo. O professor deve considerar essa diversidade, trabalhando com a maior amostragem possível de textos, a fim de que cada aluno possa fazer sua opção por um autor que o sensibilize. Seriam recomendáveis as antologias, complementadas por dicionários e manuais. É importante ainda levar em conta as alterações da linguagem e do gosto, em função do contexto histórico.

Quem deve ensinar literatura? É essencial que o professor de literatura faça dela uma experiência de vida. O ensino de literatura forma o aluno e também forma permanentemente o professor. O professor da rede pública vive se perguntando: por que continuar a ensinar em situação tão adversa? Antonio Candido ajuda a vislumbrar duas possíveis respostas: 1) nosso trabalho faz sentido graças à força organizadora da literatura; mesmo os alunos “que parecem ser de pedra” sentirão seus efeitos a médio prazo; 2) ao ensinar ao aluno, também “nos ensinamos”, crescemos como leitores e como pessoas.

Tais reflexões de Antonio Candido sobre o ensino de literatura exemplificam mais uma vez o respeito aos “colegas” do ensino fundamental e médio, já demonstrado quando cedeu o precioso ensaio “Dialética da malandragem” (caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*) para figurar em obra especialmente destinada aos professores da rede⁴. De sua figura exemplar emanam não só lições de metodologia de literatura, como de cidadania, humanismo e ética.

⁴ Subsídios à *Proposta Curricular de primeiro e segundo graus*. CENP/SE, 1978, v. VIII (reeditado em 1988). O texto havia sido publicado anteriormente na *Revista do IEB*, n. 8, 1970.

Lucidez e coerência

Pedro Tierra

Há alguns dias, quando passei os olhos sobre a notícia de que Antonio Candido recebera o Prêmio Camões, pensei: “Melhor para o Prêmio Camões... mais ainda porque ele vai fazer companhia aos indispensáveis João Cabral e José Saramago”.

Fazer da vida um permanente exercício de lucidez, num país, em geral, tão dado a equívocos e mal-entendidos, não é tarefa simples. Manter-se coerente com princípios democráticos e socialistas, numa cultura política entranhadamente autoritária, é excepcional, mesmo na esquerda que, no Brasil como alhures, reproduz com frequência valores da sociedade que combate.

A trajetória de Antonio Candido, ao longo do século, desenha o perfil do intelectual que se afirma pela acuidade com que se debruça particularmente sobre a literatura, sem perder o horizonte das grandes contradições da sociedade brasileira. Mais. Tal percepção trouxe comigo, como um imperativo ético, um engajamento cuja marca tem sido sempre a inteligência. O ofício de compreender e explicitar a literatura e a sociedade brasileira, desde um olhar de quem participa, sem conceder à tentação sectária, tem sido o seu desafio na crítica literária ou na militância.

Essa sensibilidade determinou suas opções políticas durante o Estado Novo, no amplo arco de alianças contra o fascismo. Essa mesma sensibilidade conduziu-o com Sérgio Buarque de Holanda e outros intelectuais ao Colégio Sion, no ato de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Vou servir-me das palavras com que se referiu à singular contribuição de Sérgio Buarque, para defini-lo: “Talvez tenha sido ele o primeiro pensador brasileiro que abandonou a posição ilustrada, segundo a qual cabe a esclarecidos intelectuais, políticos, governantes, administrar os interesses e orientar a ação do povo. Há meio século, neste livro [*Raízes do Brasil*], Sérgio deixou claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar do seu destino”. A percepção agu-

da do significado dos movimentos sociais nos anos 1970 e sua busca de representação no espaço específico da ação política; a solidariedade ao seu impulso transformador, isso tudo seduziu homens da geração de Antonio Candido, como Mario Pedrosa e o próprio Sérgio Buarque que, com a presença e o gesto de compromisso no Colégio Sion, sinalizaram que durante a longa noite da ditadura o país amadurecera uma classe operária capaz de convocar intelectuais daquela estatura para a construção de um projeto socialista para o país.

Recorro, por fim, a outro mineiro tão sutil e discreto quanto Candido: Carlos Drummond de Andrade: “Nalgum lugar faz-se esse homem... / Contra a vontade dos pais, ele nasce, / Contra a astúcia da medicina, ele cresce / e ama, contra a amargura da política”. Antonio Candido faz 80 anos no exercício da lucidez.

Nota biográfica

Antonio Candido de Mello e Souza nasceu em 1918, no Rio de Janeiro. Cresceu em Minas Gerais, lugar de origem de sua família.

Foi das primeiras turmas da então recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da também recém-fundada Universidade de São Paulo. Formou-se em ciências sociais, área em que trabalhou até 1958. A partir daquele ano trabalhou como professor de literatura brasileira na então Faculdade Estadual de Filosofia de Assis. Em 1961 transferiu-se para a Universidade de São Paulo, ocupando a cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada. Aposentou-se em 1978, mas continuou atuando na Faculdade de Filosofia até 1992, por meio da orientação de estudantes de pós-graduação e da participação em bancas julgadoras.

Antonio Candido, como é conhecido, dedicou-se à crítica literária desde os tempos da revista *Clima*, fundada em 1941. Exerceu a crítica de rodapé nos jornais *Folha da Manhã* (1943-1945) e *Diário de São Paulo* (1945-1947). Teve papel idealizador na criação do *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo*, tendo colaborado com ele por muitos anos. Foi também dos fundadores da revista *Língua e Literatura* dos departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (antiga FFCL) e da revista *Argumento*, nos anos 1970. Esta última seria fechada a partir de seu quarto número pela ditadura militar instalada a partir de 1964 no Brasil.

Pertenceu aos quadros do antigo Partido Socialista Brasileiro, desde a sua fundação até seu fechamento à força em 1965. É membro fundador do Partido dos Trabalhadores, desde 1980. Teve papel significativo na resistência democrática ao Estado Novo e ao regime militar de 1964.

Publicou vários livros: *Introdução ao método crítico de Silvio Romero* (1945), *Brigada Ligeira* (1945) – acrescido de outros escritos a partir de suas últimas edições, *Ficção e Confissão* (1956), *O observador literário* (1959), *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos* (1956), *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), *Literatura e sociedade* (1965), *Introducción a la literatura del Brasil* (1968), *Vários escritos* (1970), *Tese e antítese* (1971), *Teresina etc.* (1980), *Na sala de aula* (1985), *A educação pela noite e outros ensaios* (1987), *Recortes* (1993), *O discurso e a cidade* (1993).

Colaborou em revistas especializadas e em obras coletivas, como *Presença da literatura brasileira* (antologia), com José Aderaldo Castello.

Obras de Antonio Candido

Brigada Ligeira. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.

Introdução ao método crítico de Sílvio Romero. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1945.

Ficção e confissão. Ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

O observador literário. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1959.

Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos). São Paulo: Martins, 1959.

Os parceiros do rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

Introducción a la literatura de Brasil. Caracas: Monte Avila Editora, 1978.

Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

Tese antítese. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

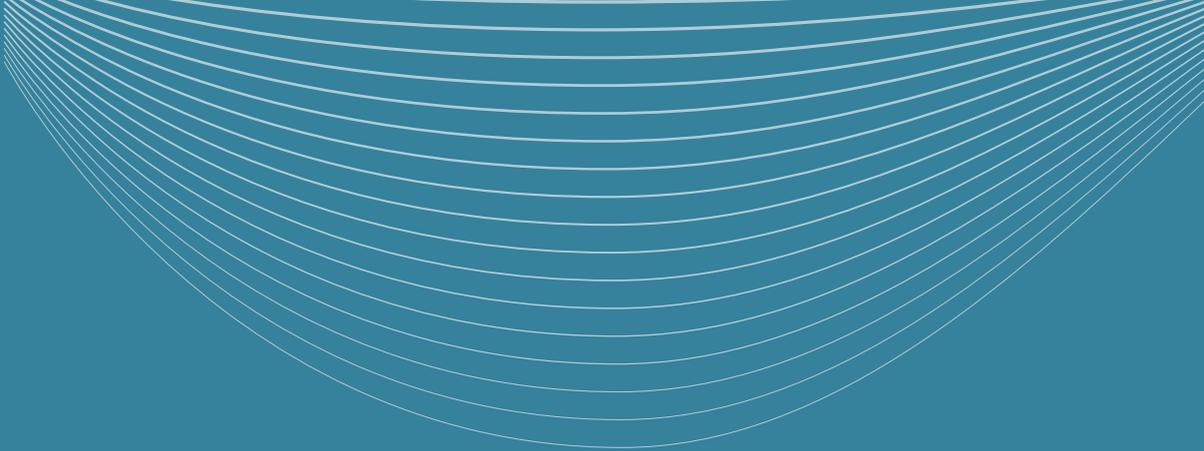
Teresina etc. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Na sala de aula. Caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1985.

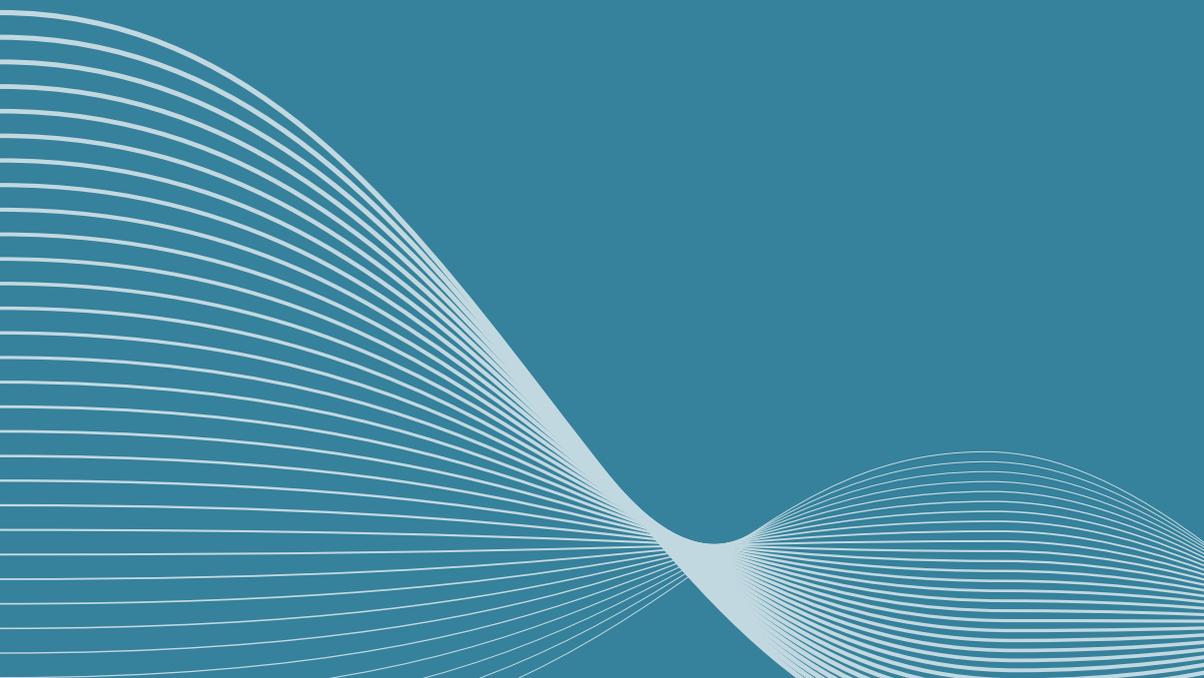
A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.

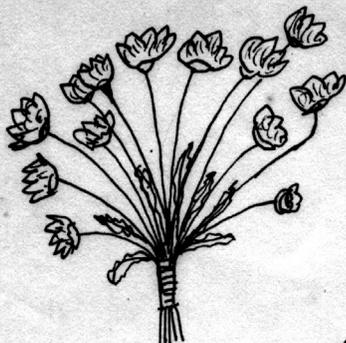
O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

Recortes. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.



**FAC-SÍMILES, CAPAS DE
PRIMEIRAS EDIÇÕES E FOTOS**





A' senhora Dona Ruth,
 Gentilíssima hospedeira,
 — Em cuja casa, alias,
 Já se come de cadeia —,



Envia estas simples flores,
 Com um vivo e sincero anêlo
 De muita felicidade,
 O amigo Tonico Mello.



2 1

A crítica é sempre um problema em revista de gente moça. Adoramos geralmente o que os mais velhos queimam, e queimamos o que eles adoram. O mais das vezes por simples atitude intelectual de rejeição; e também por desejo de tirar partido do barulho. Com menos frequência, incensamos cuidadosamente os valores estabelecidos, ^{de demonstrando} um senso de ordem que nem sempre indica autonomia e sinceridade. É claro que esta maneira está banida da nossa seção. Não nos colocaremos tão pouco na primeira, ainda que ela seja mais própria à juventude, revelando uma certa exuberância simpática e não raro fecunda em sua jovem turbulência. Esta revista tem uma unidade de intenção que se manifesta em cada um dos seus departamentos. O nosso desejo é ver as coisas com a maior honestidade possível e, afastando igualmente o preconceito de louvar e o de demolir, mostrar que, ao lado do ponto de vista das críticas consagradas, há lugar para o modo de ver dos moços. Colocado diante de uma obra, o crítico a vê de maneira muito diferente segundo tenha vinte ou trinta anos. É o julgamento dos vinte que aqui procuraremos trazer. Digo procuraremos porque nem sempre os rapazes conseguem ver as coisas com olhos da sua idade. Ou não sabem ver — e neste caso o problema está felizmente resolvido — ou enxergam tudo com olhos já enrugados, considerando as coisas com uma sagacidade amadurecida à força.

Creio que é preferível dar cabeçadas, porque este é, em qualquer setor, um dos atributos da idade. Esta vida vai trazendo, dia a dia, uma série tão grande de compromissos forçados a nos enlejar a liberdade de movimento, que é bom ~~sempre~~ aproveitar o relativo s'enfichisme da mocidade para dizer o que ^{se} pensa.

Reconhecemos, imodestamente, que a nossa crítica terá certo interesse num determinado campo: o da crítica dos escritores moços. É a eles que nos dirigiremos de preferência, levando-lhes as nossas impressões de gente da mesma idade. E talvez seja útil o depoimento de moços sobre moços.

Bien vrai est
une bonne chose,
tant à cause du
plaisir qu'on
éprouve à se
soulager le cœur
qu'à cause de
la rareté du
fait — comme
diria o cavalier
no d'Intagnan

44

São Paulo, 6 de janeiro de 1955

Meu caro Manuel Bandeira

Chegado a São Paulo, procurei o Diretor da Faculdade (criatura excelente) afim de dar andamento ao caso Frederico de Onis. Estava de férias e chegaria depois do dia de Reis - hoje. Como vou sair depois de amanhã para o interior, não conseguirei encontrá-lo antes do dia 20, quando pretendo estar de volta para cuidar do assunto e mandar dizer o resultado.

Foi grande p prazer de vê-lo e participar da homenagem. E, aproveitando o ensejo da edição nova, o de reler mais uma vez toda a sua obra, tão alta e pura, em que os π anos vêm acentuar as qualidades já percebidas e (como acontece as grandes coisas) revelar outras, que surpreendem. Não surpreendem menos o cabedal trazido a cada acréscimo, onde o coração do poeta surge sempre mais humano e mais π depurado o seu instrumento. Quando supunhamos que não poderia ir além, vemo-lo superar a humanidade e a pureza anteriormente reveladas. Não é atôa que o triunfo do artista sôbre o tempo se manifesta, em sua obra, num passo tão sóbrio e aparentemente inofensivo quanto o "Gazal", onde a grandesa é entrevista nas emoções mais humanas -
(tuas mágoas e as minhas diz) -

a glória manifestada na consagração mais simples -

("E as filhas de Samarcanda,
Cameleiros e sufis...") -

e tudo posto em versos tão despojados que a maestria parece dissolver-se na espontaneidade obtida pelo artifício. Por isso,

"...tu, vives, Hafizi!"

Com efeito, apesar da "inteira tranquilidade", não haverá para o seu verso, independente do correlativo musical que *lhe* derem, "aquela serena paz da morte absoluta". Terão, bom ou mau grado seu, e como os do velho Basílio, de "viver e gozar a luz serena e pura"...

Muito cordialmente,

Antonio Candido

N.B. Esta máquina em que *lhe* escrevo é ilustre. Foi do Sérgio, e nela se escreveram Raizes do Brasil, Cobra de Vidro, Monções e outras coisas admiráveis. Herdei-a quando ele foi para a Itália, abandonando-a por uma qualquer Olivetti pelintra e aerodinâmica.

São Paulo, 3 de novembro de 1982

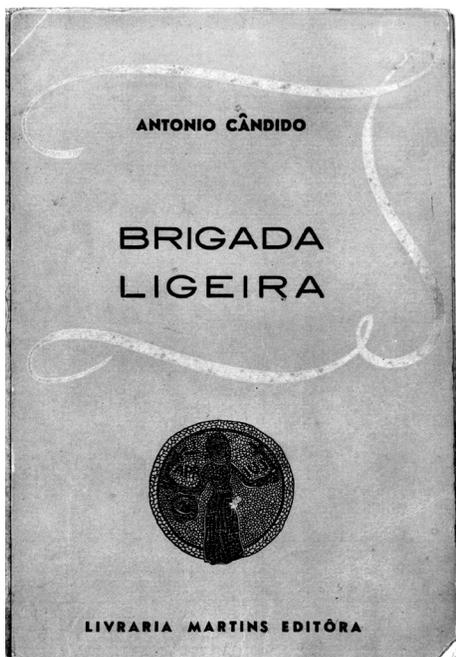
CRÉDITO: REPRODUÇÃO

Meu caro Drummond:

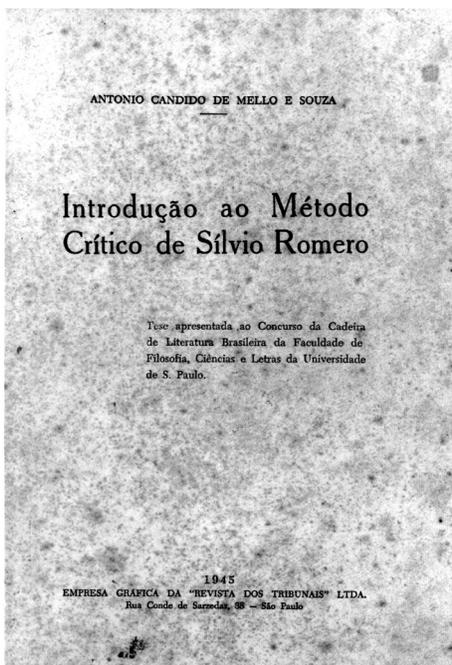
Deixei você respirar um pouco depois da fase aguda dessa admirável avalanche de carinho e admirações que o país todo desabou sobre a sua reservada dicção, e aqui venho, com grande prazer o abraço mais afetuoso, extensivo às duas participantes de tudo, Dolores e Maria Julieta.

Registo com o maior prazer que há 82 anos nós nos associamos à alegria geral pelos seus setenta. Vendo agora pela TV, pelas fotografias e pelos seus escritos a admirável firmeza com que você entra no oitenta, — espigado, vital, alerta, de espírito sempre pronto e palavra aguçada, — não tenho a menor dúvida de que irá tranquilo aos noventa. Espero estar igualmente por aqui a fim de assinar o ponto com o meu pequeno preito, que nunca é capaz de exprimir toda a admiração que sempre tive pela sua poesia, pela sua prosa, pela tua pessoa, pela tua conduta, ligadas umas com as outras de maneira tão exemplar, na perfeita retidão que você construiu sem supor os arabescos, que são a sementeira do humano. Com isto já entei no cunhal do lugar comum, mas na verdade ele se impõe em relação aos grandes como você, despertando em nós a vontade de bradar — "é o maior", "é o melhor", porque na singeleza dessas avaliações a verdade reluz sem complicações.

Com o sentimento que já comuniquei a você noutras ocasiões, de sentir com alegria, orgulho e conforto que ali à mão está Carlos Drummond de Andrade, recebo o melhor e mais afetuoso abraço
Antonio Landi



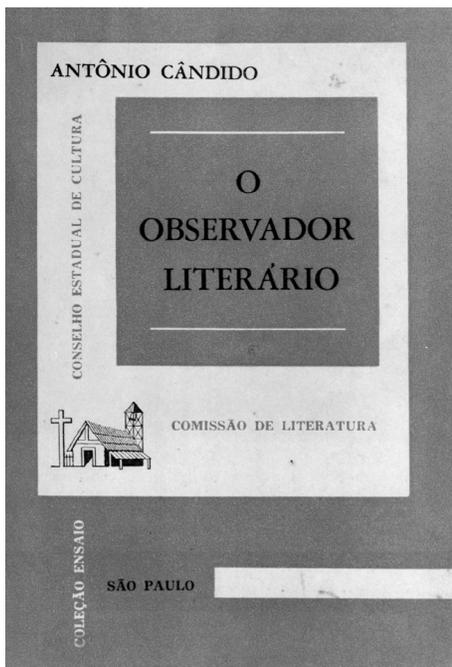
Brigada ligeira, 1ª edição, 1945



Introdução ao método crítico de Sílvio Romero, 1ª edição, 1945



Ficção e confissão. Ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos, 1ª edição, 1956



O observador literário, 1ª edição, 1959

coleção
DOCUMENTOS BRASILEIROS
DIRIGIDA POR AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

118

ANTONIO CANDIDO

OS PARCEIROS
DO
RIO BONITO

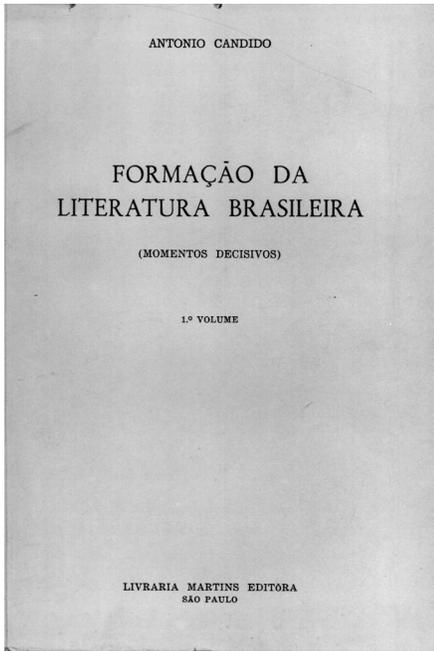
Estudo sôbre o caipira paulista e a
transformação dos seus meios de vida



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Os parceiros do rio bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, 1ª edição, 1964

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



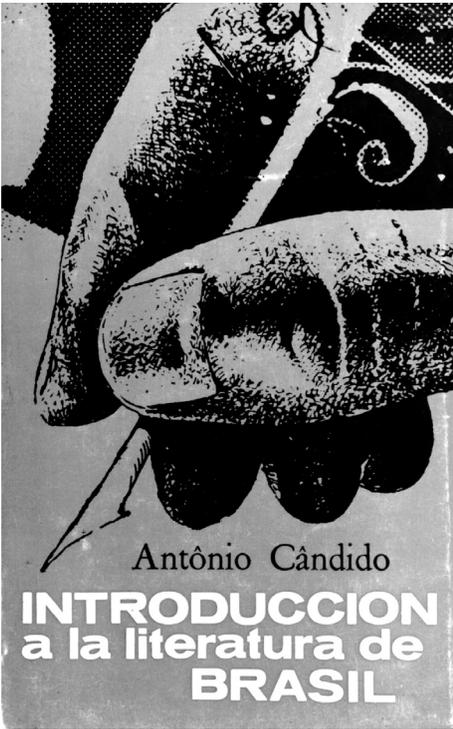
Formação da literatura brasileira
(Momentos decisivos), 1ª edição,
1956

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



Literatura e sociedade. Estudos de
teoria e história literária, 1ª edição,
1965

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE

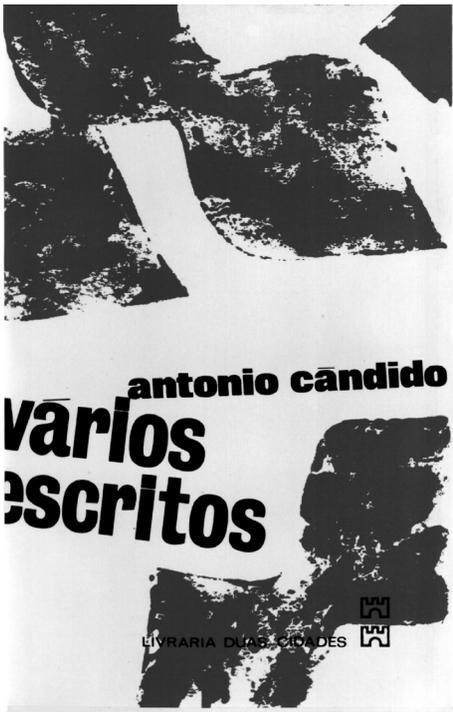


Antônio Cândido

**INTRODUCCION
a la literatura de
BRASIL**

*Introducción a la literatura de
Brasil, 1ª edição, 1968*

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



antonio cândido

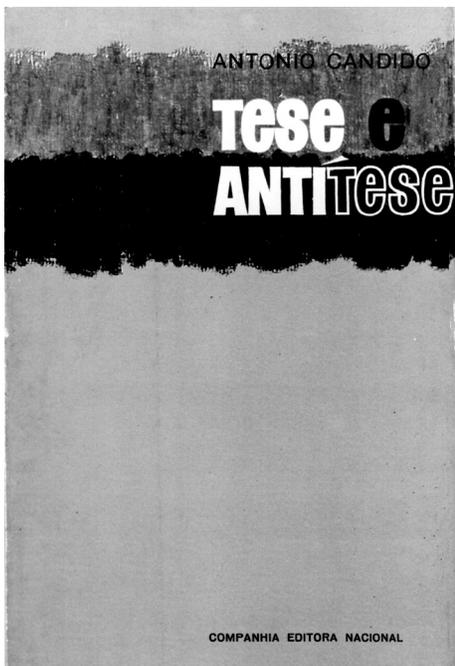
**vários
escritos**

LIVRARIA DUAS CÉLULAS



Vários escritos, 1ª edição, 1970

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE

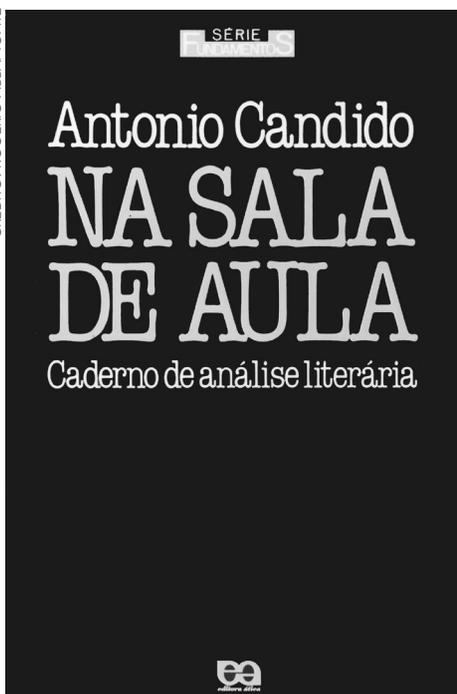


Tese e antítese, 1ª edição, 1971

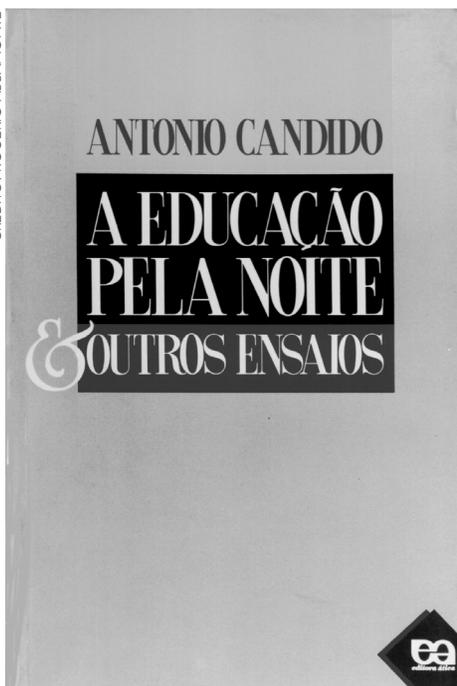
CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



Teresina etc., 1ª edição, 1980

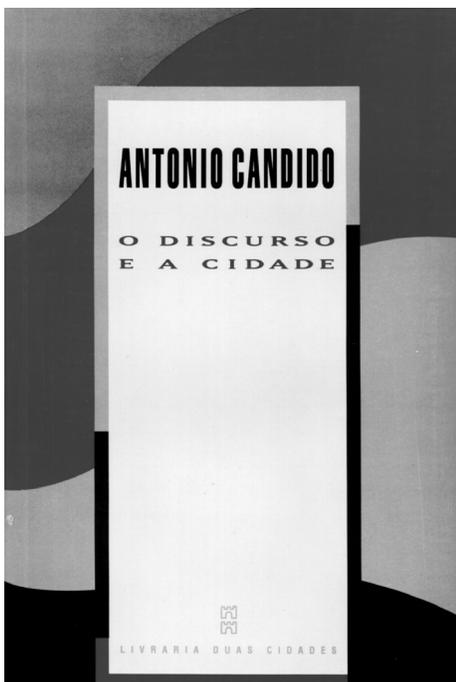


Na sala de aula, 1ª edição, 1985



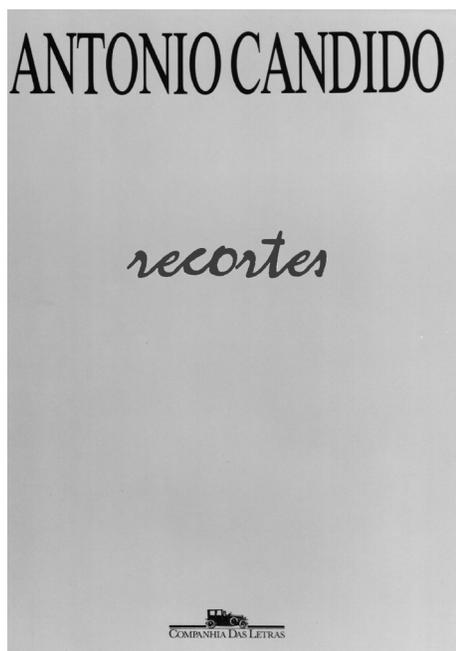
A educação pela noite e outros ensaios, 1ª edição, 1987

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



O discurso e a cidade, 1ª edição, 1993

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



Recortes, 1ª edição, 1993

Antônio Cândido:

Além das partes
moles, já corrompidas,
vão aqui alguns erros
e pastéis, que as
tipografias estão numa
ANGUSTIA
lástima.

Graciliano Ramos

Rio - 1947

A

DONA OLIVIA GUEDES PENTEADO

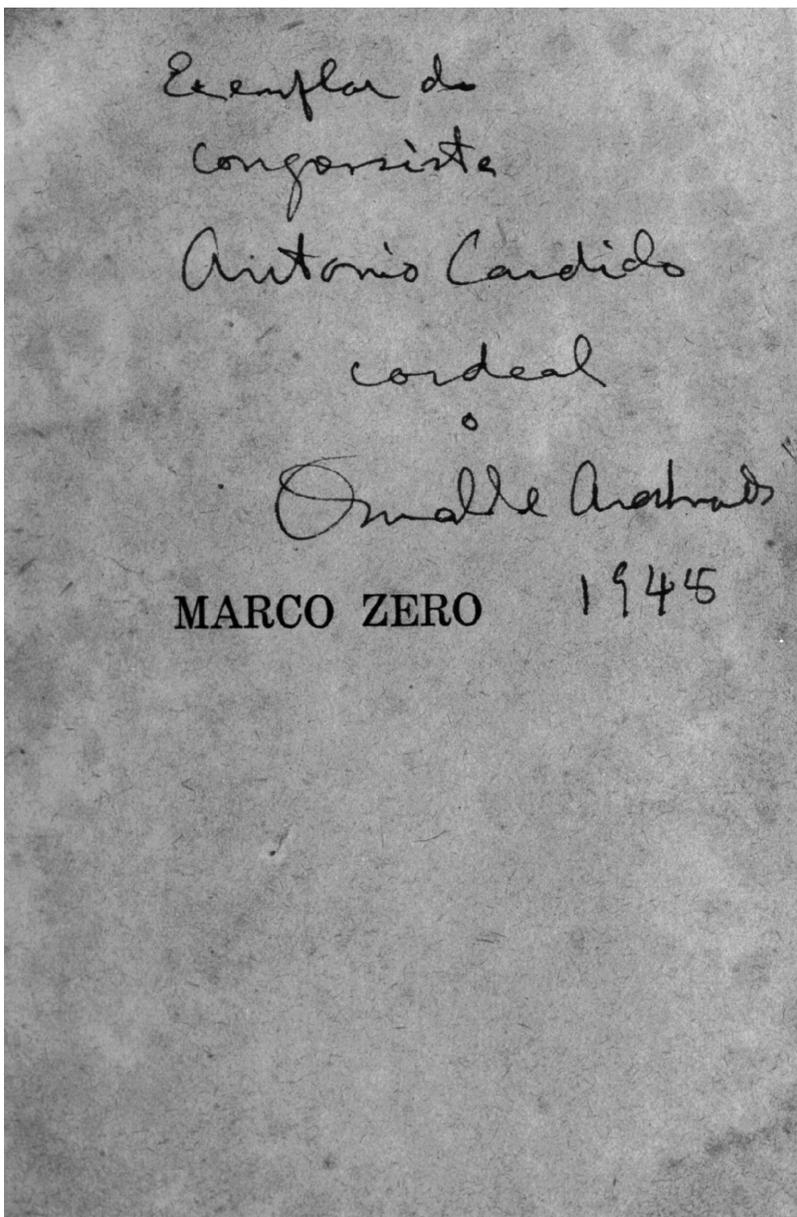
HOMENAGEM
DO AUTOR

Antonio Candido

Aqui lhe envio o resto das minhas "obras completas"! Tenha paciência. É lhe mandando mais a coleção de "Revista Nova" de presente. Fiz um volume, principalmente olhando este livro, de comentar certas coisas, depois de racionei. Está claro ou que lhe fique claro pelo menos que a exacerbação quase desaperda de linguagem que este livro manifesta e que hoje me é simplesmente repulsiva, foi muito conscientemente recolhida para este livro de técnica. Nos outros havia sempre o falar este tipo de arte que, se permitia o claro, escuro e o suposto salpicado da mancha forte, me impedia a constância do "irritante", do "feriente" de que abusei aqui. Abusei e me "ex-

"Crodolli" à larga, atingindo o carnaval por excesso de sabor. Coisa externa, voluntária. Não pense porém que por me divertir terrivelmente com a linguagem deste livro, a ponto de me ser impossível ler e esquecer um só capítulo dele hoje, eu repudio etc. Não repudio coisa alguma nenhuma. Porém, hoje, sei que este livro foi uma consequência apressada de... sim: de medo. Mesmo tive, certamente, pois as ideias gerais eu acorda imagino boas e justas, sei que estão mal baseadas. Mas foi medo tudo. Você sabe: dizem que a sentença de noite, guardando, às vezes é tomada de medo e da um tiro. Foi o que se fez. Os meus problemas de linguagem e de técnica musical brasileira me assustaram tanto que dei o tiro. Este tiro. Que os problemas me assustaram, nada mais justo. Que me assustaram, a consequência da lógica. Mas o medo deve ser uma fragilidade. Pelo medo o medo me deu um tiro improvável na noite. É o que me desagrada.

de Jerônimo
 S. Paulo, 17/1/43



Para ANTONIO CANDIDO,
com a maior admiração,
a simpatia e o
grato apreço
do

Guimarães Rosa.
Rio, 7. III. 56.

CORPO DE BAILE

l
mo
sa
ci

PARA

ANTONIO CANDIDO

E GILDA

ESTA PEQUENA LEMBRANÇA
ITALIANA

COM TODO O AFETO E
ADMIRACÃO DO

Murilo.

ROMA 19 JAN. 1962.

manuel bandeira

estrêla
da
tarde

Antônio Cândido
Silva
com. com.
Manuel
Viva José! 1963

livraria
josé olympio
editôra
rio de janeiro - 1963

Do velho amigo

Antonio Candido, com
o grande apreço de

Caio Prado Júnior

Este exemplar é defeituoso, em par-
telado entre a p. 58 e a 70. Quando
mandei encadernar os livros de Caio
em 1979, quis um exemplar perfeito,
mas não o encontrei, é claro, porque
a 1ª edição estava esgotada. Pedia de
que me arranjassem algum. Dias depois
de ver trabalhá-lo em casa, contando que
passara a tarde no depósito da Brasi-
liense, vasculhando pilhas de livros,
até encontrar o que eu pedia e de me
seu, com uma linda dedicatória.

junho 1966

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Dedicatória de Caio Prado Júnior, 1966. Em anexo, observação
de Antonio Candido inserida na primeira página do exemplar

VISÃO DO PARAÍSO

Para Gilde e Antonio
Candido (além de aqui
agora também meu com-
plice em Raízes de Brasil),
este Paradise Revisited, com
muitas lembranças e abra-
ços de Adão, Eva, e

Sérgio

S. Paulo, 4 de Julho de 1969

A PAIXÃO MEDIDA

A Gilda
e
Antônio Cândido,

"caso" de amizade à distância, que
muito me comove.

na incerteza de terem recebido o exem-
plar da 1ª edição, que lhes dediquei,
vostedes com o mesmo e afeitoso
abraço de velho

Carlos

- e com agradecimento renovado
pela beleza de livros que o Exercício de
Leitura, tão rico de lucidez, finura
interpretativa, compreensão geral das
artes - obrigada, Gilda!

C.

quinto

Lamento do oficial por seu cavalo morto Jx.

Nós merecemos a morte, porque somos humanos,
e a guerra é feita pelas nossas mãos,
pela nossa cabeça enrolada em séculos de sombra,
por nosso sangue estranho e instável: pelas ordens
que trazemos por dentro e ficam sem explicação.

Criámos o fogo, a velocidade, a nova alquímia,
os cálculos do gesto,
embora sabendo que somos irmãos,
Temos até os átomos por cúmplices! e que pecados
de ciência pelo mar, pelas nuvens, nos astros!
que delírio sem Deus, nossa imaginação!

E aqui morreste! Oh, tua morte é a minha que, enganada,
recebes. Não te queixas. Não pensas. Não sabes. Indigno,
ver parar, pelo meu, teu inofensivo coração!

Animal encantado--melhor que nós todos!--que tinhas tu com êste mundo dos
Aprendias a vida, plácida e pura, e entrelaçada /nomens?
em carne e sonho, que os teus olhos decifravam...
Rei das planícies verdes, ~~marcava~~ com rios trêmulos de relinchos...
Como vieste morrer por um que mata seus irmãos?

VT
Cecília Meireles

→ 00

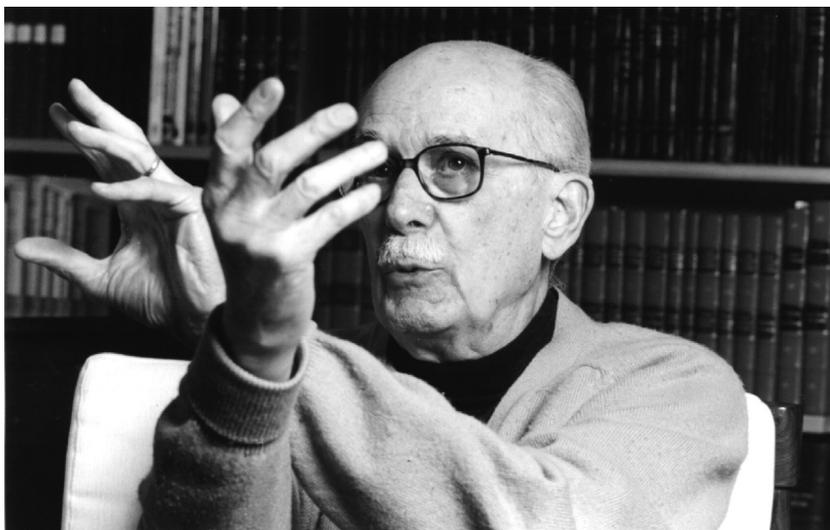
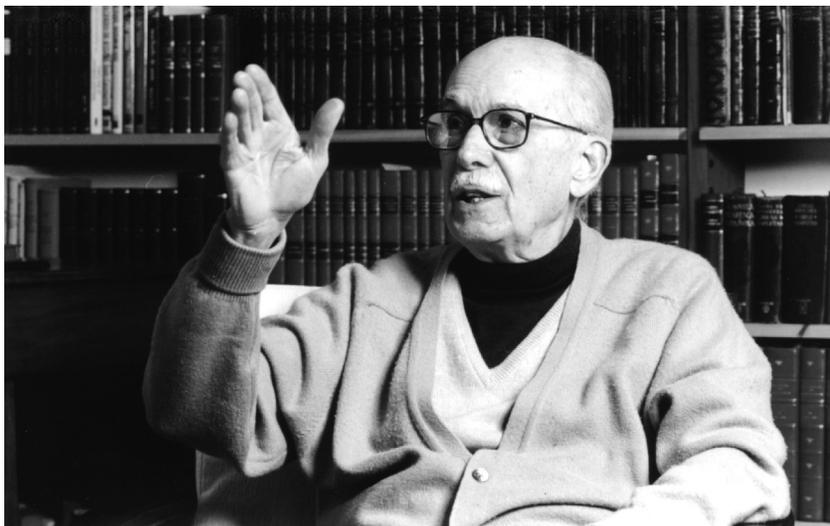
St. Antonio Cândido: atendendo ao pedido de Moacyr Werneck, envio-lhe o poema para "Clima". Agradeço-lhe a gentileza de ter pensado em mim. Cordialmente. Cecília Meireles

Poema de Cecília Meireles enviado a Antonio Candido para publicação na revista *Clima*, sem data



Antonio Candido no CAEL (USP), sem data

CRÉDITO: ROGÉRIO ABBAMONTE



Antonio Candido em sua residência em São Paulo, agosto de 1999



Mesa de abertura do seminário "Antonio Candido: pensamento e militância", composta por Jacques Marcovith, reitor da USP, Walnice Galvão e Décio de Almeida Prado. Centro Universitário Maria Antonia, 12/8/1998



Abertura do seminário "Antonio Candido: pensamento e militância", realizado no Centro Universitário Maria Antonia, em São Paulo, em 12/8/1998



Alguns momentos do seminário "Antonio Candido: pensamento e militância", durante as sessões realizadas no anfiteatro do Departamento de História, na Cidade Universitária, USP, em São Paulo (13 e 14/8/1998)



CRÉDITO: NÚCLEO DE LITERATURA E CRÍTICA LITERÁRIA / CASA MÁRIO DE ANDRADE

Ao final do seminário, houve apresentação da dupla caipira Renê e Renato e dos compositores e professores José Miguel Wisnik e Luiz Tatit (14/8/1998)